

JOÃO CAFÉ FILHO

# MENSAGEM

AO

CONGRESSO NACIONAL



1955

## SUMARIO

*INTRODUÇÃO*

*CONJUNTURA*

- I — Política Interna
- II — Política Externa
- III — Política Económico-Financeira
- IV — Política Social
- V — Política Militar

*POLITICA DE VALORIZAÇÃO DE AREAS*

*SEGURANÇA NACIONAL*

Senhores Membros do Congresso Nacional:

*Ao desincumbir-me da atribuição privativa que a Constituição me confere, de remeter ao Congresso Nacional Mensagem "dando conta da situação do país e solicitando as providências julgadas necessárias", quero antes de tudo manifestar ao Poder Legislativo o alto aprêço de que é merecedor.*

*A solenidade que hoje realizais tem um simbolismo que deve ser grato a todos os democratas, como ato de beleza cívica e como índice da normalidade do regime em pleno funcionamento.*

*Dirijo-me ao Congresso Nacional com uma satisfação tanto maior quanto, ao lado dos novos valores que o povo brasileiro enviou a esta legislatura, entre vós se encontram velhos companheiros de lides parlamentares, de cujo convívio guardo agradáveis recordações que reavivam em meu espírito as emoções do passado.*

#### **A CRISE POLÍTICA E MILITAR, A MORTE DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS E A ASCENSAO DO NOVO GOVERNO**

*Apenas seis meses e alguns dias nos separaram da ocasião em que, perante o Congresso, prestei o juramento constitucional como Presidente da República. O fato não parece tão recente quanto o é na realidade. O conteúdo e a intensidade dos acontecimentos dêste período e dos graves episódios que o precederam foram de tal natureza*

que produziram uma noção diferente do tempo. As épocas difíceis afiguram-se mais longas. Os meses transpostos pelo atual Govêrno têm o pêso de anos, tal a soma de encargos excepcionais que os assinalam. Ao fazer êste balanço das tarefas executadas ou ainda a cumprir, tenho a sensação de quem realizou uma extensa jornada e as preocupações de quem se acha ainda em meio de uma árdua batalha.

Na reconstituição do ano de 1954, há um fato que inegavelmente sobreleva os demais: é a mudança de govêrno operada a 24 de agôsto. Marca profunda e indelével foi deixada pelos sucessos que antecederam e seguiram àquela alteração nos postos de direção do país. De modo especial, a morte do Presidente Getúlio Vargas constituiu uma tragédia cuja repercussão sem precedentes traumatizou a nação e surpreendeu o mundo. Deveis ter ainda bem vivos na memória aquêles dias de agitação e incerteza, a que não faltou a sombria perspectiva da guerra civil e do naufrágio das instituições.

O Brasil viu-se então diante da mais grave crise política e militar de sua história. Não cabe aqui a interpretação dos acontecimentos, cujas origens se relacionam com tôda uma série de ocorrências e debates, cuja evocação não é necessária, pois certamente são fatos que permanecem nítidos na lembrança de todos.

A fase mais perigosa daquela conjuntura foi superada, felizmente, dentro da ordem e da lei. A sucessão presidencial, determinada pelo inesperado desaparecimento do Dr. Getúlio Vargas, operou-se instantaneamente, de modo natural e pacífico. Nem sequer houve um hiato na vida do regime. Como Vice-Presidente da República, eleito pelo povo, coube-me assumir o leme do Govêrno, naquela dramática emergência. Foi uma investidura resultante de um imperativo constitucional e em que se verifi-

cou a ascensão de um governo desvinculado de compromissos político-partidários.

*Tal circunstância me deixou à vontade para tentar uma política de pacificação geral dos espíritos, justificada pelos difíceis encargos herdados da situação anterior. Abstendo-me de revolver o passado e reacender o facho das discórdias, não tenho senão exortado as forças vivas do país, especialmente as suas agremiações políticas, para que se congreguem na obra comum de regeneração. Até mesmo ao privar-se de escolher um líder no Senado e na Câmara, o Governo demonstrou a sua isenção, de par com a sua confiança no patriotismo dos ilustres e dignos membros do Congresso Nacional.*

#### A CONDUTA DAS CLASSES ARMADAS, DAS FORÇAS POLITICAS E DO POVO

*É justo consignar uma palavra sobre a conduta mantida, durante os momentos agudos da crise, pelas classes armadas, pelas forças políticas e pelo povo. De par com os propósitos de resguardar, acima de tudo, a ordem e a legalidade, os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica revelaram-se mais uma vez identificados com os mais sadios sentimentos públicos, em favor da recuperação moral e material do país. A desambição pessoal, com que se portaram, lhes conferiu uma autoridade isenta de qualquer motivo de suspeita ou crítica.*

*Por sua vez, as forças políticas, com a decisiva colaboração da imprensa, encontraram meios de evitar que suas divergências chegassem ao extremo, que pareceu imminente, de degenerar na desordem material e culminar no inglório desfecho de uma luta sangrenta entre irmãos. Para isto contribuiu decisivamente a atitude do povo brasileiro, mantendo-se, de modo geral, calmo e compreen-*

sivo, naturalmente a dominar os impulsos de nervosismo ou desespero suscitados pela crise. Os distúrbios ocorridos em seguida ao gesto trágico do Presidente Getúlio Vargas foram manifestações que não chegaram a constituir uma perturbação séria na vida nacional.

Deve-se mesmo admitir como animador o grau de maturidade política demonstrado pela nação, que logrou atravessar um período de tão suma gravidade, com a sua Constituição intacta e a ordem praticamente inalterada. A legalidade democrática no Brasil venceu o mais duro teste a que poderia submeter-se. Um país cujas instituições resistem a tão arriscadas provas tem certamente motivos para confiar nas reservas de civismo de suas elites e na boa índole de seu povo. Devemos recolher os ensinamentos que as horas de sofrimento e dificuldade nos têm ministrado.

### MENSAGEM DE ESPERANÇA

No texto desta Mensagem haveis de encontrar passagens em que se descrevem sem retoque aspectos graves e negativos da realidade nacional. Não deveis estranhar esta franqueza. O primeiro passo para a solução dos problemas brasileiros é sem dúvida conhecer a verdade, em tudo aquilo que representa as aspirações e necessidades do país.

Esta orientação está longe de significar qualquer intuito pessimista e muito menos uma tendência para o alarmismo. Bem ao contrário, com a experiência e as informações que o exercício do mais alto cargo da República proporciona, faço questão, hoje mais do que nunca, de incorporar-me ao número dos que acreditam na capacidade de progresso do país.

Seria errôneo de minha parte preconizar como linha de conduta um otimismo exagerado, que a situação absolutamente não justifica. Deve-se mesmo reconhecer a ne-

*cessidade de uma atitude de vigilância em face de perigos latentes que poderão transformar-se em ameaças concretas.*

*Mas, se é possível caracterizar com uma expressão o documento que ora entrego ao vosso exame, estímaria que o recebêsseis como u'a mensagem de esperança.*

### O GOVERNO E AS ELEIÇÕES

*Está é a única Mensagem que me compete apresentar, como Presidente da República, ao Congresso Nacional. No próximo ano, quando se repetir a cerimônia de hoje, outro será o responsável supremo pelos destinos do país.*

*Tal circunstância serve bem para realçar a transitoriedade do atual Governo. Seu papel, conforme lembrei mais de uma vez, não abrange senão um período de transição. Todo o meu empenho tem sido no sentido de contribuir para que isto se realize de modo tranqüilo e feliz.*

*A nação é testemunha da conduta do Governo por ocasião das eleições de 3 de outubro do ano transato. Vós mesmos, Senhores Senadores e Deputados, estais a iniciar o desempenho de um mandato que conquistastes naquele pleito. Tendes elementos fornecidos pela própria experiência para um julgamento da maneira como em todo o país procederam as autoridades federais, empenhadas em assegurar a liberdade das urnas e a exatidão na apuração dos resultados.*

*Prepara-se agora o Brasil para uma nova campanha eleitoral, em que deverá ser feita a escolha do meu sucessor na Presidência da República, além da renovação de alguns governos estaduais. Não há, nem poderia haver, de parte das autoridades federais, senão a firme resolução de proporcionar ao povo brasileiro as mesmas garantias de ordem e liberdade que distinguiram as eleições de 1954.*

*Esta afirmação não vai aqui em tom de promessa e muito menos como se traduzisse uma concessão ou um favor. Significa simplesmente a consciência de um dever indeclinável.*

*Não há razão para que, em tórno da posição do Governo, diante do problema político-eleitoral, prevaleçam equívocos e incompreensões, fantasias e desconfianças. Nem se devem descobrir ameaças ou intenções camufladas onde não há senão apelos no sentido de aplacar ódios, superar divergências e somar forças dispersas, na defesa das instituições democráticas e dos interesses da coletividade.*

*Não é função do Governo apresentar ou impugnar candidatos. Tal missão compete aos partidos políticos, que estão funcionando regularmente. A tarefa natural do Governo é assegurar a boa prática do regime, através do respeito à Constituição e da estrita execução de seus preceitos. Exatamente dentro dessa ordem de preocupações, destituídas de qualquer sentimento pessoal ou partidário, é que sobressai a conveniência de manter em alto nível, de preferência num clima de harmonia patriótica, a campanha da sucessão presidencial, conjurando dêste modo os riscos de uma extrema divisão, na base do acirramento das paixões. Não vejo como se possa incriminar uma linguagem dêsse teor. O que seria estranhável é que o Governo estivesse a pregar ou promover uma política de discórdia.*

*Os homens de bem e de formação democrática, que se encontram em todos os partidos, têm idéias e interesses comuns a preservar. Ninguém de boa-fé poderia aconselhá-los a que se dividissem, quando na sua união é que repousará o fortalecimento do regime, com a cessação dos boatos e temores que tanto instabilizam e prejudicam a vida nacional.*

*Isento das paixões que muitas vèzes afetam a capacidade de raciocínio, sente-se o Govêrno em condições de colocar os interesses gerais do país acima das pretensões de partidos, grupos ou pessoas. Suas exortações conciliatórias, motivadas, entre outras razões, pelo conhecimento direto e real das verdadeiras condições da grave crise política, econômica e financeira, não constituem senão o cumprimento de um dever de consciência e de patriotismo.*

*É impossível negar que o Brasil só teria a lucrar com o advento de uma era de paz e trabalho, em que a inteligência, as energias e o civismo de seus homens públicos se conjugassem no mesmo esforço de recuperação.*

*Uma experiência de muitos anos demonstra que as disputas de caráter meramente personalista ou faccioso podem suscitar as mais vivas emoções, mas não têm trazido as soluções tão almejadas pelo povo brasileiro.*

*É certo que os debates e as competições indicam muitas vèzes a vitalidade do regime. Mas isto não quer dizer que a democracia se caracterize única e forçosamente por uma luta sem treguas. Ela também existe, com feição mais nobre e ação mais fecunda, através das combinações em que, nas horas de crise, o espirito de partido e os sentimentos individuais cedem diante de um interesse mais alto, que é o da coletividade. É nessas ocasiões que a política, como arte a serviço do bem público, adquire um sentido de grandeza.*

*Não é de crer que o povo esteja empenhado em ver as elites digladiando-se num espetáculo de mútua destruição. Ao contrário, se fôsse possível auscultar os sentimentos da maioria dos brasileiros, a perspectiva de um entendimento sadio e elevado entre as forças políticas, com o intuito de resolver os problemas coletivos, bem poderia ser colocada na categoria de um dos mais puros e legítimos anseios nacionais.*

## A CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

*Só através de uma orientação inspirada, acima de tudo, no interesse público, será possível enfrentar de modo satisfatório os problemas fundamentais do país. Entre estes avultam sem dúvida os que se relacionam com a situação econômica e financeira.*

*A elevação do custo da vida, cujos efeitos se fazem sentir com mais intensidade na classe média e nas camadas operárias, atingiu níveis insuportáveis. Ao atual Governo ainda não foi possível, no curso de seis meses, deter o surto inflacionário que vem de longe, embora existam animadores sintomas de que a velocidade e a amplitude do fenômeno estão diminuindo, com as medidas atualmente em curso. Para evitar o agravamento das dificuldades, os responsáveis pela administração nacional estão empenhados numa severa política de parcimônia, a que se fazem referências detalhadas no curso desta Mensagem.*

*Por outro lado, a tendência do Governo é para desapertar as peias que prendem o desenvolvimento da economia nacional. Se esta diretriz não está sendo amplamente executada, é porque isto não pode nem deve ser feito de modo repentino e violento. O intervencionismo estatal adquiriu, entre nós, raízes tão profundas, que talvez se torne indispensável um esforço preliminar de reeducação para ir pouco a pouco atenuando-lhe os excessos.*

*Com relação a alguns produtos brasileiros de exportação, certas medidas de defesa justificam-se na política de controle exercida em países importadores. Seria absurdo que o Governo deixasse ao abandono setores econômicos atingidos, na esfera internacional, pela inter-*

*ferência de poderosas forças. No caso, uma orientação de liberdade, de parte do Brasil, seria uma conduta unilateral e uma traição aos interesses nacionais.*

### REVISÃO CONSTITUCIONAL, REFORMA ELEITORAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

*Alarga-se cada vez mais a área dos problemas que se vão acumulando, a aguardar o estudo e a decisão das elites brasileiras. A própria organização nacional ressent-se ainda de falhas de base e erros de estrutura. A revisão constitucional é hoje, praticamente, um sentimento unânime. O mesmo se pode dizer da reforma eleitoral, destinada a escoimar o voto, cada vez mais, das possibilidades de fraude.*

*No âmbito dos problemas sociais, destaca-se a necessidade de um critério mais eficiente para atender às justas reivindicações das classes laboriosas. No Brasil, as conquistas alcançadas pelos operários são, em grande parte, mais teóricas do que reais. Os trabalhadores vivem envolvidos num círculo de simpatia e sedução, mas sua participação direta e efetiva na vida política e social do país é ainda muito diminuta.*

*Precisam as elites dirigentes estar vigilantes, para evitar a desorientação das massas obreiras.*

*Uma política de reforma, na esfera da Constituição ou do Código Eleitoral, na órbita da legislação trabalhista ou em qualquer outro setor, deve ser dirigida com objetividade e senso prático, sem os exageros de idealismo responsáveis pelo visível descompasso entre as fórmulas jurídicas e legais, de um lado, e as realidades brasileiras, de outro lado.*

*Não bastam as reformas obtidas através das leis. A contribuição da educação e dos costumes é decisiva. Cum-*

*pre também que, ao lado da noção dos direitos, prevaleça a consciência dos deveres.*

*Estas e outras são as bases da revolução de mentalidade que se vai tornando cada vez mais urgente, para que o Brasil possa atingir os padrões de um desenvolvimento satisfatório.*

### ASPECTOS DA PRODUÇÃO

*Passo a apresentar um quadro sintético da situação do país em seus principais setores de atividades, de acôrdo com os dados que figuram, de maneira pormenorizada, no texto desta Mensagem.*

*A produção agrícola teve em 1954 um aumento, devido, entre outros, aos seguintes fatores: modificação das diretrizes cambiais, exploração de novas áreas produtivas e necessidade de compensar os prejuízos acarretados pela geada e pela crise externa do algodão.*

*Esse acréscimo no volume das colheitas não teve, entretanto, influência no balanço de pagamentos, de vez que praticamente só atingiu artigos de consumo interno, não favorecendo o café nem o algodão exportável. A produção de café, ao contrário, acusou uma queda de cêrca de um milhão de sacas. Já o trigo registrou pequeno aumento, com 933 mil toneladas em 1954, contra 910 mil em 1953.*

*A mecanização da lavoura contou com os seguintes recursos: dotação orçamentária de 45 milhões de cruzeiros, crédito bancário de 220 milhões, financiamentos estrangeiros de 18,5 milhões de dólares, mais 18 milhões de dólares concedidos pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América do Norte ao Banco Nacional do Desenvolvimento Económico.*

*A produção animal continua a desenvolver-se. O rebanho brasileiro, que ocupa o quarto lugar na estatística*

mundial, apresenta índices satisfatórios, no tocante ao número. Em termos de peso, no entanto, seu nível é baixo. O fenômeno é atribuído à deficiência de transportes e à má localização dos frigoríficos.

### INDÚSTRIAS BÁSICAS

No setor das indústrias básicas, administradas pelo Governo, a produção da usina de Volta Redonda continua crescendo progressivamente.

O lucro da Companhia Siderúrgica Nacional, apurado em 1954, foi de 502 milhões de cruzeiros, com um acréscimo de 158 milhões relativamente a 1953.

No âmbito dos programas de eletrificação, em todo o país, houve em 1954 um aumento de 750.000 kW na capacidade geradora, correspondente a 35% sobre 1953.

Entre outras inaugurações, cumpre registrar a das duas primeiras unidades da Hidrelétrica do São Francisco, com 120.000 kw.

Por lei sancionada em 1954, foi instituído o Fundo Nacional de Eletrificação.

Na Companhia Vale do Rio Doce, o exercício financeiro foi encerrado com um saldo de 100 milhões de cruzeiros, tendo sido cumpridos todos os compromissos e realizados reinvestimentos com recursos próprios.

A Fábrica Nacional de Motores marcha para sua emancipação definitiva em termos de organização técnica e normalização financeira. O seu programa de desenvolvimento industrial, através da fabricação de caminhões e tratores, apresentará dentro em breve resultados compensadores.

No sentido da exploração do petróleo brasileiro, os principais acontecimentos em 1954 foram os seguintes:

*comêço das atividades da Petrobrás, com capital inicial de 4 bilhões de cruzeiros; conclusão da refinaria de Cubatão; ampliação de Mataripe; incorporação, à Petrobrás, da frota de petroleiros com 22 unidades, com capacidade total de 223.000 toneladas; concessão de um fundo nunca inferior a 3% nem superior a 5% da receita cambial, a fim de assegurar divisas para o programa da Petrobrás.*

*Quanto às indústrias químicas de base, notadamente a produção de álcalis, estão sendo adotadas providências que permitem prever, ainda no corrente ano, o início da emancipação do Brasil em um setor fundamental.*

#### FINANÇAS PÚBLICAS

*Ao invés do "superavit" previsto, a execução orçamentária em 1954 evidenciou a existência de vultoso "deficit", da ordem de 7 bilhões de cruzeiros. Para o exercício corrente, a lei de meios consigna um "deficit" de 3 bilhões, a que devem acrescentar-se 7 bilhões das despesas com abono ao funcionalismo civil e militar, além da quantia de 3,4 bilhões do "deficit" das autarquias e 1 bilhão que a Prefeitura do Distrito Federal deveria, mas não recolherá aos cofres da União. O total do "deficit" real deverá, portanto, elevar-se a 14 bilhões.*

*Dentro de um esquema geral de combate à inflação e melhoria do bem-estar social, os esforços tendentes a ativar o desenvolvimento econômico do país e corrigir as perturbações de ordem conjuntural devem abranger, antes de tudo, providências de caráter monetário e fiscal. Empenhou-se o atual Governo em estreitar a indispensável coordenação de atividades, dentro de uma unidade de orientação, das autoridades monetárias que integram o Conselho da SUMOC.*

O período de janeiro a agosto de 1954 caracterizou-se por acentuada expansão de crédito, realizada diretamente ou favorecida indiretamente pelas autoridades monetárias, através dos bancos comerciais.

Para atender a essa pletora de crédito, que se elevou a 20 bilhões, utilizou-se o saldo líquido dos ágios, no valor de 12 bilhões, além de recursos oriundos do aumento de certas categorias de depósitos no Banco do Brasil, cobrindo-se a diferença com emissões de papel-moeda, no montante de quase 7 bilhões.

Em virtude da nova política de crédito, a partir de setembro, o ritmo de aumento dos empréstimos começou a acusar um declínio, que se acentuou em novembro e dezembro.

Está o Conselho da SUMOC vivamente empenhado numa política monetária e creditícia de combate à inflação e de aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e ação do sistema bancário. Com esse objetivo, foram adotadas, através de três importantes "Instruções", medidas de alto alcance, cujos benéficos efeitos se vêm fazendo sentir.

Estabeleceu-se íntima conjugação entre a ação da Inspeção de Bancos e a assistência financeira através da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária. Graças a essa política de cooperação entre as autoridades monetárias, o sistema bancário vem apresentando saudável reação, o que é um estímulo para que se prossiga no esforço para reduzir a expansão insólita do crédito, sem abalos financeiros.

A situação cambial avulta pela sua evidente importância. É sabido que durante vários anos prevaleceu uma taxa de câmbio, oficial e rígida, impedindo que se tivesse uma visão da relação entre o poder aquisitivo do cruzeiro no mercado interno e no câmbio. Em 1953, introduziram-se profundas modificações no sistema cambial bra-

sileiro, e instituiu-se, parcialmente, o regime de câmbio livre, com exclusão do café, algodão e cacau.

Essa orientação foi complementada em 1954 pela lei que disciplinou o comércio de exportações e importações.

Em seguida, o café atingiu cotações sem precedentes, registrando-se uma acumulação dos estoques pelos principais compradores. O preço chegou a alcançar 95 cents por libra pêsso para o tipo 4, Santos, no disponível. Mas, a partir dessa data, observou-se pronunciada retração nas compras, com um declínio progressivo nas cotações. Com o intuito de deter a baixa, o Governo fixou o preço, em cruzeiros, eqüivalentes a 87 cents (cotação daquele tipo, no disponível, na data da resolução em aprêço). Esperava-se que as exportações retomariam seu ritmo normal.

Essa previsão frustrou-se. Os compradores ainda dispunham de estoques, resultantes de importações antecipadas, de outras procedências, para resistir aos preços altos. Ante o desequilíbrio cada vez mais grave no balanço comercial, viu-se o Governo na contingência de alterar a base prefixada para a exportação do café, sem, entretanto, modificar os preços internos.

Não obstante o duplo impulso das novas medidas cambiais e da violenta queda de sua cotação em moeda estrangeira, o escoamento do café não se acelerou. A retração de vendas suscitou a impressão de que o fenómeno derivava da taxa flutuante, adotada para o café e outros produtos. Em virtude disso, a SUMOC, através de nova modificação em novembro de 1954, pôs em prática, para as exportações de café, o critério de bonificações fixas, mantida a diferença entre o dólar e as demais moedas. Em novembro e comêço de dezembro, as exportações passaram a desenvolver-se em escalas satisfatórias.

Em janeiro de 1955, estendeu-se aos demais produtos exportáveis o regime de bonificação fixa.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico proporcionou financiamentos à produção de energia elétrica, ao estabelecimento de indústrias básicas, à construção de silos e armazéns gerais, à melhoria de portos, à navegação marítima e fluvial e, principalmente, às ferrovias. São empréstimos que se enquadram no programa de reaparelhamento econômico do país.

Com o propósito de atender à situação conjuntural e às exigências do progresso econômico, o Governo vem promovendo a articulação das diretrizes da política fiscal e monetária com as medidas ligadas às possibilidades de cooperação dos financiamentos de origem externa. Com esse objetivo, a representação brasileira apresentou à recente Conferência dos Ministros de Fazenda e Economia, em Quitandinha, uma proposta em favor da extinção da bi-tributação, como estímulo às aplicações de capital.

Quanto ao comércio exterior, embora as estatísticas disponíveis não alcancem o total relativo a 1954, é possível estimar em quantia equivalente a cerca de 1 bilhão e 500 milhões de dólares o valor das exportações e igualmente das importações.

Esse equilíbrio não é, evidentemente, um resultado satisfatório no comércio internacional do Brasil, cuja estrutura de país que ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento reclama saldos elevados no intercâmbio de mercadorias, a fim de cobrir os itens cronicamente deficitários.

O declínio das vendas brasileiras para o exterior teve os seus efeitos amenizados pela situação favorável desfrutada pelo algodão em rama, cacau em amêndoas e pinho serrado.

Quanto às importações, deveriam apresentar sensível aumento em 1954, em relação aos níveis acusados no ano anterior. A procura de produtos como petróleo e derivados, trigo em grão e papel para imprensa, beneficiados

por uma taxa cambial artificialmente baixa, bem como o propósito de atender aos planos de desenvolvimento econômico, governamentais e privados, já em fase de execução, influíram no sentido de tornar liberal a concessão de câmbio nos leilões, provocando o acréscimo aludido e contribuindo para impedir a formação de saldo no comércio exterior do país.

Um "deficit", possivelmente vultoso, deverá ocorrer com relação à área de moedas conversíveis, em consequência das importações de petróleo e derivados, em sua totalidade pagáveis em dólares, ao mesmo tempo que procedentes de países para os quais as exportações brasileiras são ainda pouco expressivas. Assim, o saldo provável do comércio do Brasil com alguns países da área de moedas conversíveis, principalmente os Estados Unidos, é absorvido por aquelas despesas.

Em compensação, cumpre assinalar um saldo registrado na área de moedas inconversíveis, onde sobressai o comércio com a Alemanha.

## TRANSPORTES

É sabido que a deficiência crônica dos meios de transporte tem sido um dos principais entraves ao natural desenvolvimento do país.

Com exceção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tôdas as demais ferrovias brasileiras estão hoje diretamente subordinadas à administração federal ou à dos Estados.

Se, de um lado, isso acarretou vultosa sangria aos cofres públicos, além de hábitos de operação em bases estranhas aos critérios de exploração industrial e comercial, de outro lado, o desenvolvimento do sistema não acompanhou a expansão das regiões agropecuárias e industriais.

A situação econômico-financeira das ferrovias exploradas pelo Estado é extremamente difícil. No exercício de 1954; deverá acusar um prejuízo superior a três bilhões de cruzeiros.

Diante disso, promoveu o Ministério da Viação e Obras Públicas o estudo e as providências para o reaparelhamento das ferrovias e para a reestruturação de seus serviços, baseando-se nos programas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O programa abrange, sobretudo, a remodelação da via permanente, a substituição de locomotivas e vagões obsoletos, bem como o incentivo à indústria que opera neste setor, tudo isto sem prejudicar o prosseguimento dos 4.000 quilômetros de novas linhas em construção.

Visando a proporcionar às ferrovias da União um sentido mais dinâmico e um cunho industrial, o Governo encaminhou ao Congresso Mensagem acompanhada de projeto da lei, criando a Rêde Ferroviária S.A.

Em fins de 1954, a extensão rodoviária atingia, em todo o país, 342.700 quilômetros, isto é, 1.700 mais do que em 1953.

Considerando-se que apenas 1.000 quilômetros são de estradas pavimentadas, torna-se evidente a situação ainda precária do sistema rodoviário.

Antiquada e anti-econômica, a frota mercante não atende às necessidades do país e muito menos está à altura da concorrência estrangeira.

Sentindo a gravidade dessa situação, o Governo está em negociações para a compra de 10 navios norte-americanos, além de outros menores para os Serviços de Navegação da Amazônia.

Ao mesmo tempo, estuda a conveniência da fusão do Lóide Brasileiro com a Companhia Nacional de Navegação Costeira, segundo sugestões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

*A ligação Norte-Sul deverá receber, em 1955, particular atenção.*

*Também a articulação entre o núcleo central, abrangendo Rio, São Paulo e Belo Horizonte, e a parte meridional, será objeto de esforços, no sentido da duplicação do tronco principal litorâneo, de modo a vivificar as zonas intermediárias.*

*É objeto ainda de cogitações a reforma da atual estrutura do sistema administrativo no setor dos transportes, com vistas à racionalização, a uma adequada e flexível padronização e à reestruturação de seus quadros de pessoal, reconhecidamente exagerados com relação às necessidades existentes.*

#### POLÍTICA DE POUPANÇA

*Na esfera da administração geral, cumpre ressaltar a orientação do atual Governo, segundo a qual as admissões têm recaído quase exclusivamente em candidatos habilitados em concurso. As nomeações interinas restringiram-se ao mínimo absolutamente indispensável e aos casos em que houve justificação satisfatória dos responsáveis pelos serviços.*

*Na falta de candidatos habilitados em concurso, o Governo se abstém de preencher os claros existentes. Esse critério visa, de um lado, a fortalecer o "Sistema do Mérito", e, do outro, atender à política de compressão de gastos públicos, imposta pela difícil situação financeira que o país atravessa.*

*Nesse particular, é interessante salientar que, nos quatro últimos meses do ano próximo findo, a economia feita pelo Governo, com o não preenchimento de claros em classes iniciais de carreira, elevou-se a aproximadamente 70 milhões de cruzeiros. Por outro lado, está sendo adotado rigoroso critério de redução dos gastos no exterior, com apreciáveis resultados na política geral de poupança.*

## SEGURANÇA NACIONAL

*Fenômenos internos e externos cuja apreciação é feita num capítulo especial desta Mensagem estão a exigir uma revisão tendente a estabelecer uma política de segurança nacional mais de acôrdo com as atuais necessidades.*

*Reconhecendo que a estrutura e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional já não mais correspondem aos imperativos da conjuntura nacional e internacional, prepara o Govêrno um projeto de reforma dêsse órgão, a fim de que possa êle atender às importantes finalidades a que se destina.*

## PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAIS

*O Govêrno está convencido da conveniência de rever e atualizar diversos dos dispositivos do projeto de lei orgânica da previdência social, ora em curso no Congresso Nacional. Cuidou, assim, de constituir uma comissão de técnicos para estudar a reforma e alterar o sistema atual, criando novas fontes de receita e reajustando os benefícios ora previstos.*

*Também está em cogitações um esquema de pagamento da dívida da União para com as entidades da previdência social. Oriundo de sucessivos períodos de acumulação, o débito em aprêço já atingia, em 1954, aproximadamente, a elevada soma de dezoito bilhões de cruzeiros. A situação atual priva aquelas instituições de recursos substanciais, indispensáveis à realização de seus fins.*

## COLABORAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

*Ai está, Senhores Congressistas, um resumo do que se contém no texto da Mensagem que ora passo às vossas mãos. O espírito de síntese que deve prevalecer numa*

*introdução não me permite que me estenda em considerações a respeito de outros importantes setores, tais como os da educação e cultura, política externa, saúde, energia atômica, pesquisas científicas e tecnológicas, política militar e tantos outros, que constam de capítulos especiais e para cujos detalhes solicito a vossa atenção.*

*Trata-se de um balanço em que o Brasil aparece retratado sob um critério de objetividade patriótica, nos principais aspectos da conjuntura interna e dentro dos reflexos da sua posição no quadro internacional.*

*A obrigação constitucional de dar-vos conta da situação do país completa-se com o dever de solicitar as medidas que visem a melhorá-la.*

*Apelando para a vossa compreensão, estou certo de que havereis de meditar sobre os fatos aqui expostos e concorrer com as luzes de vossos conhecimentos e as energias de vosso civismo para as soluções que estão requerendo pronta ação parlamentar.*

*Digno da vossa consideração é o projeto de lei que estabelece a taxação dos lucros excessivos. O direito de greve, inscrito na Constituição, precisa ser disciplinado. A reforma do sistema previdenciário é uma necessidade reconhecida por todos. A participação dos empregados nos lucros das empresas é outro problema que deve chegar a um desfecho feliz. As medidas anti-inflacionárias, substanciadas na lei de meios, constituem um imperativo de salvação das finanças públicas, cumprindo evitar os sucessivos créditos adicionais que geralmente implicam reajustamentos negativos da política orçamentária.*

*O Governo solicita, igualmente, especial atenção para o Plano de Classificação de Cargos, já submetido à consideração do Congresso Nacional e que deverá abranger não só os servidores civis, mas também os*

*militares. Outra matéria que está a merecer cooperação do Parlamento são as medidas que se tornam necessárias ao aperfeiçoamento da legislação que disciplina a prestação de assistência técnica e financeira aos Municípios.*

*Quanto à reforma da lei eleitoral, creio que a unanimidade dos responsáveis pela direção da vida política do país reconhece não só a sua necessidade mas também a sua urgência, a fim de corrigir o sistema dos defeitos que, infelizmente, ainda maculam os resultados das urnas.*

*Não obstante os recentes progressos técnicos já observados, a elaboração orçamentária carece de um aperfeiçoamento em que a vossa contribuição será fundamental e decisiva.*

*Bem sabeis a importância do Orçamento Federal no quadro das atividades econômico-financeiras do país, como instrumento básico de planejamento da ação governamental e da redistribuição do produto nacional bruto aos setores de produção. A estimativa da renda nacional em 1954 é da ordem de Cr\$ 450 bilhões. Através do Orçamento Federal opera-se, de fato, uma legítima redistribuição da renda nacional, de indiscutíveis vantagens para as regiões de progresso retardado. Essa é uma das funções mais importantes da lei de meios, suplementando com auxílios, subvenções, fundos especiais e receitas vinculadas, os orçamentos estaduais e municipais. O Governo, por intermédio do Orçamento Federal, atua de maneira decisiva sobre a conjuntura, facultando os recursos para pagamento de salários, aquisição de equipamentos e execução de obras e serviços públicos, e estimulando o mercado de produção e utilidades.*

*Desejo formular um apêlo à vossa colaboração, Senhores Membros do Poder Legislativo, para o cuidadoso exame das providências que se fazem necessárias à moder-*

nização do mecanismo governamental da administração financeira e da política fiscal. Setor de manifesta importância, exige instrumentos aperfeiçoados de ação, sem o que se torna inviável a coordenação das medidas a serem adotadas, simultaneamente, em planos diversos, visando à ampliação da capacidade tributária, à eliminação dos "deficits" e à contenção do surto inflacionário.

Entre os projetos que já se acham no Congresso, avultam o do Código Tributário Nacional e o que institui, em todo o país, normas gerais de Contabilidade Pública e elaboração orçamentária, ampliando e consolidando a obra iniciada em 1939 e 1940, pelas conferências fazendárias. O Governo, além do mais, requer a vossa cooperação para a solução de problemas relevantes, como sejam: a modificação da estrutura dos impostos básicos da arrecadação federal — renda, consumo e sêlo; a revisão e atualização das tarifas alfandegárias; o estabelecimento orgânico do crédito público, dispondo sobre juros, resgates, amortizações, aplicação de empréstimos e organização do mercado nacional de valores.

O Governo resulta da ação coordenada dos Poderes. As responsabilidades perante o povo, cujo bem-estar é função precípua do Estado prover, estão divididas, enquadrando-se em órbitas de atribuições específicas. Dentro dos princípios de harmonia e independência dos três Poderes, cumpre não esquecer os altos encargos afetos ao Judiciário, ao qual compete, no mecanismo do regime, a missão fundamental de vigiar a aplicação das leis. Trata-se de um Poder que, tanto quanto o Legislativo e o Executivo, é alvo, às vêzes, de reparos motivados por problemas cuja responsabilidade não lhe cabe. O Congresso Nacional, em cuja composição se destaca a presença de tantos expoentes da cultura jurídica do país, certamente se mostrará sensível à situação do Judi-

ciário, em tudo aquilo que demande estudo e aperfeiçoamento por parte dos legisladores, naturalmente com a ajuda e a experiência dos próprios membros daquele Poder, a quem incumbe uma das mais difíceis tarefas humanas, que é julgar.

Na estruturação da autoridade estatal de nosso sistema presidencialista, o Parlamento recuperou a força, que lhe é própria, como instrumento de representação das massas, passando a ter maiores obrigações para com o povo e a contribuir de modo mais decisivo para o prestígio e a sobrevivência das instituições democráticas.

Ao enviar-vos esta Mensagem, Senhores Senadores e Deputados, convido-vos a que juntos voltemos o pensamento para o futuro do Brasil, numa conjugação de vontades e esforços, a fim de proporcionar aos nossos compatriotas o advento de uma era mais feliz, a que têm direito e pela qual tanto anseiam. Com este elevado objetivo estou pronto, de minha parte, a colaborar em tudo aquilo que de mim depender e estiver ao meu alcance. A obra a empreender, no sentido de colocar o país no caminho do desenvolvimento lógico que seus recursos naturais e humanos propiciam, é dessas que devem despertar o entusiasmo e a decisão de todos os patriotas. Não há razão para as atitudes de desalento. Com espírito de iniciativa e capacidade de organização, a presente crise pode ser ultrapassada. Para isto não faltam às elites nacionais e ao povo as energias intelectuais e físicas, que são as fontes criadoras da civilização e do progresso. As dificuldades do momento devem servir a todos nós como uma advertência para que procuremos situar os interesses permanentes da nacionalidade acima de quaisquer antagonismos mesquinhos. Este é o imperativo supremo da hora e o dever da geração atual para com o Brasil de amanhã.

*Estou certo de que, atentos às inspirações do vosso patriotismo e aos ensinamentos da vossa experiência, sabeis ter os gestos de compreensão e ajuda que o país reclama, nesta conjuntura, de todos os seus homens públicos. É com esta convicção que o Legislativo e o Executivo devem congregat idéias e ação, pois só assim estaremos todos correspondendo às esperanças do povo brasileiro.*

**CONJUNTURA**

## POLÍTICA INTERNA

A característica fundamental da atuação do Governo, não obstante a difícil conjuntura em que se instalou, tem sido o empenho decidido de manutenção do mais absoluto respeito à Constituição da República, bem como às leis que dão vida à estrutura político-administrativa e social do país. A crise de agosto do ano passado, quando trágicamente desapareceu o Presidente Getúlio Vargas, não serviu de pretexto ou motivo para cercear as garantias ou violentar os direitos assegurados pela Constituição. Ao contrário, é visível o esforço com que o Governo tem procurado repor o país no ritmo de sua vida normal, restaurando a tranqüilidade, mantendo a ordem, preservando o prestígio da autoridade, garantindo o gozo das liberdades, enfrentando a crise econômico-financeira e evitando qualquer ato que possa redundar em sacrifício do bom funcionamento do regime.

Quarenta dias depois da fase aguda da crise, quando se realizaram as eleições de 3 de outubro, dentro do prazo previamente estabelecido, puderam os brasileiros escolher livremente, os candidatos de sua preferência.

Conforta assinalar que este período de difícil transição está sendo transposto sem que se recorra a nenhum ato de violência ou intervenção, nem no âmbito da vida dos cidadãos, nem na órbita das instituições. Nesse particular, entre outros fatos dignos de registro, deve consignar-se que o Governo Federal não aquiesceu em intervir no Amazonas, quando as autoridades mais representativas daquele Estado apelaram para a medida extrema.

As eleições para a composição do Congresso Nacional e para a escolha, em onze Estados, dos Governadores, prefeitos e repre-

ELEIÇÕES

Quanto às atividades do Departamento Federal de Segurança Pública, é de justiça salientar os esforços despendidos no sentido da racionalização e modernização dos seus serviços, cujos benéficos resultados já começam a se fazer sentidos.

O Governo Federal tem procurado enquadrar os diversos estabelecimentos penais existentes no país nos princípios que informam o regime penitenciário brasileiro, visando a proporcionar aos presidiários um tratamento condizente com as finalidades da prisão.

REGIME  
PENITEN-  
CIÁRIO

A verdade é que, em todo o território nacional, são poucos os cárceres que observam as normas preconizadas pela moderna política penitenciária, as quais, apesar do que se tem feito, ainda não se tornaram efetivas na vida cotidiana dos presídios.

O incremento da criminalidade nos últimos anos, com o conseqüente aumento dos sentenciados, é problema que merece cuidadosa atenção, a fim de que os princípios insertos nas leis penais passem do terreno da abstração para o campo concreto da realidade.

Dentre os fatos mais importantes registrados em 1954, nesse setor, é de destacar a ação conjunta dos vários órgãos da administração do Ministério da Justiça e dos estabelecimentos penais a ele subordinados, no sentido de resolver o problema já discutido do acúmulo de prêsos nos xadreses da Polícia. Foi, assim, acelerada a construção de quatro pavilhões junto ao Sanatório Penal, em Bangu. Os cubículos inabitáveis do prédio central foram reparados e um pavilhão está sendo construído em terrenos da Penitenciária.

Em Bangu, onde será levantada a grande Penitenciária Agro-Industrial, ainda este ano, foi concluído o serviço de terraplanagem em área considerável.

Na Penitenciária de Mulheres foram levados a efeito reparos de vulto, inclusive o gradeamento dos cubículos, a pavimentação dos pátios de recreio e a construção de celas para o recolhimento das rebeldes.

Também no Presídio, nesta Capital, e nas Colônias Agrícola e Penal da Ilha Grande, medidas especiais foram adotadas para aumentar a capacidade de alojamento.

INDULTO  
E COMUTA-  
ÇÃO DE  
PENAS

Durante o ano transato, cento e vinte e dois sentenciados foram indultados e outros oitocentos e vinte e seis tiveram comutadas as penas a que foram condenados. No curso da atual gestão federal, entretanto, somente dois delinqüentes foram indultados e quinze tiveram suas penas comutadas. É que ao Governo só se afigura compatíveis com a natureza desses institutos do Direito Penal a liberação dos delinqüentes e a redução das suas penas quando razões pessoais ou sociais especialíssimas o aconselhem. O poder de graça não pode nem deve transformar-se em instância de revisão criminal, deslocando da esfera do Judiciário para a competência do Executivo a alta missão de julgar. Essa a orientação que parece mais consentânea com uma boa politica criminal e mais concorde com a natureza social e constitucional da prerrogativa da graça.

ASSISTÊN-  
CIA A ME-  
NORES

A assistência aos menores desamparados é problema de evidente importância para o futuro do país, motivo pelo qual procura o Governo ampliar os seus esforços nesse setor.

No ano findo, conseguiu o Serviço de Assistência a Menores estender suas atividades por todo o território nacional, instituindo ou completando a instalação de inspetorias ou agências nas capitais dos Estados e levando sua rede assistencial aos Territórios Federais. Até dezembro último, o âmbito de ação do S.A.M. abrangia duzentos educandários, com um total de doze mil e oitocentos internos.

Para o ano corrente, providências em curso visam a elevar aquêle número, o que virá atenuar, sem dúvida, a gravidade do problema.

Dentre as providências de maior relêvo que se acham programadas para este ano, deve-se mencionar a realização de convênios entre os Governos da União e dos Estados, para a coordenação dos serviços de amparo aos menores mantidos, em todo o país, pelos poderes públicos. A realização desses convênios representará uma contribuição decisiva para a racionalização dos serviços administrativos do S.A.M., supressão das fontes de divergência, compressão de despesas e, principalmente, obtenção de melhores índices de produtividade educativa e técnica.

Serão conjugados esforços, hoje dispersos, com maior economia e melhor rendimento.

No trato dos menores, reformas radicais estão sendo paulatinamente introduzidas. Os métodos obsoletos e despersonalizantes dos internatos clássicos estão sendo substituídos por processos científicos de formação da individualidade e do robustecimento da personalidade dos adolescentes. Cursos de aperfeiçoamento do pessoal do S.A.M. foram instituídos, visando à formação moral e técnica do menor abandonado ou desajustado — futuro cidadão apto a se integrar na comunidade. A todos os responsáveis pela assistência aos menores foi oferecida, indistintamente, a oportunidade de acesso aos modernos ensinamentos científicos, biológicos, pedagógicos ou técnicos indispensáveis ao trabalho de transformação dos transviados e abandonados em elementos úteis à coletividade. Não se descurou, por outro lado, do aprendizado, porquanto, doravante, em todos os internatos destinados aos menores desamparados haverá oficinas em pleno funcionamento.

A política municipal adquiriu, no último decênio da vida republicana, considerável projeção. Já a partir de 1930, quando a revolução vitoriosa começou a considerar mais atentamente os problemas do interior brasileiro, os assuntos municipais passaram a ser objeto de cogitações mais sérias, deixando as comunas nacionais de ser olhadas apenas como núcleos eleitorais, fontes da sustentação continuísta das oligarquias regionais e instrumentos do poder político das unidades estaduais. Datam dessa época não só as primeiras revelações, sobre a desorganização administrativa, insuficiência financeira e marasmo econômico dos Municípios, mas também as primeiras investigações concretas no campo tributário, conduzindo a estudos que culminaram na sistematização da nomenclatura de impostos e taxas, bem como na padronização das normas contábeis, financeiras e orçamentárias. O ato que reimplantou, em bases inovadoras, o sistema federativo, inaugurando o regime centralizado da administração local, contribuiu para que a organização municipal interessasse mais de perto à União, pois esse problema, nos moldes clássicos da primeira Constituição Republicana, era da exclusiva alçada dos Governos Estaduais.

Quando o país, com a Constituição de 1934, recuperou a sua forma representativa, verificou-se que, na obra de reestruturação do Estado, a *matéria municipal*, principalmente no que diz respeito ao sistema político e limite da competência financeira, passou a

A UNIÃO  
E O DESENVOLVIMENTO  
DOS MUNICÍPIOS

figurar no texto básico da Federação com maior amplitude. Essa orientação sobreviveu, sobretudo no que diz respeito à discriminação tributária, na Carta Constitucional outorgada em 1937. A estrutura ditatorial, porém, repelindo pela própria doutrina e prática o princípio da autonomia local, esmagou os Municípios naquilo que possuíam de mais tradicional na evolução histórica do Brasil, que era o direito de se governarem a si mesmos, tendo sido transformados em simples dependências administrativas do Estado.

Com a Constituição de 18 de setembro de 1946, os Municípios não só recuperaram o vigor das suas instituições básicas, mas ainda adquiriram novas conquistas tributárias de modo que deixaram de ser apenas instrumentos políticos para transformar-se em unidades operantes de administração e governo, com as suas funções mais ampliadas, mercê das novas fontes de receita de que desfrutam.

Apenas a participação dos Municípios rurais na cota do imposto de renda, que o Governo Federal lhes distribui, superou, de início, em várias comunas, o total das receitas tributárias.

Essa participação serviu ainda de estímulo à revisão do quadro da divisão territorial, tanto assim que, no fim do ano de 1953, o número de comunas se elevou a 1.956 e atualmente já excede a dois milhares. Isto significa que, apenas sob o influxo da cota do imposto de renda, mais de 500 municípios novos foram criados, a partir da promulgação da Constituição de 1946, muitos deles — diga-se de passagem — destituídos de condições sociais e econômicas de sobrevivência.

Cumpra, neste particular, alertar os Governos Estaduais, observando que, por mais que se eleve a arrecadação do imposto de renda, as cotas devidas às entidades municipais tanto mais perderão a sua expressão quanto mais Municípios se criarem. Não parece recomendável desmembrar, de municípios tradicionais, os distritos que mais progridam, transformando-os em comunas autônomas. Essa dissiparidade, além de financeiramente inconveniente, poderá acarretar o descontrôle da vida local.

A posição do Governo da União, no tocante à política municipal, não pode ser contemplativa nem estoica indiferente à árdua luta pelo bem-estar, em que se debatem as populações das comunas rurais.

Sua ação tem de ser econômica, financeira e tecnicamente complementar da ação estadual e municipal, através de planos

de assistência e cooperação que, de modo nenhum, poderão afetar os postulados da autonomia. O bem-estar das populações rurais impõe uma política de coordenação de iniciativas e esforços, envolvendo e mobilizando os três níveis do Governo.

Impressionado com as condições sanitárias do interior do país e com o fato de apenas 500 em mais de 2.000 municípios brasileiros possuírem sistemas de abastecimento de água potável, o Governo elaborou, em 1953, um plano de instalação desses serviços nas sedes municipais.

*Financiamentos de serviços municipais*

No esquema desse melhoramento foram incluídas cerca de 700 cidades do interior, escolhidas segundo critérios gerais, tais como densidade demográfica, salubridade, localização geográfica etc.

O Plano estava sendo executado, quando foi promulgada a Lei nº 2.134, de 31 de dezembro de 1953, que regulou o financiamento de numerosos serviços públicos municipais e estabeleceu novas bases para a concessão dos empréstimos, incluindo entre as entidades financiadoras as instituições de previdência social (Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões), cuja contribuição seria na base de 20% do que arrecadam em cada Estado.

A Lei nº 2.134, de 1953, foi regulamentada pelo Decreto nº 35.064, de 13 de fevereiro de 1954, que previa a constituição de uma comissão para orientar e coordenar a aplicação dos recursos que deviam ser movimentados na concessão dos financiamentos.

Logo no início de sua gestão, o atual Governo designou a Comissão já referida, dando-lhe instruções no sentido de proceder com rapidez, de modo que os financiamentos aos Municípios não sofressem colapso.

Dando imediato início à execução de suas atividades, a Comissão passou a fazer minucioso estudo da Lei nº 2.134, de 1953, e demais documentos relacionados com os empréstimos aos Municípios, havendo chegado à conclusão de que, não obstante suas elevadas finalidades, o aludido diploma legal, como está redigido, não apresenta as condições mínimas de exeqüibilidade.

Por esse motivo, a Comissão está procedendo a estudos que o Governo enviará ao Congresso Nacional, baseados em princípios e normas gerais, capazes de assegurar a realização dos planos de assistência financeira aos Municípios, sem, contudo, afetar o patrimônio e as atividades específicas de órgãos federais.

Em 90% das localidades de mais de 2.000 habitantes, não existe sequer um rudimentar sistema de saneamento. Nesse setor, o SESP vem realizando uma obra que, embora longe de corresponder ao volume das necessidades mais sensíveis em regiões afastadas dos grandes centros litorâneos, deve ser realçada como um serviço prestado à saúde pública no Brasil.

Outra questão primordial é a assistência médico-hospitalar. A terça parte dos municípios brasileiros não dispõe de qualquer forma de assistência médica, particular ou oficial. Através de um dos seus serviços especializados, o Ministério da Saúde vem procurando incrementar a construção de hospitais em todos os Estados da Federação, quer diretamente, quer subvencionando entidades particulares, quer, ainda, sob a forma de convênios de cooperação com Estados e Municípios.

Releva assinalar a necessidade de serem paulatinamente entregues aos Municípios muitas das responsabilidades que hoje estão atetas apenas ao Governo Federal. No Brasil, a tendência tem sido para a centralização administrativa, a tal ponto que, excetuadas algumas capitais estaduais, os Municípios abdicaram de sua própria organização sanitária. Reagir contra essa tendência será uma forma salutar de fortalecer o Município.

Tudo indica que as fontes normais, exclusivamente tributárias, das finanças municipais, já não satisfazem, apesar da melhoria obtida no tocante à revisão da discriminação de rendas, às necessidades crescentes dos serviços públicos das comunas brasileiras.

Enquanto crescem essas necessidades e aumentam as arrecadações, o volume do dinheiro perde a sua expressão em face do desequilíbrio dos preços e do alto custo dos serviços, caracterizando a espiral inflacionária que submete a economia nacional a reajustamentos constantes e negativos. Mas não se deve cogitar, por enquanto, de nova revisão das fontes de tributação, porque o país está em crise e as finanças nacionais poderão readquirir estabilidade em futuro próximo. Lamentavelmente, ainda não dispomos, no Brasil, de um mercado de títulos organizado, no qual os Municípios fôssem buscar maiores suprimentos, pela emissão de apólices, para fazer face aos prazos de caráter reprodutivo.

Os orçamentos municipais, além do mais, têm sofrido, diretamente, o impacto das oscilações financeiras do país, bastando con-

siderar, sob êsse aspecto, que apenas a cota do impôsto de renda influi nêles como um jato monetário de proporções imprevistas.

No exercício de 1954, por exemplo, o total da cota autorizada, inscrita com antecipação no texto do Orçamento da União, mercê de estimativas que foram ultrapassadas, representava-se em Cr\$ 999.000.000,00.

Com o aumento, porém, da arrecadação do impôsto de renda, a cota elevou-se a Cr\$ 1.163.905.270,00, registrando-se, assim, uma diferença imprevista de Cr\$ 164.905.270,00, a que têm direito os Municípios e que lhes será conferida através de crédito suplementar.

No exercício de 1954, o total das Receitas Municipais elevou-se a cerca de oito bilhões e meio de cruzeiros. O vulto dessa arrecadação, que exprime em parte o fluxo inflacionário, revelou-se, entretanto, insuficiente para as necessidades das comunas brasileiras, tanto assim que algumas delas foram buscar fontes suplementares no apêlo ao crédito público e a empréstimos patrocinados pelo Governo Federal. Através das diversas instituições de crédito, vinculadas ao Governo, foram realizados empréstimos aos Estados e Municípios, no mesmo exercício, no montante de cerca de seis bilhões e meio de cruzeiros.

O problema da mudança da Capital Federal vem acompanhando todo o curso da nossa evolução histórica. A partir do advento da República, adquiriu maior relêvo, sendo objeto de dispositivo constitucional expresso. Não apenas estadistas, mas ainda estrategistas, geógrafos e economistas dêle se têm ocupado, considerando sua solução como elemento essencial ao progresso do país. Embora as razões e vantagens da mudança da Capital tenham sido revistas, em face dos modernos meios de transportes e de novas concepções no tocante à defesa do país, o problema ainda se reveste de atualidade, tanto assim que continua objeto específico de dispositivo constitucional.

MUDANÇA  
DA CAPITAL

Dentre os vários fatores que impõem uma ação coordenada dos poderes públicos, no sentido de encontrar uma solução e dar assim realidade ao imperativo da Constituição, ressalta a necessidade de implantar, no interior do país, um eixo vital de irradiação de progresso, capaz de promover não só melhor inter-ligação do

litoral com o centro, senão também, e sobretudo, estimular a interiorização crescente da civilização brasileira.

A mudança da Capital, porém, ainda continua na fase de planejamento. Não se pode admitir que empreendimento de tal magnitude, que tem sido objeto de pesquisas continuadas das administrações anteriores, seja tentado como uma improvisação, de vez que a capital de um país não exige apenas a limitação de área ou execução de gigantescos planos de engenharia e obras, mas ainda a criação de uma consciência de metrópole, que é tão importante como todo o mecanismo administrativo que constitui uma sede de governo.

Com suas atividades limitadas a um período de pouco mais de um ano, o atual Governo não poderia ter a iniciativa de grandes realizações. Mas é verdade que uma de suas principais preocupações foi assegurar a continuidade das obras administrativas que já estavam programadas ou em execução.

Dos empreendimentos que o Governo encontrou em andamento, um não poderia deixar de merecer especial atenção, tendo em vista o que ele representa para o progresso e o futuro do Brasil.

Trata-se da interiorização da Capital Federal, velha e legítima aspiração nacional. Essa obra, pela sua importância e indiscutível oportunidade, não pode sofrer solução de continuidade. Pelo contrário, o seu prosseguimento deve ser encarado com realismo e objetividade, de modo que, em futuro próximo, esse anseio de tantas gerações de brasileiros se possa transformar em realidade.

Por considerar a mudança da Capital um dos problemas de maior relevância e que, por isso mesmo, deve figurar em posição destacada na ordem de prioridade, o atual Governo, logo no início de sua gestão, providenciou a imediata recomposição da respectiva Comissão, dotando-a, ainda, dos elementos materiais de que necessita para o perfeito desempenho de sua difícil e importante missão.

Uma vez recomposta, a Comissão de Localização da Nova Capital não só deu imediato prosseguimento a todas as medidas até então encetadas, mas ainda determinou providências capazes de garantir a consecução do objetivo que tem em vista realizar.

Problema de alta relevância, que exige enormes recursos financeiros, a mudança de Capital não poderá ser obra de uma administração. Terá de ser, forçosamente, o resultado do trabalho contínuo e persistente de várias administrações. Mas, em face das repercussões e conseqüências relativas à expansão e desenvolvimento geral do país, a interiorização da Capital é um desses empreendimentos que não podem sofrer maior dilação.

A transferência da Capital requer, preliminarmente, a adoção de uma série de providências, visando a criar, no futuro Distrito Federal, condições sociais e econômicas propícias ao desenvolvimento regular e satisfatório de uma cidade moderna.

Fiel a essa orientação, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal elaborou, para execução no corrente ano, o seguinte plano de trabalho: estudo dos problemas peculiares a uma grande cidade: serviços de água, energia elétrica, esgotos, abastecimento etc.; transferência, para o local destinado à futura Capital, de batalhões de engenharia, com o fim de colaborar nas obras iniciais; conclusão das três estradas de ferro incumbidas de estabelecer ligação com a nova Capital.

Para o estudo dos problemas de natureza local, peculiares a toda cidade, já foram designadas subcomissões.

A possibilidade da criação de um batalhão de engenharia no futuro Distrito Federal está sendo devidamente estudada pelo Ministério da Guerra.

Por outro lado, o Ministério da Viação adotou a orientação de dar rápido andamento às obras das estradas de ferro que farão a ligação da nova Capital com os outros pontos do país.

A necessidade de princípios e métodos racionais de trabalho, de que resulte o aumento de produtividade dos órgãos administrativos, vem-se fazendo sentir cada vez mais. O Governo não pode permanecer insensível a esse imperativo. A eficiência do funcionamento dos serviços públicos é indispensável para que a administração alcance índices de rendimento à altura dos esforços e recursos despendidos, através de melhor utilização econômica dos elementos de que dispõe. A racionalização deve ser promovida em grau crescente, de modo que a execução dos serviços corresponda ao planejamento.

ADMI-  
NISTRA-  
ÇÃO GE-  
RAL

**Organização e métodos**

É preciso eliminar as falhas ainda existentes no sistema organizador, dar impulso à capacidade renovadora e estabelecer uma coordenação e uma sistematização geral, tendentes a proporcionar o aperfeiçoamento das instituições administrativas brasileiras.

O sistema de organização, restaurado pela Lei n.º 1.650, de 19 de julho de 1952, funcionou normalmente em 1954. Entre os trabalhos realizados nesse setor, deve ser mencionada a elaboração de vinte e quatro Regulamentos e Regimentos para diferentes repartições, que foram assim dotadas de instrumentos atualizados, capazes de disciplinar suas atividades.

**Orçamento**

Na elaboração da proposta orçamentária para o corrente exercício, procurou o Governo adotar sistematização que refletisse novas exigências do Poder Público, quer ligadas a preceitos constitucionais e à legislação ordinária, quer relacionadas com o desenvolvimento do Brasil.

As despesas foram distribuídas em dois campos, correspondentes às contas de custeio e às de investimentos. Para 1956, cogita-se de desenvolver o processo, completando-o de maneira sistemática, a fim de que o Orçamento possa fornecer elementos mais circunstanciados a respeito da apropriação da despesa.

**Plano Salte**

Expirou, em dezembro de 1954, o prazo de vigência da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, que instituiu o *Plano SALTE*, conjunto de empreendimentos governamentais nos setores da Saúde, da Alimentação, dos Transportes e da Energia.

Em novembro último, foi aprovado pelo Parlamento o projeto de lei que prorrogava esse Plano, por mais cinco anos. Resolveu o Executivo negar-lhe sanção, tendo sido o veto aceito pelo Congresso Nacional, em sessão de 13 de dezembro de 1954.

Nas razões de veto, o Governo teve ocasião de ponderar que o *Plano SALTE*, elaborado em 1948, portanto há mais de sete anos, quando era inteiramente diversa a situação do país, não mais correspondia às condições atuais. Não possuindo, além disso, desde a origem, recursos próprios para o financiamento, passara a constituir, pelo seu caráter de orçamento paralelo, uma das causas do desequilíbrio das contas públicas.

Outro motivo do veto presidencial fundamentou-se no fato de estar o Plano inteiramente desatualizado. Estudos posteriores, levados a efeito pela Comissão Mista Brasileiro-Americana de Desenvolvimento Econômico e por outros organismos técnicos, indicaram soluções diferentes para alguns dos problemas que constituíam o objeto do Plano.

Diante da desvalorização da moeda nacional e do encarecimento do custo do material e da mão-de-obra, ficaram inteiramente desatualizadas as estimativas das obras e dos empreendimentos nêle previstos.

Após sua instituição, criou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para orientar e executar a política de investimentos do Governo Federal.

A instituição da Petrobrás e da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, bem como do Fundo Nacional de Eletrificação, colocou em novas bases a política de fomento à produção de energia. Além disso, a criação do Ministério da Saúde veio permitir destinação de maiores recursos técnicos e financeiros à solução dos problemas da saúde pública.

Considerou-se, assim, dispensável e inoportuna a prorrogação do Plano SALTE, visto como a continuação das realizações dêle constantes poderia ficar a cargo dos novos organismos criados para a execução da política de investimentos do Governo Federal, ou dos Ministérios respectivos, à conta das dotações do Orçamento Geral da União.

No ano passado tiveram, porém, prosseguimento diversos empreendimentos, obras e serviços, previstos no Plano SALTE, com recursos para esse fim consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício em referência. Apesar das graves dificuldades financeiras que teve de enfrentar no último ano, o Governo autorizou a execução, com disponibilidades do Plano, de obras e serviços no valor total de Cr\$ 924.674.000,00.

A política de rigorosa economia, tornada imperiosa diante do vultoso déficit das Contas Públicas, obrigou o Governo a deixar de aplicar dotações do Plano SALTE, no valor de ..... Cr\$ 530.936.000,00. A conta dos gastos autorizados, foram realizadas despesas no total de Cr\$ 508.321.080,00 e transferidos para «Restos a pagar» créditos no valor de Cr\$ 416.352.920,00.

Dos gastos autorizados em 1954 para execução dos empreendimentos previstos no mesmo Plano, aplicaram-se, no Setor de Saúde, Cr\$ 38.063.000,00; no Setor de Transportes, ..... Cr\$ 862.256.000,00; e no Setor de Energia, Cr\$ 24.355.000,00.

Entre as despesas autorizadas, destacam-se, pelo seu vulto, as que se relacionam com o melhoramento, construção e equipamento das estradas de ferro, que atingiram à cifra de ..... Cr\$ 603.446.000,00. Foram ainda autorizados gastos no valor de Cr\$ 123.257.000,00 em obras e equipamentos portuários, e de Cr\$ 112.500,00, com a construção e melhoria de aeroportos.

O Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 consignou, aos diversos Ministérios, as dotações necessárias ao prosseguimento das obras e serviços do *Plano SALTE* anteriormente iniciadas, evitando-se, destarte, delonga nos respectivos empreendimentos.

#### *Pessoal*

Os encargos atribuídos aos órgãos de pessoal dos diversos Ministérios, na organização atual, são de tal modo excessivos, que redundam em evidente prejuízo para o desempenho das atribuições que lhes são conferidas pela legislação.

Cumprir modificar-lhes a estrutura, atualizando-a, de modo que as respectivas atribuições sejam descentralizadas e distribuídas segundo critérios racionais.

#### *Extranumerários*

Pela Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, foram equiparados aos funcionários efetivos, para todos os efeitos, os extranumerários mensalistas da União e das autarquias, que contam ou venham a contar mais de cinco anos de serviço público. Como lei anterior (Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952) já transformara todos os extranumerários diaristas em mensalistas — e o novo Estatuto dos Funcionários mandara integrar em quadros especiais extintos os extranumerários amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — completou-se, assim, radical mudança no regime do pessoal extranumerário, que se reduzirá apenas a duas categorias: a dos contratados e a dos tarefeiros.

A impossibilidade de admitir extranumerários trará dificuldades ao Governo, que não disporá mais desse instrumento flexível de provimento de funções para atender a necessidades ime-

diatas da administração, resultantes da criação de novos órgãos ou de aumento temporário do serviço em determinados setores.

Por esse motivo, o Governo anterior vetou, na parte em que assim estabelecia, o projeto respectivo, mas o Congresso Nacional houve por bem rejeitar esse veto.

Prosseguiu o Governo no propósito de regulamentar o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, promulgado em 1952, tendo em vista tornar efetiva e uniforme a aplicação das normas estatutárias. Dentre os trabalhos empreendidos nesse sentido, sobressai a elaboração do decreto concernente às acumulações de cargos. Também foram elaborados os projetos de regulamentação da pensão concedida à família do servidor falecido em consequência de acidente no desempenho de suas funções, e, bem assim, da lei que estabeleceria novos padrões e símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas. Está sendo presentemente ultimado o plano de assistência ao funcionário.

Regulamentação do Estatuto dos Funcionários

Tendo em vista a elevação do custo de vida nos últimos anos e a fixação dos novos níveis de salário mínimo, promoveu o Governo estudos referentes à concessão de abono especial temporário aos servidores militares e civis, consubstanciado em projeto de lei submetido à apreciação do Congresso Nacional e recentemente sancionado.

Na admissão de novos servidores, vem sendo invariavelmente obedecido o critério da seleção dos mais capazes, mediante a prestação de provas públicas de caráter competitivo. O "Sistema do Mérito", prestigiado e estimulado, poderá assim transformar em realidade o preceito constitucional, segundo o qual os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros.

Seleção e Recrutamento

Durante a gestão do atual Governo, as admissões têm recaído quase exclusivamente em candidatos habilitados em concurso. As nomeações interinas restringiram-se ao mínimo absolutamente indispensável.

Na falta de candidatos habilitados em concurso, o Governo se abstém de preencher os claros existentes. Essa orientação visa, de um lado, a fortalecer o «Sistema do Mérito» e, do outro, atender à política de compressão de gastos públicos, imposta pela difícil situação financeira que o país atravessa.

Nesse particular, é interessante salientar que, nos quatro últimos meses do ano próximo findo, a economia feita pelo Governo, com o não preenchimento de claros em classes iniciais de carreira, elevou-se à importância de Cr\$ 69.147,840,00.

A política de seleção adotada no Serviço Público Federal apresenta, contudo, falhas que devem ser eliminadas quanto antes.

Dessas, uma das mais graves repousa na confusão que se estabeleceu entre *recrutamento* e *seleção*. Embora intimamente ligados, constituem elementos distintos da Administração de Pessoal. Um programa de recrutamento bem orientado é imprescindível a uma política de seleção sadia e racional.

A Divisão de Seleção do DASP tem-se preocupado talvez demasiadamente com o problema da seleção, descurando-se do recrutamento, disso advindo prejuízos para o serviço público. Outra falha verificada na política de seleção é a que diz respeito aos métodos e processos de aferição de capacidade.

De ordinário, as provas apresentam alto grau de dificuldade, o que provoca reprovações em massa, e não tem relação direta com o tipo de trabalho atribuído aos ocupantes da carreira a que o concurso se destina. Isso determina certo desajustamento entre o candidato e a função para a qual é selecionado.

Com o fim de sanar os inconvenientes apontados, o Governo está estudando a possibilidade da imediata adoção das seguintes providências: instituição de um eficiente sistema de recrutamento; ajustamento das provas às atribuições da carreira para qual é feita a seleção; e redução do grau de dificuldades das provas.

Até agosto do ano próximo findo, havia o DASP realizado onze concursos e nove provas de habilitação.

Estabelecendo o atual Estatuto dos Funcionários o limite máximo de dois anos para permanência de interinos no serviço público, o Governo determinou a rápida realização de mais outros 40 concursos.

#### Aperfeiçoamento

O aperfeiçoamento dos servidores da União é um problema que deve merecer atenção especial, por isso que está diretamente relacionado com a eficiência e o rendimento dos trabalhos governamentais.

Os programas de aperfeiçoamento tiveram prosseguimento normal em 1954, através dos Cursos de Administração do DASP e dos Cursos de Aperfeiçoamento dos Ministérios Cíveis.

Relativamente ao aperfeiçoamento no exterior, o Governo viu-se forçado a adotar drásticas medidas restritivas, em decorrência da extrema escassez de divisas com que luta o país. As viagens ao estrangeiro foram limitadas aos casos de comprovada e inadiável necessidade.

Continuam, entretanto, a ser autorizadas as viagens para gozo de bolsas de estudo, situação em que o servidor contemplado percebe os respectivos vencimentos em moeda nacional, correndo as demais despesas por conta da instituição privada ou governamental que houver concedido tal benefício.

Acontecimento marcante foi, sem dúvida, a elaboração do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Federal, em cumprimento ao art. 259 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. A experiência de quase dois decênios decorridos desde a Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936; a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, três anos mais tarde transformado no atual Departamento Administrativo do Serviço Público; a introdução do Sistema do Mérito; a sistematização dos métodos e processos de trabalho, baseada no estudo das realizações de outros países — tudo isso contribuiu para colocar o país em condições de alcançar nível mais elevado em matéria de administração de pessoal, qual seja a racionalização do serviço civil, mercedo de um plano sistemático de classificação de cargos.

Classificação  
de Cargos e  
Plano de Re-  
muneração

Para elaboração desse plano, cuja necessidade era de há muito reconhecida, realizou-se amplo inquérito de âmbito nacional, com exame pormenorizado da situação dos cargos existentes. Evidenciou-se, em todas as minúcias, o caos existente na máquina administrativa, no tocante à distribuição de encargos aos servidores do Estado.

Um dos aspectos mais graves decorrentes da falta de classificação racional dos cargos e de uma definição clara e precisa das atribuições e responsabilidades a eles cometidas é a impossibilidade de estabelecer-se um plano de remuneração que corresponda, de fato, ao trabalho executado pelos seus ocupantes. Decorre naturalmente, dessa situação, a falta de equanimidade de retribuição, fonte de desestímulo no seio do funcionalismo.

Além disso, as soluções isoladas e as medidas específicas, com as quais se tem tentado remediar a situação, transformaram num conjunto desordenado todo o sistema de administração de pessoal do serviço público federal.

O Plano de Classificação de Cargos oferece a base indispensável à elaboração de qualquer sistema racional de remuneração. Pelo sistema proposto, pretende-se proporcionar ao funcionalismo federal a possibilidade de integrar-se numa verdadeira «carreira». Será, finalmente, a *profissionalização* dos servidores públicos, graças ao escalonamento sistemático e racional das várias séries de classes, através das quais poderá o funcionário, por seu próprio esforço, ascender aos níveis mais elevados. A promoção horizontal não permitirá situações como as que se evidenciaram no inquérito realizado, de servidores que, durante anos e anos, permanecem sem a menor melhoria em seus vencimentos, a não ser pelos aumentos gerais que, ocasionalmente, lhes são concedidos pelo Governo para acompanhar a elevação do custo de vida.

Ao iniciar sua gestão, o atual Governo já encontrou elaborado o Plano, o qual, submetido a breve exame, revelou algumas falhas e deficiências.

A prudência recomendaria que o Executivo procedesse ao reexame do assunto, visando a eliminar as imperfeições então assinaladas. Tratando-se de matéria de alta relevância e que vixá, sem dúvida, conciliar os interesses do Estado com os dos seus servidores, deliberou o Governo encaminhá-lo imediatamente à consideração do Congresso Nacional, onde será devidamente estudado, debatido e aperfeiçoado.

#### *Material*

O sistema de administração de material continua a ressentir-se das falhas resultantes da transferência da Divisão de Material do DASP para o Departamento Federal de Compras. Tal medida contrariou preceitos técnicos, uma vez que a antiga Divisão de Material — órgão de estudo, orientação e fiscalização — não poderá exercer com eficiência suas múltiplas e complexas atribuições, integrada num órgão de execução, como é o Departamento Federal de Compras.

A experiência tem demonstrado a conveniência de se restabelecer no DASP a Divisão de Material, recompondo-se, dessa

forma, o respectivo sistema, que ficaria, então, capacitado a desempenhar com eficiência o seu papel, no conjunto das atividades de administração geral.

Para que haja economia e racionalização de material, é imprescindível que a administração atente para os diversos aspectos do problema, isto é, a especificação, a padronização, a conservação e a recuperação do material inservível, assim como outras práticas necessárias, notadamente o controle técnico e a supervisão das atividades.

A duração limitada do atual Governo não lhe permite a iniciativa de novos empreendimentos. Tal circunstância não conduz, de algum modo, ao alheamento em face de medidas de maior significação, que se torne imprescindível encaminhar, para o bem do país.

REFOR-  
MA ADMI-  
NISTRA-  
TIVA

Marcado por esse cunho de transitoriedade, dificilmente seria dado ao Governo dispensar a atenção merecida à reforma substancial que a máquina administrativa brasileira de há muito requer.

Tornaram-se patentes as falhas e deficiências da atual organização administrativa do Governo Federal, dado o acúmulo de atribuições e a carência de meios para fazer face às situações criadas. A estrutura existente está desajustada e constitui até sério obstáculo à realização das finalidades do Estado.

A Mensagem neste sentido encaminhada ao Congresso pelo anterior Governo e por ele modificada em expressivo entendimento interpartidário, corresponde, realmente, a uma aspiração nacional e ainda agora pode oferecer base para a efetivação da reforma administrativa.

Conduz a remodelação proposta a um triplice objetivo no sentido de revisão dos órgãos administrativos e redistribuição de competência; da organização do pessoal e da recomposição das práticas administrativas que devem ser modernizadas e simplificadas, inclusive pela elucidação e clareza dos textos legislativos. O que se refere a pessoal é tratado em projeto à parte, também oriundo de Mensagem do Executivo, que contém o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Federal.

Objetivos

A principal finalidade da reforma administrativa é a busca de "elementos estruturais e dinâmicos necessários à realização dos fins do Estado Brasileiro". Tem ela em mira tão-somente os métodos de governar, deixando para posterior cogitação os planos de Governo. Visa a fornecer-lhe o aparelhamento administrativo de que necessita, para que possa realizar devidamente suas funções precípua quanto ao progresso e ao bem-estar do povo.

A reforma proposta atende à necessidade de descentralização do Poder Executivo, à simplificação do trabalho ministerial e à coordenação geral das atividades. É imperioso retirar do Presidente da República considerável número de atribuições de rotina que lhe absorvem o tempo destinado ao trato dos problemas fundamentais do Governo. Também quanto aos Ministros de Estado, cuja responsabilidade é acentuada no regime constitucional em vigor, urge liberá-los do excessivo expediente e dos casos individuais que lhes esgotam o tempo tão necessário às tarefas mais importantes de suas pastas.

Por meio de criação de novos Ministérios e desdobramento dos atuais, fusão e incorporação de órgãos autônomos, redistribuição de serviços e de atribuições, aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, ao lado de planos técnicos que devem ser aprimorados, muito ficará simplificada a ação do Estado. A coordenação regular dos programas de trabalho anulará outros efeitos negativos de ordem burocrática ora existentes.

O Governo exalta a significação e os altos propósitos da reforma administrativa, mas levando em conta o seu vulto e complexidade, considera desaconselhável, no momento, a sua efetiva implantação.

SISTEMA  
GEOGRÁ-  
FICO, ESTA-  
TÍSTICO E  
CENSITÁ-  
RIO

Desenvolveram-se, com regularidade, durante o exercício de 1954, os trabalhos afetos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — entidade de natureza federativa, que superintende os sistemas nacionais dos Serviços Estatísticos e dos Serviços Geográficos.

Por intermédio da rede de órgãos que o compõem, vinculados entre si e orientados no sentido da cooperação interadministrativa que abrange a União, os Estados e os Municípios, o sistema estatístico-geográfico nacional deu execução a largo plano de ati-

vidades técnicas e culturais, nos dois campos em que elas se distribuem, visando ao conhecimento sistematizado do meio físico e à caracterização, em sínteses numéricas, dos diferentes aspectos da vida brasileira.

Convém frisar que o sistema nacional teve de enfrentar, na consecução de suas tarefas habituais, as maiores dificuldades, decorrentes da criação indiscriminada de novos Municípios, por força de leis estaduais. Essa ampliação do quadro municipal, feita em alguns casos sem a indispensável observância de preceitos de ordem técnica e formal, gerou uma série de problemas, a que o Instituto vem tentando dar solução adequada. A estabilização dos quadros territoriais das Unidades da Federação é reconhecida como ponto básico para os levantamentos estatísticos, de reduzida eficácia, desde que condições adversas, como o fracionamento das áreas comunais, impossibilitem a comparação de seus resultados.

Dentre as iniciativas empreendidas pelo Conselho Nacional de Geografia destacam-se as incursões realizadas ao Sul de Minas Gerais, ao Planalto Central, à Depressão Central do Rio Grande do Sul, ao Vale Amazônico e ao Território de Rio Branco, com objetivo de estudar as respectivas áreas, de que se recolheu farta documentação fotográfica.

*Conselho Nacional de Geografia*

Para o Banco do Nordeste do Brasil preparou-se uma série de mapas de aspectos físicos, bem como cartogramas econômicos da região. Foram elaborados novos cartogramas de estudos demográficos, por Estados, com base nos resultados do Censo de 1950. Concluíram-se diversos outros cartogramas, também por Estados, com a finalidade de fornecer base geográfica segura para interpretação de aspectos de âmbito nacional.

No setor ligado aos levantamentos cartográficos, merecem referências os trabalhos de triangulação geodésica de primeira ordem, ao longo do meridiano 51° WG, até próximo a Porto Alegre, e o início de reconhecimentos ao longo dos paralelos 22° S e 28° S; a medição de 10 bases geodésicas e a determinação de 10 pontos astronômicos de primeira ordem; o nivelamento de precisão de 3 circuitos e diversos ramais, interessando os Estados da Bahia e Minas Gerais; e a continuação dos trabalhos de levanta-

tamentos, em colaboração com os governos dos seguintes Estados: Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Quanto à preparação de cartas e mapas, concluiu-se a impressão de novo mapa do Brasil, na escala de 1:5.000.000. Aham-se prontas para impressão 5 fôlhas da carta de 1:250.000, e 4 da carta de 1:500.000, sendo que, desta última, foram ainda impressas 9 fôlhas. Elaborou-se e acha-se em impressão um mapa do Planalto Central do Brasil, que abrange a área em estudo para localização da nova Capital. Em prosseguimento ao plano de elaboração de cartas, teve curso o trabalho de restituição de fotografias aéreas.

Difundiu o Conselho, por meio de publicações periódicas e avulsas, os resultados de pesquisas no campo geográfico. Realizou cursos de aperfeiçoamento e conferências, visando à propagação do conhecimento geográfico do país, entre professores e entre outros interessados. Cuidou, afinal, dos preparativos para a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, que se deve reunir no Rio de Janeiro, em agosto de 1956.

*Conselho  
Nacional de  
Estatística*

Competem ao Conselho Nacional de Estatística, em grau superior, a orientação e direção dos levantamentos estatísticos, quer de natureza permanente, quer relacionados com as operações censitárias decenais. À sua atuação, que se fez presente, ao mesmo tempo, nas esferas federal, estadual e municipal, deve-se o conhecimento, cada vez mais minucioso, das diversas faces de atividade do Brasil.

Os trabalhos a cargo do Conselho Nacional de Estatística tiveram ritmo satisfatório, sendo de notar o empenho demonstrado no sentido da melhoria dos planejamentos das pesquisas, revisão sistemática dos métodos de coleta e processos de apuração, todos tendentes à divulgação pronta e eficiente dos respectivos resultados. Com êsse objetivo, o Conselho procurou assegurar à rede de Agências Municipais de Estatística melhores condições de funcionamento, ao mesmo tempo que prestou aos órgãos dos âmbitos regional e federal a cooperação julgada necessária, por força de interesses recíprocos. Manteve-se dessa forma em pleno efeito o regime decorrente dos Convênios Nacionais de Estatística.

tica Municipal, que constituem expressão original de articulação administrativa e vinculação técnica, no campo da estatística.

Os inquéritos permanentes — entre eles o Plano Nacional das Campanhas Estatísticas, desde 1937, executados com regularidade — e os levantamentos especiais empreendidos na medida das necessidades, desenvolveram-se em 1954 com rigorosa observância dos prazos e critérios técnicos fixados. Prosseguiram os estudos com a finalidade de estabelecer novas normas para os *Inquéritos Econômicos*, de compreensão nacional. Deu-se seguimento ao plano estabelecido para a apuração do Registro Industrial, o qual se reveste de importância para a caracterização de determinados fenômenos da atual conjuntura econômica do país.

Colaborou o Conselho com outros órgãos da administração, como seja na realização de pesquisa sobre os salários nos estabelecimentos particulares, nas Capitais de Unidades da Federação, na apuração das últimas eleições, no Distrito Federal, além da cooperação prestada às Forças Armadas, sobretudo no que respeita ao preparo do plano das estatísticas do Ministério da Aeronáutica.

No campo da divulgação é digno de referência o esforço desenvolvido pelo Conselho. O último volume do «Anuário Estatístico do Brasil», correspondente a 1954, apresenta algumas inovações realmente felizes, que colocam esta publicação à altura das melhores que, no gênero, se divulgam no estrangeiro. Além de terem sido distribuídos, com regularidade, os três periódicos mantidos pelo Conselho — o «Boletim Estatístico», a «Revista Brasileira de Estatística» e a «Revista Brasileira de Municípios» — foi iniciada uma série de monografias municipais e regionais, dentro de um plano de difusão estatística em moldes modernos.

O Laboratório de Estatística da Secretaria Geral do Conselho elaborou vários estudos sobre aspectos da demografia, da cultura e da economia nacionais.

O Conselho participou, de forma expressiva, da Conferência Mundial de População, levada a efeito em Roma. Deverão realizar-se no Rio de Janeiro, em 1955, dois grandes congressos estatísticos — a Terceira Conferência Interamericana de Estatística, entre 9 e 22 de junho, e a XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, com início previsto para o dia 24 daquele mês.

*Escola Nacional de Ciências Estatísticas*

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas, centro de estudos de feição universitária, manteve os cursos do currículo normal e organizou outros de caráter especial para atender a interesses da própria organização estatística. Cabe à Escola missão de singular relêvo, qual seja a de formar os novos quadros de profissionais da estatística brasileira.

*Recenseamentos gerais*

Ao Conselho compete a realização dos Recenseamentos Gerais, de periodicidade decenal, os quais vêm sendo executados por intermédio do Serviço Nacional de Recenseamento, de organização provisória, que se extingue com a conclusão dos trabalhos censitários.

Na execução do Recenseamento Geral de 1950, cujo esquema de operação abrangeu os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, e dos Serviços, e inquéritos especiais sobre Transportes e Comunicações, o Conselho valeu-se da extensa rede de coleta sob sua administração, constituída das Inspetorias Regionais (em cada Unidade da Federação) e das Agências de Estatística (em cada Município).

A experiência já aconselha a manutenção, em caráter permanente, de órgão especialmente dedicado à execução dos levantamentos censitários, a exemplo do que sucede no Canadá e nos Estados Unidos. A legislação brasileira determina a realização, cada 10 anos, de Recenseamentos Gerais. Justifica-se, portanto, a existência, no Conselho, de órgão específico, de alta especialização e que, nos períodos intercensitários, promova, de forma ordenada e sistemática, os estudos necessários ao gradual aperfeiçoamento dos futuros recenseamentos do país.

No setor censitário, tiveram andamento os trabalhos relacionados com a apuração final dos censos realizados em 1950. O Plano de Divulgação dos resultados compreende, ao todo, 32 volumes, distribuídos em duas séries. Foram entregues à circulação os volumes referentes à população dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Afora as publicações, amplamente conhecidas, dos resultados concernentes à população, à indústria, ao comércio e aos serviços, divulgaram-se, do Censo Agrícola, para o conjunto do Brasil e de cada Unidade da Federação, os dados correspondentes à área dos estabelecimentos, ao pessoal

ocupado em atividades agropecuárias, à utilização das terras e à condição do responsável, ao valor e despesa dos estabelecimentos agropecuários.

Uma comissão especial foi instituída, no fim do ano, com a incumbência de apreciar o andamento dos trabalhos do Serviço Nacional de Recenseamento e propor as medidas adequadas com o objeto de ultimar, dentro do menor prazo, o Recenseamento de 1950.

## POLÍTICA EXTERNA

O Brasil tem acompanhado com interesse a evolução dos acontecimentos internacionais, em tôdas as áreas do globo, com que se mantém em contato por intermédio de sua extensa rêde de missões diplomáticas e repartições consulares, e também pela sua ativa participação nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos. Com satisfação assinalou a feliz conclusão de alguns acórdos, tais como: da questão entre o Irã e a Grã-Bretanha, relativa aos direitos de exploração do petróleo; o da controvérsia entre o Egito e a Grã-Bretanha, no que toca à militarização do Canal de Suez, e o que resolveu a pendência entre a Itália e a Iugoslávia, relativamente à divisão do Território Livre de Trieste.

POSIÇÃO  
DO BRASIL

A orientação política brasileira permaneceu inalterável em relação ao Continente americano. Continuamos a promover e a intensificar a cooperação política, econômica e cultural entre os países americanos, fiéis ao pensamento de unidade do hemisfério, contrários à formação de blocos, defendendo o princípio de não-intervenção dos Estados nos assuntos internos que lhes sejam estranhos e da solução pacífica das controvérsias. Nossa atitude, em face do movimento armado vitorioso na Guatemala, foi inspirada nesses princípios, que, pouco antes, haviam sido reafirmados pela Delegação brasileira à Décima Conferência Internacional Americana, reunida em março de 1954, em Caracas. Na Conferência dos Ministros de Fazenda ou Economia da América, reunida em fins de novembro de 1954, em Petrópolis, os representantes brasileiros esforçaram-se por trasladar à esfera econômica êsses mesmos princípios de solidariedade e íntima cooperação dos países dêste Continente.

Ainda dentro dessa linha tradicional de sua política externa, caracterizada pelo máximo apoio à cooperação entre os povos, o Brasil estêve presente, em 1954, às diversas reuniões dos orga-

ATUAÇÃO  
NOS ORGA-  
NISMOS IN-  
TERNACIONAIS

nismos internacionais de que participa, tendo sido suas delegações orientadas no sentido de uma atuação objetiva e conciliatória.

Nações  
Unidas  
  
Assembléia  
Geral

Entre êsses organismos destaca-se, dado o número de países que congrega e a complexidade dos assuntos que lhe são pertinentes, a Organização das Nações Unidas, cuja Assembléia Geral instalou sua IX Sessão a 21 de setembro de 1954, em Nova York.

A Delegação do Brasil foi constituída em obediência ao critério de aproveitamento máximo do pessoal já em exercício junto àquele Organismo, tendo em vista a política de estreita compressão de despesas traçada pelo atual Governo.

A Assembléia Geral pronunciou-se favoravelmente à discussão das questões relativas ao Marrocos e à Tunísia, Chipre e à Nova Guiné Ocidental, atendendo, respectivamente, aos pedidos feitos pelo grupo árabe-asiático, pela Grécia e pela República da Indonésia. O Brasil votou pela inclusão dêsses assuntos, por considerar conveniente o seu debate, em vista da necessidade de esclarecer a opinião pública internacional e de cooperar na manutenção do clima de paz que deve prevalecer nas relações entre os Estados.

A idéia de um fundo especial para o desenvolvimento econômico, a definição da agressão, o estabelecimento de uma cõrte penal internacional, da apatridia, a regulamentação internacional da pesca, a questão da plataforma continental, os alegados atos de agressão contra a República Popular da China e a responsabilidade da Marinha dos Estados Unidos da América, a violação da liberdade de navegação nos mares da China, tudo isto foi também incluído na pauta dos trabalhos da Assembléia Geral.

A Delegação do Brasil, apesar do reduzido número de seus componentes, participou ativamente das deliberações do Plenário e das discussões no seio das Comissões, tendo seus Delegados e assessõres empregado todos os esforços a fim de manter o alto nível e a homogeneidade de sua contribuição.

Destacou-se a Delegação brasileira particularmente nos assuntos pertinentes à segregação racial na África do Sul, propondo medidas conciliatórias, inspiradas na posição tradicional que a respeito mantém o Governo brasileiro; na preconização de um fundo especial para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos; nos debates relativos aos direitos do homem.

e na exposição do ponto de vista brasileiro sobre os problemas jurídicos e políticos da agenda.

A Delegação também pleiteou e obteve uma redução de US\$ 75.000,00 na contribuição do Brasil às Nações Unidas, a qual, além disso, poderá ser parcialmente paga em outras moedas.

Uma resolução de grande valor, adotada nessa Conferência, foi aquela que cria a Corporação Financeira Internacional, a qual, preenchendo uma lacuna nas organizações do gênero, se destina a financiar empreendimentos de caráter privado dos países altamente industrializados, nas regiões menos desenvolvidas.

Também nessa reunião foi determinado o prosseguimento dos estudos que visam à criação de um Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico. Tal entidade teria, em complementação à ação desenvolvida pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a função de ampliar a utilização de fundos públicos para financiar investimentos de infra-estrutura nos países subdesenvolvidos.

Dentro de sua orientação de apoiar sistematicamente quaisquer providências que visem a aumentar o fluxo de capitais para a América Latina, o Brasil defendeu com interesse a concretização das medidas acima mencionadas.

No Conselho de Segurança, responsável pela paz e segurança internacionais, ao qual o Brasil pertence na qualidade de membro eleito para o biênio 1954-55, estiveram seus delegados presentes e ativos a todas as reuniões realizadas no decorrer do ano findo. No caso específico suscitado pela crise política que abalou a Guatemala, votou o Brasil contra o reconhecimento da competência do Conselho para discutir a questão por considerá-la da alçada da Organização dos Estados Americanos.

Conselho  
de Segu-  
rança

Membro fundador da FAO, vem o Brasil colaborando igualmente na formulação e execução do programa daquela entidade, que realizou em Buenos Aires, em setembro último, sua III Reunião Regional. O objetivo então visado foi proceder ao levantamento da estimativa de todo o potencial agrícola da região latino-americana. Para esse fim os países participantes verificaram, com a assistência de técnicos especializados, os recursos agrícolas de que dispõem.

Organiza-  
ção para  
a Alimen-  
tação e  
Agricultura  
(FAO)

Entre as resoluções aprovadas na Reunião devem salientar-se a recomendação de se generalizar a prática de estabelecer o custo

mínimo da dieta familiar como base do salário mínimo, e aquela que encarece a necessidade de, reexaminando tendências últimamente verificadas no sentido de buscar a auto-suficiência, cooperarem os países latino-americanos na intensificação do comércio intra-regional, com base na seletividade da produção.

*Organi-  
zação dos  
Estados  
Americanos*

Também em 1954, a Organização dos Estados Americanos realizou, em março, em Caracas, a X Conferência Interamericana, onde a Delegação brasileira tomou parte ativa na discussão dos diversos temas tratados.

No setor político-jurídico foram aprovadas uma Convenção sobre Asilo Diplomático e outra sobre Asilo Territorial. Ambos os instrumentos já se acham submetidos ao Congresso Nacional, para a devida aprovação.

A respeito do problema da ameaça comunista no continente americano, a Conferência aprovou a «Declaração de solidariedade para a preservação da integridade política dos Estados Americanos contra a intervenção do comunismo internacional». A Delegação do Brasil deu todo o seu apoio a esse documento, cujo ponto central reside na afirmação de que «o domínio ou controle das instituições políticas de qualquer Estado americano por parte do movimento comunista internacional... constituiria uma ameaça à soberania e independência política dos Estados Americanos, que poria em perigo a paz da América e exigiria uma Reunião de Consulta para considerar a adoção de medidas adequadas, nos termos dos tratados existentes». Como complemento a essa Resolução anticomunista, a Conferência aprovou, por iniciativa da Delegação do Brasil, outro documento de reafirmação dos princípios básicos do pan-americanismo, que recebeu o título de «Declaração de Caracas».

Debateu-se a questão das colônias européias na América e dos territórios reivindicados por países do Continente, sendo aprovadas a respeito duas Resoluções, uma das quais patrocinada pela Delegação do Brasil. Declara esta última em seu parágrafo primeiro: «a necessidade de que os países extracontinentais possuidores de colônias no território das Américas não tardem em ultimar as providências constantes da Carta das Nações Unidas no sentido de permitir que os respectivos povos possam exercer plenamente seu direito de autodeterminação, a fim de que se elimine definitivamente das Américas o regime colonial».

No setor econômico, a Conferência de Caracas visou principalmente a um exame prévio dos problemas referentes a preços, mercados, cooperação econômica etc., e permitiu uma definição das linhas gerais da atitude de cada país. Verificada a impossibilidade de se chegar, imediatamente, a soluções concretas, foram estas deixadas para a Reunião dos Ministros de Fazenda ou Economia, que se deliberou realizar no Rio de Janeiro.

Como resultante imediata dessa Conferência, o Brasil assinou três atos internacionais ainda não aprovados pelo Congresso Nacional: a Convenção sobre Asilo Diplomático, que representa sensível progresso na regulamentação do assunto; a Convenção sobre Asilo Territorial, destinada a resolver inúmeras situações que até agora suscitavam freqüentes atritos entre as nações irmãs; e a Convenção para fomento das Relações Culturais, cujo objetivo é facilitar o intercâmbio cultural entre as nações americanas.

Além da atuação já exposta, foi ainda muito ativa a participação de delegados brasileiros em vários órgãos subsidiários da OEA, particularmente na Comissão Interamericana de Paz, que foi chamada a resolver vários problemas relativos a nações americanas.

Realizou-se a Reunião dos Ministros de Fazenda ou Economia, em IV Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, convocada com base na proposta brasileira apresentada em Caracas. O objetivo precípua foi a formulação de princípios de cooperação no campo econômico. Reunidos em Quitandinha, de 22 de novembro a 2 de dezembro, discutiram os delegados os problemas relacionados com um rápido e ordenado desenvolvimento da América Latina, bem como as possibilidades de cooperação dos Estados Unidos para a solução dos problemas econômicos dessa área.

*Reunião  
dos Minis-  
tros de  
Fazenda*

Sustentou a Delegação brasileira que um passo efetivo nesse sentido seria a eliminação ou, pelo menos, a redução dos impostos pagos no país de origem sobre os lucros do capital investido no exterior. Por outro lado, manifestou-se o Brasil favorável à criação de uma instituição financeira internacional, que intensificasse o fluxo de capitais públicos e privados para a América Latina.

No campo das organizações internacionais de atribuições amplas, foram essas as principais realizações verificadas em 1954. Cumpre, no entanto, salientar ainda a participação brasileira em

órgãos, acórdos ou convênios, de finalidades restritas a determinados setores da atividade social, econômica ou técnica.

Organi-  
zação In-  
ternacio-  
nal do  
Trabalho

Assim, na Organização Internacional do Trabalho, a posição do Brasil foi deslocada, pela revisão de classificação procedida pela Comissão de Peritos, do sétimo para o undécimo lugar entre os países de maior importância industrial. Deixou o nosso país, em consequência, de integrar o quadro dos Estados membros permanentes do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho. Incorporando, no entanto, em sua legislação social, princípios que ultrapassam, às vezes, as próprias recomendações adotadas em Genebra, o Brasil continuará a colaborar na obra que há mais de 30 anos a Organização Internacional do Trabalho vem desenvolvendo em favor da paz e da solidariedade internacionais, pregando a humanização dos sistemas de produção e a harmonia entre Capital e Trabalho, submetidos estes às leis que possam decorrer dos altos interesses nacionais de cada país.

Acórdos

Fêz-se sentir nos últimos anos a necessidade de acórdos comerciais e de pagamentos que contribuíssem para manter vivas as correntes de comércio e ampliar o volume das exportações brasileiras. Tal necessidade foi mais aguda em relação aos países europeus que antes da II Guerra mundial absorviam apreciável parcela da exportação brasileira.

Os ajustes a respeito concluídos serão tratados nos capítulos referentes a comércio exterior e balanço de pagamentos por sua estreita vinculação a tais problemas.

Nos últimos anos, têm sido igualmente levadas a efeito várias tentativas, tendentes a evitar as bruscas flutuações na oferta e procura de certas matérias-primas e produtos alimentícios, e consequentemente seu impacto sobre os níveis de preços, através da efetivação de acórdos multilaterais. O Acôrdo Internacional do Estanho entrou em funcionamento, dêle não participando o Brasil por julgá-lo inconveniente a seus interesses. Já o Acôrdo Internacional do Açúcar, pôsto em vigor a partir de janeiro, tem dado resultados apreciáveis, assegurando ao Brasil uma cota de exportação que, dado o excedente da produção nacional, se procura agora tornar mais elevada. Também o Acôrdo Internacional do Trigo, cuja vigência se prolonga até 1956, vem produzindo efeitos satisfatórios, dêle participando o Brasil.

No setor do aperfeiçoamento técnico, cumpre salientar as atividades da Comissão Nacional de Assistência Técnica, que continuaram merecendo especial atenção. Na execução dos programas estabelecidos entre a Organização das Nações Unidas, suas Agências especializadas, Organização dos Estados Americanos e as entidades brasileiras, foram observados todos os compromissos assumidos, resultando disso a vinda de peritos ao Brasil e a ida ao estrangeiro de bolsistas brasileiros. Dignos de registro são os dois acordos de assistência técnica, assinados entre a Repartição Internacional do Trabalho e o SENAI, que têm como objetivo a realização de cursos de aperfeiçoamento para instrutores de ensino industrial de países latino-americanos e a criação de bolsas de estudo no mesmo campo de atividades. O Acordo firmado em 1952 entre a Fundação Getúlio Vargas e a Administração de Assistência Técnica da ONU, para a manutenção da Escola Brasileira de Administração Pública, continua em vigor e a sua execução tem sido satisfatória. Foram ainda feitas gestões junto à ONU a fim de conseguir seu interesse em colaborar com a Fundação mencionada na organização e funcionamento de uma Escola de Administração de Empresas. Apoiando a idéia, a ONU pôs à disposição do Brasil um dos seus especialistas mais qualificados para colaborar nos trabalhos iniciais da nova Escola.

*Comissão Nacional de Assistência Técnica*

Dentro dessa mesma orientação vem ainda o Brasil participando ativamente, na qualidade de membro efetivo, do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, associação de natureza predominantemente técnica, de finalidades científicas e culturais. As divulgações a cargo desse órgão visam ao intercâmbio de informações técnico-científicas, a fim de transmiti-las aos filiados do Instituto com o objetivo de propiciar amplo proveito das experiências e conhecimentos, tornando-os universais, bem como promover a difusão das ciências administrativas.

No quadro geral das relações externas, tanto quanto no agregado de atividades ligadas a organismos internacionais, o Brasil prosseguiu no seu propósito de cooperação.

*Relações Internacionais*

Foram reconhecidos, no decorrer de 1954, os novos Governos do Paraguai, Guatemala e Honduras. Com Portugal foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta, já aprovado por Decreto Legislativo, e que reforçará ainda mais os laços de fraternidade e perfeita compreensão entre os dois países.

*Estrada de  
Ferro Brasil-  
Bolívia*

Ainda no curso do último ano assinalou-se a conclusão da linha férrea entre Corumbá e Santa Cruz, empreendimento de grande vulto, que contribuirá para o desenvolvimento do intercâmbio comercial com a Bolívia. A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, com 650 quilômetros de extensão, tornar-se-á também meio de transporte do petróleo subandino, cuja pesquisa está entregue à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo. A conclusão da estrada representa o coroamento de uma obra diplomática que se vem desenvolvendo há longos anos, no sentido de maior colaboração econômica entre o Brasil e a Bolívia. Em 24 de outubro último, o Conselho Nacional do Petróleo e os "Yacimientos Petrolíferos Fiscales" firmaram um acôrdo preliminar a respeito da aquisição de produtos petrolíferos pelo Brasil na Bolívia e seu transporte pela nova ferrovia.

*Fronteiras*

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites continuou seu trabalho nas fronteiras com a Venezuela, Guiana Britânica, Guiana Francesa, Bolívia e Paraguai, realizando a conservação das picadas existentes nessas regiões e alargando a penetração na mata, indispensável ao preenchimento das funções que lhe são afetas.

*Atividades  
culturais*

Dentro do programa de intercâmbio e difusão culturais, promoveu o Govêrno a vinda ao Brasil de professores, cientistas e artistas eminentes. Paralelamente o país mantém no exterior cursos de Estudos Brasileiros em Madri, Manágua, Lausanne, Montevidêu, Otawa, Bruxelas, México, Beirute, Lisboa e Roma. Os Institutos de Cultura de Assunção, Montevidêu e Rosário continuam a ter freqüência apreciável e foi criado em Buenos Aires o Centro de Estudos Brasileiros, que funcionou desde o início com apreciável êxito. Também se manteve em atividade a Missão Cultural no Paraguai, que funciona junto à Escola de Filosofia, ao Instituto Cultural Paraguai-Brasil e à Escola Brasil.

No setor de exposições brasileiras no exterior convém assinalar o êxito alcançado pela Exposição de Arquitetura Brasileira em Viena, Roma, Madri, Barcelona e Oviedo. O Govêrno contribuiu ainda para a exposição do Museu de Artes de São Paulo em Paris, Londres, Wrecht, Bonn e Berna, onde mereceu os melhores louvores da crítica de arte internacional.

Foram essas, em síntese, as principais realizações do Go- *Perspectivas*  
vêrno no setor da política externa.

As contingências internacionais estão a indicar a conveniência de manter o País a linha tradicional de sua orientação, colaborando em tôdas as iniciativas tendentes a manter a paz e eliminar os perigos de guerra; seguindo, no plano continental, a política de cooperação com os demais países do hemisfério na defesa dos ideais comuns de não-intervenção, solução pacífica das questões porventura surgidas e colaboração econômica e militar.

Na consecução desses objetivos, o Govêrno procurará elevar ao máximo o rendimento da participação do Brasil nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos, perfeitamente integrado na orientação política dos demais povos do Ocidente.

## POLITICA ECONOMICO-FINANCEIRA

A compreensão dos problemas econômico-financeiros que o Governo teve que enfrentar no decorrer de 1954, requer um exame da natureza do desenvolvimento da economia brasileira processado nos últimos anos.

VISÃO  
GERAL DA  
SITUAÇÃO

Durante a II Guerra Mundial intensificaram-se as exportações brasileiras de produtos de toda a espécie para os países aliados, ao passo que, por motivos óbvios, escasseavam as importações.

Ao terminar o conflito, o Brasil havia acumulado um saldo aproximado de US\$ 600 milhões.

Como consequência da depressão econômica, que fizera baixar fortemente as cotações do café nos mercados, centenas de milhões de cafeeiros foram abandonados no período 1930-1949 e substituídos por outras culturas. Assim, quando a procura mundial recrudescceu após o desfecho da II Guerra, os preços do café se elevaram consideravelmente. Se chamarmos de sobrepreço, justa compensação dos períodos de grande baixa, o que excede de um lucro razoável, podemos estimar em 600 milhões de dólares o produto desse sobrepreço do café nos últimos anos. Utilizados 1.200 milhões de dólares — 600 milhões acumulados durante a Guerra e 600 de sobrepreço de café — passou-se a elevar as importações, nos anos de 1951-1952, a níveis superiores às possibilidades de pagamento do país. Só em moedas conversíveis e a prazo relativamente curto, as dívidas brasileiras, na época, ultrapassaram a importância de 600 milhões de dólares e, em todas as moedas, foram superiores a 800 milhões.

Essas quantias, num total de dois bilhões de dólares, mais os financiamentos obtidos a prazo médio e longo, consumiram-se totalmente, utilizando-se apenas uma parte em aplicações úteis.

O aumento da produção no período de 1947 a 1952 ultrapassou a taxa excepcional de 6% ao ano, e a taxa de renda na-

cional *per capita*, considerado o crescimento demográfico, atingiu nível superior a 4%. Foi realmente um ritmo bem elevado de desenvolvimento que, aliás, em maior ou menor escala, se verificou também em quase todos os países latino-americanos.

Não foi, no entanto, a inflação então ocorrida, mas os recursos extraordinários em moeda estrangeira, que tornaram possível o progresso daquela época, aliás prejudicado e desvirtuado pelo surto inflacionário.

O ritmo da inflação, que se intensificara durante a Guerra e quase fôra contido nos anos de 1947-1948, acelerou-se daí por diante, passando de 15% em 1952 a 19,1% em 1953 e a 23% em 1954. O processo cumulativo, característico da espiral inflacionária, impulsionava a economia brasileira, com repercussões que se traduziam em distúrbios sociais e reflexos políticos.

No último trimestre de 1953, surgiu uma esperança de reabilitação, com a substituição do antigo regime da CEXIM pelo dos ágios nas licitações cambiais, o que não só eliminava os inconvenientes do sistema das licenças, mas ainda poderia ter suprido recursos para o combate à inflação e a paralisação das emissões de papel-moeda.

Essa esperança se desvaneceu, porém, em 1954, com a continuada expansão do crédito, que coincidiu com a adoção de duas medidas de evidentes reflexos na economia do país.

A primeira foi a fixação, em 1.º de maio, do salário-mínimo em novos níveis.

Esse ato, que entrou em vigor em 1.º de julho do ano passado, não podia deixar de dar lugar ao reajustamento geral dos demais salários e a um encarecimento do custo de produção e, portanto, dos preços.

Os reajustamentos iniciados em julho só agora estão atingindo sua fase final, com a concessão do abono ao funcionalismo civil e militar, mediante uma despesa extraordinária no exercício de 1955, desacompanhada de qualquer nova receita, do valor de cerca de 7 bilhões de cruzeiros.

A outra medida de inegáveis conseqüências foi a resolução de sustentar o preço do café, não porque êle estivesse excessivamente baixo, porém no momento em que havia atingido a mais elevada cotação de tãda a sua história. Os efeitos decorrentes dessa medida repercutiram simultâneamente no exterior e na economia interna do país. No exterior logo se fêz sentir a redução das ven-

das, em virtude do declínio do consumo e dos estoques, além da substituição do café torrado, do tipo geralmente usado nos Estados Unidos, pelos cafés solúveis. Em consequência da queda da receita cambial, a importância mensalmente oferecida à licitação teve de baixar de 40 para 10 milhões de dólares.

No interior, todo o produto dos ágios e o de novas emissões foram aplicados no financiamento do café, não ao preço de custo, mas a 80% do preço de venda que se pretendia fixar.

Herdou ainda o atual Governo a obrigação de resgatar até o fim de 1954 cerca de três bilhões de cruzeiros de letras do Tesouro, com juros pagáveis em dólares.

Para o ano corrente, a situação financeira não se apresenta menos difícil. O *deficit* orçamentário, previsto pelo Congresso, é de três bilhões de cruzeiros. Nessa importância não foi, entretanto, computada a quantia de 3,4 bilhões correspondente ao *deficit* das autarquias. A Prefeitura do Distrito Federal, também em penosa situação financeira, não poderá contribuir com um bilhão que lhe incumbiria recolher aos cofres da União. O abono ao funcionalismo importará uma despesa de sete bilhões no exercício, sem receita correspondente.

O total do *deficit* previsto é, portanto, na realidade, de mais de 14 bilhões de cruzeiros, sem incluir a importância das obrigações vencidas e não pagas nos exercícios de 1953 e 1954 nem a dos créditos especiais em vigor, no montante de ..... Cr\$ 4.343.106.840,50.

Tal é a situação econômico-financeira que enfrenta o atual Governo.

Diante do quadro que acaba de ser descrito, com exatidão nem atenuações, o Governo está resolutamente empenhado na tarefa do soerguimento das finanças nacionais. Plenamente confiante no patriotismo e na capacidade de sacrifício de todas as classes do país, mais uma vez conclama para esta campanha a cooperação de todos os brasileiros, sejam quais forem suas tendências político-partidárias.

O Governo não participa da teoria daqueles que propalam que a inflação se cura simplesmente com aumento de produção. Isso importa esconder, ou ignorar, a ordem de grandeza do possível aumento da produção, comparada com a da aceleração de forças inflacionárias. Enquanto nas fases de maior progresso o aumento da produção, aqui como nos Estados Unidos ou em

qualquer outro país, não excede 4% ou 6% ao ano, a aceleração das forças inflacionárias já era da ordem de 25%, e subiria para 40% em 1955, se nada se opusesse ao impulso que elas traziam. Problema de natureza monetária e fiscal é, portanto, o fator predominante da situação.

Convém esclarecer que o Governo não descarta do problema econômico. A situação no exterior como no interior não permite pensar em novos investimentos de vulto. Cumpre atender, com prioridade, aos graves pontos de estrangulamento da economia nacional, criados pelas distorções inflacionárias e o conseqüente desvio, para investimentos imobiliários e gastos suntuários, de recursos que deveriam ter sido encaminhados, entre outros objetivos, para os sistemas ferroviário e marítimo, bem como para a produção de energia elétrica.

A debilidade da rede ferroviária não só torna precário o transporte da produção já realizada, como o desvia para as rodovias, com graves danos, inclusive para o balanço de pagamentos do país.

No setor marítimo, a par do reaparelhamento dos portos, é urgente a aquisição de navios capazes de ser economicamente operados em substituição aos barcos obsoletos de nossa frota mercante.

A deficiência de energia elétrica faz com que algumas fábricas, embora dispondo de operários, maquinaria, matérias-primas e equipamentos, não possam funcionar durante várias horas por dia, por falta de força motriz.

È nesses pontos de estrangulamento da economia nacional que o Governo procura concentrar os seus esforços.

Para isso, além de outras medidas, prosseguem os entendimentos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e, em menor escala, com o Exim-Bank dos Estados Unidos da América.

## PRODUÇÃO

A importância da produção primária do Brasil é suficientemente conhecida de todos que se detêm no exame da evolução econômica do país. A extensão do território e os diversos graus de desenvolvimento nêle registrados, reclamam do Poder Público uma atenção especial com referência à produção agrícola, animal e mineral, no sentido de fornecer às populações que a elas se dedicam, na medida em que se justifica a ação governamental, a orientação

e os meios que lhes permitam aumentar, melhorar e diversificar seus níveis de produção.

Apesar das múltiplas dificuldades com que se defronta a produção agrícola no Brasil, deve assinalar-se ter sido 1954 um ano propício à expansão de atividades nesse setor. Mantidas as características tradicionais de sua estrutura agrária, atravessou o país uma fase de desenvolvimento.

*Produção  
Agrícola*

É certo que o quadro de nossa produção ainda apresenta uma deficiência geral. Daí decorrem a necessidade de produzir mais e a menor custo, e a urgência de solução que estão reclamando os problemas do transporte e comercialização das safras.

Não se desenvolvendo, tanto quanto seria desejável, o emprego da técnica racional e moderna na produção agrária, o aumento físico registrado corresponde menos à melhoria da produtividade em seu conjunto do que à ampliação da área cultivada, o que torna essa atividade em certos casos antieconômica. Sabido é que esse aspecto — o da produtividade — representa um dos problemas fundamentais do sistema agrário brasileiro.

Somou-se a esse elemento negativo, estrutural de nossa economia agrícola, a disparidade existente entre o poder aquisitivo interno e externo do cruzeiro. Nos últimos meses de 1953, os preços dos produtos exportáveis eram de tal maneira elevados, que não podiam mais competir nos mercados internacionais. A modificação então havida na política de câmbio do país de certa maneira atendeu a essa situação, através das bonificações aos exportadores. Fornecendo maior quantia em cruzeiros pelas divisas obtidas com o produto das vendas ao exterior, o novo sistema permitiu a competição nos mercados externos, facilitando o escoamento dos estoques até então praticamente invendáveis. Este fenômeno atuou também como um incentivo à produção, que encontrou desta maneira melhores perspectivas de colocação compensadora. Vários produtos agrícolas exportáveis do Brasil tiveram, assim, aumentadas as suas safras.

Infelizmente, circunstâncias imprevisíveis, de ordem climática, impediram que o café participasse desse grupo. Também o algodão, recém-saído de aguda crise interna que lhe abalara a economia em 1952, registrou apenas pequeno aumento na produção do Nordeste, tendo caído o nível das colheitas no Sul, caracterizadas pelo tipo destinado à exportação.

Como se sabe, são esses os dois principais produtos vendidos pelo país no exterior, representando cerca de 70% do valor total

obtido. Nestas condições, é fácil observar que o aumento de safras não teve influência assinalável no reequilíbrio do balanço de pagamentos. Isto vem mais uma vez demonstrar uma verdade repetida, isto é, a necessidade inadiável de ampliação da pauta da exportação brasileira, através da diversificação e ampliação da atividade agrícola e conquista de novos mercados exteriores, pelos atuais e novos produtos que possam ser oferecidos.

Foi nos produtos destinados ao consumo interno que mais acentuadamente se sentiu o aumento das colheitas. O fato auspicioso não foi no entanto capaz de evitar a alta dos preços, que condições econômicas e financeiras, em seu conjunto, impulsionaram.

A necessidade de compensação pelas perdas sofridas com as geadas e a instabilidade quanto à colocação de novas safras de algodão, provocaram a ampliação das áreas cultivadas com cereais e outros produtos. Com exceção das novas plantações instaladas em terras anteriormente inexploradas, tal aumento de produção não é, portanto, um índice seguro de progresso nesse setor, senão consequência de circunstâncias ocasionais, e poderá desta maneira regredir com o desaparecimento das causas que o provocaram.

Sendo vital para a economia nacional o aumento da produção, não se deve cultivar demasiado otimismo quando o incremento verificado não apresenta, em suas causas fundamentais, as características de segurança e continuidade desejáveis.

O problema do aumento da produção agrícola no Brasil é amplo e complexo. Terá de ser enfrentado na base de cada um de seus componentes, e estes abrangem fatores que englobam, praticamente, toda a política econômico-financeira do país.

No setor especificamente agrícola, a questão fundamental é a da produtividade. Nas condições peculiares do Brasil, onde terras virgens vêm sendo gradativamente incorporadas às áreas produtivas, a análise do fenômeno, em seu conjunto, é capaz de dar a enganosa impressão de um aumento real da produtividade. Se esse fato concorre para o crescimento da renda nacional, não se deve, no entanto, esquecer que ele traduz, na realidade, um alargamento das fronteiras econômicas da Nação e não o aumento real da produtividade do conjunto de áreas cultivadas. O índice de produtividade deve ser, assim, estudado de dois ângulos diversos. O das terras tradicionalmente exploradas, onde ele é infelizmente muito baixo, e o das novas terras cultivadas, que apresentam elevado índice produtivo, mas que o perderão, como as primeiras, uma vez que subsistam os sistemas empíricos de produção até hoje geralmente adotados.

Há muito tempo vêm os Governos e, em alguns casos, as associações particulares, enfrentando êsse problema, que é forçosamente de solução lenta, porque envolve, além do mais, a reeducação do homem dos campos. Tudo que se tem feito é, no entanto, ainda muito pouco. A exaustão de grandes áreas, outrora ricas e altamente produtivas, tem sido o principal incentivo à incorporação econômica das terras virgens do Oeste. Se essa incorporação representa uma conquista, não deverá, todavia, expressar a necessidade de suplementar uma produção em declínio, porém, principalmente, a de ampliar ainda mais uma produção em progresso. E, para isso, cumpre recuperar, pelo emprego da técnica moderna e racional de produção, as áreas que a continuidade de culturas empíricas exauriu.

Infelizmente, os meios de que é hoje dotado o Poder Executivo para a realização dêsse objetivo, vital ao país, são ainda insuficientes e, em certos casos, até mesmo inoperantes. A tarefa de ampliá-los e melhorá-los não caberá dentro de um período de Governo tão curto quanto o atual. Mas convém, nesta oportunidade, apontar ainda uma vez o problema e sua gravidade à meditação dos legisladores, que sobre êle deverão concentrar as luzes dos seus conhecimentos e o interesse do seu patriotismo.

Não obstante o panorama apresentado, forçoso é reconhecer que, embora em escala muito inferior à que seria satisfatória, alguma coisa já se tem realizado a êsse respeito. O aumento da produção agrária em 1954 poderá também, em pequena proporção, ser levado à conta dêsses esforços. Por outro lado, no intuito de estimular os produtores, vem o Poder Público, em várias emergências, garantindo-lhes preços mínimos, o que de certa maneira os protege contra as oscilações tradicionais nos mercados das matérias-primas e produtos alimentícios.

O número de postos agropecuários, que levam diretamente ao homem rural orientação e assistência técnica, tem aumentado gradativamente nos últimos anos, atingindo atualmente o total de 226. Os campos de cooperação permanentes ou anuais que, não constituindo órgãos específicos, mas formas demonstrativas dos processos racionais de preparo do solo e de formação de lavouras, vêm prestando apreciáveis serviços à mecanização da agricultura do país. É através dêles que a moderna técnica agrícola vai penetrando os mais longínquos sertões brasileiros.

Dada a evolução sempre crescente do número dêsses campos de cooperação, é natural que tome vulto a aquisição de máquinas

Fomento da  
Produção

agrícolas de toda a natureza e de todos os tipos, já constituindo patrulhas motorizadas, já funcionando isoladamente na formação de lavouras em bases mais econômicas. Em 1954, a dotação destinada à compra de tratores e implementos agrícolas praticamente duplicou, passando de 25 milhões de cruzeiros, aproximadamente, em 1953, a 45 milhões, em 1954.

O movimento em prol da mecanização da lavoura não se circunscreveu, porém, a essas atividades. Temos de registrar, ainda, a revenda de material, existindo, para esse fim, um crédito bancário da ordem de 220 milhões de cruzeiros, além de 18,5 milhões de dólares provenientes de financiamento direto de firmas estrangeiras. Paralelamente, o Eximbank concedeu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico um empréstimo de 18 milhões de dólares para incrementar a mecanização da lavoura. Por conta dessa quantia foram importados 4.200 tratores e máquinas agrícolas de outros tipos.

Em virtude, porém, da amplitude do território nacional, da diversidade de seus solos e das condições peculiares de cada região, esses esforços representam apenas pequena parcela da obra que se torna necessário empreender. Essa obra não é, no entanto, nem poderia ser, um empreendimento exclusivamente do Governo. Cabe a este, orientá-la e suplementá-la, quando necessário. É aos particulares, aos agricultores brasileiros de todos os pontos do território nacional, que incumbe a grandiosa tarefa de remodelar em bases modernas e racionais seus processos de produção. Para isso deverão contar sempre, e em qualquer momento, com a orientação, o apoio e a cooperação do Estado.

Defesa sa-  
nitária

No campo específico das atribuições dos Poderes Públicos, situa-se a defesa sanitária vegetal, cuja ação quase anônima se vem desenvolvendo regularmente. Esse trabalho é realizado quer diretamente, através da fiscalização e da adoção de medidas preventivas ou curativas de males já instalados, quer indiretamente, através da revenda do material adequado.

Em 1954, foi dado combate aos gafanhotos, que assolaram grandes áreas de Mato Grosso e certos municípios da Paraíba. A campanha contra a broca do café continuou intensa em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. A luta contra a chamada «podridão parda» do cacau, um dos principais obstáculos a essa produção, foi alargada através de acôrdo com o Instituto do Cacau da Bahia, sendo promissores os resultados dessa orientação. Igualmente bem sucedidos têm sido os combates às pragas

que atacam a cana-de-açúcar, os coqueiros, frutas cítricas, eucaliptos, carnaubeiras etc.

Especial atenção foi votada à exterminação da saúva e outras espécies de formigas nocivas, inclusive trabalhos de laboratório bem sucedidos no sentido de selecionar um tipo de formicida que reúna maiores possibilidades técnicas.

De maneira geral, as condições sanitárias vegetais do país são favoráveis e os surtos isolados de pragas e outros elementos daninhos têm sido felizmente vencidos.

No setor agrícola cumpre ainda assinalar as condições particulares de determinadas culturas que, por sua preponderância na economia nacional, preocupam o Governo. Entre elas situa-se, em primeiro plano, naturalmente, o café. Sua importância é tão grande no conjunto dos problemas econômicos do país, que transborda do campo puramente agrícola, envolvendo outros setores fundamentais, tais como as relações comerciais com o exterior e, conseqüentemente, o balanço de pagamentos. Sua influência nesses setores será oportunamente considerada. Do ponto de vista da produção, é do conhecimento público a crise atravessada pelo café e provocada pelas geadas que assolaram o Sul do país, no início do segundo semestre de 1953. Suas conseqüências sobre o nível da safra cafeeira são de todos conhecidas. O decréscimo da produção, que já se vinha verificando a partir de 1952, foi ainda mais acentuado, estendendo-se igualmente ao ano de 1954. A produção exportável de 1953, que ultrapassaram 16 milhões de sacas, foi reduzida de mais de um milhão de sacas em 1954, quando atingiu apenas pouco mais de 15 milhões. O rendimento de produção por unidade de área, que já acusava sensível decréscimo nos últimos cinco anos, mais ainda declinou. De 402 quilos por hectare em 1950, o Brasil desceu, em 1954, à média de produção de 356 quilos por hectare nas lavouras cafeeiras. Convém salientar que essa diminuição foi diretamente influenciada pela geada, e que os cafêzais novos, ainda não em fase de produção, dentro em pouco poderão provocar o aumento das safras futuras e do seu índice de produtividade.

Café

O algodão vem também sofrendo efeitos das crises interna e externa que afetaram o produto. A conhecida instabilidade dos mercados das matérias-primas tem sérias repercussões nessa lavoura. As áreas de cultivo no Sul do país, onde a produção se destina,

Algodão

em grande proporção, ao mercado externo, são diretamente influenciadas pelas condições internacionais, cujo impacto sobre os preços internos indica, em geral, ao lavrador, a conveniência de ampliar ou restringir seus campos de cultura. É verdade que a garantia de preços mínimos, de certa maneira, alivia a pressão internacional, mas, ainda assim, ela se reflete de modo bastante sensível na produção algodoeira do Sul do país. Somando-se a esses fatores a crise interna de caráter comercial — impossibilidade de exportar ao preço desejado, verificada em 1952 e só solucionada a partir do segundo semestre de 1953, percebem-se perfeitamente as razões do fenômeno ocorrido na safra algodoeira de 1954: queda da produção e retraimento das áreas cultivadas no Sul, e fenômeno inverso no Norte e Nordeste. O fato se explica, pela circunstância de ser a produção dessa última região destinada em sua quase totalidade, ao mercado interno, fugindo, assim, às contingências do mercado externo. A retração da produção no Sul foi compensada pelo aumento da mesma no Norte e Nordeste, dando como resultado final um pequeno aumento da produção global que, no entanto, não se refletiu no balanço de pagamentos do país, pelos motivos já expostos.

Infelizmente, o índice de produtividade da lavoura algodoeira nacional é ainda muito baixo, embora órgãos federais, estaduais e organizações particulares venham, há vários anos, empreendendo um patriótico trabalho no sentido de elevá-lo, tendo já obtido resultados animadores. Apesar desse esforço, o Brasil é ainda, entre os produtores internacionais, um daqueles que apresentam mais baixo índice de produtividade para o algodão.

Milho e  
Arroz

Por outro lado, as produções de milho e arroz acusam aumentos consideráveis, da ordem de um milhão de toneladas para o primeiro, cujo total subiu a 7 milhões de toneladas, e de 380 mil toneladas, para o segundo, cuja produção global alcançou, em 1954, cerca de 3 milhões e 500 mil toneladas.

Trigo

Outra cultura que ocupa de maneira especial a atenção do Governo é a do trigo. Pela importância que tem em nossa economia, especialmente pela maneira com que incide no balanço cambial do país, o trigo se coloca, mais e mais, no primeiro plano dos problemas nacionais. O ritmo ascensional do consumo desse produto está a exigir orientação cada vez mais atenta, não só no sentido de fomentar a sua cultura, senão também sob o aspecto da aquisição desse cereal no exterior.

Compensar o aumento violento do consumo e o grande desgaste de divisas resultante da importação, com o correspondente desenvolvimento da produção nacional, visando a atingir um dia a auto-suficiência nesse setor, constitui a preocupação do Governo. Neste sentido, têm sido tomadas medidas que não se traduzem apenas no fornecimento de sementes, adubos e máquinas agrícolas, mas ainda na adoção de uma política de preço compensador para o trigo nacional, e no estabelecimento de normas destinadas a regularizar o escoamento das safras.

Esta última providência foi de todo indispensável em virtude da carência de nossa rede de armazenamento e deficiência de meios de transporte — aspectos esses que crescem de importância sabendo-se que, já agora, a produção de trigo do Rio Grande do Sul excede em muito a sua capacidade de consumo.

É auspicioso acentuar a ascensão verificada na produção do trigo, não só quanto à área semeada, mas ainda quanto ao rendimento obtido. Tomando por base o último quinquênio, verifica-se em 1954 um aumento de 291.000 toneladas sobre a produção de 1950, que foi de 532.000, sendo que esse número sofreu acentuado crescimento nos anos de 1952 e 1953, cujas produções atingiram 689.000 e 771.000 toneladas, respectivamente. A área cultivada, que era, em 1950, de 652 mil hectares, elevou-se sucessivamente para 724.809 e 910 mil hectares, nos anos que se seguiram, alcançando, em 1954, o total de 933 mil hectares. Espera-se que, em 1955, a produção triticea do Brasil, pela primeira vez, atinja um milhão de toneladas.

Foram aplicados, dentro das exigências dos recursos orçamentários, cerca de 28 milhões de cruzeiros em sementes para distribuição, correspondentes a 93 mil sacos de sessenta quilos; 40 milhões de cruzeiros em adubos, bem como 62,3 milhões de cruzeiros em maquinaria agrícola para revenda.

Medida complementar e indispensável à política do Governo com relação à triticultura é a construção de uma rede de silos e armazéns, destinada, não apenas à conservação do grão, mas à racionalização do escoamento das safras. Vários órgãos federais e estaduais estão nisto empenhados, já existindo projetos e estudos parciais em fase de execução. Serão iniciados, outrossim, estudos que abranjam regiões não atendidas.

Essa campanha deverá prosseguir e ser mesmo ampliada, a fim de que o Brasil possa um dia libertar-se da importação de um produto alimentício essencial, cujo peso na importação onera poderosamente, ainda hoje, seu balanço de pagamentos.

*Refloresta-  
mento*

Outro setor importante no âmbito da defesa econômica do país é aquele que se refere à proteção e preservação dos recursos naturais, notadamente das nossas florestas.

Prosseguindo na sua campanha de atenuar as conseqüências do desmatamento desordenado, o Governo, através dos órgãos federais competentes, de acórdos com os Estados e Prefeituras, além de contratos com particulares, logrou a produção, em 1954, de vinte e três milhões de mudas de árvores, e distribuiu sementes aos particulares interessados na formação de viveiros.

Verifica-se, mesmo assim, quão distanciados ainda nos encontramos das reais necessidades de produção e proteção, a fim de cobrir o *deficit* causado pela demanda de madeira que o surto de progresso impõe.

Jamais como em nossos dias o longo processo de exploração praticado pelo homem contra os recursos naturais teve perspectivas tão sombrias. Numerosos são os fatores que contribuem para que isso aconteça. Urge, assim, sejam adotadas medidas que possam, se não de todo coibir ao menos restringir o abuso constante dessa espécie de destruição sistemática.

Nesse sentido tem o Brasil grandes responsabilidades em face das condições geográficas que marcam a existência de seu quadro de recursos naturais. Impõem-se providências que caracterizem uma política de preservação e de conservação da natureza. Graças à consciência que já se vem formando em torno da importância do assunto, sobretudo através de tentativas de equacionamento do problema, já é possível encaminhá-lo em termos correspondentes às necessidades nacionais.

*Parques Flo-  
restais*

A criação dos primeiros Parques Florestais, há mais de vinte anos, e também a de uma reserva de animais selvagens, mostram a continuidade da ação governamental, embora ainda não completa. Em prosseguimento aos estudos já realizados, quer pelos órgãos governamentais, quer individualmente por especialistas, a Comissão Nacional de Política Agrária colocou o assunto na sua pauta de trabalhos tendo oferecido ao Governo um anteprojeto de lei, em que, criando o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis, estabelece medidas de preservação e defesa. O Instituto funcionaria como órgão conectivo e regulador das normas convenientes à exploração dos recursos naturais, com o objeto fundamental de garantir o bem estar e a segurança públicos. Estaria no âmbito de suas atividades, através de planejamento, coordena-

ção e pesquisa, a preservação do solo, florestas, águas, pastagens e vida animal selvagem.

Da atuação do órgão decorreriam medidas que, esclarecendo a opinião pública, pudessem igualmente estabelecer normas conservadoras, com o levantamento da carta de solos, da técnica de utilização dos mesmos e do emprêgo de fertilizantes.

Esparças, como se acham, em vários órgãos, as atividades executivas da preservação e defesa dos recursos naturais renováveis, tornam-se necessárias medidas coordenadas, destinadas a dar unidade de direção e a favorecer a unificação dos trabalhos dentro do vasto campo que o assunto compreende.

A complexidade do problema relativo aos suprimentos de alimentação é uma das principais características da economia brasileira, no momento. A ampliação da área plantada, o aproveitamento mais racional dos rebanhos e da pesca, a elevação da produtividade no agregado das atividades agropecuárias, podem ser considerados os principais fatores para a melhoria da situação.

Verifica-se, de modo geral, que a pecuária se desenvolve satisfatoriamente em tôdas as unidades da Federação, havendo interêsse crescente dos criadores no aperfeiçoamento dos métodos de exploração do gado, com o objetivo de conseguir maior rendimento. Aumenta, sobretudo, a aquisição de reprodutores de melhor qualidade. Nota-se maior procura de assistência técnica, bem como o fornecimento de sementes e mudas de forrageiras e auxílios para construções rurais, destinados à conservação de forragens. Mesmo assim, como no caso da produção agrícola, os esforços despendidos são ainda inferiores ao que seria necessário.

O Brasil possui um dos quatro maiores rebanhos do mundo. Levada em conta a população brasileira, estimada em 1954 em 55.859.000 habitantes e considerando apenas o aspecto de *unidade*, de acôrdo com o conceito dos técnicos, o nível da produção animal é satisfatório. Examinado, entretanto, em termos de *pêso*, êsse nível perde muito a sua feição favorável, pois o *pêso líquido* é em geral baixo nos rebanhos brasileiros, e muito demorado o preparo do animal para o seu aproveitamento. Este fato reduz sobretudo as disponibilidade dêsses rebanhos.

Outro fatores exercem também influência poderosa e constituem elementos negativos na economia pecuária do país, tais como a insuficiência de transporte adequado e a escassez de espaço para armazenamento e frigoríficos. Aliás, seguidamente se

*Produção  
Animal*

vem afirmando que o problema da pecuária no Brasil tem o seu ponto de estrangulamento no setor da distribuição.

Melhoramen-  
tos dos reba-  
nhos

Entretanto, no ano de 1954, muitos dos fatores que tenderam a favorecer a expansão da produção agrícola afetaram também a pecuária.

Mereceu atenção especial a parte relativa ao aperfeiçoamento dos rebanhos, apesar das restrições cambiais que prejudicaram, inicialmente, o plano elaborado e reputado fundamental, para o fim visado, a saber, a importação de reprodutores europeus de alto valor zootécnico, indispensáveis aos trabalhos de intensificação da criação e multiplicação de reprodutores nos estabelecimentos oficiais, para destiná-los ao melhoramento dos rebanhos brasileiros nas fazendas particulares. Na aquisição de animais para os plantéis oficiais foi despendida a importância de ..... Cr\$ 2.500.000,00, tendo sido comprados no exterior (Argentina e Uruguai) reprodutores de várias raças das espécies bovina e ovina. O maior contingente de reprodutores adquiridos para a revenda foi de raça holandesa, hoje muito generalizada e procurada em todos os quadrantes do país, seguindo-se o gado zebu, em vários Estados do Norte, Mato Grosso e Goiás.

Dois grandes trabalhos vêm sendo executados para a formação do gado leiteiro. Um deles consta da seleção do zebu nacional, com aptidão leiteira comprovada. Seu início data de fins de 1948, constituindo o primeiro trabalho oficial de seleção criteriosa de uma raça zebu leiteira.

Outro trabalho com o mesmo objetivo — a formação de uma raça de leite adaptada à zona tropical — teve continuidade na Escola Nacional de Agronomia, e consiste no cruzamento de vacas mestiças nacionais com touros das raças Guernsey, Holandesa e Zebu, de comprovada aptidão leiteira.

Os controles leiteiros oficiais registraram, em 1954, que os plantéis da raça Holandesa e Jersey são dos melhores do Brasil.

No âmbito da suinocultura, aparelhou-se o Instituto de Zootecnia para dar início aos trabalhos de cruzamento de reprodutores de raças exóticas com porcas nacionais, objetivando a produção de tipos industriais de maior conveniência para a exploração no meio brasileiro.

Os rebanhos caprino e ovino foram também objeto de cuidadoso trabalho no sentido de se promover a expansão da oferta em mercado. Tiveram prosseguimento a seleção e ampliação de

um rebanho de cabras leiteiras, e na Fazenda de Bagé foram multiplicados e estudados dois rebanhos ovinos especializados em produção de lã.

No sentido de proporcionar eficiente defesa sanitária, considerável esforço está sendo desenvolvido, mas na verdade muito resta a fazer para uma segura proteção dos rebanhos brasileiros que, de modo geral, se ressentem do baixo nível técnico da maior parte de nossos criadores. A elevação da produtividade, no setor da pecuária, está, indiscutivelmente, ligada à melhoria das pastagens e a eficiência da defesa sanitária.

Defesa Sanitária

Em termos de renda nacional, a produção animal é de relevante importância, no Brasil. A criação oferece emprêgo a considerável parcela da população ativa, enquanto que, em termos reais, a contribuição da pecuária é fator de destaque na formação do produto nacional, onde a carne, o leite, o pescado constituem a base alimentar do povo, a par de certos produtos agrícolas.

O número de estabelecimentos de leite e derivados que se adapta ao comércio interestadual e internacional vem aumentando gradativamente. No ano findo foram registradas mais 57 fábricas, elevando-se atualmente a 1.261 o total de estabelecimentos sob a Inspeção Federal, sem contar com cerca de 1.600 queijarias situadas em fazendas, também sob contrôle federal.

Industrialização

Encontram-se, outrossim, registrados no órgão competente do Ministério da Agricultura, 584 estabelecimentos de carnes e derivados. O rebanho, de 1940 a 1950, passou de 34.329.419 para 57.625.540 unidades. Todos os esforços têm sido envidados no sentido de disciplinar as medidas que visam a assegurar melhor distribuição da carne bovina no território nacional.

Atua, entretanto, como fator adverso, o imenso prejuízo que decorre da condução dos rebanhos aos centros consumidores. Daí a necessidade de uma orientação tendente a suprimir os efeitos da distância, pela localização do centro da indústria especializada nas zonas produtoras de recriação e engorda.

É incontestável que o rebanho nacional tem melhorado em qualidade e que um esforço apreciável está sendo realizado pelos criadores nos diversos setores referidos. Mas também é verdade que o total de fontes supridoras de proteínas e gorduras animais é insuficiente, sobretudo quando se atenta no aumento anual de cerca de milhão e meio de consumidores.

O problema de base, no conjunto da pecuária, é, sem dúvida, o da criação de meios propícios à expansão dos rebanhos, mediante a constituição de boas pastagens, de processos de conservação e suprimento de forragem. A ausência de meios de transporte e de armazenamento soma-se aos fatores adversos que diminuem a eficiência da produção animal, no rol dos bens de consumo genérico indispensáveis ao bem-estar social da população.

Os esforços destinados a solucionar esse problema devem incluir um programa de auxílio e fomento aos matadouros, em combinação com medidas tendentes a corrigir as deficiências de transporte e de armazenamento.

#### *Pesca*

Para fomentar a pesca e indústrias correlatas, foi projetada a construção de alguns barcos em estaleiros nacionais, já recebidos para distribuição a pescadores, mediante contrato. Foram igualmente elaborados os projetos para construção de uma fábrica de gelo, na Colônia de Pescadores Z-18, Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

Ampliando a fiscalização da caça e da pesca, novas Inspetorias foram instaladas em Belém, Salvador, Corumbá e Porto Alegre.

Estão prontos os planos para a instalação de uma escola na Ilha de Santa Catarina. Atendendo a pedido do Governo do Território Federal do Amapá, foram executados os estudos técnicos necessários ao maior desenvolvimento da pesca nessa região.

#### *Produção Mineral*

No âmbito da produção mineral congregam-se dois problemas fundamentais de equilíbrio econômico: de um lado, o contingente que se destina ao consumo interno; de outro lado, a parcela destinada à exportação.

A riqueza mineral, no Brasil, figura no quadro geral da produção, pondo em relêvo uma série de problemas. Avulta, em primeiro lugar, o processo de industrialização em que se encontra o país, com a conseqüente procura de matérias-primas minerais. Em seguida, cumpre considerar o aspecto tradicional das nossas exportações, que sempre incluíram, nas transações internacionais, produtos de origem mineral, como o ferro, o manganês, a mica, o quartzo e outros. Relewa notar ainda que a mineração não constitui atividade de destaque na formação da renda nacional, muito embora reservas inexploradas representem um potencial de riqueza que, devidamente aproveitada, pode contribuir para minorar a pres-

são no balanço de pagamentos, sob um duplo aspecto, isto é, indo buscar no subsolo matérias-primas que vêm constituindo produto de importação, como também extraíndo em maior quantidade as que se destinam à exportação. Cabe registrar, finalmente, a necessidade de serem protegidos contra a ganância de exportadores ambiciosos os recursos minerais passíveis de exaustão.

No entanto, a estrutura administrativa do país se ressentem nesse, como em outros setores ligados à produção primária, da conveniência de ampliação, aperfeiçoamento e modernização de seus métodos. Tal circunstância dificulta ao Governo realizar, no nível desejado, os estudos e trabalhos que lhe são afetos. Daí a razão por que a produção de bens minerais está, no Brasil, muito aquém das necessidades nacionais. Com exceção do ferro, não dispomos, em vulto apreciável, dos metais de grande aplicação na indústria do país.

Dentro das limitações assinaladas, tem-se dado prosseguimento a um programa rotineiro de aproveitamento dos recursos minerais, realizando-se trabalhos de pesquisa para o conhecimento das reservas e disciplinando-se a atividade mineira.

São dois, em última análise, os problemas que surgem em torno da produção mineral, no Brasil: primeiramente, é a necessidade de prospecções, a fim de se localizarem novas fontes de produção e promover-se maior aproveitamento das reservas, mediante aplicação da moderna tecnologia; em segundo lugar, tornam-se indispensáveis medidas destinadas a proteger as reservas existentes, em face das eventualidades de exaustão.

Nos Estados do Norte e Nordeste, compreendendo a região que se estende do Maranhão a Alagoas, prosseguiram os trabalhos de cooperação na industrialização dos fosfatos de Olinda, assim como os estudos dos calcários e da apatita, a prospecção da monazita, as pesquisas de água subterrânea e carvão, e o levantamento das ocorrências ferríferas.

Atividades  
e pesquisas

Em Minas Gerais, foram incentivadas as pesquisas de jazidas e de ocorrências minerais, bem como de água subterrânea, em cooperação com as atividades privadas, de acordo com dispositivo do Código de Minas. As principais investigações relacionam-se com o levantamento do «Quadrilátero Ferrífero» e com o estudo dos minérios de tório, urânio e terras raras, dos tinguaitos do Morro

do Ferro na região de Poços de Caldas, além de pesquisas na zona de São João del Rei.

No Espírito Santo e no Paraná desenvolveram-se estudos das jazidas de monazita e de carvão, respectivamente. A indústria carbonífera mereceu especial auxílio no Estado de Santa Catarina, onde a produção foi de 916.421 toneladas.

Também no Rio Grande do Sul tiveram cunho dominante os trabalhos relacionados com jazidas de carvão, expandindo-se ali a produção do calcário, do cimento e do minério de cobre.

Entre as pesquisas efetuadas em 1954, salienta-se o início de execução do «Projeto Araguaia», que se tornou possível com o aumento da dotação destinada à «Carta Geológica».

Para a execução total desse projeto de levantamento aerogeológico foi previsto um prazo de cinco anos, em vista do acervo de elementos topográficos, hidrográficos e geológicos que advirão de tais estudos sobre a enorme área de 400.000 km<sup>2</sup> da bacia amazônica. Os mapas resultantes desse trabalho permitirão inúmeros estudos, inclusive de natureza econômica e estratégica. Em 1954, foram executados levantamentos de 59.000 km de extensão, ao longo dos rios Tocantins, Araguaia, Xingu, com grande número de faixas transversais. A área já coberta pelas fotografias aéreas é de 44.620 km<sup>2</sup>.

Ainda no campo da mineralogia e geologia, foram executados trabalhos destinados a propulsionar a expansão da produção mineral, tais como a pesquisa na faixa carbonífera entre Aquidauana e a fronteira do Paraguai; o prosseguimento dos estudos de depósitos de calcários no Estado do Rio de Janeiro, com o fito de seu emprêgo na fabricação de cimento; investigações de rádio-cristalografia, de que resultou a descoberta de minerais até então desconhecidos no país, tais como hurnutita, fluocerita e torianita; explorações na bacia carbonífera Piauí-Maranhão, e finalmente, estudos de fósseis de grande interesse para o Conselho Nacional de Petróleo, realizados a pedido, como colaboração prestada a esse órgão.

Carvão

Cabe examinar a importância do carvão no conjunto da produção mineral.

O dilema que se depara aos nossos administradores é o do balanceamento entre a formação do capital social necessário ao desenvolvimento equilibrado da economia e a produção destinada a consumo corrente. A disponibilidade de combustível é um dos pontos que mais exigem estudo, dentro desta ordem de raciocínio. Impõe-se, destarte, que se prossiga no programa destinado a racionalizar a produção do carvão mineral. É o que, de algum modo, já vem fazendo o Governo, adotando medidas destinadas a produzir o máximo de carvão de qualidade metalúrgica, nos distritos em que as condições do carvão bruto o permitem, e a aumentar a produção de combustível ferroviário nas zonas em que esta utilização é tradicionalmente predominante ou apresenta-se como complemento das operações de preparação de carvão metalúrgico.

A aprovação do Plano Nacional do Carvão proporcionou os recursos necessários para realizar os empreendimentos previstos, tomando por base as condições cambiais vigentes.

De acôrdo com estudos da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, alta prioridade de importação tem sido concedida a empreendimentos novos no setor da indústria carbonífera, prosseguindo o Governo no seu propósito de assegurar a efetivação do esquema de produção exigido pela economia do país.

Como se verifica do que ficou exposto, a produção primária do Brasil atravessou, em 1954, uma fase de desenvolvimento mais acentuado nos setores vegetal e animal.

*Importância  
da produção  
primária*

Cumprir, no entanto, repetir, ainda uma vez, que esse desenvolvimento, sobre ser baseado em causas transitórias ou sujeitas a modificações, não apresenta as características fundamentais de regularidade e permanência que o tornariam realmente auspicioso. Os métodos empregados no Brasil são ainda em geral empíricos, como insistentemente foi salientado, ressentindo-se desse fato a produção deles resultante.

Caminha o país para a fase de economia industrial, porém são necessárias e urgentes a modernização e racionalização de seus métodos de produção agrícola, animal e mineral. Nunca é demais repetir que somente sobre os alicerces de uma sólida e progressista base de produção primária se poderá construir uma civilização industrial realmente forte.

INDÚSTRIAS  
BÁSICAS

A ação supletiva do Estado no setor das indústrias básicas vem sendo preocupação constante de vários Governos. A própria Constituição define claramente a posição do Poder Público no domínio econômico.

A orientação do atual Governo mantém-se estritamente dentro da idéia de que só se justifica a atuação complementar do Estado quando a iniciativa privada se abster em determinados setores fundamentais da economia, ou quando assim o exigirem os interesses relacionados com a defesa e segurança nacionais.

Em períodos anteriores foi o Poder Público levado a suprir certos campos da produção que não apresentavam maior atrativo ao capital privado. A ação supletiva do Governo se fez sentu desta maneira em alguns ramos da indústria básica, cuja exploração, embora requerida pelo estágio de evolução já atingido pelo país, não fôra ainda tentada pela iniciativa particular, à qual não oferecia vantagens capazes de atrair-lhe as preferências.

Examinando, de maneira objetiva, as realizações das principais indústrias que o Estado se viu na contingência de fundar e manter, como imperativo de interesse nacional, verifica-se que seus resultados vêm sendo de modo geral satisfatórios.

*Companhia  
Siderúrgica  
Nacional*

Uma conquista nesse setor é certamente o empreendimento que redundou na definitiva instalação da indústria pesada no Brasil, através do funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional, já em fase de expansão.

Em 1954 a Usina de Volta Redonda marcou mais um recorde na produção de gusa, aço, coque e subprodutos do carvão. No tocante à gusa houve um acréscimo de 31% sobre o ano anterior, tendo sido de cerca de 18% o aumento relativo ao aço em lingotes e de 26%, na fabricação de carvão metalúrgico. No setor dos laminados, apesar da interferência havida com os trabalhos de expansão da usina, verificou-se ainda uma elevação de cerca de 12% sobre o nível atingido em 1953.

Em relação à produção programada para 1954, foi atingido o nível de 98,3% de realizações. Este fato deve ser atribuído não apenas à expansão em andamento, mas também ao melhoramento do nível técnico dos empregados, aos quais é dispensada uma política de assistência e estímulo, inclusive através da participação direta nos lucros da empresa.

No programa de expansão cumpre salientar a instalação de nova bateria de 21 fornos de coque, o que elevou a produção para 456.789 toneladas. É também de assinalar a inauguração do segundo alto forno, de 1.200 toneladas diárias de capacidade nominal, o qual elevou o total da produção em gusa para 538.490 toneladas em 1954. Os altos fornos trabalharam num ritmo de 69% de sua capacidade, embora realizassem 98,5% do programa do ano. A aciaria foi ampliada com dois fornos, que entraram em funcionamento no segundo semestre. A produção total de aço em lingotes atingiu, assim, 569.035 toneladas, correspondendo a 101.327 toneladas mais que em 1953. A capacidade da fundição atingiu praticamente seu limite em 1954. Em conseqüência, acham-se em fase adiantada as obras para sua expansão.

Programa de  
expansão

No setor dos laminados o aumento de produção foi menos acentuado que nos demais, em virtude das mencionadas interferências havidas com os trabalhos de expansão da usina. Não obstante essas perturbações, o ano terminou com uma produção de laminados da ordem de 418.920 toneladas, com 43.453 toneladas a mais sobre a produção de 1953.

A fábrica de estruturas metálicas está em pleno funcionamento, tendo produzido pontes ferroviárias, galpões industriais e edifícios de vários tipos, além de atender às encomendas internas para expansão da usina.

Como é sabido, a indústria pesada de siderurgia instalada em Volta Redonda ainda exige para seu funcionamento ininterrupto a exploração de várias outras indústrias subsidiárias, como a do carvão, a dos transportes marítimos, a da mineração e eletricidade, cujo desenvolvimento e produção acompanham naturalmente o ritmo ascendente do movimento da usina.

O crescimento do volume de vendas conduziu ao aumento do lucro marginal em 1954, permitindo a apresentação de um resultado líquido satisfatório, expresso na soma de Cr\$ 502.391.522,50, superior ao lucro apurado anteriormente e representando 31,5% de aumento. Foram distribuídos, em 1954, dividendos na base de 6% para as ações preferenciais, de 7,5% para as ordinárias, per-

Situação eco-  
nômica e fi-  
nanceira

tencentes ao Tesouro Nacional, e de 10% para as ações ordinárias, pertencentes a particulares. Somados os dividendos distribuídos ao Tesouro Nacional às vultosas somas pagas a título de impostos e taxas, pode-se aquilatar da importante fonte de receita ordinária e extraordinária que representa para o erário nacional êsse empreendimento. É particularmente expressiva a cota constituída para a participação dos empregados nos lucros da empresa, para a qual foi reservado um fundo de ..... Cr\$ 120.220.762,20, correspondendo a um aumento de 57% sobre a reserva constituída no ano anterior.

O ritmo acelerado das inversões da Companhia, mormente nas obras de expansão da usina e na aquisição de navios, acarretou apreciável aumento nas imobilizações e refletiu-se, como é evidente, na situação financeira da empresa.

O patrimônio líquido, representado pelo excesso do Ativo Real sobre o Passivo Real, cresceu de Cr\$ 4.571.316.005,30, em 1953, para Cr\$ 5.139.533.230,50, em 1954, com uma elevada margem de Cr\$ 568.217.225,20. O valor final exposto representa o acréscimo de substância patrimonial em 1954, como resultado da própria operação da Companhia.

*Programas  
nacionais de  
eletrificação*

Outro problema que tem sido objeto da preocupação constante de sucessivos governos é o que se refere ao fornecimento adequado e suficiente de energia elétrica. Cumpre assinalar o impulso considerável que foi propiciado a êsse setor no ano findo.

*Realizações  
em 1954*

Realizações devidas à iniciativa privada e ao Governo permitiram aumentar substancialmente a capacidade geradora, pela ampliação das usinas em funcionamento e pela instalação de novas unidades. O acréscimo que se verificou representa cerca de 35% da potência instalada em 1953 e corresponde a, aproximadamente, 750.000 kW novos.

Dentre os principais empreendimentos registrados no exercício, destacam-se os das companhias pertencentes ao grupo da «Brazilian Traction», que, operando os sistemas Rio e São Paulo, são responsáveis, mediante concessão dos poderes públicos, pelo

abastecimento de energia elétrica às duas grandes capitais e à maior parte da zona intermediária, onde se situa a região mais industrializada e densamente povoada do país.

A expansão dessa zona estava sofrendo severamente os efeitos da carência de energia, pois as usinas aí instaladas já não produziam o suficiente para atender sequer às necessidades do consumo atual, e muito menos para corresponder às exigências do seu continuado crescimento. Tornou-se mister, para atenuar os efeitos da crise resultante, estabelecer providências restritivas à procura efetiva. Tais medidas redundavam em sacrifícios impostos às populações.

A fim de suprir essa deficiência foram inauguradas, em 1954, a Usina Termelétrica Piratininga, em São Paulo, com a potência de 200.000 kW, e a Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha, no Estado do Rio, com capacidade para produzir 330.000 kW. Os dois sistemas, hoje interligados, receberam assim considerável incremento, permitindo o imediato restabelecimento da normalidade no fornecimento de energia elétrica à Capital Federal e a sensível atenuação das medidas restritivas adotadas em São Paulo, as quais cessarão de todo quando se concluir, naquele Estado, a construção da usina subterrânea de Cubatão.

Embora se trate de obras executadas por empresas privadas, cumpre acentuar a participação do Estado na sua realização, já pela iniciativa de determiná-las, através dos órgãos de fiscalização e controle que a administração pública exerce nesse setor de atividades, já por haver facultado aos concessionários, por meio de empréstimos autorizados a entidades bancárias nacionais, ou pela garantia de operações de crédito no exterior, os recursos indispensáveis à sua efetivação. É evidente que o vulto dos investimentos exigidos por essas realizações excedia a capacidade financeira das entidades que exploram tais serviços. Ao invés de eliminar ou substituir a iniciativa privada, o Estado procurou ajudá-la, encontrando meios de fazer aquelas empresas cumprirem o programa de expansão reclamado pelos interesses da coletividade.

Também em 1954, as Empresas Elétricas Brasileiras instalaram, no Estado de São Paulo, 45.000 kW, em unidades gera-

doras, termo e hidrelétricas; e, no Estado do Paraná, 3.000 kW, em unidades diesel-elétricas.

A Cia. Hidrelétrica do São Francisco, chegando promissoramente à fase final da primeira etapa dos aproveitamentos progressivos que realiza, colocou em serviço experimental as duas primeiras unidades da Usina de Paulo Afonso, num total de 120.000 kW, dando início, através das linhas de transmissão já construídas, ao suprimento de energia às cidades de Recife e Salvador. Assim, aquela região do Nordeste começou a usufruir os benefícios de fornecimento adicional de energia elétrica, a preços reduzidos, o que lhe proporcionará novos elementos de expansão e crescimento.

Entre outras realizações, é de salientar ainda que o Governo Federal ultimou, na Bahia, a primeira etapa da Usina de Aratu, a gás de petróleo, com 8.000 kW. As Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) inauguraram a Usina de Itutinga, com 30.000 kW. A Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul colocou em serviço a Usina Termelétrica de São Jerônimo, com 10.000 kW, e ultimou a Usina Hidrelétrica dos Bugres, com 10.800 kW, além de montar outras usinas hidrelétricas menores, num total de 70.000 kW. Em Fortaleza e Belém, com a cooperação financeira da União, ultimam-se instalações, com a capacidade de 12.500 kW e 15.000 kW, respectivamente.

Esses aumentos substanciais de capacidade geradora representam um avanço na solução do problema da energia elétrica no Brasil, pois a deficiência de potência instalada, antes estimada em perto de 1.500.000 kW, se reduz hoje a cerca da metade.

Obras em  
execução

São ainda de maior vulto as unidades atualmente em construção e que deverão ser instaladas nos próximos anos. Avulta em primeiro lugar a ampliação da Usina de Cubatão, cuja nova usina hidrelétrica subterrânea, atualmente em construção, será dotada, em sua primeira fase, de 260.000 kW instalados, estando programada para o começo de 1956 a entrada em operação da primeira máquina de 65.000 kW. Em sua etapa final, a usina terá a capacidade de 390.000 kW. Ainda nesse Estado são dignos de menção especial os aproveitamentos hidrelétricos de trechos do rio Grande, em construção. A primeira etapa do empreendi-

mento será a Usina Hidrelétrica de Peixoto, com 400.000 kW, cujas duas primeiras unidades geradoras, de 40.000 kW, estão programadas para entrar em serviço em fins de 1956. A potência total dessa série de aproveitamentos progressivos será da ordem de 1.100.000 kW.

Além dessas obras que as empresas concessionárias estão realizando com o estímulo ou a cooperação do Poder Público Federal, destacam-se também iniciativas dos governos estaduais, salientando-se, dentre elas, o plano de construção de usinas elétricas, previsto pelo Estado de São Paulo, com a capacidade total de 1.763.000 kW, dos quais 126.000 kW já em construção.

O Estado de Minas Gerais está construindo, através de companhias particulares, articuladas com o Departamento de Águas e Energia Elétrica, usinas com uma potência total futura da ordem de 350.000 kW. Por outro lado, os projetos de aproveitamento hidrelétricos, de iniciativa privada e do Governo Federal, naquele Estado, montam a cerca de 1.000.000 kW. O Governo de Goiás, em acordo com o de Minas, iniciou a construção da usina da Cachoeira Dourada, de 220.000 kW, a qual servirá, igualmente, ao Triângulo Mineiro, abrindo novas perspectivas ao desenvolvimento da região.

Finalmente, as obras da segunda etapa do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul irão produzir um aumento na potência instalada naquele Estado da ordem de 122.800 kW.

Articulando-se com esses empreendimentos diversos, merecem especial referência as obras constantes do Plano Nacional de Eletrificação, encaminhado ao Congresso Nacional, paralelamente à proposta de constituição da empresa de economia mista *Centrais Elétricas Brasileiras S.A.* — Eletrobrás — que se encarregará da sua execução.

Plano Nacional de Eletrificação e Eletrobrás.

Segundo o mesmo Plano, cuja programação inicial se estende pelo prazo mínimo de dez anos, na área de maior concentração demográfica do Brasil, suscetível de suprimento através de grandes sistemas elétricos interligados, as obras previstas atingirão, em 1965, uma potência instalada da ordem de 8.000.000 kW, constituída por grandes centrais geradoras conectadas por am-

pla rede de coordenação. Aquê total é previsto como necessário para atender ao crescimento do consumo até o mencionado ano, quando o Brasil deverá ter uma população de cêrca de 73 milhões de habitantes. Nas áreas restantes do território nacional em que o suprimento só é possível, atualmente, por meio de pequenos sistemas isolados e serviços locais, estaria prevista a instalação de, pelo menos, 400.000 kW. As obras nesses dois sistemas seriam executadas em duas etapas, estando incluídos na primeira os trabalhos preferenciais, de construção imediata.

Além disso, como providência de evidente alcance, cujos resultados serão inestimáveis, prevê ainda o Plano a unificação da freqüência da corrente gerada, em 60 ciclos/segundo, em todo o país, e a padronização das tensões em que é transmitida, bem como a criação da indústria pesada do material elétrico.

A aprovação do Plano Nacional de Eletrificação e da constituição da empresa "Centrais Elétricas Brasileiras S. A." — Eletrobrás — está entregue à alta deliberação dos membros do Congresso Nacional, que saberão certamente decidir de conformidade com os interesses do país.

#### Financiamento

O custeio dos empreendimentos programados no Plano Nacional de Eletrificação deverá fazer-se principalmente com os recursos do *Fundo Federal de Eletrificação*, instituído pela Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954, que, devidamente regulamentada, vai entrar em execução neste exercício.

Os recursos do Fundo Federal de Eletrificação, a organização de uma empresa mista de eletricidade (Eletrobrás) para a execução das obras do Plano Nacional de Eletrificação e de outros empreendimentos relativos à energia elétrica, a modificação das regras da legislação em vigor, bem assim a reestruturação dos órgãos que fiscalizam e controlam a execução dos serviços concedidos, tudo isto serão passos seguros para solucionar o problema da eletricidade no Brasil.

#### Companhia Vale do Rio Doce

No campo do empreendimento estatal, outro setor importante é representado pela Companhia Vale do Rio Doce. Tem por objeto, a exploração, o comércio, o transporte e a exportação de mi-

nério de ferro das minas de Itabira e a exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Verifica-se, destarte, que se trata de empresa que transaciona com produto exportável, de alta significação para o balanço de pagamentos no Brasil. Evidencia-se, outrossim, que desempenha a dupla função de concessionária do serviço público e de empresa industrial do Estado.

Em 1954, a Companhia sentia ainda os reflexos das dificuldades que experimentara no correr do ano de 1953, quando suas vendas ficaram paralisadas por longo período, o que teve como consequência a queda de suas exportações. Diante da situação, que ameaçava prolongar-se, resolveu-se enviar aos Estados Unidos diretores e técnicos, a fim de colherem informações nas próprias fontes, e, assim, ficassem conhecendo os motivos reais da quase total ausência dos compradores americanos.

Minérios de ferro

Aplicando o resultado dessas observações, a Companhia procura ampliar suas vendas, integrando-se perfeitamente na diretriz que orienta a política de comércio externo do país. As consequências da nova orientação já se fazem sentir no equilíbrio da exportação, que alcançou, em 1954, um total de 1.562.190 toneladas inglesas, que correspondem a um aumento de 186.754 toneladas sobre o nível da exportação de 1953.

As exportações de 1954 foram destinadas, na proporção de 61,2%, ao continente europeu, 35% aos Estados Unidos e os restantes 3,8% ao Canadá. Pelos números acima verifica-se que o mercado americano aparece com uma participação que deve ser ampliada. Realmente, o problema de acumular divisas em dólares é o dilema do balanço de pagamentos dos países da área do dólar, e das demais nações que participam do agregado de transações de trocas do sistema de câmbio internacional.

Não obstante o aumento bruto das vendas ao exterior, a receita, em dólares, proveniente dessa exportação, em 1954, foi de US\$ 20.101.244,25, ou sejam 14,43% menos que a do ano anterior, apesar da maior tonclagem exportada. Isto se deve à baixa do preço do minério de ferro no mercado internacional. Em 1953, o preço médio da tonelada foi de US\$ 17,08, ao passo que em 1954 foi apenas de US\$ 12,87. A receita em cruzeiros, porém,

aumentou consideravelmente, em consequência das bonificações de exportação. Enquanto as exportações de 1953 renderam à Companhia Cr\$ 509.875.037,80, as de 1954 proporcionaram-lhe uma receita de Cr\$ 658.373.334,40.

Esta análise do comportamento relativo da receita de exportação da Companhia, em 1953 e 1954, dá uma visão do impacto da política cambial que o Governo brasileiro vem adotando, desde 1952. O ágio de importação é hoje utilizado em benefício do exportador e serve, como no caso da Companhia Vale do Rio Doce, como elemento de equilíbrio em face de eventuais quedas de preços no mercado internacional.

Estrada de  
Ferro Vitória-  
Minas

Quanto à exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, foi ela realizada em condições favoráveis, colocando essa estrada entre as cinco ferrovias nacionais que operam em regime de saldo real. Com efeito, o saldo do balanço no último ano decorrido elevou-se a Cr\$ 32.043.740,70, tendo sido de Cr\$ 12.690.591,30 em 1953.

Situação fi-  
nanceira

É digna de observação também a circunstância de que o saldo apurado, em 1954, em tôdas as dependências da Companhia, de acôrdo com estimativas ora em elaboração, deve elevar-se a cerca de Cr\$ 274 milhões. Até 1947, entretanto, a Companhia Vale do Rio Doce foi deficitária, tendo sido o ano de 1948 aquêle que assinalou a inversão dessa situação, passando os balanços a apresentar saldos positivos em progressão sempre crescente. O saldo favorável estimado em 1954, representa uma cifra, nunca antes atingida.

Os resultados do exercício permitiram à empresa solver todos os compromissos decorrentes da manutenção dos seus serviços, atender às vultosas obras destinadas a ampliar sua capacidade de produção, transporte e exportação, e, ainda, encerrar o ano com um saldo em caixa de Cr\$ 100.000.000,00. Reinvestimentos, em um montante de cerca de Cr\$ 47.000.000,00, foram ainda realizados à conta do saldo apurado.

Merece especial destaque o fato de terem sido cumpridas rigorosamente, no exercício de 1954, tôdas as suas obrigações

financeiras, quer nacionais, quer estrangeiras, com todos os pagamentos em dia.

A Companhia mantém, com o «Exim-Bank of Washington», 3 empréstimos, dos quais, o maior, de US\$ 14.000.000,00, já está com o saldo devedor reduzido a cerca de US\$3.144.106,57. Internamente lançou um empréstimo de Cr\$ 300.000.000,00, representado por três grupos de debêntures de Cr\$ 100.000.000,00 cada uma. Usa, assim, de crédito interno e externo, como de recursos próprios, para financiar seus empreendimentos, que re-vertem à coletividade como serviços de utilidade pública.

As condições atuais do mercado internacional, devidas, principalmente, ao advento de novas e importantes fontes de produção, modificaram sensivelmente as possibilidades de exportação do minério de Itabira. O comprador passou a ser mais exigente, por isso que dispõe de maior número de fornecedores. Em consequência, torna-se imprescindível aperfeiçoar e aumentar a produção, o transporte e o carregamento do minério de ferro de exportação, a fim de baratear o preço e permitir concorrência vantajosa nos mercados internacionais.

Perspectivas

Os resultados financeiros dos últimos anos revelam que a Companhia Vale do Rio Doce é uma empresa auto-financeável, operando em bases lucrativas, que vem utilizando seus saldos no sentido de realizar reinvestimentos e liquidar empréstimos internos e externos.

Uma vez que ela já dispõe dos recursos suficientes em moeda nacional, toda a atenção será dispensada à possibilidade de lhe ser facilitada a importação de materiais e equipamentos indispensáveis, considerando-se que são necessários ao cumprimento do seu programa de expansão, a fim de que se enquadre nas modificações operadas no mercado internacional, que está a exigir melhores condições de exploração, tratamento e transporte do minério de ferro.

A participação do Estado, no campo das indústrias básicas, tem no petróleo a sua mais recente manifestação. Nesse particular, o ano de 1953 constituiu um marco definitivo da orientação adotada pelo Governo brasileiro, através de estreita cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Sancionada a 3 de outubro de 1953, a Lei nº 2.004, que dispõe sobre a política na-

O Petróleo e  
a Petrobrás

cional do petróleo, definiu as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo e criou a «Petróleo Brasileiro S.A.» (Petrobrás).

A 2 de abril de 1954, o Decreto nº 35.308 ratificou a constituição da Petrobrás, passando esta a assumir as responsabilidades dos serviços até então afetos ao Conselho Nacional do Petróleo, relativamente à pesquisa, lavra, transporte e refinação de petróleo, além da industrialização do xisto betuminoso. O Conselho, em obediência àquela lei, continuou a exercer a orientação e fiscalização da política adotada. Foram assim incorporados à Petrobrás as Refinarias de Petróleo de Cubatão e Mataripe, a Comissão Especial de Indústria Petroquímicas, a Frota Nacional de Petroleiros, a Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso e, finalmente, os órgãos existentes nos Estados e no Exterior, compreendendo os Serviços Regionais da Bahia e Amazônia, o Serviço Especial de Sondagem da Bacia Sedimentar do Paraná, as turmas de geologia que trabalham nessa bacia e os Escritórios de São Paulo, Nova York e Paris.

O capital inicial da Petrobrás é de 4 bilhões de cruzeiros, todo ele subscrito pela União. Esse capital será aumentado com recursos previstos na lei, devendo atingir o montante de 10 bilhões de cruzeiros, em 1957, ocasião em que a União terá assegurado 51 % do capital votante.

A empresa começou seus trabalhos a 10 de maio de 1954 e já nos primeiros meses de atividade, além das tarefas iniciais ligadas ao seu funcionamento, celebrou contratos de fornecimento de óleo cru para a Refinaria de Cubatão, para a construção de uma fábrica de asfalto no mesmo local, além de outros ajustes para a pesquisa do petróleo. Contratou, outrossim, os serviços técnicos de um dos melhores geólogos do mundo. A fábrica de asfalto será capaz de abastecer, com larga margem de sobra, as necessidades do país, devendo ficar concluída em 1955.

#### Refinarias

A Refinaria de Mataripe, quando incorporada ao Conselho Nacional de Petróleo, fôra ampliada para o dôbro de sua produção inicial, isto é, 5.000 barris diários. Está, presentemente, em vias de nova ampliação, para 15.000 barris diários. Dada a qualidade especial do petróleo extraído na Bahia, de base parafínica, deverá produzir óleos lubrificantes, num volume pouco inferior ao do consumo total do país.

A Refinaria de Cubatão, com capacidade de beneficiar 45.000 barris de óleo por dia, acaba de entrar na fase de operação. Já se acha prevista, com pequenas alterações de pouco valor em suas instalações, a ampliação para 60.000 barris diários. Produzirá, por si só, pouco menos de metade dos derivados de petróleo consumidos no Brasil.

Está ainda a Petrobrás montando em Cubatão uma fábrica de fertilizantes nitrogenados, com capacidade de produção adequada à do consumo nacional, na época da conclusão de suas instalações, ainda em 1955.

O importante problema do transporte marítimo não preocupa a empresa, tendo sido, mesmo, resolvido por antecipação, com a criação da Frota Nacional de Petroleiros, composta de 22 unidades, com a capacidade total de 223 mil toneladas de carregamento útil.

Transporte

Na parte de transporte terrestre já foram iniciados os trabalhos de construção do oleoduto Água Grande-Mata-Candeias, ligando os campos de petróleo do Recôncavo Baiano à Refinaria de Mataripe. Também já foram iniciados os trabalhos preliminares do oleoduto Paranaguá-Curitiba, que facilitará o abastecimento, em combustíveis, de importante região do interior do Paraná.

A produção atual do petróleo no Brasil, de 4.500 barris por dia, deverá elevar-se, gradativamente, até 15.000 barris, com as providências em curso. As reservas foram substancialmente aumentadas com a expansão dos campos do Recôncavo, para o sul e para o norte.

Pesquisas geológicas e geofísicas continuam a desenvolver-se nas províncias sedimentares do território brasileiro, que vinham sendo estudadas pelo Conselho Nacional de Petróleo. A Petrobrás intensificará sua ação decisiva no campo de pesquisa, visando a produzir o petróleo necessário ao consumo do país, por meio de um plano atualmente em elaboração.

Paralelamente, a Fábrica de Fertilizantes concorrerá para melhores condições da agricultura e a Fábrica de Asfalto para o desenvolvimento da rede rodoviária. Os produtos das refinarias serão de grande valor para o desenvolvimento de todas as atividades industriais. A contribuição da empresa no campo da petroquímica também constituirá uma ajuda fundamental para a indústria química de base.

Verifica-se assim que, nestes poucos meses de funcionamento, não obstante as dificuldades naturais num período de organização, a Petrobrás já realizou algo de útil. Seus empreendimentos — os que estão funcionando e os que estão programados para curto prazo — acarretam ou acarretarão apreciável economia de divisas, cooperando para minorar a situação aflitiva em que se encontra a Nação.

**Recursos  
cambiais**

Ainda por ato recente, foi proporcionado um fundo cambial à Petrobrás e assegurada, a seu favor, a reserva das divisas economizadas com a produção nacional de óleo cru e o funcionamento das refinarias. Essa verba não será nunca inferior a 3% nem superior a 5% da receita cambial. Em consequência, fica a empresa livre para utilizar as divisas necessárias no momento oportuno, resguardada dos imprevistos oriundos de contingências do balanço de pagamentos, e habilitada a estabelecer e cumprir um programa de trabalho em colaboração imediata com os órgãos executivos da política financeira de que parcialmente depende.

**Fábrica Nacional de  
Motores**

Quanto à Fábrica Nacional de Motores, deve salientar-se que o ano de 1954 marca uma etapa decisiva na realização das suas principais finalidades. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, foi concedido um financiamento que permite a aquisição do equipamento destinado à realização da 3ª etapa de nacionalização de auto-veículos, bem como uma antecipação de capital de giro, antiga aspiração de sucessivas administrações daquela Fábrica.

Paralelamente realizou o Banco, em colaboração com a Fábrica, demorado estudo dos problemas da empresa, constituindo parte integrante do contrato, então firmado, a aplicação das conclusões daquele trabalho.

A revitalização financeira, oriunda desse empréstimo, e as medidas administrativas adotadas, vieram revelar grandes possibilidades da empresa, pois pela primeira vez, foi obtido um resultado financeiro favorável, no montante aproximado de 20 milhões de cruzeiros.

**Produção**

Durante o ano de 1954, a Fábrica produziu 531 caminhões, ultrapassando de muito a produção de seu melhor exercício an-

terior, que foi o de 1953, quando os resultados atingidos somaram 373 unidades, excluídos os veículos importados para revenda.

Na fabricação de auto-peças, verificou-se sensível incremento de produção, cujo valor médio mensal se elevou de ..... Cr\$ 856.900,00, no primeiro semestre, para Cr\$ 1.889.800,00, no segundo.

Entretanto, constituindo essa linha de produção um suplemento ao programa industrial de base, a tendência é para ser a mesma absorvida, à medida que progredir a nacionalização do caminhão FNM-Alfa Romeo.

Com referência ao trator FNM-Fiat, o assunto não atingiu, infelizmente, o grau de adiantamento do programa dos caminhões. Apesar de não ser recente o contrato estabelecido com a empresa Fiat S.P.A. italiana, e embora esteja, há muito tempo, elaborado o planejamento conjunto para a fabricação de caminhões e tratores, verificou-se, em relação aos últimos, sensível atraso.

Foi prevista, entre as cláusulas contratuais, uma operação inicial de compra de 1.000 tratores como condição a que a Fiat cedesse à FNM os direitos para fabricá-los. O assunto, porém, só foi realmente decidido no 2º semestre de 1954, provocando, em consequência, a protelação do programa industrial.

No momento, continua chegando ao Brasil a parte final do referido lote de mil unidades encomendadas à Fiat, colaborando a Fábrica com o Ministério da Agricultura na tarefa de revenda dos tratores e de prestação da indispensável assistência técnica. Serão entabuladas negociações com aquele Ministério, para o encaminhamento da execução do programa industrial, cujo interesse público é tanto mais relevante quanto se sabe que a produção integral do veículo, no país, está prevista para o prazo de 3 anos.

Durante 1954, o movimento de vendas da Fábrica atingiu Cr\$ 260.500.000,00, soma superior em cerca de 50 milhões à de 1953, que tinha sido o melhor período de atividades dessa empresa.

Duas circunstâncias revelam que o ano de 1955 representará o marco decisivo na emancipação econômica da Fábrica. Em primeiro lugar, o desenvolvimento normal do seu programa permitirá que a produção atinja nível superior. Em segundo, a utilização progressiva do equipamento adquirido impulsionará o pro-

cesso de nacionalização, tornando menor a solicitação de divisas, consoante o exigem as dificuldades financeiras do país.

Em consequência, o total das vendas em 1955 poderá ser 3 a 4 vezes superior ao de 1954.

Saliente-se, porém, que os problemas que afligem a empresa são um indicio mesmo da sua vitalidade, pois decorrem da expansão de seu programa industrial, que requer facilidades de crédito bancário.

Certamente não faltarão os elementos necessários à realização do programa da indústria pioneira que é a Fábrica Nacional de Motores, cuja responsabilidade se estende desde os compromissos internacionais firmados com a Alfa Romeo S.P.A. e a Fiat até as obrigações para com as inúmeras indústrias brasileiras, vinculadas ao desenvolvimento de seu esquema de produção.

*Companhia  
Nacional de  
Alcalis*

Outro problema enfrentado pelo Governo no campo da atividade supletiva do Estado, é o que diz respeito à produção dos álcalis. Desde 1942, o extinto Conselho Federal de Comércio Exterior, verificando a situação crítica em que se encontrava o país com referência a esse setor de abastecimento, resolveu iniciar estudos e debates sobre o assunto.

Grupos representativos de capitais privados, consultados em várias oportunidades, manifestaram completo desinteresse a respeito. Diante de tal situação, foi sugerido ao Governo que avocasse a solução do problema, a exemplo do que já fizera em relação ao aço. Mesmo depois que uma comissão governamental já levara a efeito os estudos preliminares, foram ainda tentadas soluções com grupos financeiros norte-americanos, ingleses, belgas e franceses. Todos se recusaram a assumir a responsabilidade do empreendimento ou a participar da solução governamental. O mesmo aconteceu com os grupos representativos do capital nacional.

Enfrentando, então, o impasse, resolveu o Poder Público tentar sua solução.

Por indicação dos técnicos que estudaram o assunto, foi escolhida para sede da primeira grande fábrica de barrilha e soda cáustica no Brasil a região de Cabo Frio, ficando o Norte inteiramente livre à ação das iniciativas futuras, inclusive particulares. As primeiras providências que visavam à instalação da

usina e ao funcionamento da Companhia em bases comerciais foram logo tomadas. Não obstante, uma série de acontecimentos retardou a instalação definitiva dessa indústria essencial ao abastecimento nacional. Só em 1953 se efetivou finalmente a estruturação financeira da empresa e se deu início à elaboração dos projetos de equipamentos. Além das obras destinadas especificamente ao funcionamento da usina, das quais a etapa mais árdua e demorada já está concluída, convém salientar a execução de obras subsidiárias, como a adutora de Bacaxá, que está programada para atender ao consumo da região de Araruama e Cabo Frio. Essa adutora suprirá, além da fábrica e suas dependências, as indústrias químicas e de cimento que estão em fase de montagem. Por esse motivo, o Governo do Estado do Rio de Janeiro concorrerá com 50% do custo dessa adutora, cujo equipamento já foi adquirido e deverá chegar ao Brasil no mês de março corrente.

O ano de 1954 iniciou-se sob perspectivas favoráveis. Parecia certo que o impulso final, capaz de promover a conclusão de obra tão demorada, seria finalmente dado. No entanto, as conhecidas dificuldades cambiais que o país atravessava impediram a concessão das divisas necessárias ao pagamento do sinal contratual aos fornecedores estrangeiros, e a obra foi novamente paralisada. Dessa maneira, o escalonamento programado para a construção da usina não pôde ser obedecido. A produção prevista para 1954, que corresponderia a cerca de 80% da capacidade total da fábrica, não foi iniciada.

Dada, porém, a importância que representa para o país a realização desse empreendimento, que no primeiro ano de funcionamento efetivo deverá fornecer produtos que corresponderão a uma economia de divisas da ordem de US\$ 10.000.000,00, o Banco do Brasil foi autorizado a remeter nos últimos dias do ano findo a importância relativa aos sinais contratuais. Essa providência, que eliminou o primeiro obstáculo realmente sério à finalização da obra, permite que se possa prever, para 1955, a primeira etapa da emancipação econômica do Brasil no setor dos álcalis.

No que se refere à situação financeira da Companhia, o capital social, no montante de Cr\$ 200.000.000,00, está totalmente realizado. Já foram requisitados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico cerca de Cr\$ 68.000.000,00, por conta

Financia-  
mento

do crédito de Cr\$ 180.000.000,00. Até o presente momento, foi ainda requisitado ao «Comptoir Industriel et Agricole de Vente à l'Etranger», ainda por conta de financiamento já concedido, o correspondente a US\$ 12.000.000,00 que, somados ao sinal de 20% já pago pela Companhia, representam 80% das aquisições de equipamento necessário à Fábrica.

É indiscutível que o interesse nacional não permite a paralisação da construção da usina de Cabo Frio. Além dos incalculáveis prejuízos materiais e morais que acarretaria, tal colapso privaria o Brasil de uma produção indispensável a seu harmônico desenvolvimento econômico e perpetuaria sua dependência do exterior quanto ao abastecimento de elementos essenciais ao progresso do país.

Todos os esforços cabíveis, dentro do quadro geral da situação do país, serão realizados para que a conclusão, pelo menos parcial, dessa obra, possa permitir que, em 1955, a fábrica inicie finalmente sua linha de produção.

#### ENERGIA ATÔMICA

No tocante às pesquisas destinadas à energia atômica e suas múltiplas aplicações, foram encaminhadas providências no sentido de se obter o concurso dos vários fatores que se fazem necessários, tais como: a existência de cientistas e engenheiros especializados; as matérias-primas; o reator; as indústrias subsidiárias; e, finalmente, os recursos financeiros suficientes.

Através do Conselho Nacional de Pesquisas, o Governo vem empreendendo a tarefa de atacar os problemas ligados à formação do pessoal técnico e à obtenção dos meios materiais, adequados ao aproveitamento da energia atômica.

O problema do pessoal técnico e científico, por sua natureza, sobreleva todos os demais. Por isso, durante os anos de 1952 a 1954, foram enviados bolsistas a Universidades norte-americanas e européias, com o objeto de formar um núcleo de cientistas e peritos especializados nos variados setores da nova tecnologia, que exige tamanha diversidade de conhecimentos teóricos e práticos.

Não fossem as restrições impostas, a partir de março de 1953, pelas dificuldades na obtenção de divisas estrangeiras, mais amplos seriam os resultados alcançados.

Nos Estados Unidos, os esforços dos bolsistas foram em parte orientados diretamente para o estudo dos reatores. Acontece, porém, que os cursos oficiais daquele país amigo, até o momento, continuam inacessíveis aos estrangeiros.

É com satisfação que registramos terem sido aceitos alguns brasileiros na Escola de Reatores de Harwell, até agora só franqueada a súditos ingleses.

Em França, químicos brasileiros se têm dedicado, com sucesso, ao estudo do tratamento químico dos minérios uraníferos, havendo um deles criado processo próprio, que permite recuperar de 80 a 90% do ácido sulfúrico empregado, motivo pelo qual fez jus a especial elogio do Governo (Exposição de Motivos nº 4, do C.N.Pq., de 5/2/54).

Esses químicos estão, ademais, estudando a metalurgia do urânio nuclearmente puro, isto é, apropriado a uso em reatores nucleares.

Na Alemanha, químicos brasileiros, especialmente selecionados, ultimam o seu treinamento no manejo de aparelhos moderníssimos, que dentro de alguns meses estarão montados no Brasil, em laboratório que vai ser construído em terreno cuja doação ao Conselho Nacional de Pesquisas é objeto de lei no Estado do Rio de Janeiro.

Cientistas de renome universal e notáveis personalidades estrangeiras têm sido convidados pelo Conselho Nacional de Pesquisas para fazer Cursos e Conferências, cuja utilidade e rendimento justificam plenamente tal iniciativa.

Esses representantes da mais alta cultura científica têm deixado, entre nós, indelével traço da sua sabedoria e levado para os grandes centros mundiais o testemunho do esforço que o Brasil vem realizando em tão significativa e útil esfera de atividade.

O problema da matéria-prima reveste-se, obviamente, de capital importância e, para solucioná-lo, o Governo se tem empenhado na medida do possível.

Para o levantamento dos recursos atômicos, sobretudo de urânio, foi encetado vigoroso trabalho de prospecção de minérios radioativos.

O Setor de Pesquisas Geológicas teve ensejo de introduzir no Brasil o uso dos mais eficientes processos de prospecção dos minérios, empregando na aerogeofísica os cintilômetros apropriados, que denunciam a presença de materiais radioativos, e os magnetômetros especiais, que permitem estudar a estrutura geológica, do mesmo passo que a aerofotogrametria fixa as áreas interessantes.

Acha-se em execução um contrato para a construção das primeiras usinas destinadas ao tratamento químico e à produção de urânio metálico nuclearmente puro, estando o início das obras na dependência dos resultados de estudo completo do tratamento químico do minério, em escala semi-industrial, que acaba de ser ultimado, e, também, da instalação de serviços racionais de mineração.

O Governo já autorizou o contrato destes serviços, mas as dificuldades decorrentes da situação cambial têm demorado a execução do trabalho planejado.

Nos termos do § 3º do art. 5º da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, vêm sendo adotadas providências que estimulam as indústrias que possam contribuir para o aproveitamento de matérias-primas.

Tem sido incentivada também a industrialização do berilo, para o que já existe uma fábrica, prestes a inaugurar-se, em Resende.

Resultados altamente promissores, na prospecção aérea de minerais de urânio e tório, foram registrados em Araxá e em São João del-Rei. Pesquisas recentes, levadas a efeito nessa última região, acabam de confirmar essas esperanças: uma das zonas radioativas ali estudadas, a de Onças, é, neste momento, a mais intensa até hoje observada e abrange uma extensão de mais de 300 km<sup>2</sup>.

Estudos que não deixam dúvidas sobre a riqueza do Nordeste, em materiais radioativos, acabam de ser executados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com assistência de um dos geólogos do Conselho Nacional de Pesquisas.

O Estado do Rio Grande do Norte talvez possua as jazidas de monazita de maior teor em óxido de tório até hoje exploradas, alcançando 13% de óxido de tório certos minérios do

Município de São Rafael. Minérios de urânio também têm sido ali localizados, assim como na Paraíba do Norte.

Em São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul vêm-se realizando trabalhos de especial interesse. No Estado do Espírito Santo, cuja riqueza em areias monazíticas é conhecida, os estudos geológicos e aerogeológicos permitiram o levantamento de mapas de grande significação.

No litoral da Bahia também se encontram areias monazíticas, mas o que nesse Estado assume realmente particular expressão é o fato de se haver verificado que as minerações de ouro da zona de Jacobina contêm um teor de urânio de 2 a 20 vezes superior ao das minas de ouro da União Sul-Africana.

No momento, o Conselho Nacional de Pesquisas mantém na Bahia uma equipe incumbida de prospecção geológica e aerogeológica. Na região de Brumado, também na Bahia, foi assinalada a ocorrência de rico minério de urânio (uraninita).

Pelos dados já conseguidos, é de esperar que não nos faltará a base física da indústria da energia atômica, que são os minérios dos quais haveremos de extrair os combustíveis nucleares para alimentar os reatores.

É do maior interesse para o Brasil a crescente industrialização de seus minérios atômicos dentro do país. Tal industrialização torna-se desejável não apenas de um ponto de vista econômico, pois representa considerável valorização da matéria-prima em relação aos minérios *in natura*, ou simplesmente concentrados, mas, também, do ponto de vista do desenvolvimento da tecnologia no Brasil, e, sobretudo, por motivos de natureza estratégica, pois a existência dessas indústrias, no território nacional, constitui garantia de produção de materiais de alto valor econômico, como fontes de combustíveis nucleares.

*Industrialização dos minérios atômicos*

Promover e estimular a instalação, no país, das indústrias destinadas ao tratamento dos minérios de urânio e tório e de quaisquer materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica, constitui não só uma política sensata, mas um verdadeiro imperativo legal, pois é determinação expressa da lei que criou o Conselho Nacional de Pesquisas (§ 3º do art. 5º da Lei nº 1.310, de 15/1/1951).

Este é um dado de fundamental importância e que não pode ser esquecido na apreciação de quaisquer entendimentos entre nações amigas, que visem aos interesses recíprocos nesse terreno.

Situação  
atual

Além das indústrias primárias de concentração da monazita, a partir dos depósitos aluvionais litorâneos, já possui o Brasil instalações equipadas para o tratamento químico desse minério, pelas técnicas mais modernas, em usinas localizadas no Estado de São Paulo, permitindo a separação dos sais de cério e de terras raras, dos sais de tório e dos sais de urânio, tecnicamente puros. Como é sabido, a monazita brasileira, além de terras raras e tório, contém ainda pequenas percentagens de urânio. Usinas menores, utilizando outro tipo de processo químico, existem também no Estado do Espírito Santo.

A industrialização dos minérios zircó-uraníferos, do planalto de Poços de Caldas, acha-se já na fase inicial de sua implantação.

Estudos químicos em escala semi-industrial permitiram o desenvolvimento de processos adequados ao tratamento dos tipos de minérios que se podem empregar e forneceram elementos para o projeto das usinas iniciais, destinadas à extração do urânio desses minérios e à sua purificação em grau suficiente para ser utilizado em reatores nucleares.

Os depósitos estano-uraníferos de São João del-Rei estão sendo explorados para extração da cassiterita, que é utilizada pela indústria do ferro em Volta Redonda. Os concentrados tântalo-uraníferos estão sendo estudados em instalações de separação magnética e de separação electrostática, para a obtenção da djalmaita, mineral de urânio que há de ser oportunamente utilizado como reserva para extração química desse metal.

A industrialização dos nossos minérios de berilo também já foi iniciada, achando-se em vias de conclusão a primeira usina para produção de óxido de berilo, localizada em Resende, no Estado do Rio.

O Brasil presentemente está envidando esforços no sentido de desenvolver as suas fontes de energia.

Este problema é vital para o nosso país, pois nos encontramos em fase de transição de uma economia fundamentalmente

agrícola para uma economia de base industrial. Justamente neste período inicial de desenvolvimento das indústrias, a demanda da energia cresce em ritmo acelerado. No período de 12 anos, compreendido entre 1940 e 1952, o consumo total de energia no Brasil chegou quase a triplicar.

Os economistas e o Governo preocupam-se com o fato de que uma parte apreciável desse consumo de energia é alimentada por combustíveis importados sob a forma de carvão e óleo, cuja aquisição no exterior agrava sobremaneira a nossa balança comercial.

Dai o interesse vital com que o país deve desenvolver suas próprias reservas de energia e descobrir novas fontes de suprimento.

Apesar desse enorme esforço, os recursos, atualmente conhecidos, de carvão e de petróleo, são ainda insuficientes para atender às exigências crescentes do nosso desenvolvimento econômico. E as maiores reservas de energia hidráulica acham-se, em grande parte, afastadas dos centros de concentração demográfica e industrial.

Tais circunstâncias colocam o Brasil em situação especial quando comparado com países como os Estados Unidos e outras nações, dotadas de amplas fontes e grandes reservas naturais de energia, em face do problema da industrialização da força atômica.

Dadas as condições acima indicadas, o custo médio do kWh de energia elétrica, entre nós, é superior aquele que as estatísticas registram para as áreas industriais dos Estados Unidos e da Europa. É provável que os custos previstos para o kWh de energia elétrica, produzida em usinas térmicas, alimentadas por meio de reatores nucleares, sejam compatíveis com os que estamos pagando no Brasil pelo kWh produzido em instalações hidráulicas e térmicas do tipo convencional.

É, pois, com o maior empenho que o Governo está procurando desenvolver programas que visem à produção de energia por meio de reatores atômicos. Esses programas incluem-se no quadro geral dos esforços destinados a ampliar as fontes naturais de energia. E a existência, no território nacional, de apreciáveis reservas de minérios, de onde se podem extrair combustíveis nucleares, constitui poderoso estímulo nesse sentido.

A fim de se ter uma idéia do que significam, para nós, os minerais atômicos, basta dizer que, tomando-se como base apenas as reservas inferidas para os nossos depósitos atualmente conhecidos e estudados, de minerais de urânio e tório, é lícito avaliar os combustíveis nucleares nêes contidos como equivalentes a uma quantidade de energia térmica, cêrca de dez vêzes maior do que a resultante de tôda a reserva brasileira de carvão, calculada para os depósitos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

*Atuação do Conselho Nacional de Pesquisas*

De acôrdo com a lei que o criou, o Conselho Nacional de Pesquisas, além da finalidade geral de promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, tem como objeto específico "a adoção das medidas que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e de suas aplicações".

Esse esforço tem-se concentrado principalmente em três setores primordiais: obtenção das matérias-primas; formação de pessoal técnico-científico especializado, e progressiva execução de um programa atômico bem definido.

*Colaboração com o exterior*

Não pode o Brasil prescindir da colaboração das nações amigas, onde a ciência e a tecnologia já alcançaram progressos consideráveis. Seria insensato refazer tôdas as etapas primitivas e intermediárias antes da realização e das conquistas mais recentes, mas, por outro lado, não nos pode satisfazer a posição de meros importadores de máquinas feitas.

Urge criar uma equipe de técnicos e especialistas capazes de aplicar os princípios e os resultados já obtidos em outros países, às condições próprias e peculiares ao nosso país, e dar-lhes os elementos básicos para que consigam realizar no Brasil as tarefas necessárias ao nosso próprio engrandecimento.

Os entendimentos que porventura se venham a realizar nesse terreno devem basear-se numa apreciação elevada dos interesses recíprocos, dentro do princípio de compensações específicas, que tragam justos e razoáveis benefícios ao país no próprio terreno da energia atômica, sem esquecer, naturalmente, os postulados da solidariedade continental, da defesa da civilização comum e das tradições brasileiras no terreno das relações internacionais.

Pesam sobre o Governo árduas responsabilidades no setor dos transportes e comunicações. Da ação coordenadora e fiscalizadora, passou o Estado ao campo da exploração industrial de ferrovias e serviços de navegação marítima e fluvial, bem como de portos. Esse alargamento da atividade estatal deve-se a causas diversas e tem obedecido a um processo gradativo, em fases diferentes da vida administrativa do país. Nos primeiros vinte anos deste século, passaram à administração do Governo Federal, entre outras, a Rede de Viação Cearense, a Estrada de Ferro Sampaio Correia, a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, a Estrada de Ferro Noroeste, a Estrada de Ferro Goiás; na década de 1930, registram-se as incorporações da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da São Paulo-Rio Grande (Rede de Viação Paraná-Santa Catarina) e, mais recentemente, as da Great Western, Leopoldina Railway e São Paulo Railway, ou sejam, a Rede Ferroviária do Nordeste, a Estrada de Ferro Leopoldina e a Estrada de Ferro Santos-Jundiá.

O Pôrto do Pará, o Serviço de Navegação da Amazônia, a Companhia Nacional de Navegação Costeira, são ainda exemplos de empresas privadas que se transformaram em organizações governamentais.

Ampliou-se, assim, por etapas, o campo do Governo na exploração dos serviços ferroviários, de navegação e de portos. São de conhecimento público as condições deficitárias em que operam os serviços industriais do Estado. Tal situação resulta, em grande parte, da circunstância de que a prestação do serviço não corresponde ao custo real de execução. É óbvio que, nesses casos, a deficiência poderá ser corrigida mediante a fixação de tarifas adequadas à exploração, de forma que anule o prejuízo da operação ou o torne decrescente.

A aplicação desse princípio de empresa sofre limitação, em relação a serviços de sentido pioneiro que visem ao desenvolvimento de áreas de capacidade econômica reduzida. Torna-se manifesto que a manutenção do serviço, na hipótese, é um ônus público. Outra não é a orientação do Governo no tocante à subvenção que concede a empresas privadas de navegação marítima e fluvial, ou de transportes aéreos, com o objetivo de movimentar linhas de circulação imprescindíveis, mas sabidamente deficitárias.

Outro aspecto de fundamental importância diz respeito à organização das empresas industriais do Estado, isto é, à reforma

da atual estrutura, à racionalização dos serviços e ao problema do pessoal, reconhecido como excessivo. Grande parte das críticas dirigidas ao Governo repousa sobre a organização dos serviços por êle mantidos.

É forçoso reconhecer a procedência dos reparos acêrca da deficiência administrativa observada em muitas dessas entidades. Destaquem-se, porém, as iniciativas já adotadas pelo Governo Federal, a tal respeito. A descentralização administrativa foi estabelecida na Estrada de Ferro Central do Brasil, na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Também em regime autárquico funcionam o Lóide Brasileiro, o Serviço de Navegação da Amazônia e do Pôrto do Pará, a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro. Em regime especial são mantidos outros serviços, além daqueles diretamente administrados pelo Governo Federal. Essas providências, orientadas no melhor sentido, não produziram os resultados almejados, sendo assim evidente que existem causas mais profundas, que afetam a estrutura dos sistemas de transportes e comunicações explorados pela União.

Ao lado da implantação de um novo espirito de empresa nas organizações industriais do Estado, tornam-se necessárias, entre outras, as seguintes medidas: rever e melhorar os traçados das ferrovias; reequipá-las; reaparelhar os portos e os serviços de navegação; dar aos serviços de comunicações meios para modernizar o seu equipamento; selecionar e aperfeiçoar os servidores de uns e de outros. Cumpre conduzir êsses empreendimentos de forma planificada, com severo contrôle de suas diversas etapas, evitando que os planos de realizações, até agora tentados no país, se fragmentem, redundando em meros programas de trabalho.

Em linhas gerais resultem-se, a seguir, as atividades que tiveram curso no ano de 1954.

No setor ferroviário vem sendo ativada a execução dos programas de reaparelhamento estudados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, através de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico. Muito embora a deficiência de financiamentos em moeda estrangeira venha prejudicando a realização dêsses programas, têm-se envidado todos os esforços na execução da parte referente à moeda nacional, pre-

vendo-se, assim, substancial melhoria no equipamento de nossos meios de transporte.

Estuda-se a atualização das tarifas que, há muito congeladas e somente em parte revistas, estão desajustadas em face das condições financeiras atuais. Cuidados especiais são observados a fim de evitar impactos diretos dos reajustamentos tarifários, nos fatores principais do custo de vida. Examina-se, em todos os pormenores, a legislação referente à criação da Rede Ferroviária Nacional, em elaboração no Congresso Nacional. Tais providências visam a preparar as bases para rápida execução da lei, na qual se depositam as melhores esperanças.

No setor da navegação promove-se a articulação do Lóide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira, de que se espera aumento de eficiência nos serviços de cabotagem. Todavia, somente o reequipamento da frota poderá oferecer margem razoável de benefício, porquanto a maioria dos navios em uso, obsoleta, conduz a *deficits* inevitáveis de operação. Nesse setor, e também no ferroviário, é possível obter substancial economia nas despesas de pessoal. A tanto se opõe, de imediato, a legislação vigorante, que assegura estabilidade ao pessoal existente. Vedada a admissão indiscriminada de novos servidores, a situação tenderá, aos poucos, a normalizar-se, absorvendo-se os excedentes atuais com o gradual aumento dos trabalhos.

O Serviço de Navegação da Amazônia e o da Bacia do Prata, de caráter pioneiro, ainda não estão em condições de tornar-se diretamente remuneradores. Acha-se em marcha o seu reequipamento, esperando-se, a par de melhoria administrativa, a regressão dos *deficits* de exploração.

Em fins de 1954 a extensão das linhas em tráfego atingia um total de 37.276 quilômetros, dos quais 25.144, ou 67,3%, eram de propriedade do Governo Federal e por ele operadas diretamente. Ainda pertencentes à União, mas sob administração dos Estados em regime de arrendamento, registravam-se 3.816 quilômetros, correspondentes a 10,5%; 3.520 quilômetros, ou 9,3%, eram dos governos estaduais e estavam subordinados à sua gestão; de propriedade e operação privadas, contavam-se 4.796 quilômetros, representando 12,9% da rede ferroviária nacional.

No último lustro, verificou-se a supressão de pequenas extensões de estradas de ferro, sobretudo no Estado de São Paulo.

Ferrovias

promanando daí os fracos aumentos registrados na quilometragem conjunta do país.

Tendo em conta que a estrada de ferro requer alta densidade de tráfego, deve-se, desde já, cogitar da possibilidade de converter em rodovias alguns trechos a construir, em áreas de produção escassa e esparsa, que seria melhor coletada por veículos rodoviários, dada sua flexibilidade de movimento. Observa-se ainda que a conclusão das linhas, em regiões economicamente fracas, em vez de atenuar, agrava os prejuizos da operação das rédes que se incorporam.

Situação financeira

As condições econômico-financeiras das ferrovias operadas pelo Governo Federal são adversas. Os prejuizos das contas de operação, em 1954, cujos balanços ainda não foram encerrados, deverão transpor, como em 1953, a cifra de três bilhões de cruzeiros, não obstante a reação que, de modo geral, se registrou, na receita ferroviária, em parte devida ao retorno, às vias férreas, de algumas correntes de tráfego anteriormente desviadas para as estradas de rodagem.

Dentre as providências que se impõem, urgentemente, com o escopo de atenuar, ainda que em grau reduzido, as condições financeiras das organizações ferroviárias da União, avulta a suspensão da gratuidade do transporte de encomendas postais reembolsáveis por vales dos Correios, que retiram dessas organizações, como, de resto, das empresas de navegação, receita calculada entre 3 e 4% da renda bruta arrecadada, agravando assim os prejuizos de operação, em benefício do comércio.

O reaparelhamento das ferrovias e a reestruturação de seus serviços, já estudados e parcialmente em curso de execução, conjugados a um sistema tarifário mais equitativo, e aliados à ação enérgica de administrações dinâmicas e experientes, serão fatores decisivos para a gradual eliminação dos *deficits* ferroviários, que tanto oneram os cofres públicos. Os recursos que, sob a forma de subvenções, se despendem atualmente para cobertura desses *deficits*, gravando todos os contribuintes, constituirão disponibilidades que se podem inverter em melhoramentos e ampliação dos meios de transporte, em proveito das atividades produtivas do país.

Tarifas

Promoveu o Ministério da Viação e Obras Públicas a elevação geral das tarifas em algumas ferrovias oficiais. Esse aumento foi autorizado após acurados estudos em que se positivou, em relação às mercadorias habitualmente carreadas pelas estradas de

ferro, a reduzida influência relativa da tarifa ferroviária na composição dos preços a varejo.

Embora sem corresponder tal majoração ao índice de desvalorização do meio circulante nos últimos anos — como seria justo, em termos econômicos — o aumento de passagens e fretes promoverá um acréscimo de receita da ordem de um bilhão de cruzeiros, concorrendo para diminuir os *deficits* ferroviários e aliviar, ao mesmo passo, o Tesouro Nacional de maiores responsabilidades, no tocante à sua cobertura.

Até o presente, obtiveram empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para remodelação das linhas, instalação e aumento de equipamento, as seguintes ferrovias: Estrada de Ferro Central do Brasil, Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, Estrada de Ferro Goiás, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Viação Férrea Rio Grande do Sul e Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Reequipamento

Em vias de conclusão encontram-se os contratos de empréstimos correspondentes à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, à Rede Mineira de Viação, à Rede Ferroviária do Nordeste e à Estrada de Ferro Sorocabana, na forma dos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e aprovados pela Presidência da República.

O orçamento tem consignado dotações de investimentos, para as ferroviárias federais, inclusive pelo *Plano SALTE*, hoje extinto. Essas dotações, rigidamente discriminadas, dificultam a execução dos programas elaborados. No exercício de 1955, o Governo envidará esforços para efetivação de empréstimos às ferrovias, quer às que estão integradas no esquema da Comissão Mista, quer às que são mencionadas no Decreto nº 36.559, de 3 de dezembro do ano passado.

Os melhoramentos custeados por meio de dotações do orçamento, nas ferrovias subordinadas ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, tiveram curso normal, sobretudo na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que recebeu 10 locomotivas elétricas, com as quais inaugurou o tráfego eletrificado no Recôncavo Baiano.

O reforço de tração, por máquinas *diesel*, também foi acentuado em 1954, com a entrega de 13 locomotivas diesel-elétricas para a Rede Ferroviária do Nordeste, e a encomenda de locomotivas diesel-hidráulicas para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e

a Estrada de Ferro Leopoldina. Dessa aquisição algumas unidades já estão em tráfego.

A Estrada de Ferro Central do Brasil recebeu 60 locomotivas diesel-elétricas, das quais 10 foram alugadas à Estrada de Ferro Sorocabana, que, de sua parte, pôde ceder locomotivas a vapor para a Estrada de Ferro Noroeste e a Estrada de Ferro Goiás, concorrendo tais permutas de material para facilitar o escoamento da safra de cereais.

Com o objeto de favorecer o transporte da produção agrícola do Norte do Paraná e de Goiás, adquiriram-se, com adiantamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, 650 vagões fechados para as seguintes ferrovias: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Goiás, Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Prossegue, paulatinamente, o alargamento de bitola das linhas férreas. Em São Paulo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro levou a bitola de 1,60 m até Marília, e prepara o seu prolongamento à margem do Rio Paraná. Em Minas Gerais, a Estrada de Ferro Central do Brasil dilata a sua quilometragem em bitola larga. A ferrovia Rio Negro-Lajes-Porto Alegre será dotada desse melhoramento. Cumpre esclarecer que a infraestrutura de todas as ferrovias em construção, no Centro e no Sul do país, está preparada para a bitola de 1,60 m.

Ante a nova posição dada, pela Companhia Siderúrgica Nacional, à laminação de trilhos e talas de junção, em seu programa de produção, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro colocou, desde já, encomendas de trilhos para toda a ligação Jofily a Patos, e para os prolongamentos de Flores a Serra Talhada e de Oscar Nelson a São Rafael.

Novos trechos

Em 1954 foram abertos ao tráfego os trechos de Afogados de Ingazeira a Flores, no Estado de Pernambuco, abrangendo 48 quilômetros; de Apucarana a Maringá, no Estado do Paraná (54 quilômetros); e, de Itajaí a Blumenau, no Estado de Santa Catarina (49 quilômetros).

Com trilhos já assentados, aguardando as obras complementares à inauguração do tráfego comercial, existem 26 quilômetros no Rio Grande do Sul (entre Caí e Montenegro), 37 quilômetros na Paraíba (entre Campina Grande e Jofily), e 26 quilômetros no Maranhão (ramal de Coroatá a Pedreiras).

O Departamento Nacional de Estradas de Ferro superintende no momento, a construção de mais de 4.000 quilômetros de linhas, entre prolongamentos, ligações e ramais ferroviários, atacados de acôrdo com as disponibilidades orçamentárias, com a seguinte distribuição: Maranhão (83 quilômetros), Piauí (869), Ceará (188), Rio Grande do Norte (104), Paraíba (290), Pernambuco (141), Sergipe e Bahia (317), Minas Gerais (743), São Paulo (50), Paraná (581), Santa Catarina (113), Rio Grande do Sul (257) e Goiás (410).

Trechos em construção

Duas grandes variantes de alta importância para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, iniciadas pelo Departamento, serão ultimadas com recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, na forma do Projeto nº 33, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A ponte rodoferroviária sobre o Rio São Francisco, de 800 metros de extensão, já foi concluída e depende, para o trânsito conjunto de trens e automóveis, da execução de obras complementares em andamento.

Da extensão quilométrica em construção, cêrca de 1.000 têm plataforma terminada, com interrupções; apreciável parcela de leito contínuo acha-se em condições de receber trilhos e incorporar-se às ferrovias em tráfego.

Reconhecendo a necessidade de imprimir às ferrovias administradas pela União um suntuo estritamente industrial, o Governo manifesta ao Poder Legislativo o seu empenho de ver criada a Rede Ferroviária Nacional S.A., nos têrmos do projeto de Lei nº 1.907/52, da Câmara dos Deputados. A cargo de comissão constituída em janeiro de 1954, ultimaram-se os estudos acêrca dos *deficits* das organizações ferroviárias operadas pelo Governo e das providências imediatas ou remotas para atenuá-los e mesmo eliminá-los, sob o novo regime de administração preconizado no projeto. Tal, de resto, já ocorre com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, transformada em autarquia estadual de administração colegiada, consoante dispõe a Lei federal nº 2.217, de 5 de junho de 1954.

Rede Ferroviária Nacional S. A.

Eis aí os principais aspectos do setor ferroviário do país, em 1954, quando se comemorou o primeiro centenário da implantação do transporte por estradas de ferro no Brasil. Em 5 de janeiro, deu-se a inauguração da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, que liga a cidade de Corumbá à de Santa Cruz de La Sierra. Ao ato compareceram os Presidentes do Brasil e da Bolívia. A partir

de fevereiro do ano passado, a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia havia implantado o regime de tráfego remunerado em suas linhas, assumindo caráter industrial a respectiva exploração.

*Rodovias*

Estima-se em 342.700 quilômetros a rede rodoviária nacional dos quais 14.735 correspondem a estradas federais, 61.200 a estradas estaduais, pertencendo a quilometragem restante a estradas municipais. Atingiu-se 997,2 quilômetros a extensão pavimentada da rede nacional. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem teve a seu cargo, em 1954, a conservação de 9.122 quilômetros de rodovias.

É sensível o desenvolvimento do transporte rodoviário coletivo. Em 1954, 67 novas linhas foram autorizadas a funcionar, o que perfaz o total de 238 linhas em tráfego, de organização regular.

Com recursos do Fundo Rodoviário Nacional, do orçamento da União e do *Plano SALTE*, num total de Cr\$ 616.818.100,00, tiveram início e prosseguimento as obras de construção rodoviária nas seguintes estradas: Minas Gerais e Espírito Santo (BR-31), Minas Gerais e Rio de Janeiro (BR-3), Minas Gerais (BR-4, 32, 36 e 55), Rio de Janeiro (BR-57), Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás (BR-14), Santa Catarina (BR-59) e Mato Grosso (BR-16 e 34). Construíram-se cerca de 380 quilômetros de rodovias e 2.310 metros de pontes e viadutos.

A conta de dotações do orçamento federal somando ..... Cr\$ 119.349.800,00, prosseguiu ou iniciou o Departamento serviços diversos em rodovias estaduais e municipais, inclusive a construção de 400 metros de pontes. Com verbas orçamentárias de exercícios anteriores aplicou-se, em estradas do Plano Rodoviário Nacional, o total de Cr\$ 100.000.000,00.

As obras de acesso à Cachoeira de Paulo Afonso, bem como a ligação rodoviária Alcindo Guanabara-Teresópolis, foram custeadas por créditos especiais, no montante de Cr\$ 24.000.000,00. Em obras rodoviárias de emergência levadas a efeito no Polígono das Sêcas, inverteram-se Cr\$ 44.500.000,00.

Finalmente, a receita do Fundo Rodoviário Nacional atingiu em 1954 a cifra de Cr\$ 3.114.604.431,50, cabendo 40% ou Cr\$ 1.256.641.772,60 ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e 60% — Cr\$ 1.884.962.658,90 — aos Estados e Municípios.

Os melhoramentos dos portos e vias navegáveis do país mereceram a devida atenção do Governo, no exercício de 1954. Prosseguiram as obras constantes do Plano de Reparcelhamento dos Portos, intensificadas em alguns casos.

Contrataram-se os serviços de dragagem dos portos de Recife e Camocim, bem como os da barra de Laguna, além da construção de novas instalações acostáveis em Santos e Ilhéus.

De igual forma procedeu-se quanto aos portos de Areia Branca e de Itaquí, realizando-se ainda as seguintes construções: do pier petroleiro do porto do Rio Grande; das obras de melhoramentos da barra de Natal; do cais de proteção da margem esquerda do canal do Velo Grande e, em frente à cidade de Porto de Pedras, dos serviços de regularização do rio Paraíba, entre sua foz e a cidade de São João da Barra.

Teve satisfatório desenvolvimento a dragagem dos portos e vias navegáveis, executando-se, em 1954, o volume de ..... 10.534.082.038 metros cúbicos.

Os trabalhos nos portos do Rio de Janeiro e Santos continuaram normalmente. Neste último, tendo em vista possibilitar o acesso de petroleiros de 45.000 toneladas, os quais abastecerão a refinaria de Cubatão, concluíram-se os estudos para abertura do canal de 150 metros de largura e 13 de calado, para o que serão dragados cerca de 3.000.000 de metros cúbicos.

Com referência à construção de armazéns, o plano de obras em execução prevê o acréscimo de 100.000 metros quadrados de área coberta, havendo ficado concluídos os armazéns nº 1 de Mucuripe e Itajai, o primeiro com 6.000 metros quadrados de área coberta e o último com 8.000.

Quanto a novas extensões de cais acostáveis, está prevista a construção de 9.000 metros, dos quais 3.500 contratados em 1954. Além dessas obras de acostagem, foi contratada a construção da instalação teleférica de Areia Branca, que visa a facilitar o carregamento do sal produzido nessa área do Rio Grande do Norte. O equipamento mecânico será fornecido pela firma Applevade, da França. Tais instalações, orçadas em Cr\$ 98.962.728,10, permitirão o carregamento dos navios em menos de 2 dias e, juntamente com a mecanização das salinas, darão margem a que o sal possa concorrer no mercado internacional, transformando-se em fonte de divisas.

Os portos de descarga de sal serão providos de instalações especiais para movimentação do produto. O primeiro equipamento, adquirido pelo Governo Federal à conta dos recursos da taxa de emergência, foi inaugurado, em novembro último, no porto de Santos.

O valor das obras contratadas, em 1954, atingiu ..... Cr\$ 859.695.449,10, sendo de Cr\$ 1.800.000.000,00 o importe total das obras programadas pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, constantes do Plano de Reaparelhamento dos Portos, em execução no país.

#### *Navegação*

A frota mercante de cabotagem é representada por 233 navios de mais de 100 toneladas, com a capacidade de carga de 588.691 toneladas, para um movimento de carga de 4.800.000 toneladas, exclusive o de transporte de petróleo a granel. É manifesta a precariedade das condições de grande parte desses navios. O Lóide Brasileiro, que, em 1953, manteve em tráfego 66 unidades, teve esse número reduzido a 49, durante o exercício de 1954. O decréscimo das unidades em operação, no período considerado, determinou na principal organização de transportes marítimos a diminuição na tonelagem de carga, de 2.230.291 para 1.931.392, enquanto o número de passageiros decresceu de 81.028 para 57.663.

É inegavelmente adversa a situação econômico-financeira dos serviços de navegação, que abrangem o Lóide Brasileiro, a Companhia Nacional de Navegação Costeira, o Serviço de Navegação da Amazônia e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata. A manutenção desses serviços, embora onerosa, é dever do Governo, que encaminha as medidas necessárias à melhoria de suas condições de operação, entre as quais se alinham o reequipamento da frota, a revisão do sistema tarifário e a reorganização administrativa.

Dentro desta linha de orientação estuda-se o projeto oriundo do Conselho de Segurança Nacional, de criação do Departamento de Marinha Mercante. A forma de constituição do Fundo de Renovação da Marinha Mercante, matéria do projeto, está sendo detidamente ponderada.

Consoante se verificou em relação às estradas de ferro, com o projeto de criação da Rede Ferroviária Nacional S.A., está em pauta a unificação do Lóide Brasileiro com a Companhia Nacional de Navegação Costeira, na forma recomendada pelo Projeto nº 26, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Prosseguem as negociações para a compra de 10 navios, do Governo norte-americano, como reforço da frota de nossa marinha mercante. Está sendo renovada a frota dos Serviços de Navegação da Amazônia. Contratou-se a construção, na Holanda, de 9 unidades fluviais, das quais 3 com capacidade para 396 passageiros e 800 toneladas de carga, calado de 2,50 m e velocidade de 11 nós, e 6 (para navegação nos altos rios), com capacidade para 100 passageiros e 100 toneladas de carga, calado de 1 m e velocidade de 9 nós. Uma unidade de cada tipo foi entregue, em 1954, incorporando-se à rede de navegação da Amazônia. As demais encontram-se em fase adiantada de construção, em estaleiros holandeses.

De acordo com a Lei nº 498, de 1948, o orçamento da União deveria consignar, a partir de 1949, durante 16 anos, a dotação de Cr\$ 110.000.000,00, a fim de custear a reorganização dos serviços de correios e telégrafos. Procurou-se assegurar os meios necessários à execução do Plano Postal-Telegráfico, o qual, elaborado segundo escalas de prioridade, eliminaria conhecidas deficiências do sistema em vigor.

Comunica-  
ções

O Congresso Nacional selecionou, entre os diversos setores do Plano, o que se refere à construção de prédios para os serviços postais-telegráficos, facultando recursos, previamente discriminados, para esse fim. Tal orientação, visando a melhorar, de início, as condições de instalação dos serviços, desequilibrou o esquema previsto, que ficou privado dos meios reclamados ao reaparelhamento dos serviços telegráficos e à mecanização dos correios. Mesmo assim prosseguiram, em moderado ritmo, os trabalhos de construção das linhas, cabos aéreos e dutos, bem como o planejamento do tráfego postal-telegráfico. Inauguraram-se, em 1954, 35 agências.

A gratuidade de transporte de que gozam os Correios pode ser apontada como uma das causas indiretas de suas deficiências. A remuneração dos diversos meios de transporte — navegação marítima e fluvial, ferrovias, aviação — de que se valem os Correios para movimentar o volume, sempre crescente, de correspondência e encomendas, concorreria, decerto, para maior presteza do serviço postal. É o que acontece com as empresas aéreas, que têm, no transporte de correspondência, substancial fonte de receita.

FINANÇAS  
PÚBLICAS

Atuando sobre todo o mecanismo do sistema de produção e distribuição da riqueza, a atividade financeira do Estado afeta profunda e solidariamente o organismo econômico e social do país.

Não é possível dissociar as atividades financeiras do Governo das atividades financeiras privadas, no âmbito da análise econômica, tendo em vista a interdependência dos atos econômicos, em qualquer esfera em que se realizem.

Dentro do complexo das atividades governamentais do Brasil, a atuação do Ministério da Fazenda desdobra-se em dois setores distintos, porém interligados. O primeiro, situado na órbita propriamente fazendária, envolve os problemas relacionados com orçamento, tributação e crédito público. O segundo, colocado fora do domínio fiscal, diz respeito ao controle e disciplina da moeda e do crédito, do câmbio e do comércio exterior. Conjugam-se esses setores a fim de permitir a integração das atividades econômicas do país no âmbito das Finanças Públicas.

Política  
fiscal

Não obstante a crescente importância que se vem atribuindo às medidas de política fiscal, não como substitutivas, mas como complementares das providências de ordem monetária, o fato é que as primeiras não têm tido a atenção que merecem.

No setor fazendário, o Governo ainda não se encontra aparelhado com os indispensáveis instrumentos de análise, coordenação e execução que lhe permitam formular e conduzir uma política orçamentária e fiscal de conformidade com as indicações de conjuntura e as exigências de um desenvolvimento equilibrado da economia nacional.

A coordenação da política financeira do país pressupõe a existência de certos meios indispensáveis à sua realização. Ela não seria possível sem que se promovesse, *a priori*, o reajustamento das peças que integram o mecanismo das finanças federais, estaduais, municipais e autárquicas, através de certa uniformização de princípios, de organização e de métodos, efetuada nos termos e nos limites traçados pela Constituição, ao atribuir à União a prerrogativa de legislar sobre normas gerais de direito financeiro.

Entre as mais urgentes tarefas do Governo, no corrente exercício, figura o estudo de providências que permitam reajustar os instrumentos de administração fiscal e promover a coordenação da política financeira no plano nacional.

A primeira etapa desse programa já se pode considerar quase vencida. Encontra-se em fase de votação final no Senado o projeto de lei que institui para todo o país normas gerais de administração financeira nos setores de contabilidade pública e elaboração orçamentária, ampliando e consolidando a obra iniciada pelas duas primeiras Conferências Fazendárias de 1939 e 1940, ao realizarem a padronização dos orçamentos estaduais e municipais. A segunda etapa desse programa compreende a matéria consubstanciada no projeto do Código Tributário Nacional, já submetido à aprovação do Congresso.

É propósito do Governo iniciar este ano o estudo dos impostos que formam o esteio da arrecadação federal: o de renda e o de consumo, bem como o do selo, cujas estruturas não mais correspondem às exigências da presente fase da nossa evolução econômica.

A legislação relativa à taxação de lucros excessivos também está sendo examinada, bem como a nova Tarifa Alfandegária, que vem sendo preparada por uma equipe de técnicos.

Encontra-se, outrossim, em elaboração o projeto de Lei Orgânica do Crédito Público, consubstanciando normas disciplinadoras das emissões e do mercado de títulos oficiais, aplicáveis a todo o território nacional.

Esse conjunto de medidas representará a complementação legal do disposto no art. 5º, item XV, letra b, da Constituição Federal, e destina-se a corrigir os defeitos de estrutura e processo orçamentários, assim como a desorganização do mercado de títulos oficiais.

Tenta-se, pois, promover a integração da política financeira das diversas esferas do Poder Público, dentro dos postulados de pluralidade de funções e unidade de orientação, em consonância com os princípios que devem reger o funcionamento coordenado das nossas instituições federativas.

Os impostos da competência da União, dos Estados e dos Municípios elevaram-se, em 1954, a cerca de Cr\$ 69,8 bilhões, assim distribuídos, em ordem decrescente: vendas e consignações, Cr\$ 20,2 bilhões; renda e proventos de qualquer natureza, Cr\$ 15,3 bilhões; consumo, Cr\$ 14,5 bilhões; selo (União, Estados e Municípios), Cr\$ 5,1 bilhões; importação, Cr\$ 2,9 bilhões; industriais e profis-

Sistema  
tributário

sões, Cr\$ 2,2 bilhões; transmissões *inter-vivos*, Cr\$ 2,1 bilhões; predial, Cr\$ 2,0 bilhões; transferência de fundos, Cr\$ 1,9 bilhões; territorial, urbano e rural, Cr\$ 1,2 bilhões; licença, Cr\$ 0,9 bilhão; transmissão *causa-mortis*, Cr\$ 0,5 bilhão; exportação, Cr\$ 0,5 bilhão; jogos e diversões, Cr\$ 0,2 bilhão; outros impostos, Cr\$ 0,3 bilhão.

Ainda se devem acrescentar a esses tributos, em 1954, aproximadamente, Cr\$ 5 bilhões da receita global das taxas, espécie fiscal que, entre nós, apenas disfarça verdadeiros impostos. Finalmente, permanece insuscetível de tabulação estatística o vasto campo das contribuições para-fiscais, não obstante exercerem tais exações pressão tributária e efeitos econômico-sociais idênticos aos dos impostos gerais.

É interessante observar que a carga fiscal, no Brasil, tende a concentrar-se em torno dos impostos de vendas e consignações, renda e consumo, os quais, representando, em 1940, menos de 50% do total, subiram, em 1954, para 70%. O estudo do seu desenvolvimento dá idéia aproximada da distribuição do ônus fiscal em nosso país:

ANO	(Cr\$ milhões)					
	Renda	Índice	Consumo	Índice	Vendas e Consignações	Índice
1950 ....	5.582	100	6.410	100	8.546	100
1951 ....	8.104	145	8.216	128	12.141	142
1952 ....	9.994	179	9.123	142	13.528	158
1953 ....	11.640	209	10.774	168	15.898	186
1954 ....	15.340	275	14.541	227	20.200	237

Evidencia-se, da demonstração acima, forte ascensão do imposto de vendas e consignações.

Comparativamente, coube ao imposto de renda a maior taxa de crescimento, no último quinquênio, o que contribuiu para corrigir, em parte, os efeitos altamente regressivos de outros tributos sobre a distribuição da renda social.

Quanto ao imposto de consumo, diminui de ano para ano sua importância relativa dentro da composição do sistema fiscal brasileiro, ao mesmo tempo em que são anulados os seus objetivos, por graves defeitos de estrutura.

Nos termos da discriminação de rendas, conferida pela Constituição, o sistema fiscal da União consiste, além das taxas e

contribuições de melhoria, em dois grupos de impostos, com as seguintes previsões para o exercício de 1955:

		(Cr\$ mil)
I — <i>Impostos Privativos</i>		
Renda .....	17.235.600	
Consumo .....	15.886.900	
Selo .....	6.695.240	
Importação .....	2.498.500	
Transferência de fundos .....	2.100.000	44.416.240
II — <i>Taxas</i> .....		467.620
III — <i>Contribuição de Melhorias</i> .....		10
Soma .....		44.883.870
IV — <i>Impostos Concorrentes</i>		
Combustíveis e Lubrificantes .....	4.500.000	
Energia Elétrica .....	1.000.000	
Minerais do país .....	60.230	5.560.230
Soma .....		50.444.100

O imposto único sobre combustíveis e lubrificantes constou, pela primeira vez, da proposta orçamentária do Executivo, relativa ao exercício de 1955, porém não figura no Orçamento Geral da República.

Criado pela Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954, o imposto único sobre a energia elétrica figura na estimativa da receita federal para o ano de 1955, com a previsão de Cr\$ 1 bilhão.

Os cinco impostos da competência privativa da União apresentaram, a partir de 1950, o seguinte desenvolvimento:

(Cr\$ milhões)						
ANO	Total	Renda	Consumo	Selo	Importação	Transferência de Fundos
1950 .....	16.639	5.582	6.410	1.900	1.695	1.052
1951 .....	23.660	8.140	8.216	2.751	2.801	1.788
1952 .....	26.067	9.994	9.124	3.092	2.588	1.269
1953 .....	29.823	11.639	10.774	3.822	1.385	2.203
1954 .....	38.894	15.340	14.541	4.840	2.281	1.883

Com exceção dos impostos de importação e transferência de fundos, cujas arrecadações acompanham as oscilações próprias de nosso comércio exterior, os demais tributos apresentam acentuada ascensão em todo o período.

A fim de obter na arrecadação do imposto de renda uma parte substancial dos novos recursos necessários ao equilíbrio orçamentário, que a situação financeira do país reclama, foi alterada a legislação desse tributo. As modificações realizaram-se de forma que os aumentos de taxas incidissem, preferencialmente, sobre os rendimentos das pessoas de maior capacidade contributiva.

O imposto sobre os lucros apurados pelas pessoas jurídicas, cobrado anteriormente segundo taxas progressivas, foi fixado em 15%, e o imposto sobre os rendimentos de pessoas domiciliadas no exterior, aumentado para 20%, procurando-se, por outro lado, reduzir, pela aplicação da taxa mais onerosa, a evasão que se verificava através do pagamento de *royalties*.

A par dessas razoáveis majorações de taxas, foi estabelecida, ainda, a cobrança de adicionais, nos exercícios de 1955 e 1956, à razão de 4% sobre a parte dos lucros excedente a ..... Cr\$ 500.000,00, nas declarações de pessoas jurídicas, e à razão de 5% sobre os rendimentos de ações ao portador, sujeitos ao desconto na fonte.

Com essas modificações espera-se um aumento da ordem de três bilhões de cruzeiros na arrecadação do imposto de renda, estimada em 17 bilhões para 1955.

Por outro lado, o limite de isenção das pessoas físicas, como contribuintes, foi aumentado para Cr\$ 50.000,00 anuais e instituiu-se o sistema do desconto do imposto nas fontes pagadoras, sobre rendimentos de trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos ou funções. Foi concedida isenção às pessoas jurídicas de reduzida capacidade financeira, com receita bruta anual até Cr\$ 150.000,00, que ficavam sujeitas, muitas vezes, a imposto inferior ao custo dos serviços necessários à sua cobrança.

Tais medidas, que visam à eliminação de grande número de declarações, permitirão às repartições encarregadas da cobrança e da fiscalização do tributo intensificar os serviços de controle dos rendimentos dos contribuintes de maior capacidade, com resultados mais produtivos.

É propósito do Governo enviar Mensagem ao Congresso, durante o exercício em curso, a fim de propor amplas modificações na estrutura do imposto de consumo, para ajustá-lo ao seu papel de instrumento seletivo do consumo.

A Tarifa Aduaneira veio perdendo substância, como instrumento de proteção, à medida que a moeda perdia o seu poder aquisitivo e subiam os preços internos e externos das mercadorias.

A partir de 1940, quando a situação econômica do país começou a sofrer efeitos da conjuntura de guerra, a proteção do trabalho nacional e a seletividade das importações passaram a ser garantidas pelo regime de restrições quantitativas a cargo da antiga CEXIM.

Com a abolição desse regime e o advento do atual sistema cambial, o desajustamento tarifário encontrou certa compensação no mecanismo dos ágios.

Trata-se, todavia, de uma situação transitória, criando problemas da maior gravidade, cuja solução está, em grande parte, na dependência de um total reajustamento de nossa Tarifa Aduaneira.

Além dos impostos de renda, consumo e importação, serão objeto de estudo, no corrente exercício, todos os demais tributos federais, objetivando um amplo reajustamento de todo o aparelhamento fiscal da União.

O Governo está convencido de que a questão tributária constitui assunto de âmbito nacional, não comportando soluções unilaterais.

Código Tributário Nacional

A capacidade contributiva do país tem um limite comum: a massa de riqueza que sofre o impacto da tributação é sempre a mesma.

Seguindo o plano traçado desde a III Conferência Fazendária Nacional, realizada em 1949, as normas gerais de direito tributário deveriam ser corporificadas num projeto para ser submetido ao Poder Legislativo.

Os estudos da matéria ficaram a cargo de uma Comissão constituída de técnicos especialistas, a qual, após dez meses de trabalhos sem interrupção, concluiu a redação definitiva do futuro Código Tributário Nacional, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Além de sua função jurídica e constitucional, de lei de previsão da receita e autorização da despesa, ou simplesmente administrativa, de plano de distribuição de recursos para o acionamento da máquina governamental, é o orçamento poderoso instrumento, na execução da política geral do Governo.

Orçamento.

Parcelas consideráveis da renda nacional, oriundas de diversos setores da economia, são canalizadas anualmente para os cofres públicos e redistribuídas através do orçamento.

Modificando a distribuição da renda social, forçando o deslocamento de fatores da produção de umas para outras regiões do país, ou entre diversos ramos da atividade, alterando a direção e ritmo dos impulsos inflacionários, a política orçamentária requer

formulação segura e execução firme, sob pena de se anularem, em grande parte, os melhores esforços do Governo em outros setores da administração.

A apresentação do orçamento está a pedir uma transformação de critérios. Importa distinguir entre a arrecadação de impostos e as operações de crédito e gastos correntes de investimentos.

Analisando-se os resultados orçamentários, de 1950 a 1954, vê-se que a receita geral da União passou de Cr\$ 19 bilhões para quantia superior a Cr\$ 46 bilhões. Esses totais não abrangem vários bilhões de cruzeiros de renda das autarquias e de numerosos fundos extraorçamentários dos três níveis de Governo, rendas estas insusceptíveis, ainda hoje, de apreciação estatística.

Os processos utilizados para a cobertura dos *deficits*, tanto federais quanto estaduais, têm sido dos mais inconvenientes. Com a desorganização do mercado nacional de crédito público, vimos apelando para as mais aberrantes formas de dívida flutuante, criando situações que conduzem a novos e crescentes apelos às emissões de papel-moeda.

A fim de debelar o *deficit* do Tesouro Nacional e reduzir títulos da dívida flutuante, o Governo tem apelado para o artifício das encampações de emissões de papel-moeda, expediente condenável, sem dúvida, mas irremediável diante de situações anteriormente criadas. Já em 1951, pela Lei n.º 1.419, foi autorizada a encampação de emissões no total de 9 bilhões de cruzeiros. Entretanto, a partir de 1952, o processo cumulativo da dívida flutuante prosseguiu em ritmo acelerado e, recentemente, foi autorizada nova operação de encampação de emissões, no total de 11 bilhões de cruzeiros (Lei n.º 2.426, de 16-2-1954).

O Orçamento para 1954 foi votado com o *superavit* de . . . . . Cr\$ 990 milhões; não obstante, a execução orçamentária evidenciou a existência de vultoso *deficit*, da ordem de Cr\$ 7 bilhões.

A lei de meios para o exercício corrente consigna um *deficit* de 3 bilhões de cruzeiros. É preciso acrescentar a quantia de Cr\$ 3,4 bilhões, correspondente ao *deficit* das autarquias, o abono ao funcionalismo, que deverá importar em Cr\$ 7 bilhões, além de Cr\$ 1 bilhão que a Prefeitura do Distrito Federal deveria recolher aos cofres da União. O total do *deficit* previsto eleva-se, portanto, a Cr\$ 14 bilhões.

Para não se ver obrigado a lançar mão, novamente, de expedientes desaconselháveis, o atual Governo está decidido a empenhar todos os esforços no sentido de conter o vultoso *deficit* em perspec-

tiva para o corrente exercício, já tendo, para esse fim, adotado rigorosas providências.

No plano estadual, a execução orçamentária apresentou, no último quadriênio, um *deficit* acumulado superior a 16 bilhões de cruzeiros. Para a cobertura desse *deficit* a dívida fundada contribuiu com pouco mais de 2 bilhões de cruzeiros, ainda assim representados, em grande parte, não por emissões normais de títulos públicos, mas por empréstimos contratuais nos bancos, especialmente no Banco do Brasil.

A conclusão final a tirar-se dessa análise é que os efeitos da política orçamentária são indissociáveis. A economia nacional não se subdivide em compartimentos isolados sujeitos à influência da administração financeira da União, dos Estados, dos Municípios ou de cada um dos vários órgãos autárquicos.

Ressente-se a Administração Pública de falta do necessário aparelhamento para formular e conduzir, no tocante ao orçamento, uma política financeira, quer da ordem compensatória em relação às flutuações conjunturais, corretiva dos desvios de estrutura, quer promocional, no tocante ao desenvolvimento econômico do país.

Faz-se, pois, necessário aparelhar a União, os Estados e os Municípios, e até mesmo as autarquias, com orçamentos bem estruturados, dentro de normas e princípios uniformes, a fim de tornar possível a coordenação geral da política orçamentária do país, especialmente no que se refere aos investimentos públicos.

Em virtude da concorrência do setor privado da economia, no mercado de capitais, o movimento de valores públicos continua apresentando índices baixos. Assim, de 1951 a esta parte, a taxa média de depreciação vem-se mantendo em torno de 25 %.

Crédito Público

O fortalecimento do mercado de títulos públicos depende, essencialmente, da estabilidade monetária e das oportunidades oferecidas pela iniciativa privada. Não obstante, é certo que determinadas providências, como as objetivadas em projeto de lei encaminhado ao Congresso, em 1952, muito podem concorrer para dilatar a confiança e o interesse nas aplicações em títulos de crédito governamentais.

A fim de disciplinar o uso do crédito público pelas três esferas de governo, estuda este o problema para apresentar, oportunamente, um anteprojeto de lei, com fundamento no art. 5.º, XV, da Constituição, o qual deverá dispor sobre juros, resgates, amortizações, aplicação dos empréstimos e organização do mercado nacio-

nal de valores. Juntamente com o Código Tributário Nacional e a Lei Nacional de Orçamento e Contabilidade, cujos projetos se discutem no Congresso, a Lei Orgânica de Crédito Público completará o conjunto de leis normativas, abrangendo, nos termos do mandamento constitucional, todo o campo do direito financeiro.

Divida pública interna

A Divida Pública Interna, especialmente a da União, apresenta totais verdadeiramente insignificantes, comparados com o volume da receita orçamentária ou com os índices da renda nacional.

Além disso, permanecem estacionários, há vários anos, os saldos em circulação das emissões de títulos públicos. Tal situação é devida, em primeiro lugar, ao prolongado surto inflacionário que torna desinteressantes as aplicações de dinheiro em títulos da dívida pública.

Diante dessa dificuldade conjuntural, os governos estaduais, por exemplo, têm-se visto na pernicioso contingência de atribuir a seus títulos poderes liberatórios de notória inconveniência e de colocá-los com deságios consideráveis, obrigando-se, destarte, ao pagamento de juros excessivos, muitas vezes não satisfeitos no vencimento, da mesma forma que se não observam os prazos de resgate.

A tais circunstâncias se alia a ausência de adequada organização, capaz de assegurar, pelas operações de *open market*, a sustentação do valor dos títulos. O resultado final, de graves conseqüências para a administração financeira, é a virtual anulação da forma normal de financiamento dos *deficits* orçamentários — os empréstimos fundados.

Divida interna fundada

O comportamento da Divida Interna Fundada, nos últimos cinco anos, é bastante expressivo, como se evidencia a seguir :

(Cr\$ milhões)

Ano	Saldo em circulação	Aumento	%
1950 .....	10.439	11	0.11
1951 .....	10.446	9	0.09
1952 .....	10.450	4	0.04
1953 .....	10.451	1	0.01
1954 .....	10.451	—	—

Não houve, portanto, qualquer acréscimo no saldo em circulação dos títulos da Divida Interna Fundada da União, sendo, por

outro lado, insignificantes as elevações dos saldos anteriores, a partir de 1951.

O que caracteriza, essencialmente, o mercado de títulos públicos no Brasil é a sua relativa estagnação. Nem se lançaram novas emissões, nem se promoveu o resgate dos empréstimos, alguns já vencidos há dezenas de anos.

É intenção do Governo, ainda este ano, pedir ao Congresso autorização para emitir títulos da Dívida Fundada Federal, a prazo médio e longo. O Governo está convencido de que, uma vez tomadas certas providências quanto ao resgate dos títulos vencidos, haverá possibilidade, já agora, de colocar quantias limitadas de títulos de prazo médio ou longo.

Um exame da situação dos empréstimos fundados do Governo Federal não nos conduz a conclusões otimistas. De um total insignificante de mais ou menos 10 bilhões de cruzeiros de títulos em circulação — representando pouco mais de 20 % da receita orçamentária e menos de 3 % da renda nacional — quase a metade é constituída pelas Obrigações de Guerra, distribuindo-se o restante por 135 emissões, em grande parte já vencidas, com títulos dilacerados, com folhas de «coupons» totalmente esgotadas e não possuindo, por vèzes, sequer espaço livre para a carimbagem dos respectivos juros.

Essas emissões podem ser agrupadas como se segue :

APÓLICES E OBRIGAÇÕES	EMISSIONES	CIRCULAÇÃO Cr\$ MILHÕES
Já vencidas e não resgatadas .....	8	824
Com prazo de extinção decretado mas ainda não ocorrido .....	26	1.394
Obrigações de Guerra .....	2	4.520
Sem prazo de resgate .....	100	3.713
Total .....	136	10.451

Com o intuito de regularizar a situação dos empréstimos federais, o Executivo encaminhou ao Congresso, em 1952, projeto de lei que prevê a instituição de um fundo cumulativo para atender ao serviço da dívida, mantidas as taxas contratuais dos juros e garantida a amortização segundo percentagens determinadas, estabelecendo, ainda, em princípios normativos da intervenção do Governo no mercado, a substituição dos títulos antigos por novos, como, provisoriamente, a anexação de folhas de «coupons» aos títulos que já os tenham esgotados.

As providências colimadas pelo mencionado projeto continuam atuais e mesmo urgentes, esperando o Governo que o Congresso Nacional ultime sua votação dentro do mais breve prazo possível.

Divida interna  
flutuante

Enquanto a divida interna fundada da União corresponde a menos da terça parte do montante de toda a divida interna federal, os débitos flutuantes se expressam, aproximadamente, em Cr\$ 29,0 bilhões, o que representa, no quadro geral, mais de 70% do total, e exprime completa deformação dos indices da divida pública.

A esse respeito cabe, aliás, notar que a encampação dos débitos do Tesouro Nacional para com o Banco do Brasil costuma produzir flutuações erráticas no volume da divida flutuante da União. Assim, recente lei autorizou a encampação de mais de Cr\$ 11 bilhões de tais dividas, o que deverá reduzir o volume dessa divida em 40 % e o da divida interna total em quase um terço.

Enquadram-se dentre os débitos flutuantes da União os «restos a pagar», os depósitos, os fundos e provisões, as letras do Tesouro, as letras de câmbio e as dividas para com o Banco do Brasil e outros bancos.

A composição da divida flutuante federal, no periodo de 1951 a 1954, é a seguinte :

ESPECIFICAÇÃO	(Cr\$ milhões)			
	1951	1952	1953	1954
Restos a Pagar .....	3.107	2.821	4.724	5.428
Depósitos .....	2.110	2.506	2.809	3.878
Fundos e Provisões .....	829	1.947	1.913	4.399
Banco do Brasil .....	3.421	4.041	11.568	15.190
Outros Bancos .....	11	11	4	6
Letras do Tesouro .....	2.012	1.648	2.570	3
Letras de Câmbio .....	—	—	—	74
Total .....	11.490	12.974	23.598	28.978

As emissões de Letras de Câmbio, com pagamento de juros antecipados em dólares, tiveram inicio em abril de 1954. A 30 de agosto, o saldo em circulação dessas letras já havia atingido a importância de 2.478 milhões de cruzeiros. Para evitar maiores sangrias de divisas, em uma fase de aguda crise cambial, o Governo preferiu resgatá-las, embora tivesse de apelar para emissões de papel-moeda. Em 31 de dezembro de 1954, apenas restavam em circulação 74 milhões de cruzeiros em Letras de Câmbio, tendo os resgates totais, durante o ano, atingido 3,1 bilhões de cruzeiros.

O Governo considera, entretanto, inteiramente normal, e até desejável, a existência de uma divida flutuante representada por

letras do Tesouro, com juros pagáveis em moeda nacional. Essas letras, além de facilitarem a cobertura de *deficits* meramente sazonais na execução orçamentária, são instrumentos indispensáveis ao controle do crédito e podem, outrossim, servir para financiamentos provisórios de despesas com obras públicas, sendo posteriormente consolidadas em uma emissão de prazo médio ou longo, quando as condições do mercado de títulos o tornem praticável.

Não é outro o processo de financiamento utilizado nos países mais adiantados do mundo, tais como os Estados Unidos da América do Norte e a Inglaterra. Em nosso país, onde os orçamentos consignam regularmente parcelas vultosas destinadas ao financiamento, não de despesas correntes, mas de gastos com investimentos, é indispensável que o Governo possa apelar para o crédito público, precisando para isso de instrumentos diversos, de curto, médio e longo prazo, a fim de poder oferecer às diversas classes de investidores os títulos da respectiva preferência.

É nesse sentido que o Governo vai se dirigir ao Congresso, pedindo autorização para emitir letras até o prazo máximo de três anos e de juros adequados para facilitar sua colocação junto a empresas com saldos temporariamente disponíveis.

A aplicação dos planos baixados com o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, reduziu a circulação da dívida externa do Brasil, relativa aos empréstimos em libras e dólares, para os seguintes saldos, em 31-12-1954 :

Dívida  
externa

	£
União .....	14.738.540
Estados .....	13.343.181
Municípios .....	2.397.410
Total .....	<u>30.479.131</u>
	US\$
União .....	64.132.506
Estados .....	39.347.400
Municípios .....	6.262.000
Total .....	<u>109.741.906</u>

Para atender aos serviços regulares de amortização, juros, comissões e despesas que, segundo aquela lei, se mantêm constantes em cada ano, foram efetuadas em 1954 as seguintes remessas :

	Juros	Amortizações	Comissões e Despesas	Total
<i>Em Dólares:</i>				
União .....	2.319.048,62	4.981.133,46	72.997,92	7.373.180
Estados .....	1.076.990,48	2.795.544,96	28.294,56	3.900.830
Municípios ..	179.009,70	466.016,50	4.563,80	649.590
	<u>3.575.048,80</u>	<u>8.242.694,92</u>	<u>105.856,28</u>	<u>11.923.600</u>
<i>Em Libras:</i>				
União .....	441.294,16.3	2.940.606,2.6	55.689, 1.3	3.437.590
Estados .....	393.702, 0.9	1.064.138, 5.3	20.999,14.0	1.478.840
Municípios ..	70.991,11.8	24.594,4.2	1.814, 4.2	97.400
	<u>905.988, 8.8</u>	<u>4.029.338,11.11</u>	<u>78.502,19.5</u>	<u>5.013.830</u>

Cumpra ressaltar, sobretudo, a atualização de todos os pagamentos devidos aos portadores de títulos brasileiros naquelas moedas, em estrita obediência às disposições do citado Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Com base, ainda, nos princípios do referido diploma legal, presentemente estão sendo providenciados o controle e fiscalização dos títulos resgatados na Inglaterra, desde 1824, e sua incineração, promovendo-se estudos que permitam concluir o estabelecimento da prescrição do pagamento de títulos e «coupons» dos empréstimos brasileiros emitidos em libras. Pela primeira vez, o Brasil leva a efeito essa tarefa, na Inglaterra, depois de decorridos 130 anos da emissão do seu primeiro empréstimo externo.

Acôrdio de  
resgate com  
a França

Conversações iniciadas em 1940 permitiram abrir uma fase de negociações positivas com autoridades francesas, inclusive o representante da «Association Nationale des Porteurs Français de Valeurs Mobilières». Foi então concluído o Acôrdio de Resgate Franco Brasileiro de 1946, que regulou o modo de liquidação dos 31 empréstimos da dívida externa brasileira em francos. Procurou-se também a solução para diversas outras questões financeiras existentes entre o Brasil e a França.

Em cumprimento àquele Acôrdio, já foram liquidados ..... 1.416.706 títulos, total que equivale a 88 % das emissões brasileiras em francos. E dos casos que pendiam de solução, resolveram-se quase todos, faltando apenas 3, que estão em vésperas de conclusão, mediante a assinatura de um novo Acôrdio de Resgate.

Política  
monetária

Os esforços destinados a promover e orientar o desenvolvimento econômico do país e corrigir as perturbações de ordem con-

juntural, devem abranger, como já foi salientado, providências de caráter fiscal e monetário. Serão, assim, conjugados fins e meios dentro de um esquema geral de combate à inflação e, conseqüentemente, de processo assegurador do bem-estar social da população.

Criada, em fevereiro de 1945, a Superintendência da Moeda e do Crédito, com o objetivo de orientar as operações bancárias e cambiais, traçar a política monetária nacional e preparar campo propício à instituição do Banco Central, na verdade, só recentemente passou a desempenhar, a pleno efeito, suas importantes funções.

Uma das tarefas iniciais do atual Governo, nesse campo, foi estreitar a indispensável coordenação de atividades e unidade de orientação das autoridades monetárias que integram o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

No relato das ocorrências sobre o crédito bancário e atuação dos bancos, verificadas no decurso de um ano, não se costuma estabelecer distinção entre os fatos observados durante quase todo o período e os relativos ao final do ano. Entretanto, sob esse aspecto, tão frísante se tornou a diferença a partir de certo momento, que é impossível deixar de fazer nitida distinção entre o período de janeiro a 31 de agosto e o de 1.º de setembro a 31 de dezembro de 1954.

Situação do  
crédito

O período de janeiro a agosto é caracterizado por uma expansão de crédito das mais acentuadas, no qual as autoridades monetárias não somente realizaram diretamente essa expansão de crédito, como, ainda, a tornaram possível por intermédio dos bancos comerciais.

Os principais setores através dos quais se verificou a expansão do crédito motivada pela ação das autoridades monetárias, de janeiro a agosto de 1954, foram os seguintes:

	(Cr\$ milhões)
Empréstimos a governos estaduais e municipais	4.899
Empréstimos da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, ao público .....	9.331
Empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil .....	3.479
Assistência financeira aos bancos comerciais ..	2.294
Total .....	<u>20.003</u>

Para atender às referidas expansões, que atingiram um total de Cr\$ 20 bilhões, foi utilizado o saldo líquido dos ágios, no valor de Cr\$ 12 bilhões, além de recursos fornecidos pelo aumento de certas categorias de depósitos no Banco do Brasil. Cobriu-se a diferença com emissões de papel-moeda, no montante de quase Cr\$ 7 bilhões. A queda dos depósitos de bancos, no Banco do Brasil, foi compensada pela redução, devida a fatores transitórios, de certas categorias de empréstimos.

Nesse clima de liberal acréscimo dos meios de pagamento, os bancos comerciais, a par de certo incremento de outras aplicações, aumentaram seus empréstimos de Cr\$ 12 bilhões, contando, para isso, além do aumento de seus depósitos, com a assistência financeira das autoridades monetárias, no valor de mais de Cr\$ 2 bilhões, e procedendo, por seu turno, a retiradas de depósitos bancários no Banco do Brasil, da ordem de Cr\$ 1.5 bilhões. Não é de estranhar, pois, que, de janeiro a agosto, a expansão de empréstimos tenha sido de 20.5%, o que corresponde a uma taxa média mensal de 2.6%, excepcionalmente elevada, superando de muito a taxa de 1.2%, em igual período de 1953.

Já em setembro, depois de estabelecida a nova política de crédito, o ritmo de aumento dos empréstimos tornou-se menos acentuado, baixando em outubro e diminuindo substancialmente em novembro e dezembro. No que respeita ao Banco do Brasil, houve entretanto, em dezembro, uma expansão apreciável para atender ao Tesouro Nacional, como consequência inevitável da execução orçamentária.

A taxa média mensal de expansão dos empréstimos dos bancos comerciais caiu de 1.8%, no período janeiro-agosto, para 0.8%, no período setembro-dezembro, enquanto que o total dos empréstimos das autoridades monetárias caiu de 3.5% para 3.1%.

Considerando isoladamente os empréstimos das autoridades monetárias ao público (excluídos os concedidos a bancos e a entidades públicas), verifica-se que a taxa média mensal de expansão caiu de 4.0% para 2.0% no confronto dos períodos considerados.

A análise da situação do crédito exige, outrossim, um estudo da diretriz seguida pela Carteira de Redescontos e pela Caixa de Mobilização Bancária. Foi bem acentuada a evolução das operações da Carteira de Redescontos, em 1954. O saldo das emissões,

para as operações da Carteira de Redescontos, elevou-se de .. Cr\$ 13,7 bilhões, em 31 de dezembro de 1953, para Cr\$ 25,8 bilhões, ao término de 1954.

O exame dos dados que registram a evolução das operações dessas duas entidades revela duas ocorrências importantes.

Em primeiro lugar, o Banco do Brasil contribuiu com parcela superior a 90% do aumento das operações de assistência financeira. O fato explica-se em razão de pressões que convergem para esse Banco, partidas, não só da própria Administração Pública, como também dos setores particulares, no tocante a certos tipos de empréstimos de risco excessivo, e que, apesar da utilidade sob o ponto de vista público, não são praticados por estabelecimentos privados. Tal é o caso, por exemplo, de apreciável parte dos empréstimos agrícolas concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e dos empréstimos industriais a longo prazo.

O segundo fato que cabe ressaltar é a diminuição do volume dos recursos monetários concedidos pela Carteira de Redescontos aos bancos comerciais, no último quadrimestre do ano. Limita-se atualmente a Carteira a atender a necessidades reais.

A Caixa de Mobilização Bancária não registrou evolução semelhante, em vista de certo nervosismo verificado no meio bancário, no fim de 1954, em determinadas regiões, e que levou a retiradas de depósitos, atendidas com o aumento dos empréstimos da Caixa.

No desempenho de suas funções, vem o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito adotando uma política monetária e creditícia de combate à inflação e de promoção do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e ação do sistema bancário.

Medidas de  
combate à  
inflação

Nesse sentido, foram baixadas três importantes instruções. Por uma delas, a de nº 105, de 14 de outubro de 1954, que fixou os juros máximos que podem ser abonados a depositantes pelos bancos comerciais, procurou o Governo eliminar o processo de concorrência que se fazia entre os bancos, através da oferta de juros cada vez mais elevados e pagamentos de bonificação e prêmios aos depositantes, processo esse que criava um ambiente de mal-estar e instabilidade entre os referidos bancos.

As demais Instruções, de ns. 106 e 108, de 14 e 22 de outubro de 1954, respectivamente, determinaram a elevação das taxas de desconto e empréstimos a bancos e o aumento dos encaixes

bancários. Procurou-se, assim, coibir o abuso do redesconto, consequência da grande margem de lucro propiciada pelo baixo nível da taxa vigorante (6%) em comparação com as taxas de empréstimos cobradas pelos bancos. Cumpre observar que diminuiu o ritmo da expansão do crédito em virtude da absorção de 50% dos aumentos de depósitos que excederam o limite máximo verificado no decorrer do ano, até 31 de outubro.

Ainda no desempenho da sua ação policiadora, procedeu a Superintendência a inspeções diretas ou especiais, destinadas a proteger a liquidez dos bancos e, em última análise, garantir os depósitos do público junto aos bancos comerciais.

Em setembro, fixou-se nítida conjugação entre a ação da Inspeção de Bancos e a assistência financeira através da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária.

Dentro dessa política de estreita cooperação entre as autoridades monetárias, vem reagindo o sistema bancário, esperando-se que prossiga a tentativa de redução de aumento imoderado do crédito, sem abalos financeiros nem repercussões sociais.

Situação  
cambial

Resta examinar a situação cambial no conjunto da análise da política monetária do país. Durante vários anos, uma taxa de câmbio, oficial e rígida, impedia que se tivesse uma visão da relação entre o poder aquisitivo do cruzeiro no mercado interno e no câmbio. A Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, introduziu profundas modificações no sistema cambial brasileiro, instituindo, parcialmente, o regime de câmbio livre, do qual se excluíam o café, o algodão e o cacau.

As repercussões desse diploma legal conduziram a ulteriores ajustamentos na relação dólar-café. A partir de junho de 1953 foi adotada a "pauta mínima de câmbio", que colocava também o café sob os efeitos da taxa de câmbio no mercado livre, mediante o regime de taxas diferenciais adotadas para as exportações.

Em 1954, a orientação da política cambial, obediente à Lei nº 1.807, foi complementada pela Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que disciplinou o comércio de exportações e importações.

Nos primeiros meses de 1954, o café atingiu cotações sem precedentes, registrando-se uma acumulação de stocks pelos nossos principais compradores. Em 2 de abril de 1954, o preço do café chegou a atingir 95 cents por libra pêsos para o tipo 4, Santos.

no disponível. Observou-se uma retração pronunciada nas compras com um declínio continuado nas cotações, a partir dessa data. Pelo Decreto nº 35.612, de 3 de junho de 1954, o Governo, com o intuito de deter a baixa, fixou o preço, em cruzeiros, equivalentes à 87 cents (cotação daquele tipo nessa data, no disponível), esperando que as exportações retomariam seu ritmo normal.

Frustrada essa previsão, porque os compradores ainda dispunham de *stocks*, alimentados por importações antecipadas de outras procedências, para resistir aos preços altos, viu-se o Governo, ante o desequilíbrio cada vez mais grave no Balanço Comercial, compelido a alterar a base prefixada para a exportação do café, sem, entretanto, modificar os preços internos. A Instrução n.º 99, de 14 de agosto de 1954, da Superintendência da Moeda e do Crédito, regulava o novo sistema.

O escoamento do café não se acelerou imediatamente, mesmo sob o duplo impulso das novas medidas cambiais e da violenta queda de sua cotação em moeda estrangeira. A retração de vendas provocou, em alguns setores, a impressão de que o fenômeno encontrava explicação na taxa flutuante adotada pela Instrução n.º 99 para o café e outros produtos. Dai, a modificação adotada para as exportações de café, de bonificações fixas, mantida a diferença entre o dólar e as demais moedas, decorrente da Instrução n.º 99 (Instrução n.º 109, de 11 de novembro de 1954, da Superintendência da Moeda e do Crédito). As exportações de café passaram a ser feitas em escalas satisfatórias em novembro e começo de dezembro.

Era essa a situação cambial do país, ao fim de 1954. Parece, entretanto, ainda necessária uma apreciação sobre as medidas tomadas pelo Governo no âmbito da política cambial, mais recentemente.

Aos demais produtos exportáveis, estendeu-se, também, o regime de bonificação fixa, pela Instrução n.º 112, de 17 de janeiro de 1955, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Visando a amparar o processo de industrialização, deliberou ainda o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (Instrução n.º 113, de 17 de janeiro de 1955) dar maior cunho prático às inversões de capital sob a forma de equipamentos, cujo ingresso no país independa de cobertura cambial, bem como às importações financiadas no exterior.

A preocupação com o programa de investimentos constitui capítulo importante da análise da situação econômica do país, porque na capacidade das autoridades financeiras em canalizar recursos às despesas de capital, sem prejuízo das despesas de consumo corrente, reside um dos fundamentos da estabilidade econômica.

Na análise do panorama econômico do país, foi salientado que a situação financeira não permite que se pense em investimentos consideráveis, porque é necessário se corrijam os pontos de estrangulamento que impedem o devido aproveitamento dos recursos reais empenhados na produção, a fim de ser realizada a recuperação econômica e dominado o surto inflacionário.

A tendência, dentro da atual orientação econômico-financeira do país, parece demonstrar a inclinação de serem utilizadas medidas de caráter fiscal e monetário, a par de orientação da política cambial, no sentido de encaminhar os recursos disponíveis aos setores da produção onde eles são julgados de maior essencialidade.

Os investimentos que se destinam ao desenvolvimento econômico do país, oriundos do exterior, no decorrer de 1954, atingiram 162 milhões de dólares. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento contribuiu com 10 milhões, ou sejam, 6% do total; o Banco de Exportação e Importação, de Washington, com 41 milhões de dólares, ou sejam, 26% do total, cabendo o restante a entidades privadas. Esses financiamentos, aduzidos aos obtidos anteriormente, elevam os compromissos da mesma natureza a 627,5 milhões de dólares.

Os compromissos para corrigir os excedentes de importações sobre exportações atingem 565,5 milhões de dólares, que representam os financiamentos destinados a cobrir os atrasados comerciais. Esses financiamentos correspondem a valores levantados no Fundo Monetário Internacional, no total de 65,5 milhões de dólares, ao empréstimo de 300 milhões de dólares obtido no Banco de Exportação e Importação, para liquidação de atrasados comerciais norte-americanos, e ao empréstimo de 200 milhões de dólares, concedido por 19 bancos de Nova York, liderados pelo National City Bank.

A estimativa dos resgates desses compromissos financeiros revela que o prazo médio para os empréstimos de desenvolvimento econômico é de 10 anos, enquanto que, em relação àqueles desti-

nados a cobrir os *deficits* do Balanço de Pagamentos, o prazo médio é de 5 anos.

Considerando, pois, os empréstimos para o desenvolvimento econômico e aqueles obtidos para a correção dos *deficits* do Balanço de Pagamentos, e ainda os serviços da dívida externa, podem ser previstos compromissos financeiros, para os próximos cinco anos, que ascendem de 135,5 milhões de dólares, em 1955, a 240,0 milhões de dólares, em 1960.

A linha de crédito de 75 milhões de dólares para os próximos seis meses, concedida em começo de fevereiro de 1955, pelo Banco de Exportação e Importação, para ser utilizada em casos de queda imprevista de receita cambial, garante a continuidade das importações em um nível mínimo que o Governo considera indispensável à manutenção das atividades econômicas do país.

As realizações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, resultantes de acordo de cooperação celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos, em 19 de dezembro de 1950, implicaram na programação de um investimento total de 21,9 bilhões de cruzeiros, dos quais 14 bilhões em moeda nacional e 7,9 bilhões correspondentes a 387,3 milhões de dólares. Esse esquema abrange a remodelação e reequipamento das estradas economicamente mais importantes do sistema ferroviário nacional, dos principais portos e linhas de cabotagem; a expansão, em cerca de 40%, da capacidade geradora de energia elétrica e projetos de caráter pioneiro nos setores da agricultura, transporte rodoviário, indústria e armazenamento de grãos.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico concentrou-se, de modo especial, na efetivação das providências recomendadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. É apreciável, entretanto, o volume dos empréstimos concedidos a projetos apresentados diretamente à consideração daquela entidade.

O Banco havia aprovado, até 10 de dezembro de 1954, a concessão de financiamentos em importância equivalente a Cr\$ 5,2 bilhões. Dêse total, encontrava-se definitivamente comprometida, em virtude de assinatura dos respectivos contratos, a parcela de Cr\$ 3,7 bilhões.

A distribuição dos empréstimos aprovados pelos setores de atividades abrange financiamentos à produção de energia elétrica ao estabelecimento de indústrias básicas, à construção de silos e

armazéns gerais, à melhoria de portos, à navegação marítima e fluvial e, principalmente, às ferrovias. Como se vê, enquadram-se, todos eles, dentro do programa de reaparelhamento econômico do país.

Esforça-se o Governo, no propósito de atender à situação conjuntural e aos imperativos do progresso econômico, em promover a articulação das diretrizes da política fiscal e monetária com as medidas ligadas às possibilidades de cooperação dos financiamentos alienígenas. Nesse sentido, foi apresentada uma proposta pela representação brasileira à Conferência dos Ministros de Fazenda ou Economia, de novembro último, realizada em Quitandinha, a qual sugeria a eliminação da tributação como uma das medidas mais aconselháveis para o estímulo das aplicações de capitais.

#### COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior do Brasil deverá apresentar-se equilibrado em 1954. Para a análise do fenômeno, a apresentação de cifras em cruzeiros seria capaz de desvirtuar as tendências verificadas, em vista da multiplicidade de taxas decorrentes do atual sistema cambial. Foi assim escolhido o dólar como termo de referência, a fim de tornar possível uma comparação entre as quantias representativas do movimento comercial do país com o exterior.

Embora as estatísticas disponíveis não alcancem o total do ano, é possível estimar em quantia equivalente a cerca de 1,5 bilhão de dólares o valor tanto das exportações quanto das importações.

Infelizmente, esse equilíbrio não é o resultado desejado no comércio internacional do Brasil, de vez que sua estrutura de país economicamente pouco desenvolvido requer saldos elevados no intercâmbio de mercadorias a fim de cobrir os itens cronicamente negativos, entre os quais avulta o de transferências de rendas de capitais estrangeiros, além da amortização de empréstimos, atrasados comerciais e outros. Não estão incluídos, nesses itens, fretes e seguros marítimos, também cronicamente deficitários, mas já computados nos dados das importações CIF.

Esse resultado deve-se à queda do volume das exportações de café, pelo menos em relação a 1953, quando alcançaram o equivalente a 1.090 milhões de dólares contra 941 milhões em 1954 — dados efetivos de janeiro a dezembro — por motivos já conhecidos e que estão expostos na parte desta Mensagem referente à Política Cambial. Dêsse modo, as exportações totais poderão atingir

o equivalente a 1.506 milhões de dólares, o que, em confronto com os resultados de 1953 (1.540 milhões de dólares), representa um decréscimo provável de 40 milhões.

O declínio das vendas brasileiras para o exterior poderia, contudo, ter sido maior, não fôsse a excelente posição desfrutada pelos outros três principais produtos da exportação — algodão em rama, cacau em amêndoas e pinho serrado — sobretudo os dois primeiros, que deverão apresentar aumentos de 127% e quase 80%, respectivamente, em relação aos valores totais registrados em 1953.

Cumprir assinalar que os excedentes exportáveis de algodão da safra de 1952 só começaram a ser escoados a partir do segundo semestre do ano seguinte. Somando a estes a parcela da safra daquele ano, destinada às vendas externas, um grande volume exportável foi transferido para 1954, sendo por sua vez acrescido aos próprios excedentes então verificados. Essa a razão por que a exportação do algodão, no ano findo, quando todos esses estoques remanescentes se escoaram, acusa um aumento tão pronunciado. Convém ressaltar que a elevada percentagem de aumento já assinalada é relativa ao nível alcançado em 1953, quando a exportação de algodão não se recobrou ainda totalmente da aguda crise atravessada no ano anterior.

As importações, por sua vez, deverão apresentar grande aumento em 1954, em relação aos níveis acusados no ano anterior (1.318 milhões de dólares). A pressão da procura de produtos como petróleo e derivados, trigo em grão e papel para imprensa, beneficiados por uma taxa cambial efetiva artificialmente baixa, bem como o desejo de atender aos planos de desenvolvimento econômico (governamentais e privados) já iniciados, determinaram a liberalização das concessões de câmbio nos leilões, provocando o aumento mencionado e contribuindo para impedir a formação de saldo no comércio exterior do país.

Não obstante, o sistema cambial vigente proporcionou a manutenção de uma seletividade adequada na composição das importações. Os técnicos calculam que, em 1954, os bens essenciais participaram em mais de 90% dos valores totais importados e os bens de produção em nível superior a 70%.

No que toca ao intercâmbio do Brasil por áreas monetárias, infelizmente, cumpre assinalar um possível *deficit* vultoso com e

área de moedas conversíveis, conseqüente das importações de petróleo e derivados, em sua totalidade pagáveis em dólares, ao mesmo tempo que oriundos de países para os quais as exportações brasileiras são ainda insignificantes. Dêsse modo, o saldo provável do comércio do Brasil com alguns países da área de moedas conversíveis, como por exemplo os Estados Unidos, é absorvido por aquelas despesas.

O *deficit* em moedas conversíveis, entretanto, foi, até certo ponto, compensado por um saldo registrado na área de moedas inconvertíveis, onde o comércio com a Alemanha destaca-se por substancial aumento.

#### Acórdos

Durante o ano de 1954, foram estudadas as possibilidades de ampliação do comércio do Brasil, tendo sido examinado o problema do intercâmbio com o chamado Leste Europeu e China Continental. O acórdo comercial com a Hungria foi um passo nesse sentido. Procurou-se dessa forma satisfazer às necessidades de escoamento dos produtos brasileiros de exportação, e, paralelamente, ampliar os mercados, o que trará melhores perspectivas à aquisição de bens estrangeiros necessários ao desenvolvimento econômico do país.

No entanto, o regime de acórdos bilaterais de comércio, que vinha sendo seguido há alguns anos, atravessa agora uma fase de readaptação à nova política que regula o comércio exterior.

Uma vez que a nova orientação cambial aboliu os controles quantitativos específicos e deixou ao arbitrio dos importadores a escolha do melhor mercado, não mais se torna possível a negociação de acórdos comerciais, consignando compromissos rígidos ou cotas limitativas.

Assim, os novos ajustes negociados em 1954, com a Polónia, Iugoslávia e Portugal, constituiram, essencialmente, instrumentos de orientação sobre as possibilidades de um intercâmbio equilibrado dos produtos originários dos respectivos países.

Junto às missões diplomáticas das demais nações com as quais há acórdos bilaterais de comércio em execução — Alemanha, Argentina, Austria, Bolívia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Japão, Tchecoslováquia e Uruguai — procurou o Governo brasileiro obter maior flexibilidade, nos termos dos ajustes em vigor, a fim de permitir a exequibilidade da nova política.

A experiência de 1954 mostra que os acordos bilaterais, sobre reduzir excessivamente o campo de aplicação das divisas produzidas pelas exportações, facilitam a re-exportação dos produtos brasileiros — além do consentido, em casos excepcionais nos referidos ajustes — por países de moeda relativamente fraca para os de moeda relativamente forte, com grave prejuízo para o Brasil. O Governo estuda a possibilidade de modificar a situação de maneira que melhor atenda aos interesses do país.

O balanço de pagamentos do Brasil apresenta uma característica comum a todos os países de grau idêntico de desenvolvimento econômico: é sistematicamente deficitário. Para isso concorrem, como é do conhecimento público, os serviços — transportes, seguros, rendas de investimentos e outros — acrescidos da instabilidade do intercâmbio externo, peculiar às nações habitualmente exportadoras de matérias-primas e produtos alimentícios.

*Balanço de  
Pagamentos*

Conquanto não estejam ainda concluídas as apurações relativas ao ano de 1954, podem ser apresentados dados preliminares, até novembro, capazes de expressar, de maneira bastante aproximada, o comportamento do fenômeno no último ano decorrido.

Uma análise sucinta do balanço revela que, em todas as moedas, o resultado desfavorável do conjunto «intercâmbio e serviços» (Transações Correntes) foi da ordem de Cr\$ 3.126 milhões, assim discriminados: *deficit* em moedas conversíveis, Cr\$ 6.291 milhões; saldo em moedas inconvertíveis, Cr\$ 3.165 milhões, resultando no final o *deficit* acima assinalado.

Convém lembrar que a cifra representativa da importação, que no estudo do comércio exterior inclui o preço da mercadoria acrescido de seguro e de frete (CIF), no estudo do balanço de pagamentos é calculada apenas na base do custo da mercadoria, excluídos, portanto, o frete e o seguro que são calculados em rubricas especiais. Essa diversidade de critério de cálculo permite, outrossim, verificar-se o peso desses serviços no balanço de pagamentos do país, expresso, até novembro, pela elevada parcela de Cr\$ 3.017 milhões, aproximadamente — pouco mais de 2 bilhões para fretes e cerca de 1 bilhão para seguros.

Dessa maneira, o saldo favorável do intercâmbio, calculado para o balanço de pagamentos, foi inteiramente absorvido pelos serviços ligados à importação, dando como resultante o equilí-

brío entre a exportação e a importação, verificado no estudo do comércio exterior.

Esse resultado — deficit de Cr\$ 3.126 milhões no conjunto "intercâmbio e serviços" (Transações Correntes) — vem refletir-se no ativo e passivo das transações internacionais do país (Contas de Capital). Para cobri-lo, utilizou a nação suas linhas de crédito, realizou empréstimos internacionais, obteve importações de mercadorias com financiamento externo, além da compensação oferecida por inversões de capitais estrangeiros, no montante de Cr\$ 600 milhões.

A enumeração dos empréstimos externos realizados está exposta na parte desta Mensagem referente a investimentos.

#### BALANÇO DE PAGAMENTOS(1)

MILHÕES DE CRUZEIROS À PARIDADE

ITENS	Moedas Conver- síveis	Moedas Incon- versíveis	Total
<b>I — TRANSAÇÕES CORRENTES</b>			
A — MERCADORIAS .....	-1.656	4.673	3.017
1. Exportação (FOB) ...	9.805	15.725	25.530
2. Importação (FOB) ...	-11.461	-11.052	-22.513
B — SERVIÇOS .....	-4.635	-1.508	-6.143
1. Transportes .....	-1.147	-1.027	-2.174
2. Rendas de Investimentos	-2.266	-137	-2.403
3. Outros .....	-1.222	-344	-1.566
C — TOTAL (A+B) .....	-6.291	3.165	-3.126
<b>II — CAPITAIS E OURO MONETARIO(2)</b>			
A — OFICIAIS E PRIVADOS .....	6.307	-3.165	3.142
1. A longo prazo .....	2.133	-1.144	989
2. A curto prazo .....	4.174	-2.021	2.153
B — OURO MONETÁRIO .....	-16	—	-16
C — TOTAL (A+B) .....	6.291	-3.165	3.126

(1) Dados preliminares — Posição até novembro de 1954 — Estimativa.

(2) O sinal (—) indica aumento de haveres ou redução de obrigações.

Fundo Mone-  
tário Interna-  
cional

Em 1954, o Brasil manteve suas relações de rotina com o Fundo Monetário Internacional, tendo sido feito o levantamento das reservas monetárias do país e o estudo das restrições cambiais vigentes. Nenhuma operação foi realizada no decorrer

dêsse ano, mantendo-se o saldo devedor do Brasil, junto àquele organismo, em US\$ 65,5 milhões.

As reservas-ouro atingiram em 30 de novembro as seguintes *Reservas-ouro* cifras:

	Gr	Cr\$
no Federal Reserve Bank .....	230.707.025,503	5.376.222.383,20
no Fundo Monetário Internacional ..	30,730	639,60
na Casa da Moeda .....	71.399,216	1.486.359,90
no Banco do Brasil S.A. ....	55.181.896,710	1.116.629.954,70
<b>Total das reservas-ouro .....</b>	<b>285.960.352,159</b>	<b>6.494.339.337,40</b>

Permaneceu inalterada a cotação de Cr\$ 20,8176 por grama de ouro fino. Nessa base a existência em 30.11.54, de Gr 285.960.352.159, corresponde a Cr\$ 5.938.886.312,20.

## POLÍTICA SOCIAL

No começo de 1955, a população do Brasil é estimada em cerca de 57,8 milhões de habitantes. Segundo o último censo demográfico, esse número ascendia, em 1º de julho de 1950, a 52 milhões. Em 1850, a população do país atingia a 7,2 milhões de pessoas.

SITUAÇÃO  
DEMO-  
GRÁFICA

Verificou-se, portanto, no curso de um século, o aumento de 44,8 milhões de habitantes. Dêste aumento, apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente das imigrações sobre as emigrações, enquanto 41,4 milhões, ou sejam, mais de nove décimos, corresponderam ao excesso dos nascimentos sobre os óbitos.

Este rápido crescimento natural tornou-se possível em virtude do nível excepcionalmente elevado da natalidade, a qual, no início dêsse período de um século, devia atingir taxas anuais de 48 a 50 por 1.000 habitantes e, ainda hoje, oferece taxas de 42 a 44 por 1.000. No intervalo considerado, a mortalidade desceu de 32 e 34, para 18 e 20 por 1.000 habitantes, de modo que a taxa anual de crescimento natural aumentou, de 15 a 17 para 23 a 25 por 1.000 habitantes.

A composição, segundo o sexo, não apresenta forte desequilíbrio, contando-se 993 homens para 1.000 mulheres (987 para 1.000, entre os naturais do Brasil, em consequência da maior mortalidade masculina, e 1.273 para 1.000, entre os naturais do exterior, em virtude da prevalência dos homens entre os imigrantes).

A composição por idade é caracterizada pela proporção muito elevada de crianças e adolescentes, e pela proporção muito baixa de velhos, consequência do forte excedente da natalidade sobre a mortalidade.

Examinando-se a composição por nacionalidade, verifica-se que os estrangeiros constituem apenas 21 por 1.000 dos habitan-

tes brasileiros e, os naturalizados brasileiros, 2 por 1.000, enquanto 977 por 1.000 são brasileiros natos.

Entre as *atividades econômicas* ocupam o primeiro lugar as agrícolas e pecuárias, mas vão-se estendendo mais rapidamente as atividades ligadas à indústria, ao comércio, aos serviços e aos transportes.

Quanto à densidade demográfica, a média de menos de 7 habitantes por quilômetro quadrado é baixa, não somente em comparação com as dos países de antigo povoamento, mas também com as dos Estados Unidos (21) e do México (15), mas é da mesma ordem da Argentina e da América do Sul em conjunto. A baixa densidade média resulta, entretanto, de densidades muito diferentes nas diversas partes do país.

As Regiões Norte e Centro-Oeste, que ocupam 64 % da superfície do Brasil, abrangem apenas 7 % da população. A densidade média dos habitantes, nessas duas grandes regiões, não alcança 1 por quilômetro quadrado (0,74), variando entre o mínimo de 0,10 no Território do Rio Branco e o máximo, ainda baixo, de 2,28, no Estado de Goiás.

As demais Regiões — Nordeste, Leste e Sul — com a superfície total de 3.039.000 quilômetros quadrados, contam 53.215.000 habitantes. Ocupando apenas 36 % da superfície do país, englobam 93 % da sua população. A densidade média dos habitantes atinge 17,51 por quilômetro quadrado, variando entre o mínimo de 4,64, no Estado do Piauí, e o máximo de 60,24, no do Rio de Janeiro (não se levando em conta a densidade excepcionalmente elevada de 2.292 habitantes por quilômetro quadrado registrada na pequena área do Distrito Federal).

De 1872, data do primeiro censo demográfico, a 1954, a cota da Região Sul, na população do Brasil, aumentou de 15,53 % para 32,29 %, enquanto a da Região Leste diminuiu de 48,40 % para 35,76 %, e a da Região Nordeste, de 30,60 % para 23,94 %. Marcaram pequenos aumentos de cotas a Região Centro-Oeste (de 2,18 % para 3,48 %) e a Região Norte (de 3,29 % para 3,53 %).

A imigração alienígena, as migrações internas e a menor mortalidade contribuíram para o incremento da população do Sul. Movimentos interiores subtraíram ao Nordeste uma parte considerável do seu incremento natural, enquanto esta Região recebia

apenas pequenos contingentes de imigrantes estrangeiros. A forte emigração dos Estados do Leste excedeu largamente a imigração estrangeira, deixando, conseqüentemente, grande saldo passivo para o conjunto da Região. As migrações interiores foram o fator principal do crescimento das populações do Centro-Oeste e do Norte.

A maior parte da população brasileira está situada fora dos quadros urbanos, embora nem sempre possa ser considerada *rural*, na acepção clássica da palavra. Mas de dois terços dos habitantes vivem em pequenos centros ou em habitações esparsas; menos de um sexto localiza-se em cidades de mais de 100.000 habitantes. As proporções dos que vivem em cidades médias e pequenas são também reduzidas, conforme revelam os dados do Censo de 1950.

Criado em 1954, pela Lei n.º 2.163, de 5 de janeiro, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização teve sua primeira diretoria empossada no mês de junho. Enfeixando atribuições que competiam a três órgãos pertencentes a outras esferas da administração pública, enfrenta o Instituto problemas complexos, que demandam esforços de coordenação. Além da implantação dos serviços, agora centralizados sob sua orientação, e da execução das tarefas que lhe foram transferidas, cuidou o Instituto de consolidar a legislação que vinha regulando os problemas da imigração e da colonização.

*Instituto Nacional de Imigração e Colonização*

No campo da colonização, o Instituto dedicou-se à revisão dos programas e métodos adotados, de forma que os ajustasse ao novo regime de trabalho. Os serviços de colonização abrangem 26 Núcleos Coloniais, sediados nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás. Postos de Colonização, em número de 6, foram encontrados em funcionamento, 4 dos quais tinham sede no Estado de Pernambuco. Estuda-se, presentemente, a instalação de novos Núcleos, em diferentes Unidades da Federação.

*Colonização*

Com o objetivo de assentar melhores diretrizes para o problema da colonização, promoveu-se, em novembro, a reunião dos Administradores dos Núcleos Coloniais, e programou-se, para este exercício, a realização do curso de especialização de agrônomos. Firmou ainda o Instituto, com a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, convênio para a pesquisa e seleção de áreas, na região, para futura instalação de Núcleos Coloniais.

Imigração  
externa

No período de 1851-1950, os imigrados do exterior para o Brasil ascenderam a cerca de 4.800.000, dos quais 1.540.000 italianos, 1.480.000 portugueses, 600.000 espanhóis, 230.000 alemães e 190.000 japoneses. Perto de três quartas partes destes imigrados — 3.400.000 — ficaram no Brasil, enquanto os demais, ou regressaram aos países de origem, ou se transferiram para outros países de imigração.

A imigração, aumentando progressivamente no curso da segunda metade do século XIX, atingiu sua maior intensidade no último decênio desse século; manteve ritmo elevado, embora inferior ao período máximo, nos três primeiros decênios do século XX, mas regrediu no quarto e, ainda mais, no quinto decênio.

Depois de 1950, a afluência de imigrantes latinos assinala aumentos. Assim, no triênio 1951-53, chegaram ao Brasil 227.000 imigrantes, dos quais 100.000 portugueses, 41.000 espanhóis e 40.000 italianos.

Encontrou o Instituto, no setor da imigração, atmosfera de desentendimento entre os órgãos então existentes. Os registros das atividades ligadas à imigração, de parte dos extintos Departamento Nacional de Imigração e Conselho de Imigração e Colonização, eram bastante precários, privando, assim, o Instituto, de fontes de informação.

Para o corrente exercício, afora as medidas tendentes à determinação da política migratória, prevê-se a entrada de 18.800 imigrantes do exterior (dos quais 3.000 especializados), que devem ser encaminhados pelo Comitê Intergovernamental para Migrações, do qual o Brasil é uma das 16 nações fundadoras.

Migrações  
internas

Apesar da falta de estatística das migrações internas, o rumo e o volume das respectivas correntes podem ser deduzidos dos elementos fornecidos pelo censo demográfico, no qual os habitantes são classificados, segundo a Unidade da Federação de nascimento, em cada Unidade de presença.

As maiores correntes migratórias internas dirigem-se para o Estado de São Paulo, o Distrito Federal e o Paraná. Os Estados do Rio de Janeiro, de Goiás e outros recebem, também, consideráveis contingentes de imigrantes de outras Unidades. A comparação dos resultados dos dois últimos censos revela a intensificação dos movimentos de migração interior entre 1940 e 1950.

A máxima corrente de emigração interior procede do Estado de Minas Gerais. Fornecem contingentes notáveis de emigrantes também os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará. Comparando-se os dois censos, ressalta a ampliação das correntes emigratórias procedentes de Minas Gerais.

Os maiores saldos ativos das migrações interiores correspondem ao Distrito Federal e aos Estados do Paraná e de São Paulo. Merece relêvo também o saldo ativo do Estado de Goiás.

O maior saldo passivo é o do Estado de Minas Gerais seguindo-se-lhe, em escala menor, o Estado da Bahia.

Os principais rumos das migrações internas são os do Nordeste e do Leste para o Sul e o Centro-Oeste; um ramo secundário é o do Nordeste para o Norte. Amplas correntes afluem às cidades em tôdas as partes do país.

No decênio precedente a 1950, a população dos quadros urbanos e suburbanos aumentou de 5.945.000, dos quais 3.150.000 procedentes do incremento natural, 52.000 de imigração exterior e 2.743.000 de migrações internas. Este último número representa a perda sofrida pela população dos quadros rurais que, embora com o incremento natural de 7.600.000, teve um aumento líquido de apenas 4.917.000, dos quais 60.000 procedentes de imigração exterior.

Estuda presentemente o Instituto o grave problema da migração rural-urbana. Apresenta-se da maior importância a fixação do imigrante rural à sua região de origem, ou àquela para onde se desloca. Faz-se mister adotar providências que favoreçam a retenção do homem, tais sejam a distribuição de terras sem utilização, mediante adequada revisão das leis que regem a propriedade privada, ao lado da assistência técnica e financeira ao imigrante.

Uma das preocupações do Instituto é a do transporte que, no passado, era proporcionado de forma nem sempre ajustada às exigências do problema. A concessão de passagens fazia-se quase sem discriminação, facultando ao trabalhador uma facilidade de movimento de que resultavam, em parte, o fluxo e o refluxo constantes da migração interna.

Celebrou o INIC com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um convênio para levantamento das estatísticas da migração interna, procurando sanar a lacuna até agora existente.

**Mão-de-obra** Está em pauta o problema da colocação de mão-de-obra, de interesse tanto do alienígena como do nacional. Procura-se dar à colocação de mão-de-obra tratamento adequado, com o objetivo de atender a solicitações imediatas da lavoura, da indústria, da prestação de serviços, tanto em instituições públicas, quanto em entidades privadas.

**REFORMA AGRÁRIA** É de inegável interesse nacional a revisão do sistema jurídico-social que disciplina as relações entre a propriedade rural e o homem do campo. Um reexame do problema agrário brasileiro, com fundamento nas estatísticas mais atualizadas, confirma a profunda desigualdade que ainda prevalece na distribuição da terra economicamente útil.

De acordo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, existiam no Brasil 2.064.527 estabelecimentos agropecuários, dos quais 1.550.720 (75%) eram explorados pelos próprios proprietários; a direção de 186.897 (9%) cabia a arrendatários; 207.795 (10%) eram dirigidos por ocupantes, e 118.045 (5%) por administradores.

Na mesma data, a população rural do país totalizava 33.161.506 pessoas. Supondo cada família constituída de cinco pessoas, consoante ficou registrado, grosso modo, para o conjunto da população, segue-se que o número de famílias radicadas nas zonas agrárias seria da ordem de 6,6 milhões. Admitindo, por outro lado, que a cada estabelecimento agropecuário correspondesse um proprietário com a respectiva família (e muitos proprietários possuem e exploram vários estabelecimentos), pode-se finalmente concluir que apenas uma terça parte das famílias rurais do país tem acesso à terra.

A proporção de duas famílias proprietárias para quase cinco sem tal condição, que se alcança com base no Recenseamento mais recente, acentua o desequilíbrio já revelado pelo Recenseamento Geral de 1940, que registrou a existência, no Brasil, de 1.904.589 estabelecimentos agropecuários para uma população rural de 28.356.133 habitantes. Verifica-se que, à época, se contavam em nosso país duas famílias rurais proprietárias de terras, para quatro não proprietárias.

Numerosa parcela daqueles prováveis proprietários rurais possui imóveis de minúsculas dimensões, de exploração presumidamente antieconômica, tendo em vista as condições dominantes

nas lides agrárias no Brasil. Os estabelecimentos de menos de cinco hectares somavam, em 1950, perto de 460.000, correspondendo a mais de uma quinta parte do total; cobriam, entretanto, somente 0,5% da área dos estabelecimentos rurais em conjunto. Em extremo oposto, as propriedades com 1.000 e mais hectares de extensão perfaziam apenas 33.000 (1,5% do número total), embora abrangessem mais de metade da área dos estabelecimentos recenseados.

A permanência, através dos anos, da grande propriedade geralmente monocultora, justapõe-se ademais a tendência para fragmentação da pequena propriedade, mais afeita à prática das lavouras de subsistência. É manifesta a fraqueza do pequeno e médio proprietário, cujos domínios se fracionam e se reduzem, gradativamente, em benefício da propriedade maior, que se reaglutina e se concentra para melhor atender às exigências do regime monocultor. Colocando em termos de comparação os dados dos Recenseamentos de 1940 e 1950, verifica-se que, enquanto os pequenos estabelecimentos (menos de cinco hectares) se reduziram de extensão, passando de 2,63 para 2,56 hectares em média, os grandes estabelecimentos (1.000 e mais hectares) cresceram de tamanho, ascendendo de 3.435 para 3.653 hectares em média. No segundo caso, é apreciável o alargamento da área coberta, em relação à área total: de 48,3% em 1940, os grandes estabelecimentos passaram em 1950 a representar 51,1% da área abrangida pelo censo. No primeiro, o fenômeno apresenta características inversas, passando os pequenos estabelecimentos a cobrir 0,5% da área total em 1950, contra 0,6% em 1940.

As conseqüências desse estado de coisas não se circunscrevem aos desníveis econômico-sociais que tornam precária a vida rural brasileira, ou à instabilidade e ao êxodo do trabalhador dos campos. Atingem, de vez, a própria economia nacional, alheada destarte do concurso da grande maioria da população, de fraca influência, como elemento de produção, ou como fator de consumo.

O pauperismo dos mercados consumidores do interior contrasta com a crescente melhoria do poder aquisitivo das massas urbanizadas, e constitui inegável entrave à expansão das atividades produtoras, tanto industriais como agropecuárias. Está o Governo atento aos diversos aspectos do problema, entendendo

que a progressiva melhoria das condições de existência dos moradores do campo é medida imperativa, que poderá decidir da própria sobrevivência da atividade agrária no país. Na ponderação das providências tendentes a obter tal desiderato, há-de colocar-se, necessariamente, a reforma da atual estrutura agrária, a que se aliam a dinamização do crédito rural, a educação e assistência aos trabalhadores do campo e a organização da produção.

*Comissão  
Nacional de  
Política  
Agrária*

A Comissão Nacional de Política Agrária orienta suas atividades com base nas "Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil". Converteu-se em lei o projeto elaborado pela Comissão que criava o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Concluiu-se, com a colaboração das classes rurais, o anteprojeto de acesso à terra própria, instrumento fundamental para implantação da reforma agrária do país, e sobre o qual se manifestou o Conselho Nacional de Economia. Além do preparo do anteprojeto de lei, que regulava a defesa dos recursos naturais renováveis, dedica-se a Comissão ao estudo de outros aspectos da vida agrária, tais como a sindicalização rural, a organização das classes rurais e os contratos agrícolas.

*Iniciativas*

O desenvolvimento da economia agrária e a melhoria do bem-estar rural merecem, de parte do Governo, atenção contínua. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil teve seu regulamento modificado, destacando-se, entre as inovações adotadas, as que facultam a concessão de empréstimos para aquisição e organização de pequena propriedade rural, e para formação de colônias agrícolas, mediante prévia aquiescência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. O Banco Nacional do Crédito Cooperativo, por seu turno, tem atuação da maior importância na prestação de assistência financeira à agropecuária e às indústrias rurais, por intermédio das cooperativas em operação.

O Banco do Nordeste do Brasil, criado pela Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, terá decisiva influência na disseminação do crédito rural. Por intermédio da Associação Nordestina de Crédito Agrícola e Rural, sociedade civil sem fins lucrativos, o Banco do Nordeste do Brasil ampliará, em extensão e profundidade, as operações de crédito rural na região compreendida no *Polígono das Sêcas*.

Instituiu-se, pela Lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954, o seguro agrário, destinado a garantir os riscos a que estão expostos os rebanhos e as colheitas. As operações de seguros agropecuários ficarão a cargo da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, devendo as respectivas bases técnicas ser fixadas pelo Instituto de Resseguros do Brasil, com aprovação do Departamento Nacional de Seguros e Capitalização.

Com o pensamento de levar aos trabalhadores do campo e às suas famílias os benefícios dos serviços sociais, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei que autoriza a União a criar o Serviço Social Rural, sob a forma de fundação, destinado à execução de suas finalidades específicas junto às populações do interior do país.

Outra medida igualmente proposta pelo Governo ao Congresso Nacional, ligada à vitalização dos meios rurais, diz respeito à criação da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, visando a facultar recursos para o povoamento e a recuperação do solo.

Aliada à política de melhoria do nível de vida rural, a colonização e a conseqüente valorização econômica dos espaços interiores ainda não integrados na civilização brasileira constituem medidas que exigem cuidados especiais. Três quartas partes do território brasileiro continuam inexploradas. Em 1950, a área dos estabelecimentos agropecuários alcançava apenas 27,61% do território pátrio, embora no decênio anterior o desbravamento de novas áreas em proveito da agropecuária tivesse alcançado ritmo animador.

*Ocupação  
dos espaços  
interiores*

Intensificou-se no período a conquista de novas glebas para a lavoura, particularmente no Norte do Paraná, na Serra dos Aimorés e no Oeste goiano. Contingentes de trabalhadores rurais deslocaram-se para aquelas regiões, ampliando as fronteiras demográficas e econômicas nacionais e, até certo ponto, corrigindo o movimento migratório rural-urbano que se acentuou em todo o país. O impulso desse povoamento, em vista da extensão das áreas por colonizar, tem limitado sentido. Malgrado o ímpeto da conquista de novas terras agrícolas, o Norte e o Centro-Oeste, que reúnem 64% da superfície do país, continuam a apresentar fraquíssima densidade (menos de um habitante por quilômetro quadrado), oferecendo promissoras perspectivas de povoamento.

Para essas regiões deve orientar-se grande parte das migrações interiores, bem como ponderável parcela das migrações

externas que demandam o Brasil. O empenho no sentido de encaminhar esses migrantes para aquelas regiões importará não só na conquista de novas áreas para a expansão da agropecuária, senão também no descongestionamento dos centros urbanos litorâneos, notadamente das grandes metrópoles, cujas condições de vida sofrem cada vez mais a pressão dos excedentes de mão-de-obra migrante, que uma estrutura industrial, ainda incipiente, não absorve completamente.

## SAÚDE

Por ter compreendido a importância dos problemas ligados à saúde do povo, a sua complexidade, a magnitude da obra já em execução ou ainda por realizar, o Governo criou, em 1953, o Ministério da Saúde, como entidade autônoma no conjunto administrativo.

Muitos dos serviços técnicos que compõem o mecanismo da nova pasta já funcionavam há longos anos, integrados no antigo Ministério da Educação e Saúde. Assim, a instalação da nova Secretaria de Estado exigiu, apenas, fôsse criado um Departamento de Administração que lhe coordenasse as atividades nos setores de Orçamento, Material, Obras, Pessoal, Transporte e Comunicações.

No seu campo específico de ação, o Ministério da Saúde veio encontrar, apesar dos programas anteriormente executados por aqueles serviços, imensa tarefa a exigir trabalho contínuo e sistemático.

*Situação  
Sanitária  
do País*

O trópico, com toda sua herança mórbida, a extensão territorial recortada em compartimentos estanques pelos obstáculos de uma geografia acidentada, a falta de meios de comunicação rápida e de transporte entre o litoral e o interior, a diversidade de climas, de ambiente social e de estágios econômicos, todos esses fatores agravam os problemas de saúde pública.

A malária está ligada ao pântano, às enchentes, à vegetação tropical. Seria quase impossível erradicá-la definitivamente sem grandes e custosas obras de engenharia sanitária, drenando vales, disciplinando cursos d'água, renovando a face de quase metade do território nacional.

A tuberculose nos centros industriais decorre dos baixos níveis de salário, deficiência de moradia e vários outros fatores de difícil remoção.

No campo, a ignorância e a pobreza ajudam a obra letal dos mosquitos, dos vermes, dos caramujos.

A solução de todos esses problemas demandaria a aplicação de recursos gigantescos. Mas a própria obra de todas essas entidades mórbidas, solapando a capacidade de trabalho dos brasileiros, contribui para empobrecer a nação e enterrar-lhe a marcha para o progresso.

Esse é o quadro da situação sanitária do Brasil, visto sem pessimismo. É preciso encará-lo, assim, realisticamente, para melhor fixar os encargos de Governo nesse setor e chamar todos os brasileiros, sensíveis aos apelos do patriotismo, à compreensão da responsabilidade que a todos assiste na obra de recuperação do povo.

Pode-se considerar, por si só, uma vitória, o conhecimento que hoje tem o Governo de todas as questões relacionadas com a saúde pública, esquematizando-as num quadro capaz de dar ao sanitarista a visão geral do problema com suas indicações de prioridade. Esse trabalho de reconhecimento já foi feito. Há, portanto, um programa traçado à atividade do Governo.

*Plano de  
ação no  
campo sani-  
tário*

Problemas há que, por sua natureza, pertencem à órbita da organização sanitária do país, de cuja eficiência depende uma solução definitiva. Outros demandarão trabalho sistemático de assistência médico-social. Entre os primeiros situam-se as grandes endemias, o saneamento básico, a formação de técnicos; no segundo grupo, estão os problemas do câncer, da lepra, das doenças mentais, da tuberculose.

A análise desse esquema revelará os pontos em que a ação do Governo já se fez sentir com plena eficiência, bem como aqueles em que é preciso revigorar a atividade dos órgãos de saúde pública e, ainda, os setores que nem sequer foram aflorados pela ação governamental.

No setor das grandes endemias, o esforço dos sanitaristas brasileiros venceu quase definitivamente três grandes batalhas. A malária foi subjugada em grandes extensões de nosso território depois do advento dos modernos inseticidas. A febre amarela subsiste apenas na sua forma silvestre, que é alvo de luta pertinaz nas regiões mais longínquas do país. A peste, completamente erradicada das grandes cidades brasileiras, manifesta-se esporadicamente em poucas localidades do Nordeste.

Também já foram enquadradas em esquemas objetivos a doença de Chagas, a esquistossomose, a filariose.

No que concerne à tuberculose, os modernos medicamentos fizeram declinar a curva de mortalidade. Entretanto, mantêm-se elevados seus índices de incidência, sobretudo entre indivíduos de 20 a 30 anos, isto é, exatamente na idade em que as energias do homem estão em plena força para o trabalho. Até o momento, a ação do Governo se tem feito sentir, em escala cada vez maior, no intuito de curar os indivíduos atacados pela tuberculose; descobrir, pelas radiografias torácicas obrigatórias, os casos precoces, prevenir o contágio pelo isolamento dos enfermos.

O mesmo poderia ser dito em relação à lepra. Embora pertinazmente combatido pelos órgãos de saúde pública, quando se apresenta em estado agudo, o mal de Hansen tem-se alastrado, infelizmente, de ano para ano; e dos casos novos que se registram nos ambulatórios, 50% e mesmo 70% são contagiantes. Até há poucos anos, a profilaxia da lepra não conhecia alternativa além do internamento dos enfermos, solução de custo superior aos recursos disponíveis. Modernamente, o advento das sulfonas, permitindo esterilizar os casos contagiantes, veio abrir novos caminhos à luta contra essa doença. Os sanitaristas brasileiros acompanharam o progresso da ciência, norteando a ação de Governo para o incremento da ação dispensarial dinâmica. No momento, a preocupação máxima é a formação de técnicos para a aplicação dos novos processos de tratamento, dos quais se esperam resultados decisivos.

De solução igualmente demorada é o problema da sífilis e das doenças venéreas, apesar do progresso realizado nos últimos anos, principalmente pela difusão das práticas higiênicas e dos modernos antibióticos.

Também ainda não atingiram a plenitude que seria de desejar as campanhas em curso para a erradicação da verminose, do tracoma, da boubá, do bócio endêmico, da hidatidose, das doenças de carência e da leishmaniose, males que grassam endemicamente em algumas regiões. No esquema dessas campanhas, figuram iniciativas ligadas ao saneamento básico dos pequenos núcleos populacionais do interior e à prestação de assistência médico-hospitalar a seu habitantes.

Os problemas gerais de saúde pública têm determinado intensiva ação do Governo na formação de técnicos. O Departamento Nacional de Saúde mantém cursos de especialização, dis-

tribuindo bôlsas de estudos a profissionais de todos os Estados, renovando assim, constantemente, os quadros de pessoal e melhorando cada vez mais a qualidade dos serviços de saúde pública no país.

Problemas que, por sua própria natureza, são de caráter permanente, tais como o do câncer, o das doenças mentais, o da proteção à maternidade, e da assistência à infância, o da higiene do trabalho, constituem outros tantos capítulos da ação do Governo em matéria de saúde pública, entregues, que estão, a órgãos especializados, cujos esforços vão sendo coroados de êxitos animadores.

Encerrando estas considerações sobre os problemas sanitários do país, cumpre observar que as atividades a eles ligadas, se não correspondem, ainda, à soma das necessidades, ultrapassam, entretanto, até certo limite, aquilo que seria lícito exigir dos recursos nacionais.

Ao enumerar os fatos e as atividades relativos à saúde pública, no ano de 1954, cumpre assinalar a promulgação da Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954, que fixou as normas gerais de defesa e proteção e determinou a elaboração do Código Nacional de Saúde.

Por outro lado, é interessante ressaltar a consolidação e ampliação de compromissos internacionais assumidos pelo nosso país, do que é exemplo a ação conjunta do Departamento Nacional de Saúde, da Repartição Sanitária Panamericana e da Organização Mundial de Saúde.

Os técnicos brasileiros continuaram a emprestar real destaque à posição do Brasil aos Congressos internacionais, merecendo relêvo a ação dos nossos representantes na Sétima Assembléia Mundial de Saúde, realizada em Genebra.

Cabe, a seguir, um resumo das atividades dos vários órgãos de saúde pública no ano de 1954.

A Campanha contra a tuberculose, instituída em 1946, desenvolve-se, atendendo a um quádruplo aspecto: assistência sanatorial crescente, trabalho dispensarial dinâmico, formação de pessoal e prática da vacinação BCG, em quantidade e extensão ampliada. Tuberculose

Entretanto, as condições epidemiológicas, ditadas em parte pelas peculiaridades econômico-sociais do país, estão a exigir mais, dada a magnitude do problema. Os coeficientes de morta-

lidade por tuberculose baixaram, em 1953, de 68% em relação aos registrados em 1946, mas ainda continuam altos em relação a outros países.

O arsenal terapêutico contra a tuberculose, de alguns anos a esta parte, tem-se mostrado eficaz, de modo que afeta benéficamente as estatísticas de mortalidade específica. Já o mesmo não se poderá dizer dos índices da moléstia hoje identificada pelo diagnóstico precoce, os quais não sofreram modificações em nosso meio.

Na moderna luta contra a tuberculose cabe ao dispensário papel relevante, razão pela qual o Governo vem procurando ampliar ao máximo a rede desses estabelecimentos.

Em estudos, em trabalhos de locação ou de outras exigências técnicas há ainda uma série de sanatórios, pavilhões e obras em geral que se devem próximamente iniciar em vários pontos do país.

#### Lepra

Os progressos científicos no campo da terapêutica da lepra, com o advento da sulfonaterapia, traçaram novos rumos e normas à profilaxia dessa doença, transferindo para as atividades dispensariais dinâmicas, ou equivalentes, a quase totalidade das atribuições da campanha contra o mal. Uma vez comprovada a eficácia da sulfona, que consegue neutralizar número considerável de casos contagiantes e impedir a lepromatização da quase totalidade dos incipientes, fica evidenciado que, por todos os motivos, o caminho mais certo para combater a endemia é o reconhecimento precoce da moléstia.

Esse caminho é, aliás, o que mais convém às condições peculiares à campanha no Brasil, pois que o internamento compulsório de todos os casos contagiantes representaria ônus superior às nossas possibilidades.

É óbvio que a substituição das antigas normas de profilaxia não poderá ser feita em curto prazo, mas paulatinamente, à medida que se ampliar a rede dispensarial, bem como o número, ainda restrito, de técnicos e auxiliares especializados.

Até recentemente, o Governo exercia, em relação à lepra ação normativa de suplência às organizações estaduais. Auxílios, em natureza e espécie, eram fornecidos aos Estados, aos quais incumbia utilizá-los, de acôrdo com seus próprios planos, no combate ao mal de Hansen. A experiência demonstrou, entretanto, que, em certos casos, deveria a União assumir a responsa-

bilidade da ação executiva direta, o que tem sido feito, nos últimos anos, através de acórdos com os Estados.

Até o momento, segundo as estatísticas, o conhecimento de novos casos de lepra tem resultado, numa proporção de 70% da apresentação espontânea dos doentes já em fase mais ou menos adiantada da moléstia. Isso demonstra o quanto estamos longe de objetivo ideal da campanha antileprótica, qual seja o descobrimento dos casos incipientes pelo próprio Serviço, através de pesquisa intensiva nas coletividades expostas ao contágio. Esta será a causa principal da gravidade da endemia em várias regiões brasileiras, onde se mantém em elevação o nível de incidência da lepra.

Em 1954, além de subvencionar, na medida do possível, os serviços estaduais de combate à lepra, o Governo despendeu apreciáveis somas na construção e manutenção de leprosários, preventórios e dispensários.

A peste é um problema de medicina colonial, ainda presente em certos meios rurais tradicionais e que atinge mais de 200 municípios nos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia e Minas Gerais, numa área endêmica de grande extensão e de periculosidade potencial. Entretanto, os novos recursos da técnica e métodos de trabalho condizentes com o meio tornaram controlável a endemia, possibilitando a prevenção de surtos.

Peste

Sua erradicação total constitui, entretanto, problema complexo, em vista do baixo nível econômico-social das populações.

Toda a área endêmica, coberta por unidades de trabalho, e as cidades do sul do país, atualmente livres da doença, são mantidas em regime de vigiância.

Paralelamente a essas atividades, o Serviço Nacional de Peste desenvolve um programa de estudos e pesquisas, que visem à conquista de novos métodos de tratamento, imunização e diagnóstico.

Graças ao aumento das dotações para combate à Peste, o Ministério da Saúde conta hoje com uma organização efetiva, na qual se inclui o preparo de pessoal especializado para trabalhos de campo e de laboratório.

No capítulo relativo ao câncer, cumpre assinalar a ressonância da campanha educativa sobre diagnóstico precoce. Essa campanha teve profunda repercussão na consciência popular, le-

Câncer

vando milhares de pessoas que se julgavam atacadas pelo mal implacável a procurar as clínicas especializadas de diagnóstico e tratamento. Resulta em grande parte desse fator psicológico a estatística do movimento registrado nos serviços mantidos pelo Governo Federal: 4.143 doentes registrados, com 11.247 consultas e 720 biopsias. Em entermarias cirúrgicas foram internados 678 doentes, praticando-se 625 operações. O laboratório de anatomia patológica efetuou 3.439 exames, elevando-se a 1.228 as aplicações de radium e a 22.039 as de Roentgen.

Atento à gravidade do problema, o Governo Federal vem executando um programa de auxílio financeiro às entidades públicas e particulares que se dedicam à luta contra o câncer nos Estados.

Dando maior amplitude a esse programa, foram assinados, em dezembro de 1954, acórdos com vários Estados para distribuição do crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00; tais acórdos contemplando 28 entidades, visam, principalmente, à aquisição de equipamento hospitalar, aparelhagem de roentgenterapia e radio-diagnóstico, radium e instrumental médico-cirúrgico.

#### Doenças mentais

A assistência aos psicopatas ainda não atingiu a amplitude necessária, embora o esforço do Governo nesse setor se desenvolva cada ano em novas atividades, aproveitando no máximo os recursos de que dispõe. Com o intuito de ampliar a rede de assistência, a União adotou a praxe de subvencionar os serviços especializados existentes nos Estados. Esses auxílios atingiram em 1954, o total de Cr\$ 10.000.000,00.

No âmbito de sua ação direta, o Serviço Nacional de Doenças Mentais procurou ampliar suas tarefas, estando em curso, no momento, obras que permitirão alargar a capacidade assistencial de seus hospitais e ambulatórios. Entre essas obras, deve ressaltar-se a nova sede do Instituto de Psiquiatria, cuja inauguração, prevista para os próximos meses, representará um aumento considerável de leitos para psicopatas.

#### Febre amarela

Se, na sua forma urbana, a febre amarela constitui, hoje, mero problema de vigilância sanitária, pela erradicação quase total do «*Aedes aegypti*» do território brasileiro, o mesmo não se poderá dizer da modalidade silvestre, cujos surtos, embora esporádicos, são responsáveis pelo sacrificio de milhares de vidas e mantém em sobressalto as populações rurais de vastas regiões.

Eis por que, paralelamente à luta contra o transmissor da doença nos centros populosos, o Ministério da Saúde programou um trabalho sistemático de imunização das zonas rurais, o qual está sendo realizado nos mais longínquos rincões do interior, abrangendo tôdas as localidades em que já se tenham registrado casos de febre amarela silvestre.

A eficiência comprovada da vacinação permitiu o estabelecimento de um plano de cobertura imunizante, que irá atingir também as áreas até hoje poupadas pela endemia e cujo objeto é o de preservar a vida e a saúde daqueles que, à procura de trabalho, integram as correntes migratórias internas.

Em 1954, os postos fixos de vacinação e as unidades volantes cobriram 370 municípios, distribuídos, praticamente, por todos os Estados da União, elevando-se a 3.732.460 — cêrca de 7,4% da população nacional — o número de pessoas imunizadas.

É digno de registro o fato de se não ter verificado, nesse ano, nenhum surto de febre amarela silvestre.

Paralelamente ao programa de imunização em larga escala, desenvolveram-se em ritmo crescente os trabalhos de profilaxia.

Herdeiros da tradição de Oswaldo Cruz, os sanitaristas brasileiros desfrutam de alto conceito mundial, sendo chamados a organizar e superintender campanhas profiláticas em outros países. Por outro lado, o Serviço Nacional de Febre Amarela proporciona a técnicos estrangeiros estágios de especialização, completando assim o programa de cooperação internacional na luta contra a febre amarela.

Mercê da grande campanha nacional desenvolvida pelo Governo a partir de 1945, a malária já não representa nas estatísticas o pêso alarmante de há alguns anos, quando significava o sacrifício de milhões de brasileiros e a incapacidade física e econômica de outros tantos.

Malária

Isso não quer dizer, entretanto, que o problema esteja definitivamente resolvido, pois a luta antimalárica repousa essencialmente na continuidade das medidas de profilaxia, sob pena de se inutilizar todo o esforço anterior.

Foi aumentada em 1954 a zona de proteção, sendo incluídas áreas não cobertas anteriormente. Limitado a seis meses o período de eficiência da aplicação do D.D.T., é evidente que a luta contra

a malária exige recursos cada vez maiores, até que tôdas as regiões sujeitas à endemia sejam cobertas com a aspersão domiciliar de inseticida.

O combate à malária foi executado em todo o território nacional exclusivamente pela União, através de convênios assinados com os Estados. Os planos de valorização da Amazônia e do Vale do São Francisco também incluem recursos destinados a essa luta vital para o país.

Para contrôlo da situação epidemiológica das áreas trabalhadas, realizaram-se, em 1954, inquéritos especiais em 122 localidades e 60 municípios, abrangendo os Estados do Amazonas, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Território do Acre.

Foram tratadas com D.D.T. 2.176.920 casas, distribuídas por 39.112 localidades de 759 municípios de todos os Estados e Territórios. A área interna dedetizada soma 376.058.433 metros quadrados, sendo gastos nesse trabalho 17.677.437 litros de inseticidas.

No campo da engenharia sanitária antimalárica, a par de obras de menor vulto, cumpre ressaltar a de recuperação do dique de Belém, incluindo a colocação de 12 comportas de 48 polegadas de diâmetro, limpeza de 72.977 metros de igarapés e de 72.890 metros de vales revestidos, e, ainda, atêrro e alargamento do dique.

A assistência medicamentosa aos maleitosos foi feita através de 23.176 postos de distribuição espalhados pelo interior dos Estados e Territórios.

Merece registro a ausência total de casos de malária no Distrito Federal, onde, ainda há um decênio, ocorriam 6 a 7 mil casos anualmente.

Esquistos-  
somoze

As proporções tomadas pela esquistossomoze, cuja área de incidência hoje se estende de norte a sul, levaram o Governo a lançar, em 1954, uma Campanha Nacional, cujas dotações permitiram a intensificação dos trabalhos de profilaxia.

Pode afirmar-se, sem exagero, que o Brasil ocupa a vanguarda dos países que lutam com o mesmo problema, tendo conseguido soluções, se não definitivas, pelo menos altamente promissoras em grande área de seu território.

Infelizmente ainda se não conhece um produto capaz de erradicar, em quaisquer condições, os moluscos hospedeiros que se fazem agentes dessa helmintose, nem um medicamento específico

para seu tratamento. É fora de dúvida, entretanto, que um dos esteios do combate a essa endemia é o chamado saneamento básico. Por esse motivo foi este incluído no programa da Campanha. Das 27 obras de abastecimento d'água planejadas e executadas, 11 já se encontram concluídas, nas seguintes localidades: Pacoti (Ceará), Touros (Rio Grande do Norte), Pilões do Maia (Paraíba), São Lourenço da Mata (Pernambuco), Tanque Dasca, Canudos e Pôrto Calvo (Alagoas), Siriri e São José da Caatinga (Sergipe), Mata de São João (Bahia), Carai (Minas).

Essas obras foram realizadas com a cooperação financeira de Prefeituras, Estados e, em alguns casos, com recursos fornecidos pela Comissão do Vale do São Francisco.

O tracoma, responsável pela cegueira de milhares de brasileiros, vem merecendo atenção especial. O combate à endemia tracomatosa prosseguiu, em 1954, através de 38 postos localizados em vários pontos do país.

Tracoma

A campanha contra o tracoma, em 1954, apresentou os seguintes dados de produção: comparecimentos para 1.º exame: 80.416; casos confirmados de tracoma: 19.266; de outras afecções oculares: 28.979; total de comparecimentos aos postos: 629.761; casos de tracoma clinicamente curados: 2.514; comprimidos de sulfá ministrados: 568.630; instilações de colírios e curativos: 8.220; pequenas intervenções cirúrgicas: 1.613; visitas de educadoras sanitárias: 32.738.

A boubu continuou a ser combatida sob a forma de campanha, prosseguindo os trabalhos de acôrdo com o plano dos anos anteriores: unidades estáticas e móveis, no regime de postos e vários subpostos localizados na área de maior incidência endêmica.

Boubu

O combate à sífilis e doenças venéreas continua a ser feito em trabalho de cooperação com os Estados e Territórios, apresentando resultados satisfatórios.

Sífilis

Prosseguiu a campanha contra as febres tifóides e disenterias, com a prestação de assistência técnica e material às repartições estaduais de saúde, que as solicitaram, através da manutenção de pessoal especializado, fornecimento de produtos imunizantes, material de instalação e medicamentos específicos.

Febres tifóides

Para a vacinação sistemática nos Estados foram fornecidas 300.000 doses de vacinas antitíficas e com finalidade curativa 82.630 cápsulas de derivados de clorofenicol.

#### Leishmaniose

Com o aparecimento de casos de leishmaniose visceral no Estado do Ceará, verificados em fins de 1953, surgiu a necessidade de um combate sistemático a essa moléstia. Os trabalhos que se vêm desenvolvendo nos Estados do Ceará e Bahia foram intensificados em 1954.

No Ceará, onde já foram reconhecidos 415 casos, além da medicação específica e internamento dos doentes, procedeu-se à dedetização de 27.282 prédios em 1.016 localidades. Para internamento dos doentes foram instaladas quatro enfermarias, distribuídas por Sobral, Ipu, Viçosa e Fortaleza. Ao mesmo tempo, foram intensificadas as tarefas dos laboratórios instalados em Sobral e Fortaleza, para diagnóstico, estudo, pesquisa e controle do trabalho de campo.

#### Helminthoses

Tendo sido reservado para a esquistossomose capítulo especial, vejamos agora o que se tem feito no tocante a outras helmintoses.

A campanha contra a ancilostomose realizou-se através de treze postos de profilaxia localizados em Vigia (Pará), Codó (Maranhão), Parnaíba (Piauí), Crato (Ceará), Ceará-Mirim (Rio Grande do Norte), Saubara e Candeias (Bahia), Governador Santos Neves (Espírito Santo), Inhomirim (Estado do Rio), Jacarézinho (Paraná), Trindade (Santa Catarina), Teófilo Otoni (Minas Gerais), Ceres e Rialmo (Goiás).

A campanha contra a hidatidose desenvolveu-se através de quatro equipes volantes, sediadas 3 no Rio Grande do Sul (Livramento, Pelotas e Bagê) e 1 em Santa Catarina (Lages). Como parte deste programa funcionou um Centro de Pesquisas para o preparo de reação de Casoni, em Pelotas.

Na ancilostomose, as estatísticas acusaram o seguinte resultado: 35.716 pessoas recensadas; 6.739 casas cadastradas; 36.752 exames realizados; 52.453 medicações ministradas e 267 fossas construídas.

#### Doença de Chagas

Estudos realizados demonstraram que o combate à doença de Chagas poderia ser feito por meio de inseticidas, uma vez que os outros processos de combate a essa enfermidade são no momento impraticáveis.

O trabalho profilático, que se vem realizando, repousa em três pontos essenciais: inquéritos para conhecimento da localização geográfica dos triatomíneos domiciliares; inquéritos para levantamento da distribuição e prevalência da doença de Chagas pela reação e fixação do complemento e traçados eletrocardiográficos; destruição dos triatomíneos transmissores pela aplicação de inseticidas de ação residual.

Em 1954, realizaram-se inquéritos para levantamento de triatomíneos domiciliares em 3.782 localidades de 123 municípios brasileiros. Inspeccionaram-se nesse trabalho 34.202 casas, em 3.797 das quais foram encontrados os transmissores da doença. De 10.645 destes, que foram examinados, 1.795 estavam infectados pelo agente causador da moléstia.

O expurgo com inseticidas, até novembro, foi feito em 109.163 casas, de 1.808 localidades de 66 municípios de vários Estados.

O combate à filariose assumiu características de campanha, após inquéritos feitos em 1951. A partir desta data os inquéritos já atingiram os Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e os Territórios do Acre, Guaporé, Amapá e Rio Branco. Em 1954 foram realizados 83 inquéritos hemoscópicos, com o exame de 93.461 lâminas. Foram promovidos 12 inquéritos entomológicos e medicadas 1.001 pessoas, sendo distribuídos 42.776 comprimidos de Hetrazan.

Filariose

Em algumas cidades brasileiras, as picadas produzidas por escorpiões constituem verdadeiro problema de saúde pública. Entre elas destaca-se Belo Horizonte, onde o número de acidentes anuais por picadas de escorpiões atingia a cifra de milhares. A espécie existente nessa cidade — *Tyctius serrulatus* — de peçonha muito tóxica, determinava vários óbitos anuais de crianças.

Escorpionismo

No ano de 1954 foram tratadas, em Belo Horizonte, 51.794 casas e 60.916 terrenos.

Cumprir notar que iniciado o trabalho em 1951, ano em que ocorreram 1.008 picadas por escorpiões, em 1954 esse número baixou para 37.

Por força da Lei n.º 1.944-53, vem-se promovendo a delimitação das áreas bocígenas do país. Os trabalhos tiveram início

Bócio endêmico

em fins de dezembro de 1953 e durante o ano de 1954 foram realizados inquéritos em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás.

*Instituto Oswaldo Cruz*

Órgão dedicado a pesquisas científicas que se incorporam ao acervo cultural da humanidade, o Instituto Oswaldo Cruz não pode apresentar, em seu setor técnico, relatórios limitados às fronteiras de um exercício, com a discriminação metódica de suas atividades.

Entretanto, a par das suas realizações puramente científicas, importa assinalar, no Instituto, a reorganização dos Biotérios, das oficinas, dos serviços de conservação e do setor de transportes; a expansão e reequipamento da Biblioteca; a atualização do programa do Curso de Aplicação; o reequipamento dos laboratórios; a melhoria das condições técnicas de trabalho em vários setores de preparação de produtos biológicos.

Entrará em funcionamento nos primeiros meses do ano em curso o novo hospital para investigações clínicas, cujas obras se acham praticamente concluídas.

No setor de preparação de produtos biológicos, registraram-se, em 1954, os seguintes índices :

Vacina antimalárica .....	11.661.600	doses distribuídas
Vacina antivariólica .....	1.958.628	doses fornecidas
Vacina antitífica-parasítica .....	801.000	doses fornecidas
Vacina antioqueluche diftérica ..	10.890	doses fornecidas

Se estimarmos em Cr\$ 14,00, Cr\$ 10,00, Cr\$ 5,00 e Cr\$ 20,00, respectivamente, o preço da dose das vacinas anti-amarílica, antitífica, antivariólica e antigripal, teremos a importância de Cr\$ 181.477.840,00 como valor da produção acima enumerada. Essa importância ultrapassa quatro vezes a verba de Cr\$ 49.924.160,00 total da dotação consignada ao Instituto pelo Orçamento do ano findo.

No setor da preparação de pessoal técnico, concluíram a segunda parte do Curso de Bacteriologia, Imunologia e Parasitologia mantido pelo Instituto, doze especialistas.

*Saúde dos Portos*

As atividades profiláticas e assistenciais dentro do território nacional não surtiriam efeito sem uma constante vigilância no sentido de evitar o assalto de novos surtos epidêmicos provocados por agentes vindos de outras terras.

Essa vigilância está a cargo do Serviço de Saúde dos Portos, que mantém inspetorias nos principais portos marítimos, aeroportos e portos fluviais do Brasil.

Novas inspetorias serão instaladas em futuro próximo nas cidades de São Luís do Maranhão, Angra dos Reis, Vitória, Ilhéus, Cabedelo, Cabo Frio e Rio Branco.

Com verbas do Plano SALTE, disponíveis em 1954, num total de Cr\$ 1.213.699,20, foi melhorado o equipamento destinado à fiscalização sanitária de portos e aeroportos, tendo sido adquiridas duas lanchas para as inspetorias de Manaus e Belém.

Cabe, ainda, ao Serviço de Saúde dos Portos, o controle médico dos imigrantes, filtro que garante ao país a entrada de elemento humano sadio e válido.

No ano de 1954, foram inspecionados 5.019 aviões, 6.962 navios e 5.825 embarcações, das quais 234 foram expurgadas. O número de passageiros vacinados elevou-se a 24.377.

Ao considerar o conjunto de atividades do Departamento Nacional da Criança, deve-se ter presente que suas atividades não se limitam ao âmbito do Distrito Federal, mas assumem maior importância quando projetadas nos Estados, quer pela ação direta, quer pela cooperação técnica e financeira com os órgãos locais de assistência à infância. Essa cooperação se realiza não só no campo propriamente da assistência, mas, ainda, na orientação do planejamento administrativo de creches e hospitais infantis, e no estudo de projetos submetidos à apreciação do Departamento.

Através de sua Divisão de Cooperação Financeira, subvencionou, com recursos que atingiram Cr\$ 60.000.000,00, um total de 887 instituições assim discriminadas: 229 maternidades, autônomas e anexas; 361 postos de puericultura; 84 creches e jardins de infância; 45 hospitais de crianças e enfermarias de puericultura; 64 educandários; 98 obras de proteção à maternidade e à infância. Convém notar que, dessas obras, foram inaugurados, em 1954, 10 postos de puericultura, 7 maternidades, 1 hospital para crianças e 3 creches.

Obra de grande alcance em vias de realização pelo Departamento é a instalação de fábricas de leite em pó para distribuição gratuita à infância pobre. Esse empreendimento será concretizado ainda este ano, devendo ressaltar-se a colaboração do FISI, da FAO, e do Ministério da Agricultura.

*Proteção à  
Maternidade  
e à Infância*

O Serviço de Estatística vem realizando trabalho valioso, destacando-se, em 1954, os inquéritos epidemiológicos em Fortaleza e em São Luis do Maranhão e os inquéritos sôbre o coeficiente de mortalidade infantil nas mesmas cidades. Pesquisas sôbre mortalidade infantil foram também realizadas, com base em métodos modernos, e abrangendo um período de seis anos, nos seguintes municípios do Rio Grande do Norte: Santa Cruz, Taipu, Ceará-Mirim, Acari, Parelhas, Caicó, São Paulo do Potengi, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas e Florânia.

É de justiça evidenciar, ainda, a obra realizada pelo Instituto Fernandes Figueira que, além de sua atividade pioneira no desenvolvimento da pediatria no Brasil, mantém no Distrito Federal um hospital-modêlo, ambulatórios, uma agência de serviço social e um centro de orientação. Para aquilatar da soma de trabalho desenvolvido pelo Instituto em 1954, bastam êstes dados estatísticos: matricularam-se no ambulatório 43.459 crianças, sendo atendidas 51.111; registrou-se um total de 75.169 consultas, assim distribuídas: clínica médica, 36.894; dermatologia, 4.585; oftalmologia, 789; odontopediatria, 3.037; higiene infantil, 17.642; doenças infecto-contagiosas, 4.742; otorrino, 3.334; cirurgia, 3.424; neuro-psiQUIIATRIA, 722.

Órgão supervisor das atividades ligadas à Puericultura, em todo o país, o Departamento Nacional da Criança tem a seu cargo a formação de técnicos e pessoal auxiliar. Em 1954, foram realizados cinco cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, sendo três no Distrito Federal, um em Salvador e um em Belo Horizonte.

*Organização  
Sanitária*

O Ministério da Saúde vem prestando ampla cooperação aos serviços de Saúde Pública dos Estados, no que se refere aos problemas de organização sanitária. No ano de 1954, deu sua contribuição financeira para a remuneração de professores de escolas de enfermagem, bem como promoveu a distribuição de 83 bôlsas de estudo, e o contrôle dietético de cerca de 200 educandários de várias regiões do país.

Foram celebrados convênios para a construção de Postos de Saúde nas seguintes localidades: Coari e São Paulo de Olivença, no Amazonas; Arari e São Francisco, no Maranhão; Parnaíba e Barras, no Piauí; Acarape, Capistrano, Iracema, Campos Sales e Sobral, no Ceará; Angicos e Serra Caiada, no Rio Grande do Norte; Piancó, Santa Rita e Tabaiana, na Paraíba; Araripina,

Brejo da Madre de Deus, Tabir e Afogados das Ingazeiras, em Pernambuco; Paulo Jacinto, Limoeiro de Anadia, Major Izidoro e Mata Grande, em Alagoas; Cristianópolis e Frei Paulo, em Sergipe; Buracica, Paramirim, Seabra e Buerarema, na Bahia; Ibirassu, Serra e Linhares, no Espírito Santo; Barão de Jupuranã, Guissamã e Santa Isabel do Rio Preto, no Estado do Rio; Maringá, Nova Esperança e Apucarana, no Paraná; Brusque, Sombrio e Braço do Norte, em Santa Catarina; Soledade, Quaraí e São Jerônimo, no Rio Grande do Sul; Carrancas e Extrema, em Minas Gerais; Poconé e Rondonó, em Mato Grosso; Santa Cruz de Goiás e Vianópolis, em Goiás.

O Serviço Especial de Saúde Pública vem realizando uma obra de assistência médica e sanitária às populações do interior do país, quer diretamente, quer através de convênios com outros órgãos do Governo Federal e de Governos estaduais e municipais.

*Saneamento  
básico*

Além dos convênios em vigor com a Comissão do Vale do São Francisco e com os Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, outros foram assinados em 1954.

Entre eles, deve-se pôr em relevo o convênio firmado com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e que incorporará àquela entidade os trabalhos de saúde pública executados pelo SESP no Vale Amazônico, a partir de 1942, e que vão desde a assistência às populações ribeirinhas até as grandes obras de engenharia sanitária, como o abastecimento d'água de Manaus e o dique de Belém.

Outro convênio de significação especial foi assinado com o Estado do Ceará, incluindo a criação de um serviço de engenharia sanitária estadual, capaz de propiciar às municipalidades cearenses assistência de elevado padrão.

O SESP administra, diretamente oito hospitais sediados em Breves e Santarém (Pará); Bocaiuva, Pirapora e Januária (Minas Gerais); Juazeiro e Barra (Bahia); Alagoa Grande (Paraíba), somando 223 leitos. Além disso, favorece com subvenções e assistência técnica os hospitais de Bom Jesus da Lapa, Itabuna e Vitória da Conquista (Bahia), Colatina (Espírito Santo), Penedo (Alagoas), Propriá (Sergipe) e Petrolina (Pernambuco), num total de 278 leitos.

*Unidades  
sanitárias*

Dos hospitais acima mencionados, os de Barra, Penedo, Propriá e Januária foram inaugurados em 1954.

Mantém, ainda, o SESP, 83 postos e 33 subpostos de saúde, nos Estados com que firmou convênios, e assim distribuídos: Amazonas, 8 postos e 8 subpostos; Pará, 20 postos e 25 subpostos; Paraíba, 4 postos; Pernambuco, 8 postos; Alagoas, 6 postos; Sergipe, 5 postos; Bahia, 19 postos, sendo 5 em cooperação com a Secretaria de Saúde; Minas Gerais, 18, dos quais 3 em cooperação com a Secretaria de Saúde; Espírito Santo, 4.

Assistência  
médica

A assistência médica ministrada pelo SESP tem como primeira etapa obrigatória os ambulatórios de suas unidades sanitárias. Quando o caso exige, o doente é pôsto em observação em estabelecimento hospitalar.

Essa primeira etapa é de fundamental importância, uma vez que, pela precocidade de diagnóstico e de terapêutica que proporciona permite a pronta recuperação do doente e torna menor a demanda hospitalar.

Educação  
sanitária

Complementando a ação assistencial, o SESP realiza amplo trabalho de educação sanitária, compreendendo cursos para gestantes, para mães e parteiras, palestras e projeções cinematográficas.

Higiene ma-  
terno-infantil

Em colaboração com o Departamento Nacional da Criança e o Fundo Internacional de Socorro à Infância, o SESP desenvolve, também, largo programa de proteção à maternidade e à infância.

A assistência ao parto e ao puerpério é feita em hospitais ou a domicílio. Para complementar e, quando necessário, substituir a ação do médico, o SESP ministra cursos de treinamento às parteiras locais, habilitando-as, assim, para um melhor trabalho domiciliar.

Além disso, enfermeiros e assistentes sociais visitam periodicamente os pais com o propósito de acompanhar os tratamentos prescritos às crianças, prestando-lhes permanente assistência educativa.

Higiene  
industrial

Foi inaugurado em 30 de janeiro de 1954, em Niterói, o Laboratório de Higiene Industrial da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado, equipado pelo SESP, com a finalidade de proceder a inquéritos sôbre as condições sanitárias dos estabelecimen-

tos industriais fluminenses, orientando os patrões nas questões ligadas à higiene do trabalho.

A fim de melhorar o padrão da assistência médico-social nos Estados e Territórios, o Ministério da Saúde distribuiu, através da Divisão de Organização Hospitalar, os auxílios previstos no Fundo de Assistência Hospitalar, os quais, em 1954, foram calculados à base de Cr\$ 1.000,00 por leito gratuito, num total de 72.500 leitos. Foram contemplados hospitais de 20 Estados, 2 Territórios e Distrito Federal.

*Fundo de  
Assistência  
Hospitalar*

Além desses auxílios que atingiram um total de ..... Cr\$ 72.500.000,00, foram despendidos Cr\$ 76.000.000,00 em obras e equipamento de hospitais em todas as unidades da Federação. Graças a essa contribuição que beneficiou 356 instituições, foi possível o prosseguimento dos hospitais atualmente em construção nos Estados de Minas Gerais e de Mato Grosso para tratamento do pênfigo foliáceo, bem como a conclusão do hospital regional de Ilheus e da clínica especializada do Hospital de Cirurgia de Aracaju.

A assistência a mutilados e aos portadores de deficiências físicas absorveu Cr\$ 12.000.000,00, dos quais Cr\$ 6.807.890,00 foram aplicados na aquisição de aparelhos ortopédicos. No sentido de evitar a vinda dos pacientes para o Distrito Federal, o Ministério da Saúde instituiu a praxe dos convênios com os Estados que, mercê da cooperação financeira e técnica da União, estarão em condições de prestar assistência aos que dela necessitem.

Merecem referência à parte os trabalhos de educação sanitária desenvolvidos através da radiodifusão, do cinema e da divulgação de tópicos de saúde (preceitos do dia). Foram irradiados 443 programas, feitas 3.146 projeções de filmes e distribuídos 4.816.540 tópicos de saúde, publicados na imprensa de todo o país e transmitidos em programas radiofônicos.

*Educação  
sanitária*

Um programa de educação sanitária de âmbito nacional só será possível com recursos financeiros suficientes, que permitam auxílio direto aos órgãos estaduais de saúde.

Dentro dessa orientação, sem embargo das dificuldades financeiras do país, o Governo pretende incentivar as atividades de educação sanitária, dada a sua importância no quadro geral dos problemas de saúde pública.

tos industriais fluminenses, orientando os patrões nas questões ligadas à higiene do trabalho.

A fim de melhorar o padrão da assistência médico-social nos Estados e Territórios, o Ministério da Saúde distribuiu, através da Divisão de Organização Hospitalar, os auxílios previstos no Fundo de Assistência Hospitalar, os quais, em 1954, foram calculados à base de Cr\$ 1.000,00 por leito gratuito, num total de 72.500 leitos. Foram contemplados hospitais de 20 Estados, 2 Territórios e Distrito Federal.

*Fundo de  
Assistência  
Hospitalar*

Além desses auxílios que atingiram um total de ..... Cr\$ 72.500.000,00, foram despendidos Cr\$ 76.000.000,00 em obras e equipamento de hospitais em tôdas as unidades da Federação. Graças a essa contribuição que beneficiou 356 instituições, foi possível o prosseguimento dos hospitais atualmente em construção nos Estados de Minas Gerais e de Mato Grosso para tratamento do pênfigo foliáceo, bem como a conclusão do hospital regional de Ilheus e da clínica especializada do Hospital de Cirurgia de Aracaju.

A assistência a mutilados e aos portadores de deficiências físicas absorveu Cr\$ 12.000.000,00, dos quais Cr\$ 6.807.890,00 foram aplicados na aquisição de aparelhos ortopédicos. No sentido de evitar a vinda dos pacientes para o Distrito Federal, o Ministério da Saúde instituiu a praxe dos convênios com os Estados que, mercê da cooperação financeira e técnica da União, estarão em condições de prestar assistência aos que dela necessitem.

Merecem referência à parte os trabalhos de educação sanitária desenvolvidos através da radiodifusão, do cinema e da divulgação de tópicos de saúde (preceitos do dia). Foram irradiados 443 programas, feitas 3.146 projeções de filmes e distribuídos 4.816.540 tópicos de saúde, publicados na imprensa de todo o país e transmitidos em programas radiofônicos.

*Educação  
sanitária*

Um programa de educação sanitária de âmbito nacional só será possível com recursos financeiros suficientes, que permitam auxílio direto aos órgãos estaduais de saúde.

Dentro dessa orientação, sem embargo das dificuldades financeiras do país, o Governo pretende incentivar as atividades de educação sanitária, dada a sua importância no quadro geral dos problemas de saúde pública.

puericultores e enfermeiros, bem como de especialização e aperfeiçoamento em vários setores da medicina e da saúde pública.

Se considerarmos que tais cursos são freqüentados por médicos e funcionários dos órgãos estaduais de saúde pública, aos quais o Governo Federal fornece bolsas de estudo, não será otimismo infundado esperar que, dentro de poucos anos, seus resultados se façam sentir na qualidade dos trabalhos de organização sanitária em toda as unidades da Federação.

Em 1954, matricularam-se nos cursos especializados de Tuberculose, Técnicos de Laboratório, Psiquiatria Clínica e Higiene Mental, de Nutrição, de Organização e Administrações Hospitalares, de Técnicas Radiológicas, 203 candidatos, dos quais 89 obtiveram o diploma.

Nos últimos vinte anos, houve sensível desenvolvimento em todos os graus do ensino, na proporção, aproximadamente, de noventa por cento no ensino primário, quinhentos por cento no ensino médio e oitenta por cento no ensino superior. Este crescimento não obedeceu, porém, a uma distribuição que correspondesse às necessidades nacionais, quanto à natureza das escolas, à sua localização e à forma por que estão sendo mantidas.

EDUCAÇÃO  
E CULTURA

Relativamente ao ensino primário, tanto no Distrito Federal quanto nas grandes cidades do interior, o aumento da população urbana foi proporcionalmente superior ao que se verificou em unidades escolares. Nas zonas rurais, o problema ainda apresenta aspecto mais grave.

O aumento dos estabelecimentos educativos de grau médio atingiu proporções que colocaram o Brasil em situação sem precedentes, embora a escola secundária não esteja em condições de atender às necessidades dos alunos que a procuram, além de não os preparar convenientemente para a vida.

O desenvolvimento do país não foi acompanhado de uma renovação de conteúdo no ensino industrial. Desta forma, nem sempre as escolas industriais, com sua atual estrutura, estão ajustadas aos verdadeiros reclamos do país, que precisa cada vez mais de um número sempre crescente de técnicos de nível médio. É preciso encontrar um meio de aumentar as matrículas nos ramos de ensino médio que conduzem ao exercício profissional de natureza técnica ou agrícola.

Por outro lado, as atuais condições sociais e culturais do país exigem maior número de profissionais de nível superior. As

escolas tradicionais não estão aparelhadas para acolher o total de candidatos que a elas se dirigem e novos estabelecimentos vão surgindo para receber os que sobram do número limitado de vagas das Faculdades. Assim, as escolas superiores estão espalhadas por todo o território nacional, criando problemas novos para os quais precisa ser encontrada pronta solução.

A federalização das Universidades e escolas superiores representou uma sobrecarga das verbas destinadas à educação, prejudicando, de certo modo, a ação governamental em outros setores do ensino. No orçamento de 1954, 47% das verbas de educação foram destinados ao ensino superior e no orçamento para 1955 é quase idêntica a situação, com 44%. A federalização não modificou a situação anterior quanto à carência de professores, à deficiência de instalações e à insuficiência de vagas para os candidatos à matrícula.

Em todos os graus e ramos do ensino, o rápido desenvolvimento verificado encontrou a estrutura escolar desaparelhada, no que se refere a instalação, professores habilitados e pessoal administrativo competente. Estes fatos ocorrem com maior intensidade no ensino secundário e no superior.

Não desconhecendo a extensão de tais problemas, o Governo tem procurado aparelhar-se para enfrentá-los, revendo e atualizando planos, amparando iniciativas e fixando normas para as atividades que se devem desenvolver.

*Diretrizes  
gerais  
do ensino*

No campo do ensino primário, prevalecem, entre outros, os seguintes objetivos: estimular a criação de novos estabelecimentos, de modo a que se reduza ao mínimo possível a percentagem da população infantil sem escolas; cooperar com os Estados para o preparo de professores em número que corresponda às necessidades regionais; ampliar e intensificar a ação do Ministério da Educação e Cultura no que se refere à cooperação com os Governos locais para a construção de prédios destinados a escolas, especialmente na zona rural; cooperar com os Estados para a realização de estudos, levantamentos e pesquisas a fim de ajustar o ensino primário às reais condições de cada zona do país.

Relativamente ao ensino médio, as diretrizes governamentais compreendêrão: providências no sentido de oferecer à juventude

uma educação integral, que atenda às características do novo tipo de aluno que hoje se inscreve na escola média; participação do Governo Federal na criação e manutenção de escolas, especialmente das que são ou se destinam a ser mantidas por fundações, cooperativas, associações etc.; intensificação dos cursos de aperfeiçoamento de mestres; promoção de largo programa de assistência ao magistério; ampliação da concessão de bolsas de estudo a alunos destituídos de recursos; descentralização das atividades do Ministério da Educação e Cultura, no que se refere ao ensino médio, de modo que possibilite assistência direta do Governo Federal, às escolas, aos professores e aos alunos; reorganização do sistema de fiscalização.

A ação do Governo, no setor do ensino superior, tem em vista: consolidar a rede de escolas já existentes, especialmente das que são mantidas pela União, com o fim de aumentar-lhes a matrícula, elevar cada vez mais o nível de seus professores, e, conseqüentemente, a qualidade do próprio ensino; disciplinar a distribuição das verbas aplicadas em subvenções a estabelecimentos mantidos pelos Estados e entidades particulares, de forma que se permita o aumento e a melhoria das escolas de caráter técnico e científico.

Embora no campo do ensino primário a ação do União assumam caráter meramente supletivo, é pensamento do Governo Federal ampliar tanto quanto possível sua cooperação com os governos estaduais e municipais na solução desse importante problema. É interessante frisar que, tendo iniciado o trabalho pela construção de escolas isoladas para as zonas rurais, o programa do Ministério da Educação e Cultura se estende hoje a grupos escolares, escolas normais e centros regionais de educação.

*Ensino primário*

Para que se avaliem o vulto e o âmbito desse programa, é bastante ressaltar que, além da ampliação de 30 escolas já existentes, foram construídas ou planejadas 6.957 escolas rurais, 651 grupos escolares e 68 escolas normais.

No ano de 1954, foram concluídas 482 escolas rurais; achando-se em construção 668 e programado para breve o início de 261; concluíram-se 110 grupos escolares, achando-se em construção 180 e mais 60 serão brevemente iniciados.

Visando ao aperfeiçoamento do professorado de curso primário, de escolas normais e de pessoal da administração de serviços de educação, foram organizados cursos e estágios para professores primários, para professores de curso normal e pessoal da administração dos serviços da educação primária.

Campanha  
Nacional de  
Educação de  
Adultos

Foi planejada a instalação de 15.300 cursos de ensino primário supletivo, levando-se em conta o índice de analfabetismo de cada região e as possibilidades de cooperação oferecidas por entidades oficiais e particulares.

Procedeu-se também à distribuição de farto material de ensino, de controle e de propaganda.

Campanha  
Nacional de  
Educação  
Rural

A Campanha Nacional de Educação Rural vem atingindo sua finalidade específica, que é levar a educação de base ao meio rural, ajudando crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos, bem como a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem.

As Missões Rurais e os Centros Sociais da Comunidade são os eficientes meios de que a Campanha lança mão para realizar seu objeto.

A instalação de Centros de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais é medida de evidente significação para o preparo de professores e auxiliares rurais que possam colaborar nos programas da educação de base.

Estão sendo também organizados Centros de Treinamento de Cooperativismo de Jovens Locais e Centros de Orientação de Líderes Locais. Os primeiros têm por objetivo educar os moços dentro do regime cooperativista, incentivando-lhes o amor à terra e a fixação na zona rural. Com os Centros de Orientação de Líderes Locais, tem-se em vista o preparo da comunidade, em geral, e especialmente da juventude, numa contribuição para levantar o padrão de vida das populações das zonas respectivas.

O trabalho mais importante, porém, é o dos Centros de Treinamento de Educadores de Base, através de cursos de alto padrão didático e prático, destinados à preparação de pessoal para as fun-

ções de chefia, planejamento e orientação da Campanha Nacional de Educação Rural.

Medidas especiais vêm sendo adotadas visando à expansão e melhoria do ensino secundário.

*Ensino secundário*

Foi iniciado um processo de descentralização administrativa, através de Inspetorias Seccionais, instaladas nas capitais e em cidades do interior em colaboração com as autoridades estaduais.

Cuidando de aprimorar o sistema de inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário, promoveu o Ministério da Educação e Cultura o aperfeiçoamento do pessoal do quadro de Inspetores, realizando estágios e cursos.

Para o aperfeiçoamento de professores, haverá três tipos de cursos: cursos de orientação para candidatos que se destinam ao magistério no interior e que devem prestar exames de suficiência para o exercício docente; cursos de aperfeiçoamento para professores já em exercício; cursos de orientação para professores de ciências e outras disciplinas que exigem laboratórios ou oficinas.

Em 1954, realizaram-se cursos de aperfeiçoamento para professores na Capital Federal, em São Paulo, em Porto Alegre e em Friburgo, os quais beneficiaram 930 candidatos.

Em janeiro deste ano, tiveram início Cursos de Aperfeiçoamento para Professores no Distrito Federal, em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Florianópolis, Juiz de Fora, Friburgo e São José dos Campos, com a frequência de 1.495 interessados.

Já se encontra em funcionamento, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, a Fundação do Ensino Secundário — entidade que conta com o auxílio do Poder Público e com a participação de elementos representativos das classes conservadoras — e que se destina a auxiliar a rede de ensino secundário, mediante a concessão de bolsas de estudo.

Mas o acontecimento de maior importância no campo do ensino médio foi a promulgação da Lei n.º 2.342, de 25 de novembro de 1954. Esse diploma legal, que dispõe sobre a cooperação financeira da União com o ensino de grau médio, institui um fundo

correspondente a um décimo da cota federal destinada à educação e cultura, para atender aos problemas do ensino médio, que são, em sua quase totalidade, os problemas do ensino secundário. Tais problemas poderão, assim, encontrar solução racional e definitiva.

Na conformidade do disposto na referida lei, as dotações consignadas ao fundo serão aplicadas, sob regime de acordos e convênios, na concessão de bolsas de estudo, no aperfeiçoamento e difusão do ensino de grau médio e em auxílio aos colégios para manutenção, obras e equipamentos, tudo na forma que fôr estabelecida no regulamento que está sendo elaborado por uma comissão designada para esse fim.

Acham-se em andamento medidas concretas para a reforma do ensino secundário, a fim de torná-lo mais objetivo e mais consentâneo com as reais necessidades do país.

Os estabelecimentos particulares de ensino, objetivando facultar os estudos aos candidatos desprovidos de recursos financeiros, além de cumprirem a norma legal vigente, relativamente à reserva de cinco por cento de matrículas gratuitas para alunos pobres e bem dotados, resolveram criar oportunidades educacionais para um maior número de estudantes, oferecendo gratuidades acima daquele limite da Lei.

Com o advento da citada Lei n.º 2.342, de 1954, os necessitados de auxílio, que ainda não foram atendidos pelas oportunidades existentes, poderão ser contemplados com bolsas de estudo que lhes permitam a realização do curso.

Colégio Pedro II

Vem sendo aplicado, com reais vantagens, o novo Regimento do Colégio Pedro II, estatuto que em grande parte reorganizou a vida e a administração daquele estabelecimento de instrução, criando novos órgãos de real utilidade para o ensino e para a administração, tais como os Departamentos Didáticos e o Conselho Departamental.

Tanto o Internato quanto o Externato do Colégio Pedro II apresentaram, em 1954, grande acréscimo no número de matrículas.

Providências especiais foram determinadas relativamente à rápida conclusão das obras do Internato do Colégio Pedro II, as quais são imprescindíveis para que o estabelecimento possa atender aos numerosos alunos que nêle se matriculam anualmente.

Concluído o novo edifício, a capacidade de matrícula ficará elevada para 1.000 alunos e o custo de cada discente ficará reduzido à metade do atual. Cumpre salientar que a elevação do número de matrículas a êsse índice permitirá a concessão de 600 bolsas a estudantes de todos os Estados do Brasil, conforme planejamento já elaborado.

Foi realmente apreciável o esforço desenvolvido no sentido de estimular a expansão e eficiência do ensino comercial. Ótimos os resultados obtidos, tendo sido fundados e instalados novos cursos técnicos de comércio, em vários pontos do país.

*Ensino comercial*

A expansão dêsse ramo de ensino trará grandes benefícios ao interior, onde foram instituídos novos educandários, muitos dêles em localidades até então desprovidas de qualquer escola de grau médio.

Incentivaram-se ainda a criação e o funcionamento de Centros de Estudos Pedagógicos nas comunidades em que existem escolas de comércio, a fim de que os problemas do ensino possam ser debatidos diretamente pelos educadores nas localidades em que exercem o magistério, de modo a que se obtenha maior rendimento dos seus esforços.

A expansão e o desenvolvimento do ensino industrial vêm constituindo preocupação constante do Poder Público, tendo em vista a deficiência de técnicos devidamente habilitados para o exercício de atividades ligadas ao progresso do país.

*Ensino industrial*

De tal circunstância resultou interesse maior pelo ensino industrial, cuja expansão se faz sentir em todo o país com a criação de novas escolas dêsse tipo.

O Governo Federal procurou introduzir nos estabelecimentos integrantes de sua rede de ensino o Serviço de Orientação Educacional e Profissional, como dinâmica de integração do esforço escolar com o mundo ocupacional no âmbito da produção.

Esse Serviço trata de encaminhar os jovens para os diferentes cursos de ensino industrial, tendo em vista as suas aptidões e interesses profissionais. Ao final do currículo escolar, proporcionam-lhes informes sobre oportunidades de trabalho.

Visando a melhor atender às conveniências do magistério do ensino industrial, o Governo regulamentou, pelo Decreto n.º 36.268,

de 1.º de outubro de 1954, o funcionamento dos Cursos Pedagógicos do Ensino Industrial, destinados não só a preparar novos professores e aperfeiçoar os atuais docentes e diretores de escolas industriais, mas ainda, a cuidar da formação de novos diretores.

Os planos de desenvolvimento do ensino industrial foram ampliados em todo o país, pela ajuda técnica e financeira às entidades oficiais e particulares.

*Ensino  
agrícola e  
veterinário*

A partir dos meados de 1954, foram adotadas as seguintes diretrizes para o ensino agrícola e veterinário: desenvolvimento da educação extensiva, que se propõe atingir o habitante rural, de qualquer idade ou sexo, no seu próprio ambiente de trabalho; prática de aprendizado de agricultura em função das próprias atividades agrícolas, evitando-se o processo de caráter exclusivamente livresco e verbalístico; instalação de centro social rural, junto a cada um dos estabelecimentos de ensino, no sentido de congregar alunos, professores, funcionários e membros da própria comunidade então beneficiada pela constante intercomunicação de tôdas as suas partes; inclusão da educação feminina, para a vida rural, nos programas de trabalho do Ministério da Educação e Cultura, nos quais até agora vinham preponderando fortemente as iniciativas relacionadas com a educação masculina; introdução da aplicação de testes de nível mental e vocacionais para a agricultura, antes das provas de conhecimentos gerais a que se submetem os candidatos aos cursos regulares das escolas, com o objetivo de corrigir-se o erro de uma apuração unilateral que tem determinado ocorrência de um número muito maior de matriculados de origem urbana do que de origem rural; retificação gradativa e oportuna das edificações escolares, as quais, via de regra, não têm obedecido a normas adequadas para fins educacionais, seguindo-se nova orientação quanto às construções e aos projetos; inclusão do ensinamento das indústrias rurais nas escolas do Ministério da Agricultura, tendo em vista que o desenvolvimento *in loco* das indústrias dos produtos de origem vegetal e animal é um dos pontos básicos para obtenção de melhor situação em nossa vida rural e do melhor equilíbrio econômico entre a cidade e o campo.

*Ensino  
superior*

Além da ação exercida pela União, através das Universidades e Faculdades Federalizadas, destinou-se, em 1954, para auxílio

ao ensino superior, o total de Cr\$ 181.587.400,00, sendo ..... Cr\$ 82.700.000,00, mediante acórdos com os estabelecimentos; Cr\$ 48.887.400,00 como auxílios fixos, resultantes de leis especiais, e Cr\$ 50.000.000,00, como auxílio à Universidade de São Paulo.

A ação do Governo Federal se fez sentir ainda no campo do ensino superior, através da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituída pelo Decreto número 29.741, de 1951.

Sempre dentro de um critério revisionário, que lhe assegura a permanente readaptação dos planos em função das indicações fornecidas pela experiência do trabalho e pelas modificações de circunstâncias, realizou-se um programa que compreende levantamento e pesquisas, cooperação com os centros de ensino superior do país, formação de pessoal especializado, planejamento e documentação sobre material educativo.

Em 1954, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior empenhou-se em desenvolver o seu plano de melhoria das condições de ensino e pesquisa nos centros universitários do país, pondo em execução uma série de projetos relativos a contratos de professores e técnicos estrangeiros e nacionais, para atividades de ensino e pesquisa e formação e aperfeiçoamento de pessoal docente superior, junto das instituições universitárias.

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prosseguiu nos seus estudos e levantamentos destinados a conhecer as disponibilidades de pessoal de nível superior, sua distribuição e suas deficiências quantitativas e qualitativas, avaliadas em função da situação econômica, social e cultural de cada região, estudando igualmente as condições de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino de nível superior nos diversos Estados da Federação.

A mesma Campanha colaborou, por várias formas, na realização de cursos de aperfeiçoamento pós-graduado ou de formação especializada, além de haver concedido 178 bolsas e auxílios de vários tipos, assim discriminados: formação e aperfeiçoamento no país, 86; aperfeiçoamento no estrangeiro, 92.

O conjunto arquitetônico, destinado ao principal centro de ensino superior do país, com capacidade para 30.000 estudantes, apresenta-se em adiantada fase de construção, sob a responsabilidade de um Escritório Técnico, criado no Departamento Adminis-

Cidade Uni-  
versitária

trativo do Serviço Público, por força do Decreto-lei n.º 7.217, de 30 de dezembro de 1944.

Na grande ilha universitária, localizada entre a ponta do Caju e a Ilha do Governador, em frente ao Instituto Oswaldo Cruz, prosseguem as obras de construção de três importantes unidades.

Já se encontra em pleno funcionamento o Instituto de Puericultura, com 16.000 metros quadrados de área e constituído de três blocos interligados: o primeiro corresponde ao Ambulatório, com capacidade para atender a 400 crianças, em dois turnos; o segundo é o Hospital, dotado de 5 enfermarias, com 170 leitos; o terceiro constitui o Abrigo Maternal, Banco de Leite Materno e Pupileira, com 72 leitos.

A maior obra da Cidade Universitária será o seu Hospital de Clínicas, em adiantada fase de construção e capaz de atender a mais de 60% de todo o ensino médico.

O terceiro edifício, também em construção, destina-se à Faculdade Nacional de Arquitetura, que nele disporá de 53.000 metros quadrados e das mais completas instalações.

Por outro lado, prosseguem ativamente as obras de construção do conjunto projetado para o ensino de engenharia.

#### *Educação física*

A educação física tem merecido a atenção do Governo, que tudo vem fazendo para torná-la uma prática realmente atraente, útil e vantajosa para a mocidade.

A criação de Centros de Educação Física constituiu objeto de estudos do Departamento Nacional de Educação, possibilitando a elaboração de um plano para promover a instalação dos referidos Centros, medida que será de alto valor e significação para a juventude.

#### *Ensino emendativo*

No que tange ao ensino emendativo, os educandários mantidos pelo Governo Federal desempenharam as suas atividades normais, esforçando-se por proporcionar aos cegos e surdos-mudos a educação de que carecem.

O Instituto Nacional de Surdos-Mudos promoveu a ampliação do setor pré-primário, aumentando consideravelmente o número de matrículas de meninos e meninas e ampliando também seu setor feminino.

Esse Instituto matriculou cerca de 600 alunos internos no ensino fundamental, profissional e médio, além de 230 normalistas, entre as quais bolsistas de diversos Estados.

O Instituto Benjamin Constant realizou o Curso de Professores e Inspectores de Cegos, freqüentado por bolsistas vindos de várias unidades da Federação.

Foi fundado no Instituto Benjamin Constant o Museu Pedagógico, com amostras procedentes de Paris, Londres e Nova York, constituídas por aparelhos destinados a possibilitar o desenvolvimento do trabalho profissional e intelectual dos cegos.

Procurando ajustar o programa de merenda escolar à realidade nacional, a Comissão Nacional de Alimentação procedeu a um levantamento da situação em todas as unidades da Federação. Verificou-se que as merendas eram fornecidas a menos de 10% dos escolares brasileiros e que os cardápios oferecidos em sua maioria não atendiam a requisitos de ordem técnica nem de natureza econômica.

*Assistência alimentar aos estudantes*

Foi estudado então um programa de merenda que se ajustasse à realidade brasileira, o qual, além de atender às necessidades nutritivas mais prementes das crianças, possa regular-se por bases da mais rigorosa economia.

Também se cuidou, detalhadamente, dos processos de administração, distribuição e controle das merendas, mais condizentes com o nosso meio, visando, sobretudo, ao seu emprego em ambiente rural.

Mediante convênio firmado entre a Comissão Nacional de Alimentação e o Fundo Internacional de Socorro à Infância, já foram adquiridas 4.400.000 libras de leite em pó, desembarcadas nos diversos portos do país.

Na região da Amazônia, a Comissão Nacional de Alimentação elaborou, em colaboração com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e com os governos dos Estados e Territórios da região, um programa que se traduzirá na prestação de assistência alimentar a cerca de 250.000 crianças.

Médicos e dietistas viajaram pela Amazônia, instruindo colegas, professores e autoridades sobre os objetivos e métodos do programa de assistência. Foram realizados cursos intensivos para professores e administradores de merenda nas cidades de

Belém, Macapá, Manaus, Pôrto Velho, Boa Vista, Cuiabá e São Luís do Maranhão.

No Nordeste, as merendas foram distribuídas principalmente nos Estados de Pernambuco e Bahia, sendo contemplados cerca de 150.000 escolares.

Foram transportadas aproximadamente 12 toneladas de alimentos para distribuição aos escolares nordestinos, além de 50 conjuntos para a instalação de cantinas nas zonas mais necessitadas.

De Fortaleza seguiram para os respectivos destinos cerca de 500 tambores de leite em pó ali estocados pelo FISI e distribuídos na região.

*Livro Didático*

Com o objetivo de propiciar ao ensino os elementos de que necessita para sua eficiência e de oferecer aos estudantes condições para que possam aproveitá-lo devidamente, vem sendo dispensada especial atenção ao problema do livro didático.

Se é certo que o Estado não pode impor a adoção de determinadas obras, não é menos exato que incumbe ao Poder Público zelar pela aparecimento de melhores livros didáticos, cuidando, outrossim, de reduzir as despesas dos estudantes com a aquisição de livro e de material escolar.

Os gastos relativos aos livros e ao material escolar em geral podem ser reduzidos sensivelmente com a adoção de providências que repercutem sobre as condições de sua produção e distribuição.

O Ministério da Educação e Cultura já iniciou a execução de um programa de edição de livros escolares. Inicialmente, serão editadas pelo Governo as obras de referências, que são as de uso universal e de utilidade permanente. A confecção de originais de dicionários e atlas já foi contratada com instituições e professores de notória capacidade.

Uma comissão de técnicos foi designada para estudar as condições de distribuição que possam concorrer para o barateamento do livro e do material escolar, tendo concluído os seus trabalhos com a indicação de várias providências que possibilitem a utilização progressiva dos benefícios do cooperativismo.

*Bibliotecas*

O Instituto Nacional do Livro incentivou a organização e auxiliou a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

O cadastro do Instituto Nacional do Livro registra a inscrição de 6.953 bibliotecas, revelando um acréscimo de 287 com relação ao ano anterior. O número de volumes doados no exercício de 1954 atingiu 98.883.

Continuaram os trabalhos de publicação de várias obras de comprovado interesse para a cultura nacional e foi intensificada a atualização da Bibliografia Brasileira, em que se faz um levantamento exaustivo do movimento editorial do país, além de bibliografias de caráter especial.

Em cumprimento à Lei n.º 1.992, de 28 de setembro de 1953, o Instituto organizou a edição dos três primeiros volumes das obras completas do ex-Presidente EPITÁCIO DA SILVA PESSOA. A publicação da correspondência de CAPISTRANO DE ABREU, em 28 volumes, foi aplaudida pela imprensa de todo o país, como um dos acontecimentos literários do ano.

O Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura confeccionou mais de 100.000 exemplares de publicações, além de catálogos artísticos e álbuns, obras especializadas e inúmeros volumes de cultura geral, dentre os quais se destaca a coleção "Cadernos de Cultura", que logrou ampla aceitação nos meios intelectuais e nas esteras estudantis de nível superior.

*Documentação administrativa*

A Biblioteca Nacional, pela sua nobre e alta finalidade cultural, mereceu particular atenção.

*Biblioteca Nacional*

O seu acervo foi acrescido de inúmeras obras, salientando-se que, somente por efeito de determinação legal, foi aquela Biblioteca enriquecida com 4.233 volumes, tendo o número de doações atingido 4.521 periódicos, 246 volumes e 1.234 mapas.

Por permuta internacional, foram incorporados ao seu patrimônio 1.309 livros e 1.032 folhetos.

No que se refere ao cinema, procurou-se utilizá-lo como instrumento de educação em geral, traçando-se, por outro lado, medidas destinadas a estimular o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira.

*Cinema*

O trabalho desenvolvido no ano de 1954, relativamente ao cinema educativo e científico, foi dos mais eficientes, quanto ao intercâmbio cultural.

A crise financeira de algumas empresas cinematográficas levou o Governo a promover estudos para a fixação de medidas que pudessem vir em auxílio da indústria do cinema no Brasil.

O estado de insolvência da Companhia Vera Cruz, que conquistou, no Festival de Cannes de 1952, o prêmio do filme de aventura com o "Cangaceiro" e o terceiro prêmio, no Festival de Veneza de 1953, com o filme "Sinhá Moça", motivou medidas no sentido da concessão de amparo mais efetivo à indústria nacional de cinema.

Dada, porém, a complexidade do assunto, foi constituída a Comissão Técnica de Cinema, para estudar as necessidades imediatas do cinema nacional e propor as medidas de caráter urgente, de competência do Poder Executivo, assim como aquelas que pudessem ser solicitadas ao Congresso Nacional.

*Rádio-  
Difusão  
Educativa*

O ano de 1954 assinalou um dos períodos de maior desenvolvimento para o Serviço de Radiodifusão Educativa. O número de horas de trabalho passou de 9 para 17, diariamente, sendo apresentados quase meia centena de novos programas culturais.

Para um país da vastidão territorial do Brasil, com as grandes dificuldades de comunicação, a radiodifusão representa uma solução educativa, que, em certas regiões, é a única viável, justificando-se, assim, as atenções que o Governo Federal vem dedicando ao problema.

*Teatro*

O Ministério da Educação e Cultura não poupou esforços no sentido de dar toda a assistência de que carece o teatro pela sua expressão cultural e pelo quanto pode contribuir para a educação do povo.

Para tanto, foi elaborado pelo Conselho Consultivo do Teatro o plano de auxílio financeiro às companhias, aos grupos de amadores e às entidades de classe.

*Casa de Rui  
Barbosa*

No ano de 1954, houve várias aquisições, inclusive para a Biblioteca, especialmente na Seção de Referência, onde foram completadas as coleções de enciclopédias e dicionários.

Prosseguiu a publicação das Obras Completas de Rui Barbosa, bem como a sua distribuição a instituições públicas e particulares.

Continuaram em execução os trabalhos de pesquisa de bibliografia jurídica, os quais abrangeram obras de Direito Constitucional Brasileiro existentes em bibliotecas de Paris.

*Exposição de  
artes*

Dentro de sua missão de estimular o cultivo e o interesse das artes plásticas, o Museu Nacional de Belas-Artes promoveu

exposições artístico-culturais e franqueou suas dependências aos artistas para apresentarem suas mostras de arte; prosseguiu na elaboração do dicionário de artistas nacionais; organizou álbum das obras mais representativas de seu patrimônio e prosseguiu nos trabalhos de conservação e restauração das peças de arte de suas coleções.

Ao 59.º Salão Nacional de Belas-Artes foram apresentados 439 trabalhos. O III Salão Nacional de Arte Moderna contou com 327 obras de arte selecionadas com rigor, dentro de um número considerável de trabalhos submetidos ao Juri.

O Museu Imperial continua sendo enriquecido de vários objetos adquiridos, ou obtidos por doação, transferências ou permuta. Entre outros, deve ser mencionado o recebimento de valioso legado feito ao Museu pelo historiador do Império, TOBIAS DO RÊGO MONTEIRO.

Foram adotadas providências para organização de novos museus de caráter artístico e histórico no interior do país com obras de adaptação e montagem efetuadas nos prédios destinados a abrigá-los. Peças de interesse histórico e artístico foram adquiridas para constituição do acervo desses museus.

O Conselho Nacional de Pesquisas, criado pela Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, tem pôsto o seu maior empenho em dar cumprimento, dentro dos recursos concedidos, à finalidade que inspirou a sua instituição, que é «promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento».

PESQUISAS  
CIENTÍFICAS  
E TECNO-  
LÓGICAS

Assim, desde a sua instalação, vem concedendo numerosos auxílios a laboratórios e instituições de pesquisas, para aquisição de equipamentos, e bem assim numerosas bolsas de estudo e de pesquisa, no país e no exterior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de técnicos e especialistas. Esses auxílios e essas bolsas têm sido distribuídos pelos diversos setores em que se subdividem as atividades técnico-científicas do Conselho, verificando-se que os setores da Biologia e da Física são aqueles que têm obtido maior contribuição.

Tal fato resulta da própria situação do país, com referência à pesquisa científica. Com efeito, a pesquisa biológica já tem larga tradição no Brasil e conta numerosos pesquisadores e laboratórios de comprovada capacidade de investigação, bastando

lembrar nomes como os de Osvaldo Cruz e Carlos Chagas, e entidades como o Instituto Osvaldo Cruz e o Instituto Biológico de São Paulo.

Com relação à Física deve-se levar em conta, de um lado, o impressionante surto de investigações verificado no Brasil, nos domínios da Física Experimental e da Física Teórica, a partir de 1935, data da criação das Faculdades de Ciências, em São Paulo e no Distrito Federal e, de outro lado, a circunstância de que, além de suas finalidades gerais de auxílio à pesquisa desinteressada, tem o Conselho, segundo exposição feita em outro capítulo desta Mensagem, atribuições específicas no sentido de promover o desenvolvimento dos estudos referentes ao aproveitamento da energia atômica, o que está intimamente relacionado com o progresso das investigações e a formação de técnicos e especialistas no campo da Física Nuclear.

Os primeiros resultados da ação positiva do Conselho sobre o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil podem ser evidenciados pelo acréscimo acentuado, a partir de 1951, do número de trabalhos originais, publicados nos periódicos especializados do país e do exterior por pesquisadores nacionais ou que estão trabalhando nos institutos do Brasil.

Outro índice objetivo da eficiência do amparo à pesquisa científica é o elevado número de trabalhos e memórias, publicados nos Anais da Academia Brasileira de Ciências e nos volumes de simpósios e reuniões realizados no Brasil nos últimos anos, com referência expressa de seus autores ao auxílio recebido do Conselho Nacional de Pesquisas, quer sob a forma de equipamentos, quer sob a forma de bolsas de estudo e de pesquisas, quer ainda sob a forma de contratos de especialistas e de pessoal auxiliar para os trabalhos de campo e de laboratório.

Grande parte dos resultados da ação do Conselho não se tornará conhecida senão com o correr do tempo, quando começarem a produzir frutos as novas equipes de cientistas, formadas graças às bolsas de estudo e de pesquisa, e que puderam ser constituídas e preservadas pelo estímulo concedido por esse órgão.

Paralelamente, o Conselho tem promovido o incremento da cultura e da pesquisa em nosso país e, dentre os Institutos cuja criação patrocinou, nas Universidades, citam-se os Centros de Pesquisas Físicas de Pernambuco e do Rio Grande do Sul e o Instituto de Pesquisas Radioativas de Minas Gerais.

Foram ainda criados, na própria estrutura do Conselho, de acôrdo com sua Lei orgânica, e se acham em plena produtividade, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada — três instituições cuja projeção na vida nacional há de se fazer sentir de modo brilhante e fecundo.

O Conselho Nacional de Pesquisas tem encarado como um dos problemas mais relevantes para o desenvolvimento das investigações científicas no país a ampliação dos quadros do pessoal de pesquisa, pela sua formação e pelo seu aperfeiçoamento.

*Aperfeiçoamento de pesquisadores. Bolsas de estudo*

Visando a êsse objetivo, tem concedido numerosas bolsas de estudo e de pesquisa, bem como auxílios para aquisição de equipamentos.

O critério adotado para a seleção dos candidatos às bolsas, no país e no exterior, baseou-se sempre no exame e parecer dos responsáveis pelos setores especializados da Divisão Técnico-Científica do Conselho, levados em conta os respectivos títulos, as atividades científicas e técnicas anteriores, o pronunciamento de pesquisadores ou especialistas de renome sôbre os méritos dos candidatos, a idoneidade dos professores ou cientistas que indicam os candidatos ou solicitam as bolsas, o parecer das Comissões especiais do Conselho Deliberativo, e, sobretudo, o interêsse apresentado pela formação ou especialização de técnicos e especialistas, para as atividades incluídas nos programas específicos do Conselho, particularmente no tocante às pesquisas e ao aproveitamento da energia atômica.

Inicialmente, foram baixadas normas para a concessão de bolsas e auxílios. Em maio de 1952, o Conselho Deliberativo aprovou Instruções que, revistas em 1953, por numerosa Comissão, integrada de especialistas nos diferentes setores de pesquisa e das diversas regiões de país, receberam várias alterações, que estão sendo progressivamente submetidas à experimentação, antes de serem definitivamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Em 1953 foi também organizada na Divisão Técnico-Científica do Conselho uma Secção de Bolsas, com amplas atribuições de articulação e contrôle.

*Reuniões  
científicas  
e intercâmbio*

Durante o ano de 1954, o Conselho Nacional de Pesquisas participou das seguintes reuniões ou as patrocinou: III Conferência Internacional sobre Aplicação de Energia Atômica à Indústria, nos Estados Unidos; I Congresso de Engenharia Nuclear, nos Estados Unidos; Simpósio Sobre Venenos Animais, em Berkeley, Califórnia; II Congresso Internacional de Beneficiamento de Carvão, em Essen, Alemanha; I Reunião de Estudos de Catalogação, no Distrito Federal, por intermédio do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; VIII Congresso Brasileiro da Geologia, em Recife; VI Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Ribeirão Preto; V Reunião do Comité Científico Internacional para pesquisas sobre Trypanosomiasas, em Pretória, África do Sul; III Congresso Internacional de Cristalografia, em Paris; Conferência Internacional de Energia, em Petrópolis; Conferência Internacional de Física Nuclear em Glasgow, Inglaterra; VIII Congresso Internacional de Botânica, em Paris; XI Congresso Brasileiro de Química, em São Paulo; VIII Assembléia Geral da UNESCO, em Montevideu; Reunião de Diretores de Institutos de Tecnologia, em Copenhague; II Reunião Latino-Americana de Fitogeneticistas e Fitoparasitologistas, em Campinas, São Paulo; V Congresso Internacional do Solo, em Leopoldville — Congo Belga — África; Simpósio Sobre Hematologia, em New York; Comité de Consejeros Sobre Laboratórios de Investigación Científica, no Chile.

Em outubro de 1954, o Governo autorizou o estabelecimento de um convênio entre o Brasil e a Itália, para intercâmbio de cientistas e pesquisadores, idêntico ao assinado entre esta e a França, com a vantagem de evitar dispêndio de divisas estrangeiras. É matéria significativa para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A cultura italiana é fonte notória de altos e expressivos valores.

*Empreendi-  
mentos  
diversos*

Dentre os órgãos cuja criação o Conselho Nacional de Pesquisas promoveu, nos termos do art. 13 da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, foram instalados, em julho e agosto de 1954, respectivamente, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Ambos esses organismos estão em pleno funcionamento e prestam inestimáveis serviços, fornecendo, o primeiro, aos pesquisadores a informação científica ou técnica que lhes é tão neces-

sária, e promovendo, o segundo, o encaminhamento e solução de problemas de interesse das populações amazônicas, tão necessitadas de medidas que atendam ao levantamento do seu precário padrão de vida.

Já chegaram a resultados auspiciosos as experiências levadas a efeito na França, sob os auspícios do Estado do Amazonas e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com o novo processo eletrolítico «Isogrand», para preparo de celulose e fabrico de papel, em que foram utilizadas mais de dez espécies de madeira daquela região.

O diário parisiense "Le Monde", de 12 e 13 de setembro de 1954, imprimiu as suas páginas 3 e 4 com papel assim obtido, podendo-se por elas verificar quão bem sucedidas foram as experiências realizadas.

Encaminha também o INPA os estudos iniciados para o planejamento de uma usina-piloto de celulose, que deverá fornecer indicações sobre a utilização de matéria-prima da região e sobre os métodos mais aconselháveis para o seu processamento.

A 30 de setembro de 1954, na cidade de Belém, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia assinou um Convênio com a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, para a organização em Manaus de um Serviço de Estudos Florestais.

Também foram aprovadas pela Congregação do Colégio Estadual do Amazonas as bases de um convênio com o INPA, mediante o qual será cedida a este parte da biblioteca daquele estabelecimento que lhe interessar, e que é representada pelos remanescentes do antigo Museu Botânico Amazonense. São também postos à disposição do Instituto os Laboratórios de Física, Química e História Natural do mencionado colégio.

Em compensação, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia reequipará a biblioteca daquele estabelecimento de ensino com livros didáticos, completando e utilizando os laboratórios que ficar à sua disposição.

Dos cursos projetados pela Diretoria do INPA, foi aberta inscrição para o de Auxiliares de Laboratório, sendo encerrada com mais de uma centena de candidatos.

Sob a direção do Sr. Francis Ruellan, Diretor do Laboratório de Geomorfologia da Escola de Altos Estudos de Paris, e Professor contratado da Faculdade Nacional de Filosofia, foi

organizada uma expedição que vai explorar uma área do Território do Rio Branco situada dentro de quinze quilômetros de um e outro lado do paralelo de 4° 54'N.

Para os estudos de interpretação aerofotogramétrica relativos a essa área e para tomar parte na expedição, veio especialmente de Paris a Assistente do Laboratório de Geomorfologia citado, a Srta. Yvonne Beigbeder. Participaram da expedição geógrafos, geólogos, geoquímicos, botânicos e zoólogos, do Instituto Agrônomo do Norte, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal e do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

O plano de fundação de um Instituto de Tecnologia, que deverá ser instalado em Petrópolis, teve o seu andamento ativado com o projeto de doação de um terreno, constante de mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto já se transformou em lei.

Deverá esse Instituto trabalhar em conexão com as instituições culturais, tecnológicas e industriais dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, especialmente com a Escola Fluminense de Engenharia, à qual fornecerá o devido campo de treinamento para os futuros engenheiros formados por esta recém-criada Escola, destinada a prestar relevantes serviços, não só ao Estado do Rio de Janeiro, mas à própria Capital da República. Como se sabe, as Escolas de Engenharia não são suficientes para atender ao número de matrículas, que cresce cada ano, em consequência do desenvolvimento dos setores da vida nacional, que exigem o concurso de engenheiros em suas várias especialidades.

*Estrutura  
do Conselho  
Nacional de  
Pesquisas*

Compõe-se o Conselho de uma Divisão Administrativa, que tem a seu cargo os Serviços de Administração, Contabilidade e Documentação, e de uma Divisão Técnico-Científica, encarregada de elaborar os planos gerais de pesquisas e composta dos setores necessários a atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O art. 17 do Regulamento estabeleceu a seguinte estrutura da Divisão Técnico-Científica: a) Setor Técnico; b) Setor de Pesquisas Físicas; c) Setor de Pesquisas Matemáticas; d) Setor de Pesquisas Químicas; e) Setor de Pesquisas Biológicas; f) Setor de Pesquisas Geológicas; g) Setor de Pesquisas Agrônomicas; h) Setor de Pesquisas Tecnológicas.

Permite o art. 18 do mesmo Regulamento a criação de novos setores.

A estruturação atual inclui alguns acréscimos, quer na Divisão Administrativa, quer na Divisão Técnico-Científica, que a prática vai justificando e que serão objeto de alterações oportunas do Regulamento e Regimento vigorantes.

Cabe ao Conselho Deliberativo fixar a orientação anual das atividades.

Em face, porém, da envergadura dos planos inicialmente elaborados, a delonga de execução de alguns, motivada por obstáculos imprevisíveis, e o andamento de outros, que ainda seguem o seu ritmo normal, permitem indicar que as tendências relativas a 1955 e anos seguintes serão o prosseguimento dos trabalhos já programados.

Além disso, o problema de formação de pesquisadores e técnicos e os meios de orientar para a investigação científica e tecnológica os elementos de real capacidade, a proteção social e moral aos que se devotam a essas tarefas, serão uma constante preocupação do Conselho Nacional de Pesquisas.

A lei básica do CNPq continua a revelar que, dentro de seus dispositivos, sempre é possível encontrar soluções para as questões que se vão, apresentando.

*Aperfeiçoamento da legislação*

Já teve o Conselho ocasião de encaminhar medidas de caráter legislativo e regulamentar, visando, com um projeto de lei em andamento, a facilitar a aplicação dos créditos destinados aos institutos de pesquisa, de modo que beneficiem o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, e empenhando-se, mediante entendimentos com o Governador de São Paulo, pela regulamentação de dispositivo da Constituição Estadual referente ao fundo de pesquisas.

No que respeita ao próprio Regulamento do Conselho, a experiência dos anos anteriores continua demonstrando a necessidade de revisão de algumas de suas disposições, por conterem restrições que dificultam o andamento dos trabalhos ou estarem em desarmonia com a letra e o espírito da lei que instituiu o CNPq. Oportunamente, serão propostas as alterações que a prática vem indicando.

Finalmente, convém registrar as referências feitas à organização e às atividades do Conselho Nacional de Pesquisas, por ilustres sábios que têm visitado o país.

Dentre estas referências merece especial relêvo a do eminente Professor Robert J. Oppenheimer, físico nuclear norte-americano de reputação internacional, graças a seus trabalhos fundamentais sobre a utilização da energia atômica, o qual, após demorada visita ao Brasil, escreveu a 28 de julho de 1953 :

«Todavia, antes de falar especificamente sobre qualquer assunto, quero fazer uma declaração irrestrita: se tivesse visitado o Brasil há três anos atrás e me fôsse dado percorrer o mesmo itinerário, teria vindo aos Senhores para implorar-lhes que criassem um Conselho Nacional de Pesquisas praticamente idêntico ao que ora existe. Por toda parte encontrei provas de intervenção hábil, precisa e construtora do Conselho: sob a forma de equipamento visivelmente necessário, impossível de ser obtido doutro modo; sob a forma de informações de pessoas regressando de estudos no estrangeiro, ou de visitantes chegando de todas as partes do mundo, diariamente e quase que em todos os lugares; sob a forma de novos programas para estudos avançados; sob a forma de instalações necessárias e de bibliotecas contendo publicações periódicas atualizadas e toda sorte de requisitos que ultrapassam a capacidade dos orçamentos normais das instituições.»

Sobre o problema da energia atômica no Brasil, afirmou, ainda, Robert Oppenheimer :

«Considero o problema da energia atômica para o Brasil, neste momento, como sendo, não uma questão de «se», e sim uma questão de «como». Não posso admitir que assumam uma atitude de desinteresse pela energia atômica . . . Sou de opinião que se deve partir do princípio de que a energia nuclear é importante e necessária ao desenvolvimento industrial do país. O problema que se apresenta, então, não é «vamos fazer isso?», mas «como podemos fazer isso?, isto é, que medidas são necessárias para conseguí-la.»

São ainda do mesmo cientista as seguintes expressões :

«Ao discutir aqui com os Senhores, quase como se fôsse eu próprio um membro visitante do Conselho, êstes problemas de difícil solução, não perdi de vista a grande afirmativa com que comecei, isto é, a certeza de que a criação dêste Conselho de Pesquisas foi a maior coisa que se poderia ter feito em prol da ciência no Brasil. Estou convencido da boa orientação que os Senhores têm seguido e, tanto quanto eu posso julgar, do acêrto, em todos os detalhes, das decisões e execuções dêste Conselho.»

De forma análoga se têm referido ao Conselho Nacional de Pesquisas homens como Izidoro I. Rabbi, Prêmio Nobel de Física e Professor da Universidade de Colúmbia; Sir George Thomson, Prêmio Nobel de Física e Professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra; Professor H. Hill, Prêmio Nobel de Fisiologia e Professor da Universidade de Londres; Professor J. Arvid Hedwall, Diretor do Instituto de Físico-Química da Universidade de Gottenburgo, na Suécia, e criador da química das reações entre sólidos; Professor Glusius, da Universidade de Zurich, na Suíça; Professor Francis Perrin, Alto Comissário da Energia Atômica de França e Membro do Instituto de França; Professor Gaston Dupouy, Membro do Instituto e Diretor do Centre Nationale de la Recherche Scientifique, de França; Professor Wilhelm Groth, Diretor do Instituto de Físico-Química da Uniyersidade de Bonn, na Alemanha; Professor Paul Harteck, Reitor da Univer-sidade de Hamburgo e atual "Distinguished Professor" do Rensseler Polytechnic Institute; Professor Paul C. Asbersold, Dire-tor da Divisão de Isótopos do Laboratório de Oak Ridge da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos e numerosas outras personalidades do mundo científico e cultural.

No desempenho de suas atribuições, o Conselho Nacional de Pesquisas obedecerá às seguintes diretrizes gerais nos têrmos da proposição apresentada pelo seu Presidente: considerará a pesquisa das ciências de base indispensável à consecução dos obje-tivos visados, inclusive da tecnologia; controlará as atividades concernentes ao aproveitamento da energia atômica, ou quando se fizer necessário, essa atribuição competirá ao Estado Maior das Fôrças Armadas ou a outro órgão, a critério do Presidente da República; adotará as medidas necessárias às investigações e à

*Diretrizes  
gerais da polí-  
tica de pes-  
quisas*

preparação do aproveitamento industrial da energia nuclear; incentivará, com a concessão de favores previstos em lei, a fundação das indústrias destinadas ao tratamento químico dos minérios atômicos, visando ao aproveitamento oportuno da energia nêles contida; instituirá prêmios para a descoberta de jazidas de urânio, tório, berilo, grafita, zircônio e outros materiais utilizáveis no aproveitamento da energia atômica; defenderá a liberdade da pesquisa; desenvolverá a descentralização de investigações nas principais regiões culturais; empenhar-se-á pela não limitação da pesquisa, que deve estender-se a todo o domínio do conhecimento; dará preferência aos temas mais urgentes ou de mais fácil execução; diligenciará a formação de técnicos, a organização de bolsas de estudo e o contrato de técnicos; procurará acelerar o advento da indústria atômica; ativará a mobilização do potencial econômico, na parte que lhe compete; organizará comissões de homens de ciência para o estabelecimento do plano de pesquisas; estudará os meios de despertar e investigar as vocações dos pesquisadores; instituirá o seguro social e outras garantias assecuratórias do amparo, estabilidade e tranqüilidade indispensáveis ao inteiro devotamento à pesquisa; efetuará o levantamento das necessidades imediatas das atuais instituições de pesquisa e providenciará para que as mesmas sejam convenientemente atendidas; favorecerá o aparelhamento dos institutos existentes; procederá ao levantamento do cadastro dos recursos atuais em pessoal especializado e material; estabelecerá ligação entre as instituições de pesquisa do país, para intercâmbio de informações e, quando possível, de técnicos; entrará em ligação com determinadas instituições científicas do estrangeiro com o referido objetivo; manterá ligação permanente com o Estado Maior das Forças Armadas, para estudo das questões que interessem à segurança nacional; providenciará a montagem de campo de prova; realizará entendimentos imediatos para cooperar com as autoridades na prospecção de materiais atômicos e outros; e promoverá a articulação e a cooperação dos vários setores científicos, no sentido do bem comum.

**TRABALHO  
E PREVI-  
DÊNCIA  
SOCIAL**

Tem o Governo procurado levar adiante uma política de harmonia social entre os fatores da produção, em obediência às normas que disciplinam as relações do trabalho.

O crescimento das atividades econômicas do país, em especial a ampliação do parque e da mão-de-obra industriais, exige

um esforço cada vez mais amplo de orientação e fiscalização, ao tocante ao cumprimento da legislação trabalhista. O aparelhamento governamental já não corresponde, em eficiência e presteza, ao vulto das tarefas confiadas a este setor.

A legislação brasileira do trabalho representa, inegavelmente, um esforço de amplas proporções sob vários aspectos. Está, entretanto, precisando de revisão. Impõe-se a melhoria do sistema, de sorte que o tornemos menos teórico, dando mais realidade às conquistas dos trabalhadores. É mister se substituam as complicações de natureza legal ou burocrática por um espírito objetivo de concessões recíprocas, capaz de levar empregados e patrões a um regime de convívio pacífico e fecundo, na defesa de seus interesses mútuos.

*Reajustamento da Legislação Trabalhista*

A solução desses problemas humanos depende menos da coação do Poder Público e das fórmulas compulsórias, do que da vontade livre e do sentimento do dever dos interessados. No momento em que as classes trabalhadoras e patronais do Brasil chegarem a essa compreensão, o país ter-se-á aproximado da solução de seus problemas sociais, que a legislação trabalhista, por si só, não pode resolver.

O sistema de previdência social brasileiro não apresenta condições satisfatórias, notadamente quanto ao aspecto econômico-financeiro. Os resultados de balanços e das respectivas disponibilidades demonstram que se caminha para uma posição delicada, em face do crescente acervo de encargos que a legislação em vigor, elaborada sem o necessário espírito de unidade, impõe às entidades de previdência.

*Previdência e Assistência*

Os planos de benefícios têm sido ampliados sem a correspondente contraprestação de recursos exigidos para atender aos novos encargos.

A crise que atinge os órgãos da previdência é de natureza complexa, convido lembrar, como fonte geradora, a própria orientação administrativa impressa aos seus serviços, a que, infelizmente, não têm sido estranhas influências político-partidárias.

Viu-se o Governo compelido a adotar medidas rigorosas para contenção das despesas, ao mesmo tempo que cuidou dos aspectos ligados à melhoria dos níveis de eficiência.

Na realização desse programa, recomendou controle mais rigoroso dos gastos, de modo que se restringisse o apelo a reforço

de verbas, a transferências de créditos e outras medidas que geralmente modificam a execução orçamentária.

Ordenou a imediata paralisação dos planos de aplicação de capitais, para indispensável reexame e reajustamento à orientação administrativa do Governo. Determinou a incrementação da cobrança das dívidas hipotecárias dos empregadores, da arrecadação das contribuições e, bem assim, da liquidação dos depósitos bancários ainda em poder de instituições privadas, e dos débitos de autarquias e sociedades de economia mista para com a previdência social.

Lei orgânica  
da Previdência  
Social

Parece ao Governo conveniente rever e atualizar diversos dos dispositivos do projeto de lei orgânica da previdência social, ora em curso no Congresso Nacional. Cuida, assim, de constituir uma comissão de técnicos para estudar a reforma da legislação de previdência e alterar, se necessário, o sistema atual, criando novas fontes de receita e reajustando os benefícios ora previstos.

Não se deve interromper a fusão das Caixas de Aposentadoria e Pensões, retomada em 1954, no tocante às entidades que, apresentando debilidade econômica e financeira, não oferecem condições de pleno rendimento. Nesse sentido, expediu o atual Governo o Decreto nº 36.221, de 27 de setembro de 1954, que regula as bases de fusão daqueles órgãos.

Débito da  
União para  
com os Insti-  
tutos

Cuida o Governo em estabelecer um esquema de pagamento para a dívida da União com as entidades da previdência social, e, ao mesmo tempo, evitar o seu crescimento. Produto de sucessivos períodos de acumulação, o débito em aprêço já atingia, em 1954, aproximadamente, a elevada soma de dezoito bilhões de cruzeiros. A situação atual priva as instituições de previdência de recursos substanciais, indispensáveis à realização de seus fins.

Assistência  
médica

Em decorrência do programa de recuperação econômico-financeira traçado para as autarquias de previdência, determinou o Governo a contenção dos quadros atuais dos serviços médicos domiciliares, e rigoroso regime de compressão de despesas, para prevenir majorações de custeio.

Abono  
Familiar

O pagamento do abono familiar, instituído pelo Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, e regulamentado pelo Decreto nº 12.299, de 22 de abril de 1943, correu, no exercício de 1954,

à conta de verba própria, prevista no Orçamento Geral da União, no montante de Cr\$ 170.000.000,00.

Para prover o órgão encarregado do controle e pagamento do abono, dos meios necessários à execução de seus fins, o atual Governo obteve do Congresso Nacional, através de emenda ao Orçamento, na dotação global de Cr\$ 180.000.000,00, prevista para o abono familiar em 1955, o destaque de Cr\$ 6.000.000,00 para pagamento do material de consumo e permanente, bem como despesas decorrentes da administração do abono familiar. A remessa de cheques, no exercício de 1954, atingiu Cr\$ .... 103.542.680,00, distribuídos às Unidades da Federação.

Problema de que depende o nível de vida das populações, da renda e da distribuição dos recursos, a alimentação deve ser encarada pelo Poder Público, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo.

Assistência  
Alimentar

O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), foi criado com a finalidade de assegurar aos trabalhadores condições favoráveis e higiênicas de alimentação, e formar, na coletividade, uma consciência familiarizada com as boas práticas da nutrição. A par do caráter primordialmente assistencial, possui o SAPS sentido educativo, que, embora circunscrito, segundo a lei, à classe dos previdenciários, assume realmente sentido mais amplo.

S. A. P. S.

A adoção do sistema de "auto-serviço" para vendas, implantado no SAPS com a criação do super-mercado do Distrito Federal, virá ao encontro das exigências de distribuição em grandes centros consumidores do país. As vantagens do sistema, de larga aceitação nos Estados Unidos da América e em muitos países da Europa, são manifestas e ajustam-se aos objetivos da autarquia, no que diz respeito ao abastecimento público, pois o volume de vendas permite maior cobertura dos gastos e conseqüente redução do preço das mercadorias oferecidas aos consumidores.

A implantação imediata de uma rede de "auto-serviços" importaria, contudo, em investimentos vultosos, para os quais não está o SAPS aparelhado presentemente.

No ano de 1954, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços alterou substancialmente a orientação de suas atividades. Até 15 de setembro seguiu uma política de contenção, com base

C. O. F. A. P.

em tabelamentos nominais. De 15 de setembro em diante os rumos de ação da COFAP foram modificados. O abastecimento direto deixou de ser objetivo dominante, os tabelamentos foram reservados para uma ação corretiva e os preços aproximaram-se de níveis justos, no que tange a gêneros essenciais para o consumo popular. Buscaram-se efeitos através dos transportes, dos trabalhos portuários, de melhor colaboração dos serviços públicos. Da atuação destes elementos ligados à recuperação econômica do Brasil e da cooperação das classes produtoras, aguardam-se resultados compensadores no plano do abastecimento público.

Este ano deverá decidir-se do destino da COFAP, com base na ação desenvolvida em 1954. Muito embora os aspectos negativos, é forçoso reconhecer os serviços prestados pela COFAP, no estudo de mercados e preços, e das linhas gerais do problema do abastecimento. Em especial sua ação coordenadora, agora reforçada pelo Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional, tem alcançado êxitos apreciáveis.

Dada a extensão do Brasil, a diversidade das condições de produção e distribuição, não parece aconselhável privar-se o Governo de órgão de estudo e orientação dos problemas do abastecimento, que coordene as iniciativas dos diversos setores da administração pública e influa no campo econômico onde os interesses se debatem.

A participação da COFAP faz-se sentir na compra e subsequente venda de mercadorias, não só para limitar a especulação mas ainda atender à parte menos favorecida da população. A COFAP reduziu sua intervenção no comércio varejista passando tal missão a ser desempenhada pelo SAPS. No momento, intervém apenas no mercado da carne e da banha.

**Como  
Populares**

A ação do Governo no sentido de debelar a crise de habitação pode ser aferida pelo vulto das inversões realizadas nos últimos anos.

Dificuldades de múltipla natureza, como sejam econômicas, financeiras ou técnicas e, ainda, puramente sociais, oferecem óbice à fixação de planos que capacitem o Estado a corrigir a carência de habitação, cujos efeitos negativos recaem principalmente sobre as camadas mais pobres do povo.

A Fundação da Casa Popular teve sua situação financeira agravada, por não lhe terem sido facultadas as dotações orçamentárias consignadas nos Orçamentos Gerais da República de 1953 e 1954, no montante de Cr\$ 340.000.000,00.

Com a supressão da cobrança da taxa de 1% sobre o valor das operações imobiliárias em favor da Fundação, ficou estabelecido por lei que, durante dez anos, seriam incluídas no Orçamento da União contribuições decrescentes em seu favor, a fim de que a mesma contasse com os recursos financeiros indispensáveis ao cumprimento das suas finalidades estatutárias. Somente a contribuição relativa ao exercício de 1952 pôde ser entregue à entidade, aplicada ou vinculada a obras em andamento ou prestes a iniciar-se, na forma dos programas aprovados para construção de conjuntos residenciais.

A impossibilidade de entrega das dotações dos exercícios de 1953 e 1954 impediu a programação de empreendimentos de vulto, limitando-se a Fundação em 1954, apenas à realização das obras em andamento, e ao início de três pequenos núcleos. Privada de dedicar-se a novos empreendimentos, por falta de recursos, encontra-se a Fundação em dificuldades para atender a compromissos já assumidos com obras iniciadas, e em risco de paralisar outras já em fase final. A entidade apenas pode dispor de reduzidos recursos provenientes das arrecadações mensais devidas pelos promitentes compradores.

Concluíram-se, em 1954, 491 residências, distribuídas pelos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Para 1955 está previsto o término de 2.157 casas, nos seguintes Estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal e São Paulo. Computados esses números, o total de unidades residenciais construídas pela Fundação elevar-se-á a 10.839.

No setor da renda imobiliária, registra-se, em 1954, a arrecadação de Cr\$ 40.633.334,30, com a majoração de Cr\$ ... 3.728.131,10 sobre a receita prevista.

Criada por decreto de 1951, com a finalidade de realizar estudos sobre a conjuntura social, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, em três anos de funcionamento, pouco resultado

Comissão  
Nacional de  
Bem-Estar  
Social

prático apresentou. As atribuições da Comissão podem ser confiadas a outros órgãos da Administração. Sua existência, na contingência atual, de contenção de despesas, não se justifica. Dai a providência da extinção desse órgão, efetivada pelo Decreto n.º 36.827, de 27 de janeiro de 1955. Os elementos coligidos e os estudos realizados serão aproveitados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

#### Seguros

O mercado segurador nacional experimenta fase de acentuada solidez, em face do desenvolvimento sempre crescente das operações e da elevada capacidade de cobertura do resseguro, progressivamente orientada no sentido de proporcionar às empresas seguradoras maior assistência técnica e financeira.

#### Instituto de Resseguros do Brasil

Completo em 1954 seu décimo quinto exercício de operação o Instituto de Resseguros do Brasil, atento sempre às finalidades de regular e fortalecer as operações de resseguro, assim como promover o desenvolvimento do seguro no país.

No decurso do último exercício, o desenvolvimento do mercado segurador nacional e das atividades do IRB acusam os montantes de Cr\$ 5.749.000.000,00, em prêmios de seguros diretos, e Cr\$ 877.752.000,00, em resseguros.

Procurou a instituição aperfeiçoar seus planos de resseguros e as normas atinentes aos diversos ramos de operação, promovendo o reexame das tarifas e adotando medidas aconselháveis ao melhoramento da rotina de trabalho.

#### Seguro Agrário

A instituição do seguro agrário figura entre as iniciativas de amparo às atividades da produção agro-pastoril.

A Lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954, estabeleceu normas para sua implantação, empenhando-se o Governo em levá-la a efeito, certo dos benefícios que trará à economia do país.

A Comissão Organizadora da Companhia Nacional de Seguro Agrícola elaborou os projetos de Estatutos e o plano de formação do seu capital, que foram integralmente aprovados pelo Decreto n.º 35.409, de 28 de abril de 1954.

Esse instrumento legal atribuiu ao Instituto de Resseguros do Brasil a elaboração dos Planos de Seguro e criou a Compa-

nhia Nacional de Seguro Agrícola. Durante o exercício de 1954, foram iniciados os trabalhos respectivos, que visam ao estabelecimento das normas que hão de reger as atividades do seguro agrário, de modo que, no ano corrente, estará a Companhia Nacional de Seguro Agrícola em condições de iniciar suas operações, proporcionando aos pecuaristas amplas garantias contra os danos a que estão expostos os rebanhos. No setor da agricultura, garantias semelhantes serão proporcionadas aos plantadores de trigo, café, algodão, arroz e uva.

## POLÍTICA MILITAR

Órgão destinado a preparar as decisões do Presidente da República, relativas à organização e ao emprêgo das Forças Armadas, a elaborar os planos correspondentes e a colaborar na mobilização total da nação para a guerra, o Estado-Maior das Forças Armadas realizou durante o ano, além dos trabalhos que lhe são próprios, a composição de várias comissões incumbidas dos estudos de assuntos de interesse para a Segurança Nacional, e das ligações mais estreitas com os Estados-Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica, coordenando trabalhos de conjunto.

Em outubro de 1954 foi dado caráter definitivo, como elemento integrante desse órgão, à Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares, com a finalidade de assegurar a objetividade dos estudos relacionados com a logística industrial, tendo em vista a mobilização total do país para a guerra. Essa Comissão vinha funcionando em caráter experimental.

É oportuno destacar, entre os trabalhos de Estado-Maior, o Estudo da Divisão Territorial do país; o projeto do decreto executivo que concede prioridade para a construção do Tronco Principal Sul e as Premissas Militares para a Política Nacional Rodoviária, apresentadas ao XI Congresso Rodoviário Nacional.

Com relação às tarefas realizadas pela Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares, salientam-se as seguintes: sugestões para padronização do Material de Guerra; Coparticipação da Indústria Nacional no apoio logístico das Forças Armadas; Relatório sobre o Problema dos Plásticos Celulósicos na Implementação da Indústria de Guerra; Estudos sobre a Produção de Aços Especiais e Implantação da Indústria do Alumínio no país.

Apesar de a Lei n.º 1.956, de 1953, regular a nova divisão militar do território nacional para o emprêgo das Forças Arma-

ESTADO-  
-MAIOR...  
DAS FÔR-  
CAS...  
ARMADAS

Realizações

Zonas de Do-  
leza

das, os Comandos das Zonas de Defesa previstas não puderam ser ainda efetivados, em virtude, principalmente, da falta de instalações adequadas a órgãos de tão elevada hierarquia e em consequência do número ainda reduzido de oficiais de Estado-Maior das três Forças Armadas, indispensáveis aos trabalhos a cargo dessas Zonas.

Em face disso, estuda-se, no momento, a adoção de uma solução intermediária, que, sem exigir a nomeação imediata dos Comandos de Zonas de Defesa, assegure o planejamento mínimo, correspondente a cada uma delas.

#### **Instalações**

Desde 1949, vem-se cogitando da construção de um edifício destinado a alojar o Estado-Maior das Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra. Um projeto de lei, autorizando a abertura de crédito para a execução das obras, acha-se em curso no Congresso.

O Estado-Maior das Forças Armadas encontra-se, de fato, inadequadamente estabelecido em dependências da Escola Técnica do Exército. Isto impede que lhe seja atribuída a envergadura exigida pelos seus múltiplos encargos. Outro tanto acontece com a Escola Superior de Guerra, em suas precárias instalações na Fortaleza de São João.

#### **MARINHA**

O Estado-Maior da Armada e a Secretaria Geral da Marinha, que presidem, respectivamente, à atividade militar e administrativa da Marinha Brasileira e a controlam, desenvolveram, durante o ano de 1954, intensa e produtiva ação orientadora.

O Estado-Maior realizou trabalhos de vulto nos setores da organização, informação, operações e logística.

A Secretaria Geral empenhou-se na organização de seus próprios serviços, entre os quais avultam a distribuição das verbas, a administração do pessoal civil e a contabilidade do Fundo Naval.

#### **Biotiros**

A Diretoria do Pessoal, reorganizada, atingiu elevado nível de eficiência e, metódicamente, vem procurando resolver os problemas do pessoal militar em que se debate a Marinha.

A reorganização do Ministério e o efetivo das forças previstas estão a revelar necessidades de pessoal que, no âmbito militar, a

Marinha poderá atender, mas cuja solução, no que concerne a civis, escapa à sua alçada.

A enorme carência de pessoal civil, particularmente especialistas e técnicos de administração, talvez pudesse ser resolvida mediante a criação de um Corpo de Pessoal Civil, de caráter paramilitar.

Quanto à instrução, cabe acentuar que, em 1954, a despeito das grandes deficiências de pessoal e das dificuldades para o reparo naval, realizaram-se exercícios de vulto, nos quais se chegou a empregar um conjunto de dezenove navios.

*Instrução*

Também as Forças de Defesa dos Distritos Navais adestraram suas guarnições e o pessoal dos Centros de Instrução, Escola de Aprendizes e Alunos da Escola de Marinha Mercante, em exercícios proveitosos.

As Companhias Regionais do Corpo de Fuzileiros Navais realizaram manobras juntamente com tropas do Exército.

No setor do ensino, foi intensa a atividade dos cursos e escolas. Especializaram-se vinte e dois oficiais em armamento, vinte e um em máquinas, seis em hidrografia e duas turmas de guardas-marinhas concluíram o estágio de adaptação.

*Ensino*

O movimento de matrículas foi de 406 alunos no Colégio Naval, 542 na Escola Naval e 156 no Curso de Oficiais da Reserva.

Quanto ao pessoal subalterno, 833 concluíram os Cursos de Especialização e 1.161, a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

Em consequência da criação da Diretoria de Aeronáutica, houve necessidade da formação de observadores aero-navais, tendo sido enviados à América do Norte oficiais para se especializarem no assunto.

O problema de suprimento na Marinha teve, durante o ano de 1954, acentuado desenvolvimento. Além das atividades de rotina, foram instalados um parque de mecanização, uma torrefação de café, com produção mensal de 50.000 quilos, e o Centro de Controle de Estoque de Sobressalentes.

*Suprimento*

Com o incremento das atividades do Escritório de Compras da Marinha, em São Paulo, as bases de Ladário e do Nordeste passaram a ser supridas em condições econômicas mais vantajosas.

O 4.º Distrito Naval, em Belém, passou a importar, com apreciáveis vantagens, diretamente das fontes produtoras, em cooperação com a 8.ª Região Militar.

O suprimento de material importado vem sendo feito com deficiência, por depender do consumo de divisas, sobretudo em moedas fortes.

Há, entretanto, um limite mínimo na necessidade de divisas, aquém do qual a Marinha não logrará, sequer, manter o material flutuante em condições de operar. Uma vez fixado este limite, haverá vantagem em conceder-se liberdade para sua aplicação, a fim de evitar a morosidade administrativa que retarda a aquisição de material destinado a emprêgo imediato.

A fim de aliviar o abastecimento dos grandes centros, concorrendo para reduzir um dos fatores de carestia, em benefício geral, a Marinha pretende empenhar todos os seus recursos de transporte, para assegurar diretamente o seu suprimento, indo buscar os gêneros o mais perto possível das fontes produtoras.

#### *Instalações*

Não foi relegado para segundo plano o problema de construção e manutenção dos próprios nacionais, nem descuidado o alojamento para o pessoal da Marinha.

Com as verbas orçamentárias, foi iniciada a construção das Escolas de Aprendizes de Maceió, Vitória e Manaus. As de São João da Barra, Paranaguá e Rio Grande do Sul estão planejadas e outras com contratos de construção assinados.

A Diretoria de Portos e Costas, já instalada em edifício adquirido pela Marinha, está empenhada num programa de reaparelhamento das Capitânicas, procurando substituir as sedes, na maioria alugadas, por prédios próprios. Assim, acham-se em fase de construção as sedes das Capitânicas de Manaus e Maceió, e das agências de Penedo e Neópolis; foram adquiridos edifícios para as agências de Estância, Eirunepé e Urussuí; melhoraram-se as Capitânicas de Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, bem como as Delegacias de Itajai e São Francisco do Sul.

No setor da saúde, teve início a construção do Laboratório Farmacêutico e do Centro de Suprimento de Material Sanitário; ampliaram-se a Clínica de Cirurgia Torácica e o Serviço de Cirurgia Experimental do Hospital Marcílio Dias; instalaram-se as Enfermarias de Clínica Neurológica e do Serviço de Anestesia.

Numerosas obras foram realizadas em vários estabelecimentos, avultando os trabalhos de conclusão do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador. As obras da Vila Operária continuam com apreciável incremento.

Acham-se concluídos ou em construção aquartelamentos, bem como residências para oficiais e sargentos, nos seguintes pontos da fronteira: Garruchos, Pôrto Lucena, Pôrto Maria, São Borja, Itaquí, Uruguiana, Barra do Quaraí, São Marcos, Pôrto Xavier e Alto Uruguai.

A impossibilidade de expandir os elementos de força levou a Marinha a consagrar a máxima atenção à obra de desenvolvimento de apoios logísticos exigidos para manutenção e operações da força futura. Tendo em vista este objetivo, foi programada a construção de Bases Navais.

Bases

Uma Comissão de Construção dessas Bases administra o programa elaborado, que compreende:

- a) construção da Base Naval de Val-de-Cans, em Belém do Pará;
- b) expansão da Base Naval de Natal;
- c) construção da Base Naval de Recife;
- d) construção da Base Naval de Aratu, em Salvador.

Foi realizada, em 1954, uma boa parte das obras fundamentais em Val-de-Cans, as quais deverão estar terminadas em 1955. Para que a Base comece a operar como elemento de apoio, restará apenas construir e aparelhar as respectivas oficinas.

Essa Base é de evidente importância, uma vez que se destina não só a apoiar os navios de guerra que devem operar na costa norte, no rio Amazonas e na rota das Antilhas, mas também a proporcionar a toda a navegação da Bacia Amazônica apoio industrial eficaz.

A Base de Natal teve o preparo de seu cais acostável terminado, o mesmo acontecendo com a ensecadeira para o dique seco; foram também preparados, para os serviços de dragagem que se devem executar em 1955, toda a tubulação e os flutuantes, estando em curso o aparelhamento de uma draga. Foram ultimados entendimentos com o Departamento de Portos, Rios e Canais, para ferrocagem da ponta sul.

Na Base Naval do Recife, foram terminadas a construção de dois diques e a estrutura do primeiro trecho do cais frontal. Fêz-se

a abertura da bacia do Beberibe. Os terrenos necessários às demais construções estão em fase de desapropriação.

A natureza do terreno da Base de Aratu exigiu árduos trabalhos preliminares de terraplanagem. Foram construídos 500 metros de cais acostável e um dique.

#### **Marinha**

O custo exorbitante dos modernos navios de guerra, ainda quando parcialmente construídos no Brasil, limita, nas atuais contingências financeiras, uma expansão real do poder combatente da Marinha.

Os navios adquiridos no Japão e na Holanda (2 navios tanques, 10 corvetas, 6 pequenos transportes de passageiros e 28 unidades de desembarque), posto que de reconhecida utilidade para serviços auxiliares, alguns dos quais imprescindíveis, bem pouco representam como elementos de força. As dificuldades mais variadas, sobretudo no tocante à importação de material, continuam a retardar a prontificação dos contratorpedeiros "Araguaia" e "Ajuricaba".

#### **EXÉRCITO**

No setor do Alto Comando do Exército, as alterações havidas foram de âmbito funcional, para melhor reajustar a ação e responsabilidade dos Comandantes de Zonas Militares, a fim de permitir-lhes melhor coordenação dos órgãos e unidades sob sua direção.

Está em estudos a atualização das leis que fixam a estrutura do Exército, sancionadas em 1946 e que não mais atendem às necessidades atuais.

Essas modificações visam, principalmente, a fixar com clareza e objetividade as atribuições dos Grandes Comandos, particularmente os de Zonas e Regiões Militares, ainda não bem ajustados entre si, dada a impossibilidade de se alterar substancialmente, por medida executiva, a estrutura fixada em lei.

#### **Oficiais**

A situação dos quadros de oficiais mereceu, da parte do Governo, um estudo cuidadoso, no sentido de mantê-los completos e assegurando às unidades um perfeito enquadramento. A renovação dos quadros continua normalmente, pela Lei de Reestruturação e pelo sistema da compulsória e da promoção. A Lei de Inatividade, sancionada no fim de 1954, fará sentir seus primeiros efeitos no corrente ano.

Cabe ressaltar a grave deficiência do Quadro de Oficiais Médicos do Serviço de Saúde do Exército, onde o número de claros é de cerca de 200. Um anteprojeto elaborado pelo Ministério da

Guerra, e já transformado em lei, permite um acesso mais rápido aos postos superiores desse Quadro, esperando o Governo, deste modo, atrair para o oficialato médico do Exército elementos novos, em número suficiente.

A necessidade de manter as despesas estritamente dentro das possibilidades orçamentárias impôs, no ano recém-findo, como nos anteriores, medidas que, de um lado, têm acarretado a redução de efetivos, a antecipação de licenciamento anual dos conscritos e o retardamento de novas incorporações; de outro lado, têm prejudicado a eficiência do preparo das reservas e do eventual e inopinado emprêgo da tropa.

Os efetivos sofreram desfalques decorrentes da exigüidade do funcionalismo do Ministério. Os trabalhos burocráticos tiveram de ser executados por sargentos e graduados, retirados das unidades, que assim tiveram reduzida sua eficiência.

A instrução da tropa teve um ritmo normal, porém o seu preparo ficou aquêem do nível desejado, havendo concorrido para isso a deficiência de oficiais subalternos e de graduados, a carência de material, particularmente motomecanizado, e a falta de campos de instrução para a tropa — mal que se vem agravando de ano para ano. Com o aumento crescente dos efetivos e a evolução das técnicas de combate e emprêgo das unidades, torna-se imprescindível a aquisição de campos de instrução necessários ao adestramento da tropa. O desenvolvimento notório de localidades do país, particularmente daquelas de maior vulto, onde se encontram as sedes das maiores guarnições do Exército, torna obsoletos os pequenos campos de instrução existentes em suas imediações e impede que a tropa realize exercicios de maior envergadura, prejudicando, sobretudo, a prática do tiro real.

*Instrução*

A carência de recursos orçamentários e a desincorporação prematura em algumas Regiões Militares não permitiram a execução de manobras de conjunto. Mesmo assim, em Gericinó, foi realizado um exercicio de grupamento tático, com a cooperação de tôdas as armas, saltos de paraquedistas e emprêgo de blindados.

Várias circunstâncias impediram a realização das manobras previstas para a 1.ª e 4.ª D. I.

O Estado-Maior do Exército orientou e coordenou a instrução, bem como estudou e preparou vários manuais de instrução.

Os Tiros de Guerra funcionaram a contento, preparando cerca de 22.136 reservistas.

**Matrino**

Durante o ano de 1954 freqüentaram as diversas escolas do Exército 6.389 alunos, sendo: 3.083 das Escolas Preparatórias e Colégio Militar, 1.529 das Escolas de Formação de Oficiais das Armas e Serviços, 388 das Escolas de Aperfeiçoamento e Especialização, 584 da Escola de Sargentos das Armas, 186 da Escola de Estado-Maior e 255 da Escola Técnica do Exército.

Continuou-se com o sistema de compressão de Cursos, iniciado em 1952, na Academia Militar das Agulhas Negras, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escolas de Especialização.

**Suprimento**

A ação administrativa no decorrer de 1954 foi dominada pela preocupação de realizar economias, dada a precariedade dos recursos orçamentários. Nestas condições, não foi possível empreender qualquer plano de vulto, como o da instalação de depósitos de estocagem e intercâmbio, em regiões geoeconômicas, cuja produção agropecuária e industrial permita atender, no mínimo, às necessidades da Região Militar. Embora as instruções referentes a esses depósitos tenham sido baixadas em 1953, não se pôde ainda, infelizmente, concretizá-los.

No setor de engenharia foi feito suprimento de material às unidades no valor de Cr\$ 15.372.860,00, logrando-se abundante recuperação.

O suprimento de material de comunicações atingiu o valor de Cr\$ 8.156.324,00 e foram instaladas filmotecas nas 2.ª, 3.ª e 7.ª R. M.

Nos setores de Intendência e Saúde, a insuficiência de meios financeiros impediu a realização dos planos elaborados, limitando-se aqueles órgãos às atividades de rotina.

A Remonta procurou atender e melhorar a eqüinocultura em todo o território nacional.

O combate à gasterofilose em todo o país permitiu extingui-la completamente nos territórios das 2.ª, 4.ª, 8.ª e 10.ª Regiões Militares.

Foram criadas, em 1954, mais doze granjas, que já atingem um total de 128 no Exército. O crescente custo do material utili-

zado dificulta maior amparo a esses estabelecimentos, que tantos benefícios vêm prestando.

As dotações orçamentárias para obras, no exercício passado, elevaram-se a 175 milhões de cruzeiros, compreendidas nesse total as que se destinam aos equipamentos e aquisições de imóveis. A Diretoria de Obras e Fortificações, dentro das precárias possibilidades, concluiu várias tarefas e deu início ou prosseguimento a outras, de acordo com o plano pré-estabelecido.

*Instalações*

Entre outros empreendimentos, foram concluídas as obras de um pavilhão para oficiais no Hospital Militar de Juiz de Fora e uma estação de tratamento d'água no Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu. Estão em andamento as construções de três pavilhões no hospital de Curitiba, de um pavilhão no Hospital Central, de um bloco operatório no hospital de Manaus, de um estádio em Fortaleza, da adutora de Nioaque, e da Escola de Alfabetização na Vila Militar de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

Apesar do interesse e necessidade de construir paióis e depósitos de munição a falta de recursos tem determinado a protelação de tais obras, o que acarreta sérios inconvenientes.

As casas de moradia para oficiais e sargentos, até agora construídas, não chegam a atender a 3% das necessidades. Com reduzidas verbas foram concluídas, neste setor: 20 moradias em diversas guarnições, dois blocos de 12 apartamentos cada um no Distrito Federal, estando em andamento 37 casas e dois blocos de 6 apartamentos para oficiais, bem como 55 casas e 1 bloco de 12 apartamentos para sargentos. Estas poucas obras não atenuam a crise. O problema é de vulto, uma vez que as necessidades vão além de 10.000 residências, que não poderão ser construídas com verbas normais. Daí a necessidade de um sistema de financiamento, que permita à administração da Guerra enfrentar esta angustiosa questão. Um plano está em estudo para resolver o problema.

No que diz respeito a equipamento, cumpre ressaltar a grande falta de material de que se ressentem o Exército. O material existente, além de reduzido, está em parte gasto pelo uso prolongado, com exceção do que foi recebido ultimamente, em consequência do acordo militar Brasil-Estados Unidos.

*Material*

A disponibilidade de material não permite prover os corpos de tropa de todo o armamento e equipamento técnico, correspon-

dentes às suas dotações orgânicas. Por outro lado, não pode a administração do Exército organizar um planejamento de conjunto, a longo prazo, pois as dotações orçamentárias, além de restritas, têm vigência exclusiva no exercício para o qual são votadas.

Planejamento desse tipo exige recursos extraordinários (créditos válidos por vários anos) ou fundo especial, independente de dotações orçamentárias, a exemplo do que ocorre com a Marinha.

Empenha-se o Exército em conseguir recursos que lhe permitam recuperação geral de seu parque automóvel, cujo material já está com mais de 10 anos de serviço, impondo assim manutenção muito dispendiosa.

No setor do armamento e motomecanização, esforça-se a administração em fazer funcionar os parques regionais de Material Bélico, para atender à manutenção do 4.º Escalão, de modo que se alivie a tarefa dos arsenais. Foi adquirida a maquinaria necessária para esse fim.

#### AERO- NÁUTICA

Os trabalhos realizados pelo Ministério da Aeronáutica traduzem o esforço apreciável do seu pessoal, quer militar, quer civil, para que o difícil período de 1954 fôsse superado com um saldo positivo de atividade.

Com a atual organização, tem esse Ministério a seu cargo, não somente o preparo de uma força capaz de executar a defesa aérea do país, mas também o desenvolvimento das atividades aeronáuticas em geral, por meio do apoio que lhe é proporcionado sob múltiplas formas.

A fim de suavizar as dificuldades resultantes da carência observada no Corpo do Pessoal Subalterno, foi realizada uma distribuição dos efetivos, de modo que se mantivesse o equilíbrio necessário ao funcionamento integral da Força Aérea Brasileira.

A carência de pessoal subalterno é ocasionada não só pelos baixos resultados obtidos na seleção de recrutamento para as escolas de formação, mas ainda pelos numerosos pedidos de transferência para a Reserva Remunerada, de elementos contemplados pelas leis que asseguram a acumulação de promoções.

#### Instrução

Apreciável esforço realizou-se no setor da instrução, aprimorando-se os métodos de ensino e melhorando as instalações das Escolas, dentro das possibilidades orçamentárias.

Foram incrementados os vôos de instrução a jato e convencionais.

Em tôdas as Zonas Aéreas houve manobras em conjunto com o Exército e com a Marinha, além de inúmeras missões de levantamento aerofotográfico.

Com o Exército foi particularmente ativada a instrução de paraquedistas e intensificou-se o treinamento do lançamento de fardos.

O Centro de Instrução Tática Anti-Submarino "Almirante Marques de Leão", que funciona em instalações da Marinha, desenvolve suas atividades em cooperação com a Força Aérea, na preparação de oficiais para a solução de problemas táticos ligados às operações navais e à cooperação aeronaval, em conexão com as unidades de superfície da Esquadra.

Com a Marinha realizou-se manobra de conjunto de grande envergadura.

A afilência às escolas militares tem sido muitas vezes superior ao número de vagas, mas raramente são elas preenchidas em virtude do baixo nível de ensino que se acentua cada vez mais em todo o país.

*Ensino*

Na Escola Preparatória de Cadetes concluíram o curso 91 candidatos, sendo oportuno ressaltar que, nos exames de admissão, o aproveitamento não foi superior a 10%.

A Escola de Aeronáutica formou 102 aspirantes-aviadores. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica funcionou com normalidade, concluindo o curso 34 Oficiais-Aviadores e 24 Oficiais de Serviços. A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica diplomou 27 Oficiais Aviadores e 5 no Curso de Direção dos Serviços.

Concluíram o Curso da Escola de Especialistas 536 alunos e na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, ambas de nível superior, houve 66 matriculas.

O Centro Técnico de Aeronáutica diplomou 25 engenheiros de diversas especialidades.

Cumpre destacar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Instrução Tática Anti-Submarino "Almirante Marques de Leão", funcionando em instalações da Marinha e no qual concluíram o curso 20 oficiais.

**Suprimento**

A falta de recursos para importação de material afeta profundamente a Aeronáutica, pois, como é sabido, seu material é de fabricação estrangeira. Do total necessário em material de suprimento e manutenção somente foram adquiridos 11,5% dos itens imprescindíveis, adotando-se ao mesmo tempo as medidas de poupança determinadas pela exigüidade de recursos.

Sempre que possível, a falta de material tem sido atendida pelo Plano de Assistência e Defesa Mútua.

**Instalações**

Dentre das atividades enquadradas no Plano de Obras, foram terminadas as seguintes: pista de Manaus, estação de passageiros de Aracaju, 120 casas residenciais e ampliação de pista e pátio em Santa Cruz, 56 casas residenciais no Galeão, maternidade do Hospital de Belém. Prosseguiram outras, tais como: estação de passageiros de Recife, aeroporto de Ilhéus, ampliação do Hospital Central, Pavilhão do Depósito Central de Intendência, Aeroportos de Campo Grande, Londrina e Porto Alegre.

Iniciaram-se as seguintes obras: estação de passageiros de Belém, 142 casas no Galeão e melhoramentos no Aeroporto de Cuiabá.

Para atender a suas obrigações com o Exército, no tocante às operações aeroterrestres, serão adquiridos nos Estados Unidos 12 aviões C-82 pelo preço de 120.000,00 dólares.

Ultima-se a compra de 3 helicópteros para atuar em colaboração com a Marinha. Foram recebidos 2 aviões F-47, que completam 25 com os recebidos em 1953 e adquiridos 50 do tipo T6D e 7 do tipo B-17.

**INDÚSTRIAS  
BÉLICAS**

A deficiência de verbas e, particularmente, a dificuldade na obtenção de divisas destinadas a cobrir as importações de matérias-primas e de implementos necessários à fabricação de material de guerra, em vista da política cambial imposta ao país, muito prejudicaram as atividades fabris das Forças Armadas.

Com relação ao Exército, foram preparados programas mínimos que devem ser realizados pelos arsenais e fábricas, cuidando-se do controle e assistência às indústrias civis que colaboram nessa produção.

Cumpra assinalar que os arsenais, dentro dos limites permitidos pela escassez de recursos, vêm produzindo, em quantidades

apreciáveis, armamento de características modernas e elevado valor técnico.

Não descurou a Marinha de incentivar a ampliação de seu parque industrial. Novos empreendimentos foram realizados em 1954.

Os serviços de rotina, numerosos e variáveis, mantiveram as oficinas e arsenais em intensa atividade.

As Fábricas de Canhões e Torpedos terminaram a construção de canhões de 5 polegadas e canhões de 40 mm e de torpedos MK-15. Todos esses engenhos foram experimentados com satisfatório sucesso. Iniciou-se a produção de uma segunda série desse material.

Grande esforço foi despendido no setor da construção naval, prosseguindo os trabalhos de fabricação de 2 contra-torpedeiros, 2 barcos de óleo e 2 barcas d'água. Está planejada a construção de navios hidrográficos.

A indústria civil de armamento e munição nasceu e desenvolveu-se graças à iniciativa e assistência técnica dos engenheiros militares, a cuja capacidade se devem algumas das mais importantes realizações, como sejam a fabricação de metralhadoras de 7 mm e .30 e das metralhadoras de mão .045, do canhão sem recuo, inúmeras munições e produtos pirotécnicos, instrumentos, aparelhos e acessórios de toda espécie.

Trabalhou o Exército, por suas Comissões e Unidades rodoviárias, na construção de estradas, empregando verbas no valor de Cr\$ 541.935.000,00. As Unidades Rodoviárias têm a seu cargo a construção de estradas num total de 2.893 km, tendo sido construídos 375 km.

Na parte ferroviária, estão a cargo do Exército cerca de 800 km, cumprindo destacar a construção do Tronco Principal Sul, cuja importância nunca é demais encarecer.

Concorrendo para incentivar a indústria civil, e em particular os estaleiros, a Marinha encomendou seis navios balizadores.

Por outro lado, nos estaleiros e diques das Bases trabalha-se intensamente no reparo de navios mercantes, nacionais e estrangeiros.

A fabricação de artefatos para a indústria civil e para o comércio coloca as Forças Armadas como suplementadoras da eco-

ATIVIDA-  
DES  
EIVALEN-  
TES

onomia nacional, para a qual contribuem com artigos preparados em maquinaria de difícil aquisição.

O Ministério da Aeronáutica desenvolveu apreciável atividade de planejamento e execução, relativa à aviação civil, visando aos seguintes fins principais:

1.º) o desenvolvimento ordenado da aviação comercial, dentro do sistema geral de transportes do país, buscando afastar a competição ruínosa, sob suas várias formas;

2.º) mais íntimo contato e mais perfeita coordenação entre a Diretoria de Aeronáutica e os demais órgãos do Ministério, a fim de assegurar maior rapidez na solução dos problemas da aviação civil, que, especificamente, não sejam da alçada daquela Diretoria;

3.º) a ampliação da rede aeroviária, na conformidade das finalidades previstas nas diretrizes da política aérea;

4.º) o estímulo ao desenvolvimento da mentalidade aeronáutica, através do incentivo aos aeroclubes.

Graças ao continuado e decidido apoio do Governo às atividades da Aviação Civil, prosseguiu esta em franca expansão em 1954, dispondo hoje o Brasil de mais de 300 cidades interligadas.

Ascendeu a Cr\$ 70.711.997,00 o montante das subvenções pagas pelo Governo a diversas empresas, como auxílio a linhas internas pioneiras e aos serviços internacionais.

Para atender à aquisição de sobressalentes e demais acessórios indispensáveis à manutenção do material de voo das empresas, o Ministério da Aeronáutica, indo ao encontro de solicitações das organizações interessadas, entrou em contato com o Banco do Brasil, obtendo deste uma distribuição de cotas de câmbio, num total de L1\$ 5.000.000,00. Embora a distribuição dessas cotas não tenha sido completada em 1954, os recursos proporcionados foram suficientes para garantir uma situação de relativo desfôgo, na manutenção do material de voo dessas empresas.

Sob mais de um aspecto, o ano que findou foi favorável aos interesses da Aviação Comercial do Brasil, no âmbito internacional.

A fim de resolver problemas que derivam dos convênios existentes entre o Governo do Brasil e os dos países escandinavos, realizou-se uma consulta, por solicitação dos referidos governos.

No decorrer de 1954, iniciaram-se ainda os serviços de mais uma empresa européia no Brasil — a Swissair — em virtude de acordo com o Governo suíço.

Continuou produzindo os resultados previstos o Plano de Padronização da Contabilidade das empresas nacionais de navegação aérea, adotado em 1951, cuja execução prosseguirá em 1955 e exercícios subseqüentes.

A formação de elementos aptos para suas necessidades orgânicas é uma das grandes contribuições das Forças Armadas para o desenvolvimento econômico nacional, porquanto os cidadãos que, através do serviço militar, se tornam especialistas, voltam à vida civil levando um cabedal de conhecimentos teóricos e práticos que vão empregar nas suas profissões, melhorando-lhes a produtividade.

O amparo, o esforço e o pioneirismo da Aeronáutica, em relação ao estabelecimento e manutenção da rede aérea brasileira, contribuem sobremaneira para o desenvolvimento de regiões que, de outra forma, continuariam em completo isolamento dos grandes centros econômico-sociais.

Tal meio de ligação, embora de capacidade restrita, confere a essas desprotegidas regiões possibilidades de desenvolvimento, contribuindo para que elas mais cedo se integrem na economia nacional.

**POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE ÁREAS**

## POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE ÁREA

Um país com as características e dimensões do Brasil teria forçosamente de incorporar a prática das técnicas de planejamento aos hábitos e métodos de governo e administração.

EXPERI-  
ÊNCIAS  
DE PLA-  
NEJA-  
MENTO

A extensão geográfica e a complexidade da formação das comunidades brasileiras, a par das diferenciações que se observam nas diversas regiões geo-econômicas, determinaram indiscutível variedade de estágios de desenvolvimento.

Esses fatores, simultaneamente com a escassez dos meios financeiros, não permitiriam alcançar o objetivo demasiado ambicioso de um plano geral, em moldes que colidiriam com a estrutura política do país, avessa às planificações rígidas e ao intervencionismo econômico em larga escala.

Resolveu o Brasil adotar um sistema peculiar de valorização de áreas, adaptado às suas condições. Daí o aparecimento de planos regionais como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, as Obras contra as Secas, os projetos do São Francisco, o aproveitamento hidrelétrico de Paulo Afonso, os serviços do Vale do Rio Doce, a Fundação Brasil Central, os planos em elaboração para aproveitamento racional da Bacia do Rio Paraná e do Vale do Paraíba, a administração dos Territórios, a nacionalização da faixa de fronteiras e a interiorização da Capital Federal.

Empreendimentos como esses, que representam experiências tipicamente nacionais de planejamento e política de valorização de áreas, constituem um capítulo expressivo na moderna administração brasileira, revelando a ação continuada do Governo no sentido de promover a recuperação e o desenvolvimento da maior parte do território nacional, de modo a proporcionar o bem-estar de consideráveis massas humanas, que ainda não foram satisfatoriamente incorporadas aos benefícios da civilização.

Como decorrência do art. 199 da Constituição Federal, o Congresso elaborou a Lei n.º 1.806, sancionada pelo Poder Executivo a 6 de janeiro de 1953, a qual cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e sua Comissão de Planejamento. Este órgão, consoante o diploma legal, destina-se a planejar e promover a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que constitui, na forma da lei, um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e os da relação de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país.

O que significa para a nação o início das atividades desse órgão, que visa a integrar definitivamente a Amazônia nos quadros da civilização brasileira, deve ser bem compreendido e ponderado. Porque é todo o Brasil, através dos três por cento de sua renda tributária, que está contribuindo para o empreendimento que vem atender a um dos imperativos da vida nacional: levar a Amazônia a um estágio de progresso que deve marchar paralelo com os padrões técnicos observados nas regiões mais prósperas do país, retirando-a, assim, da condição de pobreza econômica em que não deve permanecer, e fixando melhor o equilíbrio que se impõe entre as várias entidades regionais, integrantes do quadro físico, social e econômico do Brasil.

A obra que devemos executar — levando-se em conta a extensão da área legal, correspondente a cerca de dois terços da superfície do país, e os complexos problemas que temos de enfrentar — serão, com efeito, de longo prazo. Exigem a preparação de vasto programa de trabalho, que não pode ser planejado e executado sem os estudos e pesquisas necessárias à compreensão exata da realidade econômica e social da Amazônia.

A empresa exige, pelo seu vulto econômico e importância estratégica, um trabalho altamente especializado, que tem de ser promovido com cautela, objetividade, decisões certas e seguras, em que interfiram somente a técnica e os interesses exclusivos da região.

A Valorização Econômica da Amazônia, por essa forma, define-se como um esforço nacional para:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover à execução de suas tarefas sociais;
- c) desenvolver a Amazônia em sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

A Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia, sob a presidência do Superintendente, é, segundo o art. 24 do diploma legal, constituída de quinze membros, sendo seis técnicos, correspondentes aos setores gerais de atividades que integrarão o Plano, de nomeação do Presidente da República, e nove representantes dos Estados e Territórios da área amazônica, designados pelos respectivos governos.

*Programa  
de  
emergência*

Essa Comissão, tendo o encargo legal de planejar os trabalhos de valorização econômica, elaborou primeiro um Programa de Emergência, em obediência ao art. 19 da Lei n.º 1.806, que se constitui, verdadeiramente, o instrumento de transição entre o regime de obras e serviços, que vinham sendo realizados com recursos distribuídos pelo Congresso, e o novo regime de planejamento. A seguir, foi organizado o primeiro Plano Quinquenal.

Aprovado pelo Decreto do Executivo Federal n.º 35.020, de 8 de fevereiro de 1954, o Programa de Emergência teve sua execução iniciada no decorrer do ano que findou, juntamente com a série de obras e serviços constantes do Orçamento da República.

O total dos recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, aplicáveis em 1954, elevou-se, assim, a ..... Cr\$ 1.134.121.000,00, havendo o Congresso Nacional destinado ao Programa de Emergência a importância global de ..... Cr\$ 300.000.000,00. Teve, pois, a Comissão de Planejamento de formular aquele Programa dentro de um teto financeiro bastante reduzido, ao qual juntou, na base de estimativa, ..... Cr\$ 30.000.000,00, correspondentes aos 3% da renda tributária dos Estados e Municípios, total ou parcialmente compreendidos na área da Amazônia Brasileira.

*Recursos*

Os investimentos, previstos nessa planificação preliminar, incluíram Cr\$ 65.820.000,00 para o desenvolvimento agropecuário.

rio; Cr\$ 85.760.000,00 para os transportes, comunicações e energia; Cr\$ 20.000.000,00 para o desenvolvimento cultural; Cr\$ 33.460.000,00 para os recursos naturais e Cr\$ 84.960.000,00 para a saúde e alimentação. Os outros recursos constantes do Orçamento da União para investimentos na Amazônia montaram a Cr\$ 1.104.121.000,00 e cobriram igualmente aqueles títulos.

A fim de disciplinar a aplicação do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, o Governo baixou o Decreto n.º 35.142, de 4 de março de 1954, o qual estabelece que tais recursos só poderão ser utilizados mediante a prévia aprovação, em cada caso, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, do respectivo programa de aplicação. Quando se tratar de obras, deverão ser apresentados e aprovados projetos completos e acabados, acompanhados dos respectivos orçamentos e especificações. Sujeitou, também, à fiscalização técnica e contábil da Superintendência todos os empreendimentos, obras, serviços e atividades de qualquer natureza, total ou parcialmente financiados pelo Fundo. Complementando estas providências, a Superintendência baixou, na base do decreto em causa, instruções pormenorizadas, destinadas a cumprir integralmente os intuítos moralizadores do emprêgo das verbas dentro de um critério sadio e eficiente.

Contratos  
e  
convênios

Devia a Superintendência, em consequência, firmar contratos e convênios com os Estados, Municípios, autarquias, sociedades e entidades privadas, órgãos da administração pública federal, que foram contemplados com verbas do Anexo 16 da lei de meios, ou que, por suas especialidades, estavam indicados a executar os serviços e as obras programadas, através de um regime de prioridades, na base do que estabelece a legislação em vigor.

A assinatura de acórdos, ajustes, convênios para realização dos fins em vista, é decorrência do art. 6.º da Lei n.º 1.806 e art. 4.º do Decreto n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953, que aprovou o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, assim como o estabelecimento de prioridade é decorrência do art. 4.º da lei, e § 3.º do decreto referido.

O regime de ajustes bipartites ou tripartites apresenta, além disso, motivos ponderáveis de ordem administrativa e técnica. Se a Superintendência tivesse de executar diretamente o volume imenso de serviços e obras do Plano, despenderia uma grande soma para manter a equipe de administração e de especialistas,

necessária à empresa. Isto viria criar inevitável burocracia e aumentar ainda mais as dificuldades de conseguir técnicos competentes. Ademais, entraria em concorrência com serviços já existentes, em pleno funcionamento e dotados de experiência regional comprovada. Ajustando com eles a realização dos empreendimentos, previstos no Programa de Emergência e nos demais itens do Orçamento da República, a Superintendência evitou maiores encargos financeiros e de pessoal para a Administração Pública, pondo em execução suas tarefas de modo mais proveitoso e imediato.

O regime de prioridade subordina-se a condições de importância e de urgência.

Dentro de cada setor (Saúde e Saneamento, Desenvolvimento Cultural, Produção Agrícola, Recursos Naturais, Crédito e Comércio, Transportes, Comunicações e Energia) os empreendimentos foram divididos em:

- a) serviços suscetíveis de possibilitar melhoria imediata do padrão de vida das populações beneficiadas;
- b) serviços que acarretem a recuperação dos investimentos;
- c) serviços cuja dotação foi considerada insuficiente para custeio total.

Dessa maneira, as verbas destinadas à energia elétrica das capitais amazônicas foram incluídas nas primeiras prioridades, o mesmo acontecendo quanto aos serviços agropecuários. Já as dotações específicas para construções de estabelecimentos escolares, cais de acostamento nas sedes dos diversos municípios, por serem notoriamente insuficientes, foram classificadas nas últimas prioridades.

Esquematizada a maneira de aplicação de verbas, aprovados os planos, programas de trabalhos e estimativas orçamentárias, a Superintendência começou a firmar os instrumentos com vários órgãos, através dos quais se está promovendo a valorização.

Concluíram-se, no decorrer de 1954, 161 acórdos que representaram um total de Cr\$ 849.566.179,70. Todas as obras e serviços nêles discriminados se acham em plena fase executória, sob a fiscalização técnica e contábil da Superintendência, destacando-se, em importância, os acórdos adiante referidos.

Saúde, saneamento e alimentação

No setor saúde, saneamento e alimentação, o acôrdo firmado com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para aplicação nos vários serviços de saúde, saneamento, assistência sanitária, serviços de água e esgotos, nas capitais dos Estados e sedes municipais, hospitais, postos de saúde, pesquisas, inquéritos etc., foi o de maior vulto. Seguem-se os firmados com o Serviço Nacional de Malária, Serviço Nacional de Tuberculose e Serviço Nacional de Leprosia.

Um dos principais objetivos, preconizados no Programa de Emergência, no capítulo «Saúde», é, porém, a criação de condições básicas indispensáveis ao desenvolvimento dos programas dos próximos anos, já pertencentes ao Plano Quinquenal, estando em execução, por intermédio de convênios firmados com as Delegacias Federais de Saúde, localizadas na região, e Secretarias de Saúde dos governos estaduais, cursos de formação de especialistas, construção de laboratórios de pesquisas, centro de preparação de vacina B.C.G.

Na parte de alimentação firmaram-se acôrdos tripartites, num total de Cr\$ 14.900.000,00, distribuídos entre tôdas as unidades que compõem o complexo amazônico e a Comissão Nacional de Alimentação, objetivando a solução do problema alimentar na Amazônia, por intermédio de estudos e pesquisas sôbre o estado nutritivo, hábitos e recursos alimentares da população e fornecimento de merendas aos escolares e pré-escolares. Para o programa de alimentação às gestantes, mães nutrizes e lactentes, foram, igualmente, concluídos convênios com os governos de todos os Estados e Territórios da área amazônica, no valor total de Cr\$ 4.700.000,00.

Transporte

No setor de transporte, vem em primeiro lugar o acôrdo ultimado com os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (SNAPP) para a compra, na Holanda, de 12 navios movidos a motor *diesel*. Essa operação foi financiada pelo Banco do Brasil, com o aval da Superintendência, que já liquidou totalmente os seus compromissos, entregando àquela autarquia a importância de Cr\$ 103.750.000,00, consignada no Orçamento Geral da República para saldar a dívida contraída com o principal estabelecimento de crédito do país. Assinale-se que já chegaram à Amazônia duas dessas unidades, estando a terceira em via de partir da Holanda para Belém.

e a quarta, lançada ao mar, encontra-se em término de obras mortas. Até o fim do corrente ano os estaleiros holandeses entregarão os navios restantes.

No setor em referência foi esse o mais vultoso investimento, constituindo um passo decisivo no sentido de aparelhar convenientemente o sistema de transporte fluvial da Amazônia. Atendeu ainda o Programa de Emergência, no mesmo setor, à recuperação da Estrada de Ferro Tocantins, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e à construção de rodovias que são complementares do sistema de navegação do rio dêsse nome, bem como do sistema de estradas de rodagem que visa a proporcionar ao Acre facilidades de comunicações, quebrando o isolamento em que vive, por força do regime dos rios e do paralelismo dos cursos d'água que atravessa o Território em sentido de isolamento das bacias fluviais caracterizantes de sua geografia física. Foram assinados convênios com os governos territoriais, com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), (ligação Anápolis-Be-lém), com a Fundação Brasil Central, a que está afeta a administração da Estrada de Ferro Tocantins.

Avulta a importância dos acordos celebrados com o Ministério da Aeronáutica: um no valor de Cr\$ 27.500.000,00, para financiar os trabalhos da infraestrutura da rota direta Rio-Manaus, e outro de Cr\$ 20.000.000,00, para terminar as obras do aeroporto internacional de Manaus. No capítulo de instalações portuárias, destacam-se as obras do prosseguimento do Pôrto de Macapá, a cargo do Governo do Território do Amapá, e a construção de silos no Pôrto de Belém.

No setor de energia foram entregues, mediante convênio, as importâncias destinadas ao melhoramento de energia elétrica e manutenção do serviço, tanto ao Governo do Estado do Amazonas, para o caso particular da cidade de Manaus, além da contribuição, devida por lei, para a integralização de capital da nova Central Elétrica de Manaus, como para construção da Central Elétrica da cidade de Belém.

Energia

No que diz respeito ao desenvolvimento cultural, a execução de seu programa respeitou as bases preconizadas no Programa de Emergência, que deu ênfase ao ensino técnico-profissional, firmando-se da mesma maneira acordos com as entidades que estão

Desenvolvi-  
mento  
cultural

aparelhadas para executar tais serviços, e as contempladas no anexo 16 da lei de meios. Merece referência particular a próxima inauguração dos institutos técnico-profissionais de Marapanim e Ourém, construídos e equipados com recursos do Fundo de Valorização.

É de destacar-se a constituição do núcleo especializado da primeira missão rural, que vai atuar na região bragantina.

A Escola de Agronomia de Manaus, mandada restaurar por lei do Congresso Nacional, teve o seu acervo recebido do Estado do Amazonas pela Superintendência, que prepara, no momento, a recuperação do edifício central, encontrado em lamentável estado de conservação. A Escola deverá entrar em funcionamento ainda em 1955.

Quanto aos recursos naturais, destacam-se os acórdos celebrados com o Instituto de Pesquisas da Amazônia, que visam a estudos florestais em Manaus, contratos de técnicos nacionais e estrangeiros, serviços que estão em andamento.

Há ainda a considerar-se a cooperação internacional da «Food and Agricultural Organization» (FAO), entidade das Nações Unidas que mantém, mediante acórdo com o Governo brasileiro, sob a responsabilidade da Superintendência, uma equipe de técnicos em silvicultura, para estudo e aproveitamento das riquezas florestais. A essa Missão foram concedidas verbas no Programa de Emergência, cuja entrega se efetuou normalmente. Os trabalhos da Missão consistiram em:

a) estabelecimento de cartas topográficas e começo de um inventário dos recursos florestais em uma parte do Baixo Amazonas. Este trabalho se realiza em vista da instalação de indústrias novas;

b) início de uma demonstração de exploração florestal, por meio de métodos modernos, na região de Benjamim Constant;

c) estudos preliminares de instalação de um Centro de Formação de Operários de Indústria Florestal em Santarém;

d) participação em um estudo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tendo em vista examinar as possibilidades da instalação de uma usina de celulose no Território do Amapá. Esses estudos, relativos ao importante problema do papel, completam-se com experiências recentemente feitas em França, em especial por uma missão de técnicos brasileiros.

O setor de agricultura e pecuária teve as suas dotações movimentadas através de acórdos celebrados com os diversos órgãos da administração federal, que executam as tarefas de pesquisas, experimentação, fomento, colonização na Amazônia, além de outros, da órbita dos governos territoriais e estaduais. Destacam-se os acórdos com o Instituto Agronômico do Norte, para fomento às culturas de juta e arroz, com a Secção de Fomento Agrícola do Pará, para a recuperação da cultura cacaueteira no Estado, com a Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, para localização de 150 famílias japonesas e produção de gêneros alimentícios para abastecer a cidade de Manaus. Estão em curso, por força de outros convênios, serviços de levantamento pedológico, demográfico e econômico das colônias agrícolas existentes na região; de manutenção de um centro de treinamento de trato-ristas, de aquisição e revenda de máquinas agrícolas, inseticidas e fungicidas, e construção de instalações de secagem e expurgo de cereais. Citem-se ainda os investimentos para a mecanização da lavoura em um total de vinte milhões de cruzeiros.

Agricultura  
e pecuária

Quanto ao Crédito e Produção, o mais importante instru-mento é o fundo de fomento à produção, no valor de ..... Cr\$ 81.600.000,00. O plano de aplicação desse fundo foi organizado pela Comissão de Planejamento da Valorização Eco-nômica da Amazônia e determinou o emprêgo dos recursos na produção agropecuária de abastecimento alimentar e na forma-ção de seringais de cultura. O referido plano está em execução, mediante convênio com o Banco de Crédito da Amazônia S.A., que aplicará o fundo, observando a seguinte distribuição percentual:

Crédito  
e  
produção

- 25% para os Estados do Amazonas e do Pará;
- 10% para os Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás;
- 5% para os Territórios Federais.

Reveste-se da maior importância para a região e para o Brasil o programa de intensificação da cultura da seringueira. Os empréstimos, para esse efeito, serão feitos pelo prazo de doze anos e amortização de:

10% no oitavo ano (quando o seringueiro começa a pro-duzir industrialmente); 15% no nono ano; 20% no décimo ano; 25% no décimo primeiro ano; e 30% no décimo segundo ano.

*Plano  
quinquenal*

Em obediência aos arts. 7.º e 26 da Lei n.º 1.806, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia elaborou o Plano Quinquenal e o orçamento do primeiro ano de sua execução.

Recebido esse Plano pela Presidência da República, foi acompanhado de Mensagem, encaminhado ao Congresso Nacional.

O Primeiro Plano Quinquenal oferece uma estrutura complexa, ao nível de seu alto objetivo, enfeixando a programação de trabalhos referentes à Produção Agrícola, Transportes, Comunicações e Energia, Desenvolvimento Cultural, Recursos Naturais e Saúde.

Esses itens incluem problemas de grande alcance, que só a união de propósitos, a decisão e a capacidade de trabalho dos próprios homens do vale, auxiliados financeiramente por todo o país, poderão resolver.

O Plano Quinquenal assim define os objetivos gerais da Valorização da Amazônia:

«1 — A Valorização da bacia amazônica é, em si, uma obra política pela qual a Nação brasileira procura ocupar e desenvolver economicamente os espaços inaproveitados do território nacional. Sua orientação deve encerrar uma compreensão e definição das razões que determinam esse movimento e dos objetivos que tem em vista.

Com sua fraca densidade demográfica, de apenas 0,7 de habitantes por quilômetro quadrado, ou de 0,5 habitantes por quilômetro, se computada apenas a população rural, constitui a Amazônia um espaço vazio, economicamente improdutivo e politicamente perigoso. São cinco milhões de quilômetros quadrados de terras quentes e úmidas. Cobertas pela maior formação florestal continua do mundo, oferecem condições de clima semelhante às regiões do Oriente, onde se formaram as grandes culturas agrícolas que deram base à evolução industrial do Ocidente, e onde a existência de uma rede hidrográfica de extensão sem paralelo, constituída em maior parte de rios volumosos e de curso desimpedido, cria facilidades especiais ao transporte. Com recursos

minerais ainda mal conhecidos, mas que, onde, pesquisados, foram encontrados consideráveis, e, por isso, a Amazônia, das áreas atualmente desabitadas e inexploradas do globo, a de recuperação e desenvolvimento mais fácil. Essa circunstância e sua localização geográfica no hemisfério ocidental, a salvo dos conflitos políticos e ideológicos que subvertem o Oriente, tornam a recuperação da Amazônia não só um imperativo da política nacional, senão também uma decorrência da conjuntura política internacional».

Todos esses aspectos, ainda que distintos, guardam larga margem de contacto, porque, no fundo, o problema único consiste na adaptação do homem às condições do meio e na prática de tarefas com as quais não está ainda familiarizado.

Dentre os setores em que o Ministério da Viação e Obras Públicas exerce suas atividades, existe um em que a gravidade das questões técnicas e econômicas é acrescida de aspectos sociais, adquirindo, por isto, amplo sentido no quadro dos problemas nacionais.

DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Trata-se das obras contra as secas, cujo principal objetivo é a recuperação econômica de extensa região. Sujeito a frequentes anomalias climáticas, com uma posição geográfica que se define como área natural de expansão da civilização litorânea, o Nordeste ocupa extensão equivalente a cerca de um terço da costa atlântica.

Obras contra as Secas

Já é bem conhecida a técnica de coordenação de obras no combate à seca.

Muito tem feito o DNOCS, mas é possível obter dele maiores resultados, utilizando melhor técnica de planejamento e de comando, bem como novos métodos de contratos de obras, com que seja atraída a colaboração de firmas construtoras de alta capacidade.

Dentro dessas idéias e para tornar mais ordenada e eficiente a luta pela recuperação daquela região, foi criada, pelo Decreto n.º 36.478, de 18 de novembro de 1954, a Comissão de Investimentos do Nordeste.

Devendo ser um órgão com um corpo técnico permanente, além de representantes de vários departamentos e entidades, ca-

be-lhe a missão de reexaminar os vários projetos específicos do DNOCS e preparar, de acôrdo com a direção dêste, os programas de execução, definindo o ritmo das obras.

Essa comissão estuda os planos de emergência elaborados pelo DNOCS e propõe medidas administrativas que possibilitem maior rendimento na aplicação dos recursos dêsse Departamento. Também se lhe atribui a missão de sugerir a reestruturação dos serviços do DNOCS, quer em relação à sua distribuição territorial, quer a seus efetivos de técnicos e do pessoal em geral. Deve ainda a comissão propor as medidas legislativas e administrativas necessárias à solução dos problemas sociais e econômicos, característicos da região, e patrocinar a realização de convênios de coparticipação das várias entidades interessadas no problema do Nordeste, que tenham reflexos mais diretos no polígono das secas. Outra finalidade da comissão é a realização de estudos fundamentais sôbre o Nordeste; sistematizando a grande massa de trabalhos existentes, e constituindo assim um documentário básico sôbre os aspectos de clima, geologia, recursos naturais, hidrologia, tendências econômicas e sociais.

Tiveram início ou prosseguimento, em 1954, os seguintes serviços: construção de grandes açudes públicos, de canais de irrigação e de obras complementares para regularização do regime dos cursos d'água; proteção e aproveitamento das terras cultiváveis; construção de pequeros açudes pelo regime de cooperação com particulares, Municípios e Estados; perfuração de poços e construção de rodovias, de preferência as necessárias ao acesso às obras em execução.

Açudagem  
pública  
e particular

Foi iniciada a construção de 14 açudes públicos com a capacidade global de 4.060.025.700 m<sup>3</sup>. Feve prosseguimento a construção de 31 açudes, com a capacidade global de ..... 2.849.654.350 m<sup>3</sup> e foi concluída a construção de 3 açudes com a capacidade global de 95.635.750 m<sup>3</sup>.

Prosseguiu a construção de 55 açudes em cooperação, com a capacidade de 113.020.400 m<sup>3</sup>; e foi concluída a construção de 9 outros com a capacidade global de 20.809.200 m<sup>3</sup>.

Elevou-se a 71 o número de estudos e projetos de açudes, compreendendo açudes públicos e em cooperação com particulares, Municípios e Estados.

Executaram-se trabalhos de perfuração de 183 poços tubulares, com a profundidade de 17.380 m.

Realizaram-se serviços rodoviários, compreendendo a construção de 476 km de plataforma, além de inúmeras obras d'arte correntes e especiais.

Geograficamente essas obras e trabalhos tiveram a distribuição que se segue.

*Estado do Maranhão* — Prosseguiram os serviços de construção da rodovia Barão de Grajaú a Carolina, tendo-se construído 65,8 km no trecho de Pastos Bons a São Domingos.

*Estado do Piauí* — Iniciou-se a construção de 3 açudes, com a capacidade total de 707.463.773 m<sup>3</sup>, a saber: açude «Vereda Grande» — 644.807.150 m<sup>3</sup>; açude «Cocal» — 9.856.623 m<sup>3</sup>; açude «Barreiros», — 52.800.000 m<sup>3</sup>.

Continuaram os trabalhos de construção de 2 açudes com a capacidade total de 25.984.600 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «Cajazeiras» — 24.702.000 m<sup>3</sup>; açude «Anajás» — 1.282.600 m<sup>3</sup>.

Foi concluída a construção do açude «Ingazeira», com a capacidade de 25.719.750 m<sup>3</sup>.

Sob a fiscalização do Departamento, tiveram andamento as construções de 2 açudes com a capacidade global de 3.934.600 m<sup>3</sup>.

Progrediram os serviços de construção rodoviária, na extensão total de 134 km, distribuídos pelos trechos seguintes: Oeiras a Floriano — 74 km; Valença a Picos — 32 km; Floriano a Vereda Grande — 1 km; Vereda Grande a Canto do Buriti — 4 km; Picos a Jaicós — 23 km.

Teve andamento a construção do viaduto de acesso à ponte sobre o rio Poti, na cidade de Teresina.

Elevou-se a 33 o número de poços tubulares perfurados durante o ano.

*Estado do Ceará* — Tiveram sua construção iniciada 4 açudes, com a capacidade total de 2.626.941.250 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «Araras» — 1.000.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Banabuiú» — 1.500.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Poço da Pedra» ..... — 117.500.000 m<sup>3</sup>; açude «São Mateus» — 9.441.250 m<sup>3</sup>.

Prosseguiram os trabalhos de construção de 5 açudes, com a capacidade total de 545.173.000 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «Pentecoste» — 400.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Patos» — 7.553.000 m<sup>3</sup>;

açude «Poço do Barro» — 56.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Latão» — 49.470.000 m<sup>3</sup>; açude «Quixabinha» — 32.150.000 m<sup>3</sup>.

Concluiu-se o açude «Várzea do Boi», com capacidade de 52.000.000 m<sup>3</sup>.

Prosseguiram as construções de 24 açudes em cooperação, com a capacidade global de 65.919.200 m<sup>3</sup>, concluindo-se dois com a capacidade total de 10.391.100 m<sup>3</sup>.

Continuou a construção da Rodovia Central do Ceará, na extensão de 60 km, e a da estrada de acesso ao açude «Araras».

Elevou-se a 30 o número de poços tubulares perfurados.

Prosseguiu a construção dos canais de irrigação dos açudes «General Sampaio» e «Aires de Sousa».

*Estado do Rio Grande do Norte* — Iniciou-se a construção de 3 açudes, com a capacidade total de 629.754.900 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «General Dutra» — 72.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Oiticica» — 498.000.000 m<sup>3</sup> e açude «Mundubim» — ..... 59.754.900 m<sup>3</sup>.

Prosseguiu a construção de dois açudes, com a capacidade total de 14.679.885 m<sup>3</sup>, a saber: açude «Bonito» — 10.864.760 m<sup>3</sup>; e açude — «Currais Novos» — 3.815.125 m<sup>3</sup>.

Tiveram andamento as construções de 10 açudes, com a capacidade total de 21.085.900 m<sup>3</sup>, e concluíram-se outros 4, com a capacidade global de 5.830.000 m<sup>3</sup>.

Prosseguiu a construção rodoviária de 98 km, nos trechos seguintes: Mossoró a Luis Gomes; Caraúbas a Pedra de Abelhas; Macau a Jucurutu; Angicos a Pedro Avelino; Jucurutu a Florânia; Caicó a Patos; Catolé do Rocha a Pau dos Ferros; Parelhas a Santa Luzia; Jardim a Ouro Branco; Cêro Corá a São Tomé.

Foram iniciados os trabalhos de construção da ponte sobre o rio Seridó, em Caicó, com 200 m de extensão.

Elevou-se a 30 o número de poços perfurados durante o ano.

Foi concluída a abertura dos canais que ligam o rio Açu às lagoas do Piatá e Ponta Grande.

*Estado da Paraíba* — Tiveram prosseguimento os trabalhos de construção de 9 açudes, com a capacidade global de ..... 1.251.019.785 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «Mãe d'Água» — 639.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Boqueirão de Cabeceiras» — ..... 536.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Escondido» — 16.579.000 m<sup>3</sup>; açude «Congo» — 6.674.150 m<sup>3</sup>; açude — «Algodões» — 2.049.255 m<sup>3</sup>; açude «Gado Bravo» — 1.094.220 m<sup>3</sup>; açude «Curimataú»

5.989.250 m<sup>3</sup>; açude «Sumé» — 36.800.000 m<sup>3</sup>; açude «Riacho de Santo Antônio» — 6.833.940 m<sup>3</sup>.

Foi concluída a construção do açude «Jatobá», com a capacidade de 17.916.000 m<sup>3</sup>.

Sob a fiscalização do Departamento tiveram andamento as construções de 8 açudes, com a capacidade global de ..... 9.648.400 m<sup>3</sup>.

Prosseguiram os serviços de construção rodoviária, na extensão total de 96 km, distribuídos pelas seguintes estradas: Queimadas a Boqueirão; Campina Grande a Boa Vista; Estaca Zero a Taperoá; Ramal de Picuí; Curema a Piancó; Patos a Santa Luzia; Catolé do Rocha a Patu; Brejo do Cruz a Patu; Patos a Mauriti.

Elevou-se a 5 o número de poços tubulares perfurados.

Prosseguiu a construção de canais na bacia de irrigação do açude «São Gonçalo», assim como do campo de pouso do açude «Curema».

*Estado de Pernambuco* — Teve a sua construção iniciada o açude «Tamboril», com a capacidade de 27.644.500 m<sup>3</sup>.

Prosseguiram os trabalhos de construção de 2 açudes, com a capacidade global, prevista, de 514.522.100 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «Arrudeio» — 14.522.100 m<sup>3</sup>; açude «Poço da Cruz» — 500.000.000 m<sup>3</sup>.

Sob a fiscalização do Departamento tiveram andamento as construções de 3 açudes, com a capacidade global de 3.010.700 m<sup>3</sup>.

Prosseguiram os serviços de construção rodoviária, na extensão total de 29 km, distribuídos pelas seguintes estradas: Exu a Crato; Pesqueira a Poção; Arco-Verde a Buique.

Elevou-se a 17 o número de poços perfurados.

*Estado de Alagoas* — Tiveram prosseguimento os trabalhos de construção de 2 açudes, com a capacidade total de 1.814.980 m<sup>3</sup>, a saber: açude «Ponciano» — 757.600 m<sup>3</sup>; açude «Riacho do Bode» — 1.057.300 m<sup>3</sup>.

Elevou-se a 17 o número de poços tubulares perfurados.

*Estado de Sergipe* — Tiveram sua construção iniciada 2 açudes, com a capacidade total de 4.660.000 m<sup>3</sup>, assim discriminados: açude «Itabaiana» — 3.760.000 m<sup>3</sup>; açude «Carira» — 900.000 m<sup>3</sup>.

Prosseguiu a construção do açude «Ribeirópolis», com a capacidade de 920.000 m<sup>3</sup>.

Na Rodovia Central de Sergipe foram realizados serviços na extensão de 10 km.

Elevou-se a 2 o número de poços tubulares perfurados.

*Estado da Bahia* — Tiveram prosseguimento as construções de 7 açudes, com a capacidade total de 491.800.000 m<sup>3</sup>, a saber: açude «Jacurici» — 150.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Cocorobó» — 250.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Serrote» — 10.800.000 m<sup>3</sup>; açude «Sohen» — 16.000.000 m<sup>3</sup>; açude «Barra do Mendes» — 1.000.000 m<sup>3</sup>.

Sob a fiscalização do Departamento tiveram andamento as construções de 8 açudes, com a capacidade global de 9.421.600 m<sup>3</sup>, e foram concluídos três açudes com a capacidade global de 4.588.100 m<sup>3</sup>.

Prosseguiram os serviços de construção rodoviária, na extensão total de 49 km, distribuídos pelas seguintes estradas: Canudos a Juazeiro; Rodovia Central de Sergipe; Euclides da Cunha a Queimados; Rodovia Cansação.

Elevou-se a 48 o número de poços tubulares perfurados.

*Estado de Minas Gerais* — Foi iniciada a construção do açude «Estréito», com a capacidade de 63.561.275 m<sup>3</sup>.

Elevou-se a 21 o número de poços tubulares perfurados.

**Serviço  
Agro-  
Industrial**

O Serviço Agro-Industrial do Departamento de Sêcas, com jurisdição em toda a área do Polígono, realizou estudos agrológicos e a construção de canais, drenos e estradas, nas bacias de irrigação de açudes públicos; promoveu a ajuda técnica aos irrigantes e vazanteiros, ministrando-lhes o ensino agrícola, cedendo-lhes maquinaria, combatendo as pragas e prestando-lhes assistência social.

Executou ainda o Serviço Agro-Industrial numerosas análises de terras, de plantas e de águas do Nordeste, praticando, em consequência, a correção de solos e selecionando culturas para diversos tipos de solo e água.

**Serviço de  
Estudos**

O Serviço de Estudos executou os reconhecimentos e outras tarefas de sua alçada.

Os projetos em andamento nesse setor compreenderam 71 açudes.

**SANEA-  
MENTO**

O Governo Federal vem executando por intermédio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento um conjunto de ser-

viços, segundo planos regionais ligados essencialmente à recuperação de terras, defesa de campos e cidades contra inundações, e trabalhos em cooperação, nos planos estaduais de eletrificação.

Essas tarefas estão sendo executadas de norte a sul do país.

No Nordeste, prosseguem os serviços de dragagem para recuperação dos vales úmidos, abrangendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Em Pernambuco, tiveram andamento as obras de atêrro dos alagados do Recife. No Vale do São Francisco atacam-se a dragagem e o dique do rio Boassica, com a finalidade de preservar das enchentes grandes várzeas da cultura de arroz. Obras idênticas estão sendo realizadas em Sergipe, no rio Propriá.

Na Baixada Fluminense, prosseguiram as obras de recuperação de terras, de acôrdo com o plano de saneamento traçado. Tiveram curso, em Juiz de Fora, os trabalhos contra inundações, havendo-se concluído a dragagem do rio Paraibuna. No Estado de São Paulo, iniciou-se o dique do rio Paraíba, visando à recuperação de suas várzeas. Não sofreram interrupção as obras de defesa da cidade de Pôrto Alegre, contra inundações.

Concluiu-se, no Rio Grande do Sul, a construção da barragem "Ernestina", parte do Plano de Eletrificação do Estado, e que eleva a 7 o número de barragens construídas pelo Departamento, para o Governo gaúcho. Em execução encontram-se 4 outras barragens ligadas ao Plano de Eletrificação.

Acham-se em estudos, para construção também pelo Departamento, os projetos de duas barragens: uma em Pedras, na Bahia, destinada à eletrificação do sul do Estado, e outra em Suíça, no Espírito Santo, a qual permitirá a instalação de uma usina geradora de 72.000 H.P.

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento despendeu, em 1954, a importância de Cr\$ 420.000.000,00, e adquiriu equipamentos no valor de Cr\$ 41.000.000,00.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, constituída em 15 de março de 1948, iniciou as obras para o aproveitamento da energia da cachoeira de Paulo Afonso em fins de fevereiro de 1949.

No período decorrido entre as duas datas citadas, realizara estudos, levantamentos, observações hidrológicas e sondagens geológicas, indispensáveis à organização do projeto definitivo: confec-

COMPANHIA  
HIDRELÉ-  
TRICA DO  
SÃO FRAN-  
CISCO

cionara esse projeto e o do acampamento, e iniciara a construção deste.

A princípio, não contando ainda com o equipamento adequado, cuja maior parte fôra adquirida em países estrangeiros, os serviços não apresentaram alto rendimento.

Depois de 1950, com aquêlê equipamento já funcionando em Paulo Afonso, os trabalhos passaram a desenvolver-se em ritmo acelerado.

*Primeira  
etapa*

Para completar a primeira etapa do sistema de Paulo Afonso, faltavam, no começo de 1954, as seguintes tarefas: terminar a instalação das comportas na metade da margem esquerda do braço principal do São Francisco; construir a Ensecadeira, a soleira e os pilares para assentamento das demais comportas na metade da margem direita do mesmo braço; concluir alguns blocos nas barragens Leste e Oeste; terminar as galerias de sucção; encerrar a montagem do Grupo Gerador n.º 2; finalizar a montagem da subestação elevadora em Paulo Afonso; rematar as quatro subestações abaixadoras nas duas linhas de 220 kW; executar vários serviços de acabamento, como passadiço sôbre as barragens, teto e piso da casa de máquinas etc.

Tôdas essas obras foram realizadas, sendo que a construção da Segunda Ensecadeira no braço principal foi a que deu maiores preocupações, em vista das dificuldades que o problema apresentava e em face das objeções levantadas junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento por 2 engenheiros norte-americanos, contra a possibilidade de se realizar aquêlê trabalho seguindo o processo que tinha sido estudado, proposto e aprovado pela Diretoria Técnica da Companhia.

Em face, porém, dos argumentos apresentados àquele Banco pela Diretoria da CHESF, foram afastados os obstáculos, tendo sido executado, com pleno êxito, o fechamento da segunda metade do braço principal do São Francisco, no local escolhido e de acôrdo com o processo preferido pela Companhia. Já está prônta uma grande parte da soleira nessa segunda metade, devendo ser completada a construção, bem como a dos pilares, além da instalação das comportas, na estiagem de 1955.

O fechamento da segunda metade daquele braço do rio pelas células da Segunda Ensecadeira permitiu que se enchesse o lago formado pelas duas barragens e que pudessem entrar em funcio-

namento as duas unidades de 60.000 kW cada uma e ser iniciado, depois das necessárias experiências, o fornecimento de energia a Recife e Salvador.

O terceiro Grupo Gerador, também de 60.000 kW, acha-se com a montagem adiantada, devendo estar pronto para entrar em funcionamento no primeiro quadriênio, a partir de 1955.

Foram também completadas as linhas de 66 kW de Angelim a Maceió e de Itabaiana a Aracaju, assim como as subestações abaixadoras, localizadas nessas duas capitais, devendo esses conjuntos entrar em funcionamento em fevereiro de 1955.

Acham-se em construção a linha de 66 kW para Goiânia, de onde sairão as linhas para João Pessoa e Campina Grande, e as linhas, também de 66 kW, de Angelim para Pesqueira e de Angelim a Caruaru.

Está em estudos a linha de transmissão de Paulo Afonso para a região do Cariri, que abrange partes dos territórios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 1955, continuará a construção das linhas de transmissão já iniciadas e das que já se acham programadas.

Será começada também a construção da segunda Casa de Máquinas.

O Governo Federal fixou, através do Ministério da Agricultura, as tarifas que regerão a venda de energia elétrica pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de acordo com o que dispõe a legislação sobre a matéria.

Os serviços de transporte de material para Paulo Afonso foram ainda intensos em 1954, sendo estes os números representativos:

Via marítima	Ton.
Cabotagem .....	447,0
Importação .....	2.791,0
Via Ferroviária .....	3.348,0
Via Rodoviária .....	11.559,0
Via Aérea .....	4,5

O estoque em Almoxarifado era, no fim do ano, de ..... Cr\$ 44.060.231,10, e o montante de compras e contratos de compras foi de Cr\$ 100.609.473,40, com recursos próprios da Companhia, e de Cr\$ 283.364,30, com o empréstimo tomado no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Os recursos financeiros com que contou a Companhia Hidre-

Recursos  
financeiros

promover os serviços necessários ao estabelecimento do sistema de Paulo Afonso, provieram das seguintes fontes:

Em Cruzeiros :	
	Cr\$
Capital da Companhia .....	800.000.000,00
Adiantamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico .....	300.000.000,00
Adiantamento pelo Banco do Brasil .....	70.000.000,00

Em Dólares :	
	US\$
Empréstimo tomado no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento .....	15.000.000,00

As importâncias gastas até 31 de dezembro de 1954 foram :

		Cr\$
Despesas pagas com o capital da Companhia, com o adiantamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o do Banco do Brasil .....		1.064.252.000,00
Despesas pagas com o empréstimo tomado no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento .....		255.631.000,00
		1.319.883.000,00

O saldo em caixa e em depósito em bancos em 31 de dezembro de 1954 era de Cr\$ 60 978.126,00.

Em Almoxarifado havia, conforme ficou dito anteriormente, materiais no valor de Cr\$ 44.060.231,10.

O capital da Companhia não foi ainda totalmente realizado, visto estarem em atraso vários acionistas, principalmente Governos Estaduais que subscreveram ações da CHESF.

Foi sancionada em 13 de janeiro de 1955 a Lei n.º 2.404, que autoriza o Tesouro Nacional a adquirir Partes Beneficiárias que serão emitidas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, até a importância de Cr\$ 800.000.000,00.

Parte dessa importância é reservada ao pagamento do adiantamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, de .... Cr\$ 300.000.000,00. O restante se destina ao custeio das obras e instalações constantes do programa de expansão do sistema de Paulo Afonso, nos anos de 1955 e 1956.

*Serviços  
assistenciais*

Os serviços assistenciais da Companhia Hidrelétrica do São Francisco atendem não somente às pessoas que pertencem ao

seu corpo de serventuários e suas famílias, mas ainda a pessoas estranhas a ela, em sua grande maioria desprovidas de recursos.

Com a redução dos trabalhos em Paulo Afonso, pela conclusão da usina, muito menor será o número de operários e funcionários da Companhia naquela localidade. Passarão, assim, a representar proporção muito maior os serviços assistenciais prestados a pessoas estranhas à organização. Em face dos benefícios que tais serviços trazem à coletividade, que já se habituou a contar com eles para sua segurança sanitária, é indispensável que não lhes falte a colaboração do Poder Público em seu custeio.

Deverá, pois, ser incluída no Orçamento de 1956 uma verba para atender àquela finalidade. Essa poderá ser a mesma proposta no projeto de Orçamento para o exercício de 1955, no total de Cr\$ 3.000 000,00, e que, entretanto, não foi incluída na lei de meios aprovada pelo Congresso Nacional.

A 15 de janeiro deste ano, com a presença do Senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, de vários Senhores Deputados e Senadores, de diversos Ministros de Estado, dos Senhores Governadores dos Estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco e da Paraíba, de representantes das Assembleias Estaduais dos Estados do Nordeste, de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, de representantes da imprensa, de diretores, funcionários e operários da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e de numerosos outros interessados no empreendimento, foi inaugurada a usina de Paulo Afonso, com suas duas unidades de 60.000 kW e suas duas linhas principais de transmissão já em funcionamento experimental.

*Inauguração  
de usina*

Com este acontecimento, duplicou-se a potência instalada para produção de energia elétrica na região e é de esperar que dêse primeiro passo decorra um surto no desenvolvimento econômico do Nordeste, que exija e ao mesmo tempo facilite a expansão do sistema de Paulo Afonso e incremento das atividades rurais e industriais que podem ser ali criadas e amplamente desenvolvidas.

Na elaboração das leis que visem ao planejamento e ao fomento das atividades econômicas do país, não se deve perder de vista o que poderá ser feito para acelerar, em moldes seguros, o desenvolvimento da área econômica situada no raio de ação da usina de Paulo Afonso.

VALE DO  
SÃO  
FRAN-  
CISCO

O exame da Lei Orgânica e do Regimento da Comissão do Vale do São Francisco revela que o plano de trabalhos atribuídos a esse órgão abarca parte considerável das atividades administrativas inerentes a um Estado, com exceção, apenas, das de caráter político-social. Os problemas afetos à CVSF percorrem toda uma gama, indo desde a construção de obras portuárias, barragens de regularização e usinas hidrelétricas, sistemas de irrigação e estradas de rodagem, até a organização de tráfego fluvial, instalação e manutenção de uma rede de hospitais, profilaxia de endemias e execução de trabalhos educacionais, passando pelo setor de fomento da produção agrícola, pecuária e industrial, inclusive imigração e colonização.

O custeio das atividades da CVSF poderia ser reduzido, se alguns serviços corressem por conta das entidades governamentais especializadas, de âmbito federal (por exemplo, profilaxia da malária, saúde e assistência — pelo Ministério da Saúde; rodovias — pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Departamentos de Estradas de Rodagem estaduais; saneamento rural — pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento; aeroportos — pelo Ministério da Aeronáutica).

Naturalmente conviria que a execução de tais serviços fosse entrosada com as atividades da CVSF, em sua área de operações.

*Estudos e  
levantamentos*

Além dos inquéritos promovidos no Vale, quando da elaboração do Plano vem a Comissão realizando, continuamente novos estudos e levantamentos, tanto de caráter geral como para fins específicos, no sentido de fundamentar a elaboração de projetos de obras e programas de serviços. No ano de 1954, foram executados os seguintes estudos e levantamentos: levantamentos aerofotogramétricos na Bacia do rio das Velhas (mais de 8.500 km<sup>2</sup>), na Bacia do Corrente (apoio terrestre e uma área de 8.250 km<sup>2</sup>) e na Colônia do Formoso, além do recobrimento fotográfico de uma área aproximadamente de 25.000 km<sup>2</sup>, inclusive no trecho do Vale entre Juazeiro e Paulo Afonso; trabalhos hidrométricos no curso principal do Médio São Francisco e nos seus afluentes Grande e Corrente, bem como na zona de futura barragem das Três Marias, no Alto São Francisco; tais trabalhos, realizados em mais de 49 postos fluviométricos, abrangem, em 1954,

207 mediações de descarga, 320 boletins mensais de cotas fluviométricas e 320 boletins mensais de chuva; levantamentos batimétrico de 101 km do rio São Francisco entre Xique Xique e Morpará; conclusão do Mapa Pedológico da Bacia (com álbum e memória descritiva), elaborado à base de 23.713 amostras e com um contingente analítico de cerca de 1.000.000 de dados. Trabalho complexo, o maior que já se fez no Brasil, constitui valioso inventário da capacidade de uso das terras, a ser aplicado no fomento da produção agrícola do Vale do São Francisco; prosseguimento, em fase final, do levantamento sociológico, executado por uma equipe de pesquisadores especializados. Trabalho pioneiro na administração pública do país, no terreno sociológico, visa a preparar campo propício a futuros empreendimentos educacionais, necessários à recuperação do homem sanfranciscano.

Nessas condições, restam, para os próximos exercícios, a começar deste, os seguintes estudos importantes, que não puderam ser atacados até o presente, embora já programados: levantamento econômico geral, objetivando especialmente a irrigação e a produção agropecuária e industrial; levantamento dos recursos minerais e planejamento industrial; levantamento dos recursos florestais e planificação do reflorestamento.

No setor-chave da recuperação do Vale do São Francisco, que é a regularização do regime fluvial, foram obtidos em 1954 auspiciosos resultados. Cumpre destacar, entre outros, os seguintes: ficou concluído o projeto da grande barragem das Três Marias, a qual armazenará cerca de 21 bilhões de metros cúbicos, apresentando uma capacidade de máquinas de 750.000 c.v e uma produção anual de energia de 2,4 bilhões de kWh. Desde que seja promulgada a lei que aprova o Plano Geral de Aproveitamento do São Francisco (Projeto de Lei nº 208/54 do Senado), e que deverá autorizar o Poder Executivo a negociar empréstimos a fim de garantir a execução do reservatório das Três Marias, poderão ainda no decorrer de 1955 ficar assentadas bases e medidas para a construção dessa gigantesca obra; prosseguiram os estudos de anteprojetos para a regularização e o aproveitamento múltiplo do rio das Velhas, mediante um conjunto de duas barragens grandes e 15 pequenas, munidas de eclusas, visando à regularização, navegação, irrigação e produção de energia elétrica. Em 1954, foram executadas

*Regularização do regime fluvial*

dos os anteprojetos das duas grandes barragens (Ponte Raul Soares e Jequitibá) e concluídos os estudos para localização das barragens pequenas, devendo, até o fim de 1955, ficar ultimados todos os estudos e anteprojetos; foi desenvolvida uma série de entendimentos para a construção da barragem do Florestal, no Paraopeba, na qual, inclusive, será instalada uma usina hidrelétrica com a capacidade de 50.000 c. v. prevista, aliás, no Plano Nacional de Eletrificação, e destinada a fornecer energia à usina de ácido nítrico, a ser montada em Vespasiano, nas proximidades de Belo Horizonte.

Esses entendimentos alcançaram a fase final, devendo em breve ser assinado um convênio com o Governo de Minas Gerais para regular a construção e a exploração da usina hidrelétrica do Florestal, esperando-se, ainda este ano, sejam iniciadas as obras, cujo prazo é estimado em 36 meses.

*Sanca-  
mento,  
saúde  
e assis-  
tência*

No domínio dos empreendimentos diretamente ligados à recuperação do homem podem assinalar-se como principais resultados do ano de 1954: a conclusão dos sistemas de abastecimento d'água, das cidades de Pirapora, Juazeiro e Petrolina e o prosseguimento da execução, em condições análogas, dos sistemas do Propriá e Penedo, que deverão ficar ultimados em 1955; o prosseguimento da elaboração de projetos para abastecimento d'água em 20 municípios do Vale, começados em 1953, e o início de idênticos trabalhos para mais outros 72 municípios, para execução parcialmente custeada pela Comissão (até Cr\$ 1.000.000,00 por município).

Esses serviços, realizados mediante convênios com o S. E. S. P. e o Serviço Nacional da Malária, serão ampliados este ano, contemplando-se novo contingente de municípios.

Devem ser ainda mencionados o prosseguimento, em convênio com o Serviço Nacional de Malária, da dedetização da Bacia do São Francisco — onde, no combate à malária, já foram feitas, desde 1947, cerca de 1.700.000 dedetizações e aplicados mais de um milhão de comprimidos de derivados de cloroquina — e a intensificação dos trabalhos de saúde e assistência nas unidades de «Rêde Hospitalar» do Vale. Ao findar o ano de 1954, essa Rêde apresentava em funcionamento, a cargo do S. E. S. P. e por conta de verbas da CVSF, 13 unidades, das quais 9 hospitais, com um total de 305 leitos, estando programada, para 1955, a inauguração de 4 hospitais.

No terreno do fomento da produção, embora se trate de um setor que, após alguns anos, adquirirá papel importante no desenvolvimento do Vale, há sem dúvida alguma, resultados promissores obtidos pela CVSF. Assim, é que entraram em funcionamento as patrulhas mecanizadas de 4 Residências Agrícolas — Januária, em Minas Gerais; Guanambi e Irecê, na Bahia; e Propriá, em Sergipe — com o que se deu um passo valioso em prol do fomento da agricultura do Vale, uma vez que na mecanização da lavoura repousam substancialmente o aumento da produção e a melhoria do nível de vida dos lavradores.

Continuaram, em convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, os trabalhos de saneamento das várzeas do Baixo São Francisco e sua adaptação a métodos racionais de agricultura, pela desobstrução e regularização dos rios Boacica e Marituba, em Alagoas, e Propriá e Cotinguiba, em Sergipe. Prosseguiram os programas de desenvolvimento da irrigação mediante os estudos e projetos dos grandes sistemas de irrigação — a serem implantados oportunamente nos vales do rio Grande e do Corrente — e a instalação de moto-bombas para pequena irrigação abaixo do Médio São Francisco. Paralelamente ao programa da irrigação, cabe mencionar o estabelecimento, em 1954, de alguns núcleos de colonização, à base de pequena irrigação, nos vales do Pajeú, Moxotó, Brigida e Pontal, em Pernambuco, os quais prestarão a necessária orientação e assistência técnica aos agricultores da região. Entretanto, merece destaque o desenvolvimento dado, em 1954, à Colônia Agropecuária do Paracatu, com a execução das primeiras construções urbano-industriais, elaboração do projeto de abastecimento d'água e a conclusão dos estudos da usina hidrelétrica do rio Cercado. A Colônia Agropecuária do Paracatu, que constitui apreciável tentativa de colonização no Vale do São Francisco abrange 300.000 hectares e já abriga cerca de 600 famílias radicadas, ocupando todos os 529 lotes existentes, classificados em lotes pecuários (150 a 350ha), mistos (70 a 150ha) e agrícolas (20 a 70ha).

Enquanto aguarda a organização das duas sociedades de economia mista, que deverão ter a seu cargo a exploração das fontes de energia elétrica, respectivamente no Alto e no Médio São Francisco — para o que falta somente a necessária autorização legal, implícita na lei que aprovará o Plano Geral de Apro-

veitamento do São Francisco a ser brevemente promulgada, a Comissão vem dando execução a várias centrais elétricas, que serão oportunamente incorporadas às referidas sociedades.

Em 1954 prosseguiram os trabalhos de construção da usina hidrelétrica de Pandeiros, com a capacidade de 6.000 c.v., destinada a fornecer energia aos municípios de Januária e São Francisco, estando concluídas as instalações do canteiro das obras, as habitações definitivas, a linha de transmissão Pandeiros-Januária e o edifício da subestação abaixadora de Januária.

Tiveram igualmente andamento os trabalhos de construção da central hidrelétrica da Correntina, com 11.400 c.v., destinada a fornecer energia as cidades de Correntina, Santa Maria da Vitória, Inhaúmas e Bom Jesus da Lapa. Entre outros serviços, cabe citar o alcance da fase final em 1954, das instalações do canteiro, das casas para a administração e pessoal de conservação, dos trabalhos para o desvio do rio, fundações da barragem e tomada d'água, da escavação do grande canal de adução, da subestação transformadora de Santa Maria da Vitória e da linha de transmissão Correntina-Santa Maria da Vitória.

Foi iniciada a construção da usina termelétrica de Pirapora, com a capacidade de 1.500 c.v., aguardando-se para princípios de 1955 a chegada dos grupos geradores.

Proseguiram os serviços de construção ou ampliação das pequenas usinas de Abaeté, Samburá, Lajes, São Tiago e Paraíso, todas em Minas Gerais.

Quanto às linhas de transmissão a partir de Paulo Afonso, cabe mencionar que: ficou concluído o plano de eletrificação das cidades do Vale do São Francisco situadas nas áreas de influência daquela central; já está em funcionamento a linha Paulo Afonso-Glória-Petrolândia; ficou concluída a linha Paulo Afonso-Delmiro; foi iniciada a instalação da linha Delmiro-Água Branca-Mata Grande; foi atingida a fase final de projeto para os demais linhas.

#### *Transportes*

No setor dos transportes fluviais, rodoviários e aéreos — foram numerosas as realizações feitas em 1954.

Quanto ao aumento da capacidade de carga, descarga e armazenamento nos portos fluviais do São Francisco, continuou a realização do plano de obras aprovado, destacando-se os serviços

de proteção, acostagem e armazenamento, executados nos portos de Pirapora (nova rampa de atracação), Petrolina (atêrro), Propriá (cais, rampa e atêrro), Penedo (rampa de acesso, armazém e atêrro) e Piassabussu (cais), trabalhos, todos êsses, que devem ficar concluídos ainda êste ano; e, mais, Bom Jesus da Lapa (cais e atêrro), que se espera terminar em 1956.

No tocante às condições de navegabilidade, foram iniciados estudos relativos ao melhoramento da barra de São Francisco, tendo sido adquirida uma draga para dar início, neste exercício, a um programa de dragagens periódicas.

No que se refere à reorganização da frota fluvial e respectivas instalações terrestres, foram tomadas as medidas necessárias em vista da organização de uma sociedade de economia mista, a ser denominada «Companhia de Navegação do São Francisco S. A.», destinada à exploração, em caráter definitivo, do tráfego fluvial, modernizado, em todos os trechos navegáveis da Bacia.

Nos têrmos dos convênios firmados, em 1951 e 1952, com os Governos dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, prosseguiram no exercício de 1954, as obras nas seguintes rodovias de acesso e ligação ao Vale do São Francisco: Pirapora-Leal-Patos; Coração de Jesus-Brasília-São Francisco, em Minas Gerais; Ipirá-Mundo Novo-Môrro do Chapéu-Irecê-Xique Xique; Remanso-Casa Nova-Petrolina, no Estado da Bahia; Petrolina-Crato, Petrolândia-Floresta-Jatinã-Coripós-Petrolina, no Estado de Pernambuco; Santana do Ipanema-Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas; Pôrto da Fôlha-Gararu-Itabi; Parapitinga-Japoatã, no Estado de Sergipe.

Fora do convênio, prosseguiu a construção da estrada Santa Maria da Vitória-Colônia Agropecuária do Formoso.

Continuando o programa de melhoramento e ampliação dos campos de pouso, que tommam a «Rota do São Francisco», a Comissão do Vale do São Francisco realizou, em 1954, os seguintes serviços: prosseguimento, em fase de conclusão, das obras de construção dos aeroportos de Pirapora e Januária; melhoramentos nos aeroportos de Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Remanso e Petrolina, a cargo do comando da 2ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica.

OCUPAÇÃO  
E APROVEI-  
TAMENTO  
DO BRASIL  
CENTRAL

A Fundação Brasil Central, instituída em fins de 1943, ante o imperativo geopolítico de acelerar o ritmo do desbravamento e o conseqüente povoamento de extensas regiões do planalto brasileiro, especialmente as margens dos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós, vem apresentando êxitos razoáveis na execução de suas tarefas.

Com o auxílio de verbas orçamentárias anuais que, em seu total, durante mais de um decênio de atividades ininterruptas, pouco excederam, até o presente, de Cr\$ 200.000.000,00, ela penetrou, fundamente, o âmago do interior do país, segundo um eixo central de marcha que, partindo do sudoeste goiano e cruzando, um após outro, os rios Araguaia, Mortes e Xingu, no rumo norte, atingiu o caudal tapajônico em Jacaré-Acanga, num desenvolvimento geral superior a 3.000 quilômetros.

Esse ímpeto desbravador que, por mais de uma vez, se dispersou, em movimentos divergentes, por emocionantes que fôssem alguns de seus lances, não justificaria, talvez, os esforços que a nação tem feito para custeá-lo.

Justifica-os, porém, a série de conseqüências positivas que, em consonância com seus propositos iniciais, dele se têm obtido e continuarão a obter-se, seja no campo econômico político e social, seja no militar e administrativo, ou, finalmente, no da pesquisa científica.

O grande roteiro aéreo Rio-Manaus, cujos aeroportos intermediários estão já definitivamente locados e alguns deles mesmo bastante adiantados em sua construção tornou-se realidade, incontestavelmente, graças a esse arrojado tecto de pioneirismo. É escusado encarecer o extraordinário alcance da abertura dessa extensa rota interior, que se projeta, como é sabido, sobre regiões inteiras, até há pouco inacessíveis ao passo do homem civilizado.

Mas, não se circunscribe às zonas recém-desbravadas a ação e a influência benéficas da Fundação. Em centros adjacentes de vida estacionária ou incipiente, como até em importantes cidades do interior, faz-se sentir de modo nitido a presença dessa bandeira de tipo novo, principalmente no tocante às atividades rodoviárias que desenvolve e à animação que dá às praças comerciais com as quais transaciona.

Ao iniciar-se, em setembro último, a atual gestão administrativa da Fundação, o Governo considerou, desde logo, a necessidade de recolocá-la em condições de bem desobrigar-se das tarefas que lhe estão afetas.

Nesse sentido, vai sendo executado com êxito um programa que, não obstante adstrito ao imperativo da compressão de despesas em geral, tende a reintegrá-la no âmbito dos trabalhos de desbravamento e povoamento que dela se esperam, antes de outros quaisquer.

Voltando a atuar em cooperação com a Força Aérea Brasileira, como antes o fizera com resultados tão positivos, cogita a Fundação, sem desprezar o concurso dos demais órgãos do poder público, de realizar um plano de largo fôlego, tendo em vista a abertura de uma primeira linha terrestre de vinculação daquele roteiro — centro de um círculo de raio de mais de duzentos quilômetros abrangendo trecho navegável do baixo Tapajós e portanto, o Amazonas, nas grandes rotas ultramarinas do Mundo. A ultimação desse plano, na execução do qual terá parte decisiva uma equipe reduzida mas experimentada de sertanistas, talvez não possa verificar-se no curso do corrente ano, tão árduos e imprevistos são os encargos que, por certo, se lhe exigirão. Mas, seu simples desencadeamento simultâneo, em dois sentidos — da Serra do Cachimbo para a Cachoeira Creputiá, no rio Cururu, e das imediações de Jacaré-Açanga, no Tapajós, em direção àquele mesmo ponto — assim como os deslocamentos que, em consequência, forem feitos em plena floresta amazônica, serão índice alvissareiro de nova e fecunda fase de atividades da instituição, em perfeita harmonia com suas finalidades estatutárias.

Tanto no Vale do Rio Matrinchã, como no Vale do Rio Pindaíba, ambos em território matogrossense, estão sendo reajustados os planos de colonização ali anteriormente estabelecidos, esperando-se que, em futuro bem próximo, sejam investidos na posse legal de suas glebas os colonos que as requereram. Esse fato reforçará o movimento de reposição da entidade no caminho de seus verdadeiros objetivos.

No rio Tocantins e, em particular, na Estrada de Ferro Tocantins, posta sob a administração da Fundação, em 1945, diligência esta, por igual, neste momento, sanar as falhas que vinham apresentando seus serviços.

Isso se impõe com tanta maior urgência quanto é certo que, por importantes que sejam, em geral, os trabalhos e empreendimentos por ela realizados no Brasil Central, tendo em vista os planos de interiorização do Capital Federal, nenhum apresenta maior interesse e oportunidade do que os que lhe competem na

mesopotâmia — Tocantins-Araguaia — e, especialmente, na Estrada de Ferro Tocantins.

Esta, com efeito, parece perder o caráter de simples recurso de transposição da zona encachoeirada daquele rio (no que, aliás, o caminhão certamente a suplantaria) para, racionalmente, prolongada até a Praia da Ramha, ao Sul, e até Cametá, ao Norte, transformar-se na espinha dorsal de um vasto sistema viatório misto — férreo-fluvial — de sólida articulação do Planalto com o Rio-Mar, problema que, nos dias atuais, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia põe em evidência.

#### Fronteiras

A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, órgão do Conselho de Segurança Nacional, continuou, durante o ano, a aplicar a legislação especial em vigor.

Essa legislação, que submete à fiscalização do Conselho de Segurança Nacional as atividades econômicas na faixa de 150 quilômetros ao longo das fronteiras, tem sido objeto de críticas, porque, entre outras exigências, obriga que as ações das Companhias que operam naquela faixa sejam nominativas e pertençam, na maioria, a brasileiros.

O Congresso Nacional vem, entretanto examinando o assunto (Projeto de Lei da Câmara nº 2.429/52, que no Senado tomou o número 386/52) e por certo lhe dará solução que concilie os interesses do desenvolvimento econômico da faixa fronteira com os da segurança do país.

A distribuição das terras devolutas da faixa de 66 quilômetros, pertencentes à União, tem oferecido sérios embaraços. Considerável é o número de requerentes, mas o Serviço do Patrimônio da União vem encontrando dificuldades em decidir os pedidos por falta de discriminação das terras. Cogita o Governo, entretanto de elaborar projeto de lei, para ser oferecido ao Congresso, com o fim de introduzir modificações na sistemática adotada pelo Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, para a concessão de terras públicas.

A gravidade do problema, diante das disputas que vêm surgindo entre pretendentes, e de negócios que se fazem com simples cartões de protocolos, que nenhum direito conferem, exige solução urgente, que o Governo procura concretizar, uma vez que o retardamento traria maiores complicações.

Os Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé, Rio Branco e Fernando de Noronha revestem-se, na estrutura federativa do país, de características administrativas verdadeiramente típicas. Com exceção do Acre, que foi incorporado à área brasileira pelo Tratado de Petrópolis, resultaram do desmembramento de Estados, tendo sido instituídos no interesse da defesa nacional. A posição geográfica que possuem, incluídos quase que totalmente na faixa de fronteiras, seria suficiente para justificar os intuitos que presidiram à sua criação e continuidade. Deram início à execução de um plano de defesa, colonização e nacionalização efetiva da faixa. Preconizava-se, nesse plano, a instituição de Territórios Federais ao longo do contorno limítrofe do Brasil.

A extinção dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguazu reduziu as proporções do projeto, o qual, pela sua significação geopolítica, serviria ainda às conveniências de uma recomposição da nossa cartografia política.

As funções dos Territórios Federais, entretanto, ultrapassaram os intuitos iniciais da sua instituição. Pelo próprio desenvolvimento dos serviços administrativos, integrados numa estrutura governamental em expansão, transformaram-se essas entidades em instrumentos propícios de valorização de áreas que a União e os Estados não assistiam a contento. Apesar das falhas governamentais e das deficiências administrativas, os Territórios Federais têm servido de estímulo ao progresso, ao povoamento e à nacionalização efetiva das regiões que os constituem, além de influir diretamente, mercê das vultosas inversões do Governo Federal, na economia e nas finanças dos Estados adjacentes.

De 1951 a 1954, a despesa autorizada do Governo da União aos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco atingiu a elevada soma de Cr\$ 1.157.361.319,00, assim distribuída em cada exercício:

	Cr\$
1951 .....	207.063.530,00
1952 .....	239.976.890,00
1953 .....	332.118.260,00
1954 .....	378.202.639,00

Do total dessas despesas, Cr\$ 446.024.319,00 foram aplicados em pessoal.

No referido quadriênio, aquêle total geral se distribui pelas unidades territoriais do seguinte modo:

	Cr\$
Acre .....	350.950.960,00
Amapá .....	296.001.100,00
Guaporé .....	290.624.279,00
Rio Branco .....	219.784.980,00
Total Geral .....	1.157.361.319,00

Tão amplos recursos, que proporcionam aos Territórios Federais condições financeiras melhores do que a de alguns Estados, pois os orçamentos territoriais independem das fontes locais de tributação, exprimir-se-lam em empreendimentos regionais de maior envergadura se, desde o início de sua criação, houvesse sido adotado o sistema de administração territorial já preconizado em mensagens anteriores. Com exceção do Amapá, não procuraram os Territórios criar uma economia capaz de apressar a transformação dos mesmos em Estados-membros da Federação. Sem uma renovação de métodos de administração e sistemas de governo, êsses Territórios correrão o perigo de transformar-se em complexos e dispendiosos aparelhamentos burocráticos, que sobrecarregarão, cada vez mais, o Orçamento Federal.

A experiência aconselha que os Territórios Federais não sejam objeto de estruturas administrativas uniformes. Devem ser, política e administrativamente, reorganizados de acôrdo com o nível de progresso que hajam alcançado, de modo que os que mais se desenvolveram tenham participação mais direta do povo na escolha dos responsáveis pelos encargos de governo.

Através dos tópicos a seguir, serão sintetizados os principais empreendimentos verificados no exercício anterior, em cada Território.

#### *Acre*

O Território Federal do Acre, pelo tempo de sua existência na estrutura federativa do país, já deveria possuir condições sociais, econômicas e financeiras que o habilitassem a desfrutar a situação de Estado-membro, satisfazendo, assim, justa aspiração de seus habitantes.

Nesse Território, entretanto, as populações continuam ainda sob os influxos da mesma economia de aventura que determinou o seu desbravamento, ao tempo do período áureo da indústria extrativa da boriacha. Essa indústria, que se completa com a da castanha e maceiras, com uma agricultura incipiente e

uma pecuária rotineira, ainda é o principal instrumento de fixação dos agrupamentos rurais, à margem de rios distantes ou no centro dos seringais inóspitos. Se não fôsses as dotações com que a União lhe tem dado assistência, o Acre certamente teria sofrido séria desorganização social e econômica, pois a capacidade produtiva é restrita e, conseqüentemente, a área tributária inexpressiva, em face das necessidades dos serviços governamentais.

Temos que considerar, ainda, como sérios óbices ao progresso do Acre, a sua localização geográfica, de par com os contrastes de sua fisiografia, além de uma economia rotineira, caracterizada pelos tradicionais métodos de produção da indústria extrativa da Amazônia.

A Constituição, no art. 9.º do Ato das Disposições Transitorias, estabeleceu que o Acre será elevado à categoria de Estado «logo que suas rendas se tornem iguais às do Estado atualmente de menor arrecadação».

Esse dispositivo é específico para o Acre, pois, quanto aos demais Territórios, a transformação em Estado é objeto do artigo 3º da Constituição.

Cumpra que essa matéria, de especial significação para o regime federativo, seja devidamente regulamentada.

No caso particular do Acre, a condição fundamental de transformação em Estado está na auto-suficiência financeira, que não será fácil de alcançar. Se os municípios territoriais possuem, como os dos Estados, capacidade financeira, e se às próprias administrações dos Territórios foi outorgado certo grau de poder de tributação, a verdade é que as rendas territoriais sofrem os influxos diretos das inversões da União, as quais, no caso de serem reduzidas ou sustadas, ocasionarão um decréscimo considerável dos recursos locais.

Na regulamentação preconizada, impõe-se ainda que aos Territórios sejam assegurados, desde já, meios de controle democrático da administração, como Conselhos territoriais ou Câmaras locais devidamente eleitas, não só para fazer que os habitantes participem mais diretamente do Governo, senão também, e sobretudo, para que sejam antecipadamente treinados para a vida autônoma.

O sistema atual de administração e governo, que consiste na nomeação pelo Presidente da República de um governador — o qual exerce a administração através de órgãos departamentais, que lhe são diretamente subordinados — além de oferecer um

contraste no regime federativo da União, serve ainda de estímulo à descontinuidade de programas, e a outros inconvenientes.

As medidas aqui sugeridas contribuirão, ainda, para melhor controle *in loco* das dotações que a União outorga aos Territórios, e que avultam em cada exercício, conforme se verifica com o Acre, que nos últimos quatro anos obteve as seguintes dotações: em 1951, Cr\$ 65.215.400,00; em 1952, Cr\$ 71.487.020,00; em 1953, Cr\$ 92.307.220,00; e, finalmente, em 1954, Cr\$ 121.941.320,00.

No exercício de 1954, o total das verbas atribuídas ao Acre desdobrou-se através dos seguintes itens:

	Cr\$
Pessoal .....	46.933.820,00
Material .....	29.115.000,00
Serviços e Encargos .....	19.592.500,00
Obras .....	26.300.000,00

Tais cifras não parecem exprimir-se a contento em realizações de projeção, de acordo com as informações do Ministério da Justiça e o próprio relatório do Governador do Acre.

No setor agropecuário, destacam-se os seguintes empreendimentos: construção de pequenos açudes, em cooperação com agricultores e criadores, distribuídos pelas diversas Colônias Agrícolas, localizadas nas proximidades da Capital; distribuição de lotes agrícolas; aquisição de reprodutores e matrizes de gado vacum; e medidas preliminares para início de plantio de seringueira, segundo instruções contidas no Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Quanto à saúde pública, o Governo do Acre promoveu as seguintes medidas: aquisição e distribuição de medicamentos, através de Postos Médicos e por intermédio de enfermeiros itinerantes; realização de censos torácicos de funcionários públicos lotados na Capital e dos estudantes de nível secundário; início da construção de um Posto de Puericultura em Brasília; instalação de um Posto Médico em Rio Branco; conclusão da construção de um edifício para um Hospital de Clínicas na Capital do Território e pequenas medidas correlatas.

No que diz respeito ao ensino e educação, assinala-se o funcionamento regular das unidades de ensino pré-primário, primário, secundário e técnico-profissional.

Na parte de obras e melhoramentos públicos, fatores diversos, notadamente as sucessivas mudanças de governadores, com

interrupção de programas administrativos, ocasionaram, no exercício de 1954, pouco rendimento em relação às atividades e às necessidades nesse setor.

A organização administrativa do Acre distribui os serviços por oito Departamentos, que são denominados: Departamento de Administração, Departamento de Segurança Pública, Departamento de Saúde, Departamento de Educação e Cultura, Departamento de Geografia e Estatística, Departamento de Obras e Viação, Departamento de Imprensa e Radiodifusão e Departamento da Produção.

Ao Território Federal do Rio Branco, o menos populoso, outorgou o Governo Federal Cr\$ 219.784.980,00 nos últimos quatro anos, sendo Cr\$ 36.978.230,00 em 1951; Cr\$ 46.538.230,00 em 1952; Cr\$ 72.380.120,00 em 1953 e Cr\$ 63.888.400,00 em 1954.

Rio Branco

Tendo em vista a escassez de população do Rio Branco e o reduzido número de núcleos sociais que se dispersam numa área comparável à do Estado de São Paulo, conclui-se que esse Território tem sido consideravelmente beneficiado pelos auxílios da União. Há apenas dois Municípios em Rio Branco, mas somente o de Boa Vista, sede do Governo Territorial, absorve a quase totalidade das dotações federais, que em 1954 foram grupadas nos seguintes itens:

	Cr\$
Pessoal .....	25.050.400,00
Material .....	15.010.000,00
Serviços e Encargos .....	7.828.000,00
Obras .....	16.000.000,00

As realizações governamentais do Rio Branco, no setor de produção, terras e colonização, reduziram-se, em 1954, aos seguintes empreendimentos na capital: instalação de novo prédio, concluído em 1º de maio de 1954; montagem de um laboratório de fabricação de vacina e produtos veterinários; montagem de um posto de inseminação artificial; instalação de um pequeno museu; fundação e funcionamento de um curso para práticos rurais; exposição de produtos agropecuários; aquisição de vinte e dois reprodutores para revenda aos criadores; revenda de 56 reprodutores adquiridos em 1953, que só chegaram em maio de 1954; aquisição e revenda aos criadores, de arame farpado, equipamentos agrícolas e produtos veterinários.

Quanto às realizações no interior, avultam certos melhoramentos na Colônia Agrícola Fernando Costa.

A produção agrícola da Colônia, em 1954, foi a seguinte: arroz, 1.500 toneladas; milho, 80 toneladas; feijão, 15 toneladas; fumo, 12.000 arrobas; banana, 90.000 cachos; cana, 70 toneladas,

Esses produtos, incluindo outros de menor expressão estatística, foram exportados, na maior parte, para Manaus, sendo que o valor total da produção agrícola foi estimado em ..... Cr\$ 20.715.000,00.

Quanto à pecuária, o rebanho total foi estimado em 205.000 cabeças, das quais 180.000 bovinos. A exportação do gado em pé para Manaus e outros mercados foi de cêrca de 9.000 cabeças. O valor total da produção em 1954, de Cr\$ 14.500.000,00.

Em 1954 funcionaram 14 estabelecimentos industriais, sendo o valor total de sua produção estimado em Cr\$ 5.883.384,00. A indústria extrativa mineral concorreu com uma produção de Cr\$ 1.790.400,00.

A indústria extrativa vegetal quase só se ocupou de dois produtos: a borracha e a castanha, a primeira com uma produção de 54 toneladas, no valor de Cr\$ 1.109.000,00, e a segunda, com 468 toneladas, estimadas em Cr\$ 3.363.000,00.

Outro setor a registrar, no Território do Rio Branco, refere-se às atividades da Divisão de Obras.

Na capital, foram concluídos os seguintes trabalhos: ampliação do edifício da oficina mecânica; prédios das divisões de Produção e Educação; sede do Jardim de Infância; 10 casas residenciais destinadas a funcionários públicos; reparos e adaptações na Maternidade e no Matadouro Modelo; duas casas para instalação das novas bombas de abastecimento d'água; poço artesiano para abastecimento da capital; oito pontilhões mistos na estrada BR 17, trecho Boa Vista-Matajaí.

Tiveram prosseguimento, ainda, na Capital, as seguintes obras: Fórum de Boa Vista; Escola Normal; Usina de Luz; Divisão de Obras; Divisão de Segurança e Guarda; Imprensa Oficial; Estação de Passageiros do Novo Aeroporto.

#### Guaporé

O Território Federal do Guaporé vem, de há muito, desenvolvendo um plano de obras e equipamentos, graças ao qual sua capital, a cidade de Porto Velho, logrou apreciável impulso urbanístico. Servido pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o

Território adquiriu considerável expressão econômica na comunidade amazônica.

No exercício de 1954, foram concluídas em Pôrto Velho as seguintes obras: Estação de Rádio do Território, Depósito de Inflamáveis, Armazém de Expurgo de Cereais, Oficina Mecânica, Conjunto para Raio X do Hospital, Edifício da sede do Serviço de Navegação do Madeira, Serviço de Limpeza e início da recuperação do Forte Príncipe da Beira, Pavilhão para lavanderia mecânica e depósito do Hotel, e, em Guajará-Mirim, a Cadeia Pública.

Nesse mesmo exercício, continuaram em andamento, em Pôrto Velho, as obras seguintes: Hospital, Matadouro, Edifício da sede do Serviço de Navegação do Guaporé, ampliação das obras do Forum; Grupo Escolar Modelo, Jardim da Infância, Campo de Educação Física, Oficinas do Serviço de Navegação do Guaporé, Escola Normal, Praça Presidente Vargas e Oficinas Tipográficas. Algumas realizações foram iniciadas no interior.

Ainda com verba do Ministério da Justiça foram feitas as seguintes aquisições: Prédio de Juizado de Paz de Rondônia, Estação de Rádio de Rondônia, Delegacia de Polícia de Costa Marques e terreno para construção do Forum de Guajará-Mirim.

Os serviços executados com verba da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia dizem respeito ao seguinte: Almoarifado do Território, ampliação da Usina de Luz de Pôrto Velho, limpeza e desobstrução do Rio Guaporé, ampliação, melhoria e conservação dos campos de pouso de Pôrto Velho, Guajará-Mirim, Pimenta Bueno, Tabajara, Rondônia, Abunã e, ainda, serviços de estradas.

No tocante a estradas, foram executados vários serviços com verba do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O Governo do Território dispensou especial cuidado ao setor de produção, terras e colonização. Uma de suas realizações foi a instalação da Colônia Agrícola «1º de Setembro», onde, além de migrantes nacionais, foram localizadas 29 famílias de agricultores japoneses. Essa colônia está instalada nos arredores de Pôrto Velho e destina-se, sobretudo, à produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da capital.

O Governo manteve ainda os seguintes serviços: Colônia e Núcleo Agrícola em Candeias, Fazenda Milagres, Posto Agropecuário «10 de Julho», no Município de Pôrto Velho, Fazenda

Novo Sertão e Pau Dóleo, Colônia e Núcleo Iata, no município de Guajará-Mirim.

A Secção de Fomento de Produção procurou assistir agricultores e criadores de todo o Território, dentro de suas possibilidades.

É necessário ressaltar a inestimável colaboração prestada ao Governo pela Subestação Experimental do Instituto Agronômico do Norte.

Os dois Núcleos que apresentaram maior produção em 1954 foram o de Candeias e o de Iata, atingindo, respectivamente, Cr\$ 481.397,00 e Cr\$ 8.003.336,00.

O Governo do Guaporé está empenhado na plantação e cultura da seringueira e do café, a fim de ampliar a riqueza do Território e melhor fixar o homem à terra.

Outro problema que a Administração está enfrentando é a pecuária. O Governo pretende libertar, futuramente, o Território da importação de gado boliviano.

De 1951 a 1954, o total das verbas federais atribuídas ao Território do Guaporé elevou-se a Cr\$ 290.624.279,00, assim distribuídas:

	Cr\$
1951 .....	49.562.660,00
1952 .....	58.725.060,00
1953 .....	87.035.800,00
1954 .....	94.300.759,00

Nesse prazo, Cr\$ 115.932.579,00 foram destinados a pessoal; Cr\$ 62.934.300,00 a material; Cr\$ 25.398.400,00 a serviços e encargos e Cr\$ 86.359.000,00 a obras.

O exame da situação dos Territórios revela algumas tendências negativas, em face da inoperância que vinha caracterizando quase todas as suas administrações. O Governo atual vem enfrentando essa anomalia com decisão, disposto a tomar todas as providências, a fim de enquadrar os Territórios Federais num sistema administrativo capaz de apresentar melhores índices de moralidade, eficiência e realizações, não obstante as conhecidas dificuldades da atual conjuntura financeira.

A Administração Federal no Amapá tem conseguido animadores resultados.

Em virtude das condições favoráveis, criadas no Território, estão-se instalando e começam a operar numerosas empresas, à frente das quais se destaca a Empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A., concessionária de jazidas de manganês, e que já havia empregado, até 30 de novembro de 1954, a importância de Cr\$ 237.302.407,00 na construção, a que se propusera, de uma via férrea e de um porto.

A exportação de minério deverá alcançar cerca de um milhão de toneladas, o que proporcionará ao Governo uma renda que pode atingir de 2 a 3 milhões de dólares, recursos que serão aplicados na montagem da Usina Hidrelétrica do Paredão, no Rio Araguari, de 100.000 c.v.

Já existem no Amapá 41 pequenos estabelecimentos industriais, cuja produção, durante 1954, foi estimada em ..... Cr\$ 23.823.000,00.

No setor da produção agrícola foram adotadas medidas para levantar, em bases econômicas, a capacidade rural do Território, visando principalmente à suficiência do abastecimento alimentar, em produtos de pecuária e lavoura, obtendo-se como resultado a melhoria do rebanho bovino, o desenvolvimento da produção leiteira e o incremento das culturas alimentares. Também mereceram cuidados especiais as culturas para fins industriais:

No ano de 1954, o Amapá realizou considerável avanço na cultura de seringueiras. Numa verificação parcial feita pela Divisão de Produção foram contados 1.121.400 pés de seringueiras, faltando incluir várias zonas agrícolas.

Foram construídos quarenta quilômetros da Rodovia Macapá-Clevelândia, AP-BR-15, do Plano Rodoviário Nacional, e 70 de estradas secundárias.

No campo da educação, há que assinalar a criação, em 1954, de mais nove escolas rurais.

Com relação à saúde pública, foram instalados os Postos de Puericultura de Amapá e de Oiapoque. O estado sanitário da população, em virtude de assistência e prevenção de moléstias, é satisfatório. Em 1954, numa região, como o Amapá, onde a malária era endêmica, ocorreram apenas 3 casos dessa moléstia.

No ano de 1954 teve início a navegação direta do exterior para o Território; 13 transatlânticos e um petroleiro frequentaram o Porto da Capital amapaense.

Entre as obras públicas iniciadas e concluídas em 1954 merecem registro as seguintes: o sistema de abastecimento d'água de Oiapoque, a residência do fiel de armazém do Porto de Santana, celas para detentos na delegacia de Polícia de Oiapoque, galpão para cereais na cidade de Masagão, o prédio do posto fiscal da Colônia de Matapi, estábulo-maternidade, casa para administração da Colônia de Matapi e galpão para abrigo de máquinas pesadas. Outras obras iniciadas em exercícios anteriores foram concluídas.

A arrecadação federal elevou-se, no Território do Amapá, em 1954, até novembro, a Cr\$ 6.501.824,90, quando em 1946 não atingira Cr\$ 700.000,00.

Em dois lustros de existência, a sua população aumentou de 25.000 para 47.000 habitantes.

Desde sua criação, o Amapá vem-se desenvolvendo num ritmo progressivo, decorrente das obras realizadas pela administração do Território ou pela iniciativa particular, como ocorre com a construção da estrada de ferro e do porto para o transporte e o embarque de minério de manganês. Verifica-se o investimento no Território — apenas por uma empresa — de quase o dobro dos recursos aplicados pelo Governo no mesmo período. Observa-se ainda a chegada de considerável equipamento mecanizado, de embarcações e veículos de todos os tipos, de técnicos nacionais e estrangeiros.

A descoberta e exploração das jazidas de manganês, ferro-cromita, dos aluviões de cassiterita, tantalita, rutilo; a introdução da cultura de seringueiras e de outros produtos reclamados pelos mercados consumidores, a própria transformação econômica do Amapá, tudo isso constitui um quadro de perspectivas favoráveis.

A mobilização das reservas de minérios para as necessidades da indústria é de um interesse que transcende o âmbito regional, porque vem criar novas bases para a valorização econômica da Amazônia e, em consequência, para o enriquecimento do país.

Todavia, conforme acentua o governo do Território, «é preciso frisar que, no Amapá, ainda resta muita coisa que fazer. Se comparando a situação atual com a de outrora, o saldo obtido

serve de estímulo para prosseguir na execução dos planos traçados, não devemos esquecer que mais da metade da área territorial ainda permanece virgem da penetração do homem civilizado e que a densidade demográfica ainda não atingiu sequer 0,5 habitantes por quilômetro quadrado».

O Território desfruta de uma situação geográfica privilegiada e a ocorrência de depósitos minerais de elevada importância influiu consideravelmente para que o Amapá se libertasse da tradição da economia amazônica, com a exploração de novas fontes de riqueza que mudarão, em futuro próximo, os hábitos produtivos das populações regionais.

Como acontece com os outros Territórios, as dotações federais destinadas ao Amapá elevaram-se consideravelmente em cada exercício. Em 1951, o total das dotações atingiu a ..... Cr\$ 55.307.240,00; elevando-se daí, em 1952, a Cr\$ 62.226.580,00; em 1953, a Cr\$ 80.395.120,00 e, finalmente, em 1954, a..... Cr\$ 98.072.160,00. Verifica-se, destarte, que nos últimos quatro anos as dotações federais atribuídas ao Amapá atingiram o total geral de Cr\$ 296.001.100,00, menos, portanto, Cr\$ 54.949.860,00 do que o total proporcionado ao Acre, que tem sido o mais dispendioso, no mesmo período.

Da dotação total de Cr\$ 98.072.160,00, atribuída ao Amapá em 1954, Cr\$ 35.401.160,00 destinaram-se a pessoal; ..... Cr\$ 20.234.000,00 a material; Cr\$ 12.737.000,00 a serviços e encargos; e, finalmente, Cr\$ 29.700.000,00 a obras.

**SEGURANÇA NACIONAL**

## SEGURANÇA NACIONAL

Com a eliminação da Alemanha, no Ocidente, e do Japão, no Oriente, como potências militares, e com as devastações materiais sofridas pela França e pela Itália, ficou a Rússia Soviética praticamente livre de inimigos poderosos, capazes de impedir sua expansão para a Europa ou para o Oriente.

Seu poder, embora rudemente desgastado pela guerra, pôde restaurar-se rapidamente, graças a vários fatores resultantes de cuidadosa preparação durante o desenrolar da campanha e aproveitados imediatamente após a sua cessação.

Pôde assim a URSS reconstruir um poder militar sem contraste na Europa e na Ásia, só confrontado, no continente americano, pelo dos Estados Unidos.

A neutralização do bloco oriental, comandado pela Rússia, não mais poderá fazer-se dentro do conjunto euro-asiático, devastado materialmente e já minado ideologicamente. Todo o poderio ocidental teve que ser empenhado, para garantir um razoável equilíbrio de poder nesse mundo bi-polarizado em torno do ocidente democrático e do oriente totalitário.

É sensível a instabilidade dêsse equilíbrio, que se caracteriza, de um lado, pela chamada guerra fria, instigada e mantida pelo Oriente, desde o início das negociações de paz, com que se deveriam, mas não se conseguiram, ainda, liquidar as questões surgidas com o desfecho da II Guerra; e, de outro lado, pelo processo constante de infiltração ideológica e criação de quintas-colunas, com que o bloco soviético vai tentando e conseguindo fortalecer-se, quer diretamente, pela incorporação ou tutela de novos países, quer indiretamente, pelo enfraquecimento da estrutura interna de seus adversários.

Esse estado permanente de tensão, entremeado de guerras efetivas, tais como as lutas da Coreia, da Indochina e da China, cria constante ameaça de nova guerra mundial.

**O COMUNISMO E SEUS MÉTODOS**

A expansão do comunismo não pode ser interpretada de maneira simplista, como uma série de revoluções puramente internas e independentes entre si. Trata-se de uma articulação entre um movimento político internacional e o poder governamental de uma nação ou grupo de nações.

Quando a URSS declara que "os movimentos revolucionários de libertação nacional" dos territórios coloniais são "parte orgânica do campo democrático antimperialista por ela encabeçado", está reivindicando para si uma espécie de jurisdição universal, incompatível com os tradicionais princípios que regem as relações internacionais.

Transformou-se, assim, em arauto do chamado movimento da redenção dos países subdesenvolvidos ou dependentes. Tornou-se a reivindicadora "oficial" dos verdadeiros ou supostos direitos dos mais fracos contra as injúrias reais ou fictícias da parte dos mais ricos e poderosos. Contrapôs-se ao mundo com sua proletarização totalitária. Afetou regimes, dividiu povos e exasperou espíritos, tudo com propósitos hegemônicos e expansionistas, embora, sob o impacto atômico, à custa do risco da própria desintegração.

**UTOPIA DA POSIÇÃO NEUTRA**

Há quem pense que a humanidade possa fugir à instabilidade da bi-polarização, em que precariamente ora se equilibra, e à ameaça permanente de precipitar-se numa terceira guerra mundial, colocando-se em posição neutra entre um bloco e outro.

É possível que, do ponto de vista exclusivamente econômico-social, tal posição se apoie em argumentos aceitáveis, em favor de um meio termo entre o capitalismo e o comunismo. Politicamente, porém, não há lugar justificado para neutros ou divergentes do grupo das nações ocidentais, integradas nos princípios da Organização das Nações Unidas.

**VULNERABILIDADES NACIONAIS**

O Brasil constitui, por suas condições geopolíticas, um Estado-Nação fadado a ocupar posição de destaque na esfera internacional. Sua vasta área, sua posição, seus variados recursos, o valor absoluto de sua população, as tradições de seu passado — tudo induz a perspectivas favoráveis sobre sua projeção futura.

Na realidade, porém, encontra-se o Brasil, sob certos aspectos, muito aquém de suas possibilidades. Esse descompasso visível entre as potencialidades do país e o fraco poder nacional, cria sérias vulnerabilidades, quer no campo interno, quer no internacional. No âmbito interno, a maior fraqueza reside no baixo padrão econômico-social, que prevalece na maioria de suas áreas habitadas.

No campo externo, nossa vulnerabilidade é função de fatores complexos. Resulta, fundamentalmente, do muito que valemos, em termos de possibilidades futuras, e de reduzida capacidade efetiva da defesa dessas possibilidades.

Nossa grande área geográfica reclama poder efetivo muito superior ao de que dispomos atualmente para garantir-nos uma defesa eficiente.

Essas vulnerabilidades resultam de uma série de fatores distintos, que se entrelaçam ou superpõem, e em que nem sempre é possível distinguir-se suas relações de causalidade ou consequência.

Entre as causas de relativa fraqueza de nosso poder, merecem destaque, de um lado, o desenvolvimento ainda precário e desarmonioso dos vários setores da atividade nacional, e de outro lado, uma crise que crônica em setores básicos do desenvolvimento econômico — entre os quais sobressaem os dos transportes e da energia — de cujas disponibilidades dependem a rápida ampliação do potencial industrial, a racionalização das atividades agro-pecuárias e o emprêgo oportuno dos meios militares em qualquer zona do território nacional.

Acrescentem-se a isso os desajustamentos políticos que diminuem o rendimento da cooperação dos poderes constitucionais, a falta de planejamento governamental, que condicione razoavelmente, segundo seus recursos disponíveis e respeitada a livre iniciativa, o desenvolvimento harmônico da nação, sobretudo nas atividades econômicas e sociais, considerada sua interdependência.

Tais vulnerabilidades são ainda agravadas pelo impacto de repercussões externas no âmbito interno.

De par com a infiltração e atividade comunistas, não só se insiste no descrédito da elite perante o povo e no trabalho de desprestígio do regime republicano-democrático, como também se procura freqüentemente perturbar o desenvolvimento normal do país.

O PODER  
NACIONAL  
E SUA RE-  
LATIVA  
FRAQUEZA

por meio de agitações e processos de solapamento, procurando debilitar-se o poder nacional.

**COMPRO-  
MISSOS IN-  
TERNACIO-  
NAIS**

Membro da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, tem o Brasil sérios compromissos a cumprir no cenário internacional, os quais, inclusive, o obrigam a colaborar com as Nações Unidas no sentido de repelir uma agressão praticada, em qualquer parte do mundo, contra outra nação associada da ONU e, por outro lado, a considerar como agressão ao Brasil qualquer agressão a uma nação americana.

São compromissos solenes, claros e peremptórios, a cujo cumprimento não nos podemos furtar sem desonra e graves prejuízos para nossa própria segurança.

**RELEVÂN-  
CIA DA SE-  
GURANÇA  
NACIONAL**

Assume, deste modo, relevância excepcional o problema da segurança para o Brasil.

É inútil que nos apresseemos a equacioná-lo sem rumos certos, divorciados do tempo e das circunstâncias, sem doutrina própria e sem um plano conjunto de ação, à mercê de simples improvisações pessoais. Ao contrário, precisamos estar munidos de instrumentos adequados para realizar nossa segurança em tempo útil e dentro das proporções reclamadas. A transcendência e complexidade do problema estão a exigir que não só melhoremos a estrutura governamental, como ainda, dentro dos sadios princípios democráticos, planejemos suas atividades.

**PORTALECI-  
MENTO DO  
PODER NA-  
CIONAL**

Urge assim o aparelhamento daqueles meios e instrumentos que possibilitem promover as condições existenciais da nação. Isto é, a própria segurança nacional, entendida aqui como função variável do grau relativo do poder (político, econômico, psico-social e militar), de que dispõe o Estado para assegurar, tanto no âmbito interno como no externo o preenchimento de seus fins. Há de ser com esta compreensão ampla que nos será permitido o estabelecimento de uma política adequada de segurança nacional.

A falta dessa política tem contribuído para que os problemas que mais afetam o poder nacional sejam tratados sem que se levem em conta os imperativos realísticos, impostos pelas conjunturas interna e externa, tão variáveis.

A política de segurança não poderá deixar de se corporificar através de um planejamento de âmbito nacional, isto é, um conjunto de operações destinadas à elaboração e execução de planos harmônicos e sincronizados, em que sejam pesadas e coordenadas, em bases democráticas, tôdas as atividades do país, e cuja finalidade seja um sistema de linhas de ação para a consecução dos superiores objetivos da Pátria, ou sejam, sua unidade sob forma de regime federativo, republicano e democrático, sua auto-determinação, sua crescente prosperidade e seu prestígio.

*Planejamento*

Os governos anteriores não descuraram os graves problemas que envolvem a segurança da nação. Lançaram as bases para um estudo constante e metodizado que visasse à formulação de uma adequada política de segurança nacional, conseqüente do valor relativo de nosso poder e capaz de constituir o instrumento de ação do Estado na consecução e salvaguarda daqueles objetivos.

*PRIMEIRAS INICIATIVAS*

Foram tomadas as providências preliminares, necessárias ao preparo de órgãos e homens que se dedicassem ao assunto.

Para tanto, foi criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, destinado a desenvolver e consolidar conhecimentos, não só relativos ao exercício de funções de direção, como também ao planejamento da segurança nacional.

*Escola Superior de Guerra*

Congregando a elite civil e militar, a Escola Superior de Guerra se propõe obter uma convergência de esforços, no sentido do estudo e equacionamento dos problemas que envolvem nossa segurança, quer mediante a sistematização da análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, psico-sociais e militares, que integram e condicionam uma política de segurança nacional, quer pela difusão de um conceito amplo e objetivo a êsse respeito e que sirva de base à coordenação das ações de todos os elementos, civis e militares, responsáveis pela sua formulação e execução.

Na Escola Superior de Guerra são ministrados o Curso Superior de Guerra, o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas e outros cursos que, de acôrdo com a Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949, foram instituídos pelo Poder Executivo

Seu Curso Superior de Guerra, pela análise objetiva de nossa conjuntura, sob os reflexos de condições externas, e mediante a

fixação — pela avaliação estratégica dessa conjuntura — de nossos objetivos superiores, como ainda pelo estabelecimento de linhas gerais tendentes a alcançar esse designio, tentou um ensaio de planejamento de execução dessa política, partindo de diretrizes governamentais dela decorrentes. Reviu e consolidou os conhecimentos necessários, não só quanto ao estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional, mas também quanto à formulação de uma política de segurança e à elaboração de uma técnica adequada ao conseqüente planejamento nos altos escalões governamentais.

Tendo em vista a realidade e os mais altos interesses do país, tornou-se a Escola Superior de Guerra valioso laboratório de pesquisas e estudos, no que concerne a assuntos de nossa segurança.

*Conselho de  
Segurança*

Ao Conselho de Segurança Nacional, órgão normativo, assessor da Presidência da República, sem atribuições executivas, compete constitucionalmente, pela sua própria natureza e finalidades, o trato superior do magno problema em apreço. Cabe-lhe manter-se permanentemente a par da situação nacional e internacional, ponderando as relações e as vicissitudes da conjuntura, tendo em vista o estabelecimento de uma política de segurança, tanto interna como externa, no sentido de preparar a nação para defender-se eficientemente, em caso de guerra, e promover, pelos meios que lhe estão ao alcance, o fortalecimento do potencial da nação, adequando-o à consecução e salvaguarda de seus objetivos.

Urge reconhecer, entretanto, que sua estrutura e seu funcionamento já não mais satisfazem às atuais necessidades da segurança nacional.

Embora não caiba ao Conselho, e particularmente à sua Secretaria Geral, interferir nas atividades dos órgãos planejadores e executores, deve estar êle realmente capacitado a desempenhar suas finalidades, isto é, propor os princípios gerais de uma política de segurança nacional, elaborar as diretrizes governamentais para o planejamento, desta segurança — nas esferas política, econômica, psico-social e militar — coordenar tôdas as tarefas de planejamento, conseqüentes daquelas diretrizes, e opinar sobre assuntos concernentes à segurança.

O vulto e a natureza das atribuições da Secretaria Geral requerem a contribuição de civis e militares, especializados nos assuntos dos diversos setores que integram o poder de uma nação.

A análise e a avaliação das conjunturas, interna e externa, em constantes reajustamentos reclamados pela sua relatividade, bem como o estudo da formulação de princípios, diretrizes e normas, deve constituir sua atividade precípua, a exigir não só capacidade e esforço pertinaz, mas também um desdobramento de tarefas especializadas.

Eis por que o atual Governo espera enviar em breve à alta apreciação do Poder Legislativo um projeto de reestruturação do Conselho de Segurança Nacional, a fim de que realmente possa êle atender às importantes finalidades a que se destina.

Rio de Janeiro, D. F., em 15 de março de 1955

JOÃO CAFÉ FILHO

**INDICE**  
**INTRODUÇÃO**  
**CONJUNTURA**

	Págs.
<b>I — POLITICA INTERNA</b>	
ELEIÇÕES .....	33
SEGURANÇA PÚBLICA .....	34
REGIME PENITENCIÁRIO .....	35
INDULTO E COMUTAÇÃO DE PENAS .....	36
ASSISTÊNCIA A MENORES .....	36
A UNIÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS .....	37
<i>Financiamento de Serviços Municipais</i> .....	39
MUDANÇA DA CAPITAL .....	41
ADMINISTRAÇÃO GERAL .....	43
<i>Organização e Métodos</i> .....	44
<i>Orçamento</i> .....	44
<i>Plano SALTE</i> .....	44
<i>Pessoal</i> .....	46
Extranumerários .....	46
Regulamentação do Estatuto dos Funcionários .....	47
Seleção e Recrutamento .....	47
Aperfeiçoamento .....	48
Classificação de Cargos e Plano de Remuneração .....	49
<i>Material</i> .....	50
REFORMA ADMINISTRATIVA .....	51
<i>Objetivos</i> .....	51
SISTEMA GEOGRÁFICO, ESTATÍSTICO E CENSITÁRIO .....	52
<i>Conselho Nacional de Geografia</i> .....	53
<i>Conselho Nacional de Estatística</i> .....	54
<i>Escola Nacional de Ciências Estatísticas</i> .....	56
<i>Recenseamentos Gerais</i> .....	56
<b>II — POLITICA EXTERNA</b>	
POSIÇÃO DO BRASIL .....	59
ATIÇÃO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS .....	59
<i>Nações Unidas</i> .....	60
Assembléa Geral .....	60
Conselho de Segurança .....	61

	Página
Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) .....	61
<i>Organização dos Estados Americanos</i> .....	62
<i>Reunião dos Ministros de Fazenda</i> .....	63
<i>Organização Internacional do Trabalho</i> .....	64
<i>Acôrdos</i> .....	64
<i>Comissão Nacional de Assistência Técnica</i> .....	65
<i>Relações Internacionais</i> .....	65
<i>Estrada de Ferro Brasil-Bolívia</i> .....	66
<i>Fronteiras</i> .....	66
<i>Atividades Culturais</i> .....	66
<i>Perspectivas</i> .....	67
<b>III — POLITICA ECONOMICO-FINANCEIRA</b>	
<b>VISÃO GERAL DA SITUAÇÃO</b> .....	69
<b>PRODUÇÃO</b> .....	72
<i>Produção Agrícola</i> .....	73
Fomento da Produção .....	75
Defesa Sanitária .....	76
Café .....	77
Algodão .....	77
Milho e Arroz .....	78
Trigo .....	78
<i>Reflorestamento</i> .....	80
Parques Florestais .....	80
<i>Produção Animal</i> .....	81
Melhoramento dos Rebanhos .....	82
Defesa Sanitária .....	83
Industrialização .....	83
<i>Pesca</i> .....	84
<i>Produção mineral</i> .....	84
Atividades e Pesquisas .....	85
Carvão .....	86
<i>Importância da Produção Primária</i> .....	87
<b>INDÚSTRIAS BÁSICAS</b> .....	88
<i>Companhia Siderúrgica Nacional</i> .....	88
Programa de Expansão .....	89
Situação Econômica e Financeira .....	89
<i>Programas Nacionais de Eletrificação</i> .....	90
Realizações de 1954 .....	90
Obras em Execução .....	92
Plano Nacional de Eletrificação e Eletrobrás .....	93
Financiamento .....	94
<i>Companhia Vale do Rio Doce</i> .....	94
Minérios de Ferro .....	95
Estrada de Ferro Vitória-Minas .....	96
Situação Financeira .....	96
Perspectivas .....	97
<i>O Petróleo e a Petrobrás</i> .....	97
Refinarias .....	98
Transporte .....	99
Recursos cambiais .....	100

	Page.
<i>Fábrica Nacional de Motores</i> .....	100
<i>Produção</i> .....	100
<i>Companhia Nacional de Alcalis</i> .....	102
<i>Financiamento</i> .....	103
<b>ENERGIA ATÔMICA</b> .....	104
<i>Industrialização dos Minérios Atômicos</i> .....	107
<i>Situação atual</i> .....	108
<i>Atuação do Conselho Nacional de Pesquisas</i> .....	110
<i>Colaboração com o Exterior</i> .....	110
<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b> .....	111
<i>Ferrovias</i> .....	113
<i>Situação Financeira</i> .....	114
<i>Tarifas</i> .....	114
<i>Reequipamento</i> .....	115
<i>Novos Trechos</i> .....	116
<i>Trechos em Construção</i> .....	117
<i>Réde Ferroviária Nacional S/A</i> .....	117
<i>Rodovias</i> .....	118
<i>Portos</i> .....	119
<i>Navegação</i> .....	120
<i>Comunicações</i> .....	121
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b> .....	122
<i>Política Fiscal</i> .....	122
<i>Sistema Tributário</i> .....	123
<i>Código Tributário Nacional</i> .....	127
<i>Orçamento</i> .....	127
<i>Crédito Público</i> .....	129
<i>Dívida Pública Interna</i> .....	130
<i>Dívida Interna Fundada</i> .....	130
<i>Dívida Interna Flutuante</i> .....	132
<i>Dívida Externa</i> .....	133
<i>Acordo de Resgate com a França</i> .....	134
<i>Política Monetária</i> .....	134
<i>Situação do Crédito</i> .....	135
<i>Medidas de Combate à Inflação</i> .....	137
<i>Situação Cambial</i> .....	138
<i>Investimentos</i> .....	140
<b>COMÉRCIO EXTERIOR</b> .....	142
<i>Acórdos</i> .....	144
<i>Balanco de Pagamentos</i> .....	145
<i>Fundo Monetário Internacional</i> .....	146
<i>Reservas-ouro</i> .....	147
<b>IV — POLÍTICA SOCIAL</b>	
<b>SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA</b> .....	149
<i>Instituto Nacional de Imigração e Colonização</i> .....	151
<i>Colonização</i> .....	151
<i>Imigração Externa</i> .....	152
<i>Migrações Internas</i> .....	152
<i>Mão-de-obra</i> .....	154

	Págs.
<b>REFORMA AGRÁRIA</b> .....	154
<i>Comissão Nacional de Política Agrária</i> .....	156
<i>Iniciativas</i> .....	156
<i>Ocupação dos Espaços Interiores</i> .....	157
<b>SAÚDE</b> .....	158
<i>Situação Sanitária do País</i> .....	158
<i>Plano de Ação no Campo Sanitário</i> .....	159
Tuberculose .....	161
Lepra .....	162
Peste .....	163
Câncer .....	163
Doenças mentais .....	164
Febre amarela .....	164
Malária .....	165
Esquistossomose .....	166
Tracoma .....	167
Bouba .....	167
Sífilis .....	167
Febres tifóides .....	167
Leishmaniose .....	168
Helminose .....	168
Doença de Chagas .....	168
Filariose .....	169
Escorpionismo .....	169
Bócio endêmico .....	169
<i>Instituto Oswaldo Cruz</i> .....	170
<i>Saúde dos Portos</i> .....	170
<i>Proteção à Maternidade e à Infância</i> .....	171
<i>Organização Sanitária</i> .....	172
<i>Saneamento Básico</i> .....	173
Unidades Sanitárias .....	173
Assistência Médica .....	174
Educação Sanitária .....	174
Higiene Materno-Infantil .....	174
Higiene Industrial .....	174
<i>Fundo de Assistência Hospitalar</i> .....	175
<i>Educação Sanitária</i> .....	175
<i>Fiscalização da Medicina</i> .....	176
<i>Bioestatística</i> .....	176
<i>Preparo do Pessoal Técnico</i> .....	176
<b>EDUCAÇÃO E CULTURA</b> .....	177
<i>Diretrizes Gerais de Ensino</i> .....	178
<i>Ensino primário</i> .....	179
Campanha Nacional de Educação de Adultos .....	180
Campanha Nacional de Educação Rural .....	180
<i>Ensino Secundário</i> .....	181
Colégio Pedro II .....	182
<i>Ensino Comercial</i> .....	183
<i>Ensino Industrial</i> .....	183
<i>Ensino Agrícola e Veterinário</i> .....	184
<i>Ensino Superior</i> .....	184
Cidade Universitária .....	185
<i>Educação Física</i> .....	186
<i>Ensino Emendativo</i> .....	186

	Págs.
<i>Assistência Alimentar aos Estudantes</i> .....	187
<i>Livro Didático</i> .....	188
<i>Bibliotecas</i> .....	188
<i>Documentação Administrativa</i> .....	189
<i>Biblioteca Nacional</i> .....	189
<i>Cinema</i> .....	189
<i>Rádiodifusão Educativa</i> .....	190
<i>Teatro</i> .....	190
<i>Casa de Rui Barbosa</i> .....	190
<i>Exposição de Artes</i> .....	190
<b>PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b> .....	191
<i>Aperfeiçoamento de Pesquisadores, Bolsas de Estudo</i> .....	193
<i>Reuniões Científicas e Intercâmbio</i> .....	194
<i>Empreendimentos Diversos</i> .....	194
<i>Estrutura do Conselho Nacional de Pesquisas</i> .....	196
<i>Aperfeiçoamento da Legislação</i> .....	197
<i>Diretrizes Gerais da Política de Pesquisas</i> .....	199
<b>TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</b> .....	200
<i>Reajustamento da Legislação Trabalhista</i> .....	201
<i>Previdência e Assistência</i> .....	201
<i>Lei Orgânica da Previdência Social</i> .....	202
<i>Débito da União para com os Institutos</i> .....	202
<i>Assistência Médica</i> .....	202
<i>Abono Familiar</i> .....	202
<i>Assistência Alimentar</i> .....	203
<i>SAPS</i> .....	203
<i>COFAP</i> .....	203
<i>Casas Populares</i> .....	204
<i>Comissão Nacional do Bem-Estar Social</i> .....	205
<i>Seguros</i> .....	209
<i>Instituto de Resseguros do Brasil</i> .....	206
<i>Seguro Agrário</i> .....	206
<b>V — POLÍCIA MILITAR</b>	
<b>ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS</b> .....	209
<i>Realizações</i> .....	209
<i>Zonas de Defesa</i> .....	209
<i>Instalações</i> .....	210
<b>MARINHA</b> .....	210
<i>Efetivos</i> .....	210
<i>Instrução</i> .....	211
<i>Ensino</i> .....	211
<i>Suprimentos</i> .....	211
<i>Instalações</i> .....	212
<i>Bases</i> .....	213
<i>Material</i> .....	214
<b>EXÉRCITO</b> .....	214
<i>Efetivos</i> .....	214
<i>Instruções</i> .....	215
<i>Ensino</i> .....	216
<i>Suprimento</i> .....	216
<i>Instalações</i> .....	217
<i>Material</i> .....	217

	PÁG.
AERONÁUTICA .....	218
<i>Instrução</i> .....	218
<i>Ensino</i> .....	219
<i>Suprimento</i> .....	220
<i>Instalações</i> .....	220
INDÚSTRIAS BÉLICAS .....	220
ATIVIDADES BIVALENTES .....	221
<b>POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE ÁREAS</b>	
EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO .....	227
VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA .....	228
<i>Programa de Emergência</i> .....	229
Recursos .....	229
Contratos e Convênios .....	230
Saúde, Saneamento e Alimentação .....	232
Transporte .....	232
Energia .....	233
Desenvolvimento Cultural .....	233
Agricultura e Pecuária .....	235
Crédito e Produção .....	235
<i>Plano Quinquenal</i> .....	236
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE .....	237
<i>Obras contra as Secas</i> .....	237
Açudagem Pública e Particular .....	238
Outras Obras .....	239
Serviço Agro-Industrial .....	242
Serviço de Estudos .....	242
SANEAMENTO .....	242
COMPANHIA HIDRELÉTICA DO SÃO FRANCISCO .....	243
<i>Primeira Etapa</i> .....	244
<i>Recursos Financeiros</i> .....	245
<i>Serviços Assistenciais</i> .....	246
<i>Inauguração da Usina</i> .....	247
VALE DO SÃO FRANCISCO .....	248
<i>Estudos e Levantamentos</i> .....	248
<i>Regularização do Regime Pluvial</i> .....	249
<i>Saneamento, Saúde e Assistência</i> .....	250
<i>Fomento da Produção</i> .....	251
<i>Sistemas Elétricos</i> .....	251
<i>Transportes</i> .....	252
OCUPAÇÃO E APROVEITAMENTO DO BRASIL CENTRAL .....	254
<i>Fronteiras</i> .....	256
TERRITÓRIOS FEDERAIS .....	257
<i>Acre</i> .....	258
<i>Rio Branco</i> .....	261
<i>Guaporé</i> .....	262
<i>Amapá</i> .....	265

## SEGURANÇA NACIONAL

O COMUNISMO E SEUS MÉTODOS .....	272
UTOPIA DA POSIÇÃO NEUTRA .....	272
VULNERABILIDADES NACIONAIS .....	272
O PODER NACIONAL E SUA RELATIVA FRAQUEZA .....	273
COMPROMISSOS INTERNACIONAIS .....	274
RELEVÂNCIA DA SEGURANÇA NACIONAL .....	274
FORTALECIMENTO DO PODER NACIONAL .....	274
PLANEJAMENTO .....	275
PRIMEIRAS INICIATIVAS .....	275
<i>Escola Superior de Guerra</i> .....	275
<i>Conselho de Segurança</i> .....	276